

KELLY CRISTINA PEREIRA PUERTAS

**PROCESSOS PSÍQUICOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO: uma abordagem
psicanalítica freudiana ao tema da escolha profissional**

**ASSIS
2016**

KELLY CRISTINA PEREIRA PUERTAS

PROCESSOS PSÍQUICOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO: uma abordagem psicanalítica
freudiana ao tema da escolha profissional

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP – Universidade Estadual
Paulista para a obtenção do título de Doutora em
Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e
Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Francisco Hashimoto

ASSIS
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

P977p Puertas, Kelly Cristina Pereira
Processos psíquicos subjacentes à vocação: um abordagem psicanalítica freudiana ao tema da escolha profissional / Kelly Cristina Pereira Puertas. Assis, 2016.
170 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr Francisco Hashimoto

1. Vocação. 2. Ocupação. 3. Psicanálise. 4. Transmissão psíquica entre gerações. 5. Metapsicologia. I. Título.

CDD 616.8917

KELLY CRISTINA PEREIRA PUERTAS

PROCESSOS PSÍQUICOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO: uma abordagem psicanalítica
freudiana ao tema da escolha profissional

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras – UNESP/Assis para obtenção do título de
Doutora em Psicologia. (Área de Conhecimento:
Psicologia e Sociedade)

Data de Aprovação: 23/06/2016

COMISSÃO EXAMINADORA

PRESIDENTE: PROF. DR. FRANCISCO HASHIMOTO – UNESP/Assis

MEMBROS: PROFA. DRA MARIA ALICE SIQUEIRA MENDES E SILVA –
FACDOMBOSCO/Cornélio Procópio.

PROF. DR. IÚRI YRVING MÜLLER DA SILVA – FADAP/ Tupã

PROF. DRA. THÁSSIA SOUZA EMÍDIO – UNESP/Assis

PROF.DR. MARCOS MARIANI CASADORE – UNESP/Assis

Para
Beatriz, Ermínio e Nézia.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos que se fizeram presentes no decorrer desta pesquisa e viabilizaram a sua construção:

Ao prof. Dr. Francisco Hashimoto, meu orientador, pela confiança e incentivo, além das discussões e revisão atenciosa que trouxeram norteamento ao trabalho. Pela disponibilidade e zelo em fazer mais do que sua função de orientador exigia. Guardo-o como modelo de profissional, de docente e de vida.

À prof^a Dr^a Thassia Souza Emídio e ao prof. Dr. Marcos Mariani Casadore pelas sugestões e apontamentos dados no exame de qualificação que permitiram reflexão sobre os rumos a serem tomados para a finalização deste trabalho.

À prof^a Maria Alice Siqueira Mendes e Silva e ao prof. Iúri Yrving Muller da Silva pela disponibilidade no aceite em compor a banca de defesa.

Aos colegas de trabalho prof^a Me. Aracéles Frasson de Oliveira, prof^a Me. Juliana Costa do Prado, prof^a Me. Juliana Alencar e prof. Esp. Luiz Fernando Corazza pelo apoio, momentos de discussão e de escuta, que facilitaram a consecução desta pesquisa.

À minha filha pelo incentivo e pela presença constante que me deram forças para realizar esta empreitada. Pela confiança em mim depositada, pela paciência e compreensão em ceder o tempo à ela destinado para que esta pesquisa fosse confeccionada.

Aos meus pais, Ermínio e Nézia, que propiciaram minha dedicação à esta pesquisa. Pelo apoio e incentivo desde que iniciei meus estudos.

RESUMO

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira. **PROCESSOS PSÍQUICOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO: uma abordagem psicanalítica freudiana ao tema da escolha profissional.** 2016. 170 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

O presente trabalho de cunho teórico consistiu em estudar os processos psíquicos que subjazem à vocação, àquilo que ‘chama’ o indivíduo a uma ação, no caso mais específico do uso deste termo na esfera do trabalho, aos elementos que conduzem o indivíduo à escolha de uma profissão/ ocupação, mas não uma qualquer dentre tantas e sim aquela que ele entende preencher os requisitos de um papel que foi chamado a cumprir. Com tal meta, nos ancoramos nas teses psicanalíticas freudianas com vistas a descortinar os mecanismos que permeiam o processamento psíquico que redundam no que convencionalmente descrevemos como vocação. Elencamos os conceitos fundamentais de teoria psicanalítica freudiana que, entendemos, encontram-se envolvidos na noção de vocação, quais sejam: a sobredeterminação, a noção de objeto, a escolha do objeto e da neurose, a identificação, o ideal do Eu e o Supereu. Tratamos destes assentamentos teóricos a partir da metapsicologia freudiana, na medida do possível, com vistas a extrairmos o máximo de compreensão do funcionamento do aparato anímico que conduz/produz à emergência da vocação. Assim, discutimos a noção de vocação como um processo psíquico sustentado em aspectos topológicos, dinâmicos e econômicos. A vocação, numa concepção psicanalítica, pode ser entendida como um chamado do Supereu para que o Eu empreenda atividades por meio das quais se possa granjear alguma forma de satisfação, mesmo que paliativa. Essa compreensão de que o indivíduo constitui a vocação, que pode conduzir à escolha profissional, a partir dos elementos que forjam o aparelho psíquico, portanto, as figuras do entorno deste indivíduo desde o princípio da vida, dentre as quais destacamos os entes parentais, é acrescida com as premissas da transmissão psíquica entre gerações. A transgeracionalidade permite-nos vislumbrar o legado deixado para o indivíduo pelas gerações antecessoras, em especial pela constituição de um ideal do Eu familiar que norteará os projetos de vida de cada um dos membros do grupo familiar. Assim, para além de pensar a vocação como uma noção enlaçada ao trâmite entre pai, mãe e filho, estendemos estes determinantes como provenientes dos antepassados que, de geração a geração, promovem projetos de vida a cumprir, balizando inclusive as escolhas profissionais/ocupacionais de modo a propiciar um senso de identidade familiar e o sentimento de pertença que demarca seus membros.

PALAVRAS-CHAVE: Vocação. Escolha profissional/ ocupacional. Transmissão psíquica entre gerações. Psicanálise. Metapsicologia freudiana.

ABSTRACT

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira. **PSYCHIC PROCESSES IMPLIED IN VOCATION: a Freudian psychoanalytical approach to the theme of professional choice.** 2016. 170 p. Doctoral dissertation (Psychology). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

The present theoretical-style paper consisted of a study on the psychic processes that are implied in vocation; in what “calls” the individual into an action, concerning specifically the usage of this expression in the work field; in the elements that lead the individual to a professional/occupational choice, not any choice among many, but the one that they understand fulfilling the requirements of a role they were called to accomplish. Having this objective, we based upon the Freudian psychoanalytical thesis, aiming at uncovering the mechanisms that permeate the psychic processing resulting in what we conventionally call vocation. We listed the fundamental concepts of Freudian psychoanalytical theory that, as we understand, are found involved with the notion of vocation, that are: overdetermination, notion of object, object choice and neurosis, identification, the ideal of Ego and Superego. We treated those theoretical settlements from the Freudian metapsychology, as far as possible, aiming at extracting utmost comprehension of the psychic apparatus’ functioning that leads to/produces the emerging of vocation. Thereby, we discuss the vocation notion as a psychical process supported by topographical, dynamical and economical aspects. Vocation, in a psychoanalytical conception, can be understood as a call from the Superego so that the Ego undertakes activities by which it can obtain some kind of satisfaction, even if palliative. This conception that the individual constitutes the vocation, that can lead to professional choice, from the elements which shape the psychic apparatus, therefore, the surrounding figures of this individual since beginning of life, such as parental entities, is added to the premises of psychic transmission between generations. Transgenerationality permits us to glimpse at the legacy left to the individual by preceding generations, especially by the continuation of an ideal of the familial Ego that will guide the life projects of each member of the familial group. Thus, beyond thinking vocation as a notion connected to the process between father, mother and son, we extend these determinants as originating from the ancestors, who, generation to generation, promote life projects to accomplish, limiting including the professional/occupational choices in such a way to provide a sense of familial identity and the feeling of belonging that delimitates their members.

KEYWORDS: Vocation. Professional/Occupational choice. Psychic transmission between generations. Psychoanalysis. Freudian metapsychology.

RÉSUMÉ

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira. **DES PROCESSUS PSYCHIQUES SOUS-JACENTS A LA VOCATION : une approche psychanalytique freudienne au thème du choix professionnel**. 2016. 170 p. Thèse (Doctorat en Psychologie). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

Ce travail théorique consiste dans l'étude des processus psychiques qui sont sous-jacents à la vocation, ce qui "appelle" l'individu à une action, dans le cas plus spécifique de l'usage de ce terme dans l'univers du travail, aux éléments qui conduisent l'individu au choix d'une profession / occupation. Pas une profession quelconque, mais celle qu'il comprend remplir les conditions requises d'un rôle à qui il a été appelé à accomplir. Avec cet objectif, nous appuyons sur des thèses psychanalytiques freudiennes visant à déceler les mécanismes qui traversent le processus psychique qui conduit à ce que nous décrivons conventionnellement comme vocation. Nous listons les concepts fondamentaux de la théorie psychanalytique freudienne qui, comme nous l'entendons, se trouvent impliqués dans la notion de vocation, soit : la surdétermination, la notion d'objet, le choix de l'objet et de la névrose, l'identification, l'idéal du Moi et le Surmoi. Nous abordons ces définitions théoriques à partir de la métapsychologie freudienne, autant que faire se peut, visant le dégagement maximal de la compréhension du fonctionnement de l'appareil animique qui conduit / produit à l'émergence de la vocation. Par conséquent, nous discutons la notion de vocation comme un processus psychique soutenu dans des aspects topographiques, dynamiques et économiques. La vocation, dans une conception psychanalytique, peut être comprise comme un appel du Surmoi pour que le Moi entreprenne des activités à travers lesquelles il peut remporter quelque satisfaction, même qu'apaisante. À cette compréhension de que l'individu constitue la vocation qui peut conduire au choix professionnel à partir des éléments qui forgent l'appareil psychique, par conséquent, les personnages de l'entourage de cet individu depuis le principe de sa vie, parmi lesquels on peut souligner les parentes, il y est ajouté les postulats de la transmission psychique entre les générations. La transgénérationnalité nous permet d'entrevoir l'héritage laissé à l'individu par les générations précédentes, surtout par la constitution d'un idéal du Moi familial. Ainsi, au-delà de penser la vocation comme une notion entassée à la démarche entre père, mère et enfant, nous élargissons ces déterminants comme provenant des ancêtres qui, de génération à génération, instituent des projets de vie à exécuter, en balisant aussi les choix professionnels / occupationnels de manière à fournir un sens d'identité familiale et le sentiment d'appartenance qui caractérise leurs membres.

Mots-clés : Vocation. Choix professionnel / occupationnel. Transmission psychique entre générations. Psychanalyse. Métapsychologie freudienne.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ALICERCES PSICANALÍTICOS, OU ALGUNS FUNDAMENTOS DA PSICANÁLISE QUE SUBSIDIAM NOSSAS DISCUSSÕES	21
1.1 O SUJEITO DESCENTRALIZADO DA PSICANÁLISE	21
1.2 O INCONSCIENTE: UM NOVO OBJETO PARA UM NOVO CAMPO DO SABER	27
1.2.1 Justificativa da necessidade e legitimidade do inconsciente	28
1.2.2 Os sentidos do termo inconsciente	31
1.2.3 O ponto de vista topológico	34
1.2.4 O mecanismo de Repressão: os afetos inconscientes, a topologia e a dinâmica da repressão	36
1.2.5 As características distintivas do sistema <i>Ics</i>	39
1.2.6 Processos de comunicação entre os sistemas	41
1.2.7 As noções de representação de palavra e de representação de coisa: a distinção entre sistemas <i>Ics</i> e <i>Pcs</i>	45
1.3 A PSICANÁLISE ENQUANTO METAPSIKOLOGIA	47
1.4 À GUIA DE CONCLUSÃO: QUE SUJEITO E QUE OBJETO PARA A PSICANÁLISE? ENTÃO, QUE SUJEITO E QUE SUBJETIVIDADE COMO PARÂMETRO PARA A CONFECÇÃO DESTE TRABALHO?	51
2 MECANISMOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO E ESCOLHA PROFISSIONAL	54
2.1 A QUESTÃO DA SOBREDETERMINAÇÃO	54
2.2 CONSIDERAÇÕES METAPSICOLÓGICAS AO CONCEITO DE OBJETO EM FREUD	60
2.3 CONSIDERAÇÕES METAPSICOLÓGICAS À NOÇÃO DE ESCOLHA EM PSICANÁLISE	69
2.3.1 Considerações metapsicológicas à escolha de objeto	70
2.3.2 Considerações metapsicológicas à escolha da neurose	76
2.4 CONSIDERAÇÕES METAPSICOLÓGICAS AO CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO EM FREUD	87
2.4.1 Pré-história do conceito: o mecanismo de identidade no <i>Projeto de uma Psicologia</i>	89
2.4.2 A incorporação oral: entre a destruição e a assimilação do objeto	92
2.4.3 Uma sombra recai sobre o eu: o mecanismo de introjeção do objeto no eu	94
2.4.4 Sistematização do conceito de identificação	97
2.4.5 Perpassando e alinhavando os momentos do pensamento do autor: contornos de uma metapsicologia da identificação	99

2.4.6 Apontamentos finais à noção de identificação e sua articulação com a vocação ...	103
2.5 AS NOÇÕES DE IDEAL DO EU E SUPEREU	104
2.6 VOCAÇÃO: LEGADO E/OU ESCOLHA?	113
3 A TRANSMISSÃO PSÍQUICA GERACIONAL DA VOCAÇÃO	123
3.1 APONTAMENTOS CALCADOS NA TEORIZAÇÃO FREUDIANA QUE PERMITEM PENSAR A TRANSMISSÃO PSÍQUICA ENTRE GERAÇÕES	126
3.1.1 Dificuldades sobre a questão da transmissão psíquica em Freud	132
3.2 COMO SE CONSTITUI UMA FAMÍLIA OU, QUE ELEMENTOS PSÍQUICOS ESTÃO IMBRICADOS NA CONSTITUIÇÃO FAMILIAR.....	140
3.3 A TRANSMISSÃO GERACIONAL DA VOCAÇÃO OU, COMO A INSERÇÃO EM UMA FAMÍLIA EVOCA A EMERGÊNCIA DA VOCAÇÃO.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS.....	161

INTRODUÇÃO

Esbarramos seguidamente em demandas de análise que giram em torno de uma infelicidade, um mal-estar, com respeito às questões relativas ao trabalho. Apesar da importância da escolha profissional no curso ulterior da personalidade e das funções de uma ocupação no bem-estar físico e emocional de quem a segue, relativamente pouco se pode encontrar na literatura a respeito do tema (LEVENFUS, 1997, p. 17).

O texto de Levenfus (1997) destacado em epígrafe, que consta da introdução da obra *Psicodinâmica da escolha profissional*, é consonante com nossa experiência clínica. Relatos de diversos pacientes apontavam para a sensação de inadequação quando no ambiente de trabalho e quanto a atividade profissional exercida, a resistência em levantar pela manhã e dirigir-se ao local de trabalho, no desconforto quando da execução da atividade laboral bem como engendrado nas relações com os colegas de trabalho, o cansaço e as dores de cabeça insistentes que desapareciam logo após deixar o ambiente laboral. Questões relativas à escolha da profissão a seguir também marcavam a tônica na fala de pacientes jovens, em véspera de prestar vestibular, ou já cursando um curso universitário, preocupações sobre a eleição da profissão, a respeito da posição da família com relação à escolha, quanto ao ingresso no mercado de trabalho, às possibilidades de ascensão na carreira, entre outras.

O termo recorrente nas queixas de pacientes citadas acima é *trabalho*. Autores como Dejours (1992, 2012), Bohoslavsky (1998), Torres (2001) e Paim (s/d) concordam que o trabalho pode ser encarado pelos indivíduos como cansativo, enfadonho ou como fonte de sofrimento. Os múltiplos aspectos negativos do trabalho eram a tônica trazidas a nós por distintos pacientes. Mas, apesar dos aspectos negativos relativos ao trabalho, os autores apontam que ele também pode ser percebido como edificante e prazeroso.

Algumas das acepções apresentadas ao termo trabalho podem ser assim listadas:

1 conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim <t. manual> <t. intelectual> **2** atividade profissional regular, remunerada ou assalariada <t. de tempo integral> <t. de meio expediente> **3** exercício efetivo dessa atividade <o t. de um jornalista, de um metalúrgico> **4** local onde é exercida tal atividade <mora perto do t.> **5** cuidado ou esmero empregado na feitura de uma obra <deu-lhe muito t. aprimorar o romance> **6** qualquer obra realizada (manual, artística, intelectual etc.); empreendimento, realização <a ponte era um belo t. de engenharia> **7** qualidade de execução, feitura, labor <um delicado t. de ourivesaria> **8** ação ou modo de executar uma tarefa, de manejar um instrumento <t. de madeira, de cerâmica> <t. de cinzel, de pincel> **9** tarefa a cumprir; serviço <pediu ao jardineiro que terminasse o t.> **10** esforço incomum; luta, lida, faina <foi um t. convencê-lo a voltar para casa> **11** aquilo que se tornou uma obrigação ou responsabilidade de alguém; dever, encargo <seu t. é zelar pelos alunos> [...] **16** ECON. POL atividade humana

que se caracteriza como fator essencial da produção de bens e serviços 17 ECON. POL conjunto dos trabalhadores que participam da vida econômica de um país [...] (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1861-1862).

Por ser uma atividade remunerada, o trabalho é meio de promover a subsistência, uma forma pela qual as necessidades básicas, ao menos, podem ser satisfeitas; também é uma maneira de adequação do indivíduo ao social, um modo de estabelecer seu *status* no meio. Mais ainda, podemos pensar que por intermédio do trabalho o social é construído e reconstruído continuamente.

O trabalho tem sido considerado, há muito tempo, como uma das atividades através das quais o ser humano produz o que lhe é necessário para sua sobrevivência. Essa atividade é, essencialmente, fruto de uma articulação social, rede que determina algumas das principais relações entre os componentes de um mesmo grupo. A ação do homem sobre o meio em que vive tem como objetivo produzir coisas e tentar criar melhores condições de vida, sejam materiais ou espirituais. Reconhecemos que quando o homem atua sobre o mundo externo, ele vai também o transformando. [...] A produção humana tem alcançado níveis inimagináveis de sofisticação e progresso (TORRES, 2001, p. 11).

Tais acepções remetem ao trabalho como meio para obtenção de fins e, destacamos apoiados em Freud (1930/2010, v.18), que a finalidade estaria relacionada tanto a aspectos de sobrevivência como de melhoria nas condições de vida. Além da promoção de subsistência, o trabalho seria uma forma de adequação do indivíduo ao seu meio social (TORRES, 2001).

O aspecto dúplice e antitético do trabalho, como mantenedor da vida e, em contrapartida, como promotor de sofrimento, pode ser vislumbrado na afirmação de Dejours (2012, p. 150, grifo do autor): “Beneficiário da *produção*, o homem é, amiúde no mesmo movimento, vítima do trabalho”.

Ao conduzirmos a questão sofrimento *versus* satisfação via atividade laboral, defrontamo-nos com o suposto freudiano de que a livre escolha da profissão permitiria a obtenção de satisfação via processos sublimatórios. Isto parece-nos implicar que, se não escolhida livremente, a profissão poderá ser entendida como fonte de sofrimento. Bastante ilustrativo é o desabafo angustiado de um paciente que, após 20 anos exercendo a profissão de advogado, passa a supor que escolheu erradamente seu ofício. Sua preocupação é o que fazer a respeito da infelicidade gerada a partir do seu trabalho já no adiantado de sua vida.

Questões como esta, que invadiam cotidianamente a clínica via relatos angustiados e, outras vezes, resignados com a condição posta e, de certa forma, eleita de subsistência,

conduziram a uma preocupação: como pensar a vocação e a escolha profissional¹ dentro de parâmetros psicanalíticos?

Na busca por compreensão destes fenômenos que chegavam à clínica, deparamo-nos com a problemática apontada por Levenfus (1997): a escassez de recursos bibliográficos de abordagem psicanalítica (no nosso caso, de abordagem psicanalítica freudiana) na área da Orientação Vocacional e Profissional. Pensar na escassez de recursos bibliográficos de abordagem psicanalítica [freudiana²] na área da Orientação Vocacional e Profissional destacada por Levenfus (1997) provocavam desconforto para o trabalho em clínica, pois sentíamos falta de material teórico para substanciar os atendimentos, em especial porque não pretendíamos trabalhar com Orientação Vocacional/Profissional, mas dar contornos às angústias relatadas pelos pacientes em relação ao universo do trabalho e, mais especificamente, à escolha da profissão que fizeram no passado ou que estavam em vias de eleger. Uma busca inicial na obra freudiana gerou mais desconforto, pois pouco material foi encontrado sobre o tema trabalho. Interessante essa pouca discussão do tema trabalho, pois se Freud (1930/2010, v.18) aponta que a capacidade do indivíduo trabalhar e amar de forma efetiva é uma prova incontestante de que houve um desenvolvimento apropriado da personalidade/ subjetividade, por que a escassez de pesquisas relativas à relação subjetividade e escolha profissional dentro de um aporte psicanalítico freudiano? Assim, o mesmo questionamento destacado por Levenfus (1997, p. 17-18) estava presente em nossas conjecturas: “Por que a Psicanálise não estendeu um braço maior ao entendimento do fenômeno da escolha profissional, já que o trabalho ocupa uma fatia realmente grande de nossa vida?”

As inquietações que compartilhamos com a autora a respeito da grandiosidade do tema trabalho na vida dos indivíduos e, mais precisamente, sobre os processos envolvidos na escolha da profissão, a qual poderia conduzir à satisfação ou ao sofrimento, materializaram-se em problema de pesquisa: que mecanismos intrapsíquicos estariam implicados na vocação³?

Nossa proposta para a consecução desta pesquisa foi teórica de cunho bibliográfico. Assim, empreendemos uma varredura por obras que tratassem do tema dentro de um referencial psicanalítico freudiano. Há tempos tínhamos contato com a obra de Bohoslavsky

¹ A preocupação com as questões relativas ao indivíduo projetar-se no futuro, decorrentes dessas queixas recorrentes na clínica conduziram às discussões sobre a noção de ideal do Eu na teoria psicanalítica freudiana apresentadas por Puertas (2010).

² Tradicionalmente encontramos o recurso a Bohoslavsky e continuadores, de orientação kleiniana, os quais são estudados como referência para a abordagem psicanalítica à área de Orientação Vocacional.

³ O que chamamos vocação está relacionado ao termo proveniente do latim *vocatio*, que significa chamado. Este ponto será discutido em momento oportuno.

(1998), de base psicanalítica, mas nitidamente kleiniano. Este autor delineava elementos que nos permitiam pensar a questão da vocação, mas não satisfazia nossa necessidade de material especificamente freudiano. Apontamos que, mesmo com referencial notadamente psicanalítico kleiniano do autor, este busca apoio para realizar suas discussões em Freud, Erikson, Hartmann e Aberastury. Daremos uma explicação sucinta de como a escolha vocacional/ profissional pode ser compreendida segundo este autor e seus seguidores para com isto configurarmos a especificidade deste autor e a distinção do trabalho a que nos propomos.

Partindo de uma abordagem kleiniana, tem-se a perspectiva que “[...] quando se escolhe uma profissão, está se reparando um objeto destruído em fantasia, ou realidade” (ABREU FILHO⁴, 2006, p. 23). Segundo a compreensão kleiniana, as posições esquizoparanoide e depressiva seriam modos de relação estabelecidos pela criança com os objetos originais. Estas duas posições ocorreriam em momentos precoces do desenvolvimento da criança⁵ e apresentariam formas específicas de angústias e defesas.

A primeira posição, a esquizoparanoide, tem como angústia destacada a persecutória de aniquilamento e a defesa empregada ante a esta angústia é a cisão do ego. Deste modo, haverá a projeção de parte dos aspectos persecutórios para o exterior, para o seio materno frustrador, designado de seio mau. Outra parcela dos aspectos persecutórios será conservada no interior do aparelho psíquico do bebê, sob a forma de agressividade, e duelará com os objetos internos perseguidores. Aspectos gratificantes dos objetos também são mantidos no interior do psiquismo, sendo possível ainda projetá-los sobre o seio que gratifica, designado de seio bom. Destarte, os objetos são tidos como parciais, em parte bons e em parte maus (ABREU FILHO, 2006).

Na posição depressiva ocorre a convergência entre os objetos que, na posição esquizoparanoide, eram vivenciados com distintos. Agora haverá um objeto total, contendo as características gratificadoras e frustradoras. Assim, o objeto/ seio que fora atacado em razão da frustração proporcionada ao bebê é concebido agora como sendo o mesmo seio que gratifica. Ao integrar os objetos parciais – seio bom e seio mau – a culpa gerada pela destruição fantasística do objeto se apodera do bebê. O mecanismo de reparação se

⁴ Conforme apontamos o recurso abordagem psicanalítica kleiniana para a aproximação ao tema em estudo, exemplificamos com a pesquisa de Abreu Filho (2006).

⁵ Abreu Filho (2006) destaca que as posições esquizoparanoide e depressiva não são relegadas à infância, mas que se estendem durante toda a vida, dando-se uma oscilação entre estas duas posições “[...] de acordo com as condições momentâneas que o ego vai se encontrar em maior ou menor capacidade de integração” (p. 25).

estabelecerá como forma de reconstruir o objeto que fora danificado e, desta maneira, mitigar a culpa. Abreu Filho (2006, p. 47) assim esclarece o que seria a reparação:

É um mecanismo pelo qual o indivíduo procura reparar os efeitos provocados no seu objeto de amor pelas suas fantasias de destruição, e isso ocorre em resposta à angústia e culpabilidade inerentes à posição depressiva em que o indivíduo tenta manter ou restabelecer a integridade com o corpo materno.

É neste panorama teórico que Bohoslavsky (1998) e, ancorado nas teses deste, Abreu Filho (2006), destacam a reparação como o mecanismo psíquico do qual deriva o processo de escolha vocacional/ profissional⁶. Segundo Abreu Filho (2006, p. 47), “[...] a escolha profissional vai buscar a reparação dos objetos danificados em fantasia”. Dito de outra forma e, talvez, de forma mais contundente, a escolha profissional seria realizada pautada na escolha pelo objeto interno a ser reparado (BOHOSLAVSKY, 1998). Abreu Filho (2006, p. 48) resume o que expressaria a escolha profissional: “[...] o indivíduo busca uma profissão, na realidade busca um reencontro, tentando restituir e reencontrar o objeto que imaginara ter destruído”.

Mas, a compreensão de Bohoslavsky para o tema da escolha vocacional/profissional não é a única possível dentro do panorama das teorias psicanalíticas. Na continuidade da busca por compreensão do tema num aporte psicanalítico freudiano tivemos acesso à obra de Maria Luiza Camargos Torres, publicada em 2001, intitulada *Orientação Profissional Clínica: uma interlocução com conceitos psicanalíticos*. Esta obra nos deu nova dimensão de pesquisa, inclusive por tecer comentários que julgamos pertinentes a respeito da proposta de Bohoslavsky. Torres destaca a relevância do autor para a Orientação Profissional, mas aponta algumas ressalvas. Diz a autora que,

Apesar de R. Bohoslavsky ter cumprido um papel de extrema importância para o campo da Orientação, tirando-lhe do lugar de mera catalogação de dados, atitudes e mensurações, não chegou, entretanto, a desenvolver realmente algumas interseções que apontou como possíveis entre este trabalho e a psicanálise. Vários conceitos freudianos são apenas citados em sua obra, sem um estudo mais elaborado, como é o caso do mecanismo da sublimação, da sobredeterminação, da relação objetal, da identificação, da escolha objetal, e tantos outros (TORRES, 2001, p. 89).

Alguns aspectos distinguem o processo de Orientação Profissional Clínica propostos por Torres e por Bohoslavsky. Para nosso trabalho, que não tem intenção de discutir a orientação vocacional/ profissional e sim compreender quais os mecanismos intrapsíquicos estariam relacionados à vocação e à escolha profissional, basta-nos considerar a distinção

⁶ Atualmente aponta-se a escolha ocupacional, atrelada à profissional. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2016), a distinção entre profissão e ocupação é que a primeira requer uma formação, uma qualificação formal, geralmente a nível de 3º grau ou técnica para o exercício proposto, já a ocupação refere-se a uma atividade que não necessita de tal formação formal.

teórica entre os autores. Torres (2001) critica a sustentação teórica de Bohoslavsky em referenciais e, portanto, metodologias distintas, de modo a haverem visões de mundo diferentes e concepções de homem paradoxais, como, por exemplo, no caso das ideias rogerianas e psicanalíticas. Torres (2001, p. 89) declara que sua forma de trabalho na Orientação Profissional Clínica e, portanto, sua compreensão da vocação e da escolha profissional, é apoiado apenas na psicanálise, que considera “[...] como um método de investigação por excelência, que procura o significado inconsciente das palavras, atos e produções fantasmáticas do sujeito humano”. Mais ainda, a autora destaca a influência das escolas psicanalíticas americana e inglesa na obra de Bohoslavsky enquanto ela – Torres – é influenciada pela escola europeia. Vemos em Torres, então, uma orientação psicanalítica freudo-lacaniana, na qual a autora busca subsídios nas obras de Freud, Lacan e comentadores para balizar a concepção de Orientação Profissional Clínica. Destarte, vislumbramos nesta autora maior proximidade com a leitura psicanalítica freudiana que pretendíamos, porém as discussões propostas pela autora estavam diretamente relacionadas ao manejo da técnica de orientação profissional clínica. Deste modo, encontramos em sua obra poucos recursos teóricos para a discussão de nosso problema de pesquisa, o processamento psíquico relativo a vocação. Apesar disso, a autora elenca e discute brevemente quatro conceitos que fundamentam a escolha da profissão, os quais nos permitiram dar contornos iniciais a nosso percurso de pesquisa. Portanto, ingressamos ao tema com os seguintes conceitos psicanalíticos que foram elencados por Torres: sobredeterminação, objeto, escolha de objeto e da neurose, e identificação.

Tivemos ainda acesso à obra organizada por Levenfus (1997) intitulada *Psicodinâmica da escolha profissional*. Esta obra, além de capítulos escritos pela organizadora nos apresentou a outra autora de viés psicanalítico de aproximação do tema: Dulce Helena Soares-Lucchiari⁷. Estas autoras, apoiam seus escritos em Freud, Klein, Winnicott, Bohoslavsky, Bollas, Knobel⁸, Aberastury, Bion, dentre outros. Deste modo, apesar da riqueza de conteúdo apresentado pelas autoras, visualizamos no material produzido por elas a multiplicidade de leituras psicanalíticas provenientes de escolas distintas que pretendíamos evitar.

Além da localização destes quatro autores – Bohoslavsky, Levenfus, Soares-Lucchiari e Torres, fizemos uma busca em bases de dados eletrônicos que vislumbrassem a Psicologia disponíveis via internet. As principais bases de dados consultadas foram: o banco de teses da

⁷ A autora é referenciada de maneira distinta, em algumas obras como Soares-Lucchiari e em outras como Soares.

⁸ O autor assina o primeiro capítulo da obra organizada por Levenfus (1997), intitulado *Aspectos conscientes e inconscientes na Orientação Vocacional*.

CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-PSI), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Scielo⁹. Ainda foram estabelecidas buscas em bibliotecas virtuais. Foram utilizados os seguintes descritores: VOCAÇÃO, ESCOLHA PROFISSIONAL, ESCOLHA VOCACIONAL, ORIENTAÇÃO VOCACIONAL e ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. Em termos de artigos, como era de se esperar, o grande contingente de material de pesquisa relacionado a escolha vocacional/ profissional foi encontrado na Revista Brasileira de Orientação Profissional (que consta nas bases de dados Scielo e PePSIC). Deste modo, utilizaremos os artigos desta revista para promover um vislumbre das publicações disponíveis na área. Teixeira, Lassance, Silva e Bardagi (2007) fazem uma análise da produção científica nessa revista e assim esclarecem a razão de haverem tomado este periódico como base para a análise proposta:

No Brasil, a Revista Brasileira de Orientação Profissional é um periódico dedicado exclusivamente a essa temática e, pelo fato de ser vinculado à Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP). É um dos principais meios de divulgação dos conhecimentos produzidos na área. [...] nem tudo o que se escreve sobre orientação profissional, desenvolvimento de carreira e temas correlatos, no Brasil, é publicado nessa revista [...] Apesar disso, sua importância no cenário nacional permanece, em virtude de ser um canal privilegiado para a comunicação e reflexão de idéias a respeito da Orientação Profissional (p. 26).

Alicerçados em Teixeira *et al* (2007) justificamos a seleção desta revista como modelo para a verificação da produção de material relativo a nosso tema de estudo, pela envergadura e abrangência dos trabalhos nela publicados. A Revista Brasileira de Orientação Profissional possui exemplares disponíveis em formato eletrônico, datados a partir de 2003 até 2015, contando com 13 volumes (do volume 4 ao 16¹⁰), sendo que cada volume possui 2 números (exceto a revista de nº 16, que teve publicada a edição de nº 1 de 2015), nos quais foram catalogados um total de 231 artigos sobre o tema da orientação profissional. Mas, como aponta Levenfus (1998), o material referente a abordagem psicanalítica era escasso. Interessante apontar a influência de Bohoslavsky que foi localizado como referência, inclusive, em artigos que não estavam discutindo a abordagem psicanalítica em relação à escolha profissional. Localizamos 36 artigos que se utilizaram de Bohoslavsky em suas referências. Isto nos permite compor uma dimensão da relevância dos escritos do referido autor para a orientação vocacional/profissional. Situação similar a de Bohoslavsky foi

⁹ Estamos cientes que algumas referências aparecem em duplicata, em mais de uma base de dados.

¹⁰ De acordo com Teixeira *et al* (2007), anteriormente havia a Revista da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), que entre 1997 e 1999 contou com três volumes. Estes três volumes não foram localizados sob a forma digitalizada. Após um período de descontinuidade da revista, em 2003 a publicação vinculada a ABOP foi retomada, sendo que a partir de então o periódico passa a ser denominado de Revista Brasileira de Orientação Profissional. É a este periódico que nos referimos no levantamento de dados.

verificada com as autoras Levenfus, com referência em 18 artigos e Soares-Lucchiari/Soares¹¹ com referência em 26 artigos. Especificamente em relação a autores com aporte psicanalítico freudiano, localizamos 3 artigos com referência a Torres. No que concerne a Freud, encontramos 5 artigos que faziam referência a obra do autor.

Como dissemos anteriormente, além da pesquisa de artigos, também realizamos busca de teses e dissertações em bancos de dados eletrônicos, verificando resumo e palavras-chave, de modo a localizarmos produções relacionadas a abordagem psicanalítica. Despertou-nos maior interesse os seguintes trabalhos: A dissertação de mestrado de Bela Malvina Szajdenfisz intitulada *O adolescente e suas escolhas: contribuições da psicanálise para a escolha profissional*, defendida em 2008, que tem um aporte freudo-laciano, mas que recorre regularmente a obra freudiana em suas discussões. A tese de doutorado de Rinaldo Voltolini, defendida em 1999, intitulada *A questão da vocação: psicanálise e psicologia*, também com ancoragem freudo-laciana, na qual o autor tece críticas a Orientação Vocacional Clínica de Bohoslavsky destacando que ela promove uma descaracterização da psicanálise, propõe que se entenda a vocação como um sintoma.

Ficou-nos em destaque o pouco recurso ao assentamento nas formulações psicanalíticas freudianas para discutir a vocação e a escolha profissional. Mesmo os autores de ancoragem psicanalítica buscavam subsídios em autores pós-freudianos e, de modo bastante abrangente, nas discussões dos trabalhos destacavam-se aspectos descritivos da escolha profissional, do processo de Orientações Profissionais, e ficava em segundo plano a discussão do assentamento conceitual, metapsicológico, dos processos que estavam subjacentes à escolha.

Nosso trabalho buscará um retorno a Freud e, portanto, a uma proposta de empreendimento metapsicológico, para a compreensão da vocação e da escolha profissional. A proposta de um trabalho metapsicológico se justifica na busca por um assentamento conceitual que se estende para além do descritivo. Assim, pretendemos explicitar a vocação como um processo que sucede a níveis topológicos, dinâmicos e econômicos. Freud (1915b/2010) orienta que as investigações psicanalíticas se norteiem pelo suporte metapsicológico e nós, seguindo a orientação do autor fundamental da psicanálise e com o intuito de empreendermos um estudo calcado nos supostos psicanalíticos, propomos a mesma linha para nossa investigação.

¹¹ Colocamos as duas formas pelas quais se referencia a autora e não distinguimos entre as publicações que se referem a uma ou a outra destas formas.

Anunciamos que nos utilizaremos da obra freudiana objetivando extrair, de material ainda não burilado para estes fins, material que nos permita discutir o tema da vocação, visto que o autor não tratou deste assunto. Nos utilizamos ainda de comentadores, tanto da obra freudiana como aqueles que estudaram a questão da vocação e escolha profissional, na medida que eles nos permitam articular os conceitos freudianos que consideramos estarem relacionados a nosso tema de estudo. Assim sendo, alertamos que, mesmo que Bohoslavsky trafegue em um referencial psicanalítico notadamente kleiniano para tratar da vocação, nos utilizaremos de algumas de suas argumentações que entendemos serem condizentes com o aporte freudiano de nossa pesquisa.

Outro alerta precisa ser destacado com relação a este trabalho: as traduções da obra de Freud utilizadas. Optamos por apoiar nossa pesquisa em duas traduções da obra freudiana, quais sejam, a tradução de José Luis Etcheverry, publicada na Argentina pela editora Amorrortu, e a tradução para o português de Paulo César de Souza publicada pela Companhia da Letras¹². A utilização de duas traduções simultaneamente justifica-se pela tradução de Paulo César de Souza, para o português diretamente do original em alemão, da obra de Freud ainda não estar disponibilizada completa, faltando volumes com textos que seriam necessários para nossa discussão. O recurso à edição argentina deu-se quando não havia tradução ao português dos textos nos quais teríamos de nos ancorar.

Sobre a utilização de termos em português para verter os originais freudianos em alemão, anunciamos que tomamos por base a tradução argentina com vistas a promover uma uniformização dos termos utilizados. Assim, vertemos *Es* por Isso, *Ich* por Eu, *Über-Ich* por Supereu, *Trieb* por pulsão e *Verdrängung* por repressão. Apenas em citações diretas nos manteremos fieis aos termos utilizados pelo tradutor, mesmo quando ele não seja a nossa opção de tradução. Respaldamos nossa opção de tradução na orientação dada aos leitores da *Obra Completa*, de Sigmund Freud, publicada pela editora Companhia das Letras.

No tocante aos termos considerados técnicos, não existe a pretensão de impor as escolhas aqui feitas, como se fossem absolutas. Elas apenas pareceram as menos insatisfatórias para o tradutor, e os leitores e psicanalistas que empregam termos diferentes, conforme suas diferentes abordagens e percepções da psicanálise, devem sentir-se a vontade para conservar suas opções (SOUZA, 2010, v. 12, p. 12).

A pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo retomamos o objeto de estudos da psicanálise, o inconsciente, e decorrente desse novo objeto, como se

¹² Outras traduções foram utilizadas para dirimir dúvidas em alguns trechos, em especial a tradução para o português de Jaime Salomão publicada pela editora Imago.

pode compreender o sujeito. A partir desta circunscrição dos domínios psicanalíticos, apresentamos nosso tema de estudos: a noção de vocação e escolha profissional. Apontamos a especificidade de discutir a escolha numa abordagem implicada com determinações para além daquelas dispostas pela consciência. No segundo capítulo discutimos os conceitos psicanalíticos principais que, segundo Torres (2001), estariam na base do processo de escolha profissional. Sistematizamos os conceitos de objeto, escolha, identificação e sobredeterminação numa perspectiva metapsicológica, tal qual preconizado por Freud (1915c/2010, v. 12). Assim, abordamos os conceitos supracitados, na medida do possível, em seus aspectos tópico, econômico e dinâmico. Além dos quatro conceitos listados por Torres, apontamos as noções de ideal do Eu e Supereu como estando imbricados com o processo de escolha profissional e, mais especificamente, com o que chamamos de vocação. Ao final do segundo capítulo empreendemos dar contornos mais nítidos ao nosso entendimento sobre quais processos intrapsíquicos estariam na base do que chamamos de vocação e delineamos uma proposta de compreensão do que seja a vocação e como ela se processa intrapsiquicamente. No terceiro capítulo apontamos para discussões posteriores à proposta freudiana de constituição do psiquismo, assim destacamos a transmissão psíquica entre gerações como elemento a considerar também com referência à vocação e à escolha profissional/ocupacional. Primeiramente ancoraremos a discussão sobre a transmissão psíquica geracional na obra freudiana, esclareceremos a compreensão de autores como Berenstein (1988), Eiguer (1985, 1998) e Kaës (1998, 2001) a respeito de como se processa tal transmissão. A partir destes assentamentos, a vocação é pensada como estando calcada em registros inconscientes provenientes de figuras para além de pai e mãe, conforme a configuração edipiana clássica, mas arrastando-se aos determinantes forjados por figuras ancestrais. Na conclusão retomamos as principais hipóteses apresentadas em nossa discussão e apontamos para a complexidade de tratar sobre a escolha profissional em razão de não estar ancorada apenas em demandas inconscientes, mas em todo um contexto histórico, social e econômico.

1 ALICERCES PSICANALÍTICOS, OU ALGUNS FUNDAMENTOS DA PSICANÁLISE QUE SUBSIDIAM NOSSAS DISCUSSÕES

Pensamos que para discutir um tema relativo às escolhas, termo este que pode ser relacionado, usualmente, a aspectos plenamente conscientes, teremos, primeiramente, que apresentar nossa compreensão dos domínios do campo de estudos a que nos propomos, a saber, a psicanálise. Destarte, neste capítulo nos ocuparemos de que espécie de aporte ao estudo dos processos psíquicos se trataria a psicanálise, do objeto de estudo da psicanálise e, decorrente deste objeto, que sujeito podemos pensar para a psicanálise.

A psicanálise se insere em um dos projetos de psicologia, mas não na proposta das psicologias clássicas que teriam assentamento em processos conscientes¹³. Assim, a psicanálise não se trata de uma psicologia, mas de uma metapsicologia. Se ela não se ocupa mais dos processos conscientes como designando a totalidade do psíquico, que objeto de estudos essa área do saber terá? Decorrente desse novo objeto, qual seria o sujeito ao qual a psicanálise se dedicará? Que subsídios teóricos temos para balizar as discussões dos processos psíquicos? Estes são os motes que nortearão este capítulo.

1.1 O SUJEITO DESCENTRALIZADO DA PSICANÁLISE

As consequências da descoberta freudiana (...) colidem com a concepção do real-material inteiramente submetido a uma organização racional e com a concepção do psiquismo humano – e dos processos de apreensão do real – limitados à consciência racional. (Carlos Alberto Plastino¹⁴)

Nesta seção, visamos a compreensão do sujeito em um enfoque psicanalítico freudiano. Dentro do escopo dos projetos de psicologia vigentes na época dos estudos de Freud, temos de considerar que a psicanálise contribuiu para a instauração de outra perspectiva e entendimento do sujeito, não mais unificada e centrada na razão, mas em algo

¹³ Não temos a pretensão, dentro do escopo deste trabalho, de discutir os projetos de psicologia e as psicologias clássicas. Apenas as citamos para dar ao leitor a dimensão da especificidade da psicanálise, inserindo-a como um campo novo do saber a respeito do psiquismo humano. Para mais esclarecimentos sobre os projetos de psicologia, indicamos as obras de Luiz Cláudio Figueiredo *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)* e *Matrizes do pensamento psicológico*, e de Luiz Cláudio Figueiredo e Pedro Luiz Ribeiro de Santi a obra *Psicologia: uma (nova) introdução*.

¹⁴ PLASTINO (2006, p. 437) em texto denominado *O quinto rombo: a psicanálise*.

diverso. Retrocederemos aos achados inaugurais da psicanálise para localizar a diversidade de sua proposta de compreensão do âmbito psicológico.

Freud principia seus estudos com a histeria, pela falta de instrumental neurológico para tratar o sofrimento destes pacientes, haja vista a impossibilidade de identificar lesões orgânicas nestes quadros. Conclui que a lesão não seria da ordem do orgânico, mas relacionada a uma ideia (a uma representação intrapsíquica) relativa a uma parte do corpo. Freud acaba por romper com a clássica distinção entre mente e corpo. Assim, toda a sintomatologia que estes pacientes apresentavam passa a ser compreendida como a resultante de uma dinâmica psíquica composta por conflito, repressão do conteúdo conflituoso (o que significa dizer seu banimento do campo da consciência para domínios inconscientes e não o cancelamento do referido conteúdo) e retorno do conteúdo reprimido sob a forma de sintoma. O sintoma seria uma formação do inconsciente (assim como o sonho, o ato falho, o chiste) que retorna à esfera consciente sob disfarce, deformado, para que não seja conhecido o desejo subjacente ao conteúdo (FIGUEIREDO; SANTI, 2008; FREUD, 1915c/2010, v. 12; HONDA, 2010).

O trabalho publicado em 1900 por Freud, *A interpretação dos sonhos*, considerada a obra inaugural da psicanálise, entende os sonhos como emanando da mesma fonte que os sintomas histéricos: processos psíquicos inconscientes. Em publicações de Freud datadas de 1901 e 1905, de maneira análoga, são remetidos à mesma origem os atos falhos e os chistes (FREUD, 1900/2004, v. 4; 1901/1991, v. 6; 1905/1991, v. 8).

[...] a exigência de um novo projeto científico justifica-se pela inexistência de conhecimento psicológico sobre esses fenômenos. Compreende-se, assim que, desde a origem, o esforço de Freud é voltado para a criação de uma teoria psicológica nova, capaz de explicar não apenas a histeria e os múltiplos sintomas neuróticos, mas também os fenômenos psíquicos normais, como os sonhos, além das produções artísticas e culturais. Daí a afirmação de que psicanálise é o nome de uma nova disciplina científica. Pelas palavras de Freud, parece igualmente evidente que a malha conceitual que fundamenta o edifício da psicanálise – a metapsicologia – só pôde ser forjada de modo inferencial, mediante a análise dos fatos clínicos e a derivação de hipóteses teóricas e a construção de conceitos capazes de proporcionar a apreensão da realidade psíquica inconsciente (HONDA, 2010, p. 89).

Destarte, como um novo objeto é definido – o inconsciente - justifica-se a criação de uma nova disciplina: a psicanálise. O estudo das determinações inconscientes é a particularidade [e também onde reside as grandes dificuldades do projeto de psicologia científica] da psicologia das profundidades. Se os demais projetos de psicologia focam no estudo dos aspectos conscientes (o que não significa dizer que desconsiderem os aspectos

inconscientes), a psicanálise inaugura um novo campo (FIGUEIREDO & SANTI, 2008, FREUD, 1915c/2010, v. 12).

Freud (1940[1938]/1991, v. 23, p. 285) afirma que a psicanálise contradiz

[...] la igualación de lo psíquico con lo consciente. No; la condición de consciente no puede ser la esencia de lo psíquico, sólo es una cualidad suya, y añadidura una cualidad inconstante, más a menudo ausente que presente. Lo psíquico en sí, cualquiera que sea su naturaleza, es inconsciente [...]

Ao declarar que a consciência é inconstante, ou como apresentado no texto de 1923, *O eu e o id*, transitória, fica patente que segundo as teses freudianas o psíquico não pode ser igualado à consciência, pois tal implicaria em momentos nos quais o psiquismo não estaria presente, o que não nos parece uma tese plausível. Mas, ao atrelar a essência do psíquico ao inconsciente, uma descontinuidade no psíquico, na subjetividade, não pode ser concebida. Em outras palavras, os aspectos inconscientes estão sempre presentes, apesar de indisponíveis à consciência, em contraposição à transitoriedade da qualidade de ser consciente.

De acordo com Birman (2003, p. 15-16), Freud constituiu um novo campo de saber – a psicanálise – com a formulação de “novos pressupostos sobre a subjetividade”. Nos termos de Bastos (2001, s/p),

Freud não só rompeu com a psicologia da consciência, lançando as bases de uma teoria do sujeito, [...] como também desbancou a pretensão de que o Homem era senhor absoluto de seu pensamento, o qual, equivocadamente, pensava-se apenas racional e autônomo. [...] existimos e somos comandados por uma outra ordem: a ordem do inconsciente. [...] Freud veio destruir nossa ilusão de que a consciência constitui o centro de nós mesmos.

Figueiredo e Santi (2008) corroboram esta leitura da psicanálise e assim apresentam o pensamento freudiano sobre a questão da subjetividade:

[...] a concepção de que a subjetividade humana é cindida e incompleta, de que o “eu” não é a totalidade nem o centro do psiquismo pode ser original, sobretudo porque a idéia de que o “eu” não é o centro não é substituída pela crença de que “outra coisa” seja o centro. Em Freud não há lugar para se pensar num *self*, num “eu” verdadeiro ou numa natureza íntima. Não há um centro do inconsciente (FIGUEIREDO; SANTI, 2008, p. 85).

Em acordo com esta abordagem, Bastos (2001) destaca que para a psicanálise o Eu não é centrado em sua consciência, ele é descentrado. Mas não há possibilidade de colocar algo outro como centro, pois o inconsciente seria uma estrutura que tampouco possui um centro.

A propósito da noção de sujeito, temos de considerar que, como destaca Birman (2003), em psicanálise há uma diferença radical da noção proposta pela filosofia, bem como nas abordagens psicológicas vigentes na época do fundador da psicanálise. Nos termos do autor,

[...] a filosofia do sujeito foi questionada pela psicanálise de maneira precisa, na medida em que para ela o sujeito estaria sempre inscrito no campo da consciência e se enunciava no registro do eu, enquanto a psicanálise formulou o *descentramento* do sujeito em ambos os registros citados [da consciência e do eu] (BIRMAN, 2003, p. 08, grifo no original).

Como vimos a respeito dos pacientes histéricos, Freud propunha-se a deslindar o que subjazia à experiência imediata, no caso, o sintoma apresentado. Se se compreendia que o sintoma vivenciado no aqui-agora tinha causação desconhecida pelo paciente em virtude dos liames haverem sido banidos da consciência pelo mecanismo de repressão, fazia-se necessário empreender esforços para o restabelecimento de tais liames. Parece-nos claro que o pressuposto freudiano de voltar-se para o estudo de algo com sentido oculto que se manifestava não apenas no psiquismo, mas também no corpo (como nas histerias de conversão), encerra um paradigma no qual a consciência, detentora da noção de si e, portanto, do acesso ao corpo, não pode ser tida como o todo do psíquico.

Se a premissa freudiana era da existência de um psiquismo com processos subjacentes aos que se dariam na consciência, havendo fenômenos que escapariam a qualidade de ser consciente (como fica patente ao trabalhar com pacientes histéricos), a hipótese da existência do inconsciente torna-se necessária (FREUD, 1915c/2010, v. 12). Ocorre, então, uma mudança em relação ao paradigma apresentado pelas psicologias. “A concepção psicanalítica de que existiria um psiquismo inconsciente e que a subjetividade transcenderia em muito os registros do eu e da consciência, implicou efetivamente no descentramento do sujeito” (BIRMAN, 2003, p. 55).

Birman (2003) declara que a terceira grande ferida narcísica¹⁵ que a psicanálise representou para a humanidade teria ocorrido pelo retirar do último ponto de convergência de sua supremacia e arrogância: a soberania do eu. Ao deslocar a soberania da consciência no psiquismo para os processos inconscientes, a realidade psíquica passa a ser regulada pelo registro inconsciente e pela pulsão. Desta forma, o autor destaca que o descentramento do sujeito realizado ao longo da construção teórica freudiana teria de ser pensada em três sentidos que se condensam: 1) da consciência para o inconsciente; 2) do eu para o outro; 3) da consciência, do eu e do inconsciente para as pulsões.

No primeiro sentido, como dissemos anteriormente, a consciência perdeu seu papel de destaque e foi relativizada em relação à consciência. Em se tratando dos momentos inaugurais

¹⁵ As outras duas feridas narcísicas seriam a revolução copernicana na cosmologia, que retirou a Terra como centro do universo, e a revolução darwiniana na biologia, que rebaixou o homem de sua situação privilegiada de ser criado ‘à imagem e semelhança de Deus’ e o colocou na mesma esteira das demais espécies animais, fruto de um processo evolucionário das espécies.

da psicanálise, estamos na vigência da primeira topologia, segundo a qual o psiquismo dividia-se em três sistemas: consciente, pré-consciente e inconsciente. Neste momento das formulações, o eu ainda mantém-se como a instância soberana no psiquismo, com função cognitiva, com racionalidade preservada, discriminando entre as representações inconscientes (as representações-coisa) e as pré-conscientes/conscientes (as representações-palavra), seria dessexualizado e seria regulado pelo princípio de realidade (em contraposição ao princípio do prazer que regularia os processos inconscientes). Também estamos na vigência do primeiro dualismo pulsional, no qual a oposição dar-se-ia entre as pulsões de autoconservação – ou pulsões do eu - e as pulsões sexuais – ou pulsões do objeto (BIRMAN, 2003; FREUD, 1914/2010, v. 12; 1915c/2010, v. 12).

Com relação ao segundo sentido – do eu para o outro – a questão residiria não mais apenas no questionamento da consciência, mas na manutenção do eu como pólo referencial do sujeito. O ponto nodal, de acordo com Birman (2003), teria sido as postulações apresentadas no texto *Introdução ao Narcisismo*, publicado em 1914. Neste texto, o eu passou a ser concebido também como sexualizado, na medida que poderia ser tomado como objeto. “Não existiria mais aqui, para Freud, as pulsões de autoconservação sustentada pelos interesses vitais, já que agora as pulsões do eu seriam *também* sexuais” (BIRMAN, 2003, p. 66-67, grifo nosso). Isto implica que o eu também poderia ser investido por libido. Como, agora, considerar o eu como racional e haver transparência nas operações cognitivas por ele realizadas se esse eu também estaria exposto às exigências eróticas, oriundas de esferas inconscientes? Esse eu deixa de ser originário no psiquismo para ser derivado de investimentos no outro, em objetos. No princípio da vida haveria uma fragmentação – o eu não poderia ser entendido enquanto uma instância unificada. De ora em diante, pelas teses freudianas haveriam dois objetos a investir: o eu e o outro. Assim, “[...] a subjetividade estaria sempre polarizada entre o eu e o outro” (BIRMAN, 2003, p. 67). A princípio pelo outro inicialmente fundante do psiquismo – o agente prestativo - e em seguida pelo outro do Édipo, internalizado via processos identificatórios com as figuras parentais, forjando uma subestrutura, o ideal do eu (FREUD, 1895/1995; 1914/2010, v. 12; 1923b/2011, v. 16; 1933/2010, v. 18). “Com essa outra modalidade de descentramento, portanto, o eu se constituiria a partir do outro, não estando mais na origem, já que seria forjado por derivação, marcado para sempre pelas incidências do outro” (BIRMAN, 2003, p. 67-68). O outro estaria

perpetuamente inscrito no psiquismo sob a forma de uma partição do eu: o ideal do eu/supereu¹⁶.

Com o terceiro sentido do descentramento do sujeito proposto por Birman (2003, p. 71) - da consciência, do eu e do inconsciente para as pulsões – entendemos “[...] o psiquismo como sendo movido por um confronto interminável de forças”. Em *Os instintos e seus destinos*, de 1915, Freud (1915a/2010, v. 12) esclarece que a pulsão [instinto] é uma força constante que provém do interior do organismo. Se no princípio das formulações freudianas o confronto se daria entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais, com o advento da tese do narcisismo (de um investimento libidinal do eu) esse dualismo tem de ser abdicado em prol de outro. A partir de 1920, com o texto *Além do princípio de prazer*, Freud (1920/2010, v. 14) apresenta uma segunda postulação para o dualismo pulsional: pulsão de vida e pulsão de morte. A primeira tenderia a reunir os processos vitais e eróticos, impelir à formação de grupos, em suma, concorreria para a manutenção da vida. Já a pulsão de morte visaria a destruição, portanto, a conduzir à morte (BIRMAN, 2003; FREUD, 1920/2010, v. 14; 1930/2010, v. 18).

Um aspecto não apontado por Birman (2003), mas que, cremos, merece destaque é que a partir da formulação de uma Segunda Topologia, apresentada por Freud (1923b/2011, v. 16) no texto *O eu e o id*, o eu é considerado um vassalo, tendo de haver-se com três senhores: o isso [id], o supereu e o meio externo. Isto implica em um eu que tem de promover manobras a fim de atender a demandas oriundas de três frentes diversas, cada qual com suas especificidades que inviabilizam a consecução das demandas das demais. Esse eu sujeitado, não mais senhor de seus próprios ditames, podemos pensar como sendo outro sentido para o descentramento do sujeito. Se já foram apontados os descentramentos referentes ao isso e ao supereu, as demandas do meio externo com a imposição da realidade concreta e de normas ainda não havia sido considerada, ou, ao menos, havia ficado em plano de fundo quando tratou-se da internalização do objeto, o funcionamento do eu pelo princípio de realidade e a internalização das normas sociais pela aquisição de um supereu no aparato anímico. Essas são questões a serem tratadas em capítulo posterior.

¹⁶ No texto *O eu e o id*, de 1923, Freud utiliza os termos ideal do eu e supereu como equivalentes. Em *A dissecação da personalidade psíquica*, das Novas Conferências Introdutórias, datada de 1933, Freud retoma a antiga distinção apontada em 1914 colocando como uma das funções atribuídas ao supereu manter o ideal do eu.

1.2 O INCONSCIENTE: UM NOVO OBJETO PARA UM NOVO CAMPO DO SABER

Nesta seção, não temos o intuito de fazer uma retomada histórica do conceito de inconsciente na obra de Sigmund Freud. Outrossim, objetivamos acompanhar a argumentação do autor sobre a hipótese do inconsciente, pois esta compõe o ponto de viragem na história do estudo dos eventos mentais, para uma teoria que aplica um novo objeto de estudo para a psicologia, o deslocar a essência do psíquico da consciência para o inconsciente. Estes elementos nos serão úteis para a compreensão de capítulos posteriores, nos quais teremos de apresentar, por exemplo, as teses sobre escolha. O termo escolha, usualmente, nos remete a processos conscientes. Seria esta a concepção psicanalítica do termo? Estariam os processos inconscientes relacionados à escolha? Que processos psíquicos seriam estes? Como seria seu funcionamento? Estas e algumas outras questões pertinentes aos próximos capítulos começam a ser delineadas aqui, ao buscarmos desvelar o objeto de estudo da psicanálise: o inconsciente.

Freud (1915c/2010, v. 12) dedica uma obra a este tema. Anteriormente a esta publicação, é evidente ao leitor do autor, que o tema do inconsciente já havia sido tratado no decorrer da obra de até então, pois toda a construção teórica vigente relativa à psicopatologia, aos sonhos, aos atos falhos, aos chistes, à literatura, à constituição da civilização estava assentada na hipótese do inconsciente. Inclusive, em 1912, Freud discutira o conceito na obra *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise*. E, muito antes deste, o capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* já trazia a noção de inconsciente como central para a discussão psicanalítica.

Para darmos os contornos desta seção dedicada à noção de inconsciente, acompanharemos as argumentações de Freud (1915c/2010, v. 12) apresentadas no texto *O inconsciente*. Advertimos que faremos uma exposição das teses freudianas de maneira rente às discussões do autor no referido artigo metapsicológico e que estas serão interpoladas com conteúdos extraídos de outras obras do autor que tratam do tema, bem como com discussões oriundas de comentadores da obra freudiana.

O texto *O inconsciente* foi publicado subsequentemente à obra *A repressão*, também datada de 1915. Ambos os textos compõem parte dos *Ensaio de Metapsicologia*, aos quais Freud se dedicava naquele período. Em razão dessa cronologia na obra, parece-nos lógico que Freud (1915c/2010, v. 12) principie a redação de *O inconsciente* relacionando a noção de repressão à esfera inconsciente. O autor esclarece que a essência da repressão estaria em impedir que a ideia que representa uma pulsão [instinto] adentre à consciência. Isto implicaria

em manter este conteúdo afastado da consciência. Usando os termos do autor, “Tudo que é reprimido tem de permanecer inconsciente[...]” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 100). Mas, o ponto que o autor destaca a seguir, aponta para o inconsciente como algo mais amplo que os conteúdos reprimidos. O autor continua, “[...] o reprimido não cobre tudo que é inconsciente. O inconsciente tem o âmbito maior; o reprimido é uma parte do inconsciente” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 100). Fica-nos claro que a obra em questão versará sobre essa abrangência que teria o inconsciente e, não apenas, aquilo que compõe uma parcela, o reprimido.

Freud (1915c/2010, v. 12) levanta a seguinte questão: como alcançar o conhecimento do inconsciente? Ora, poderíamos justificadamente inquirir, se os conteúdos ali alocados estão fora do âmbito da consciência, como poderemos ter acesso a eles? Freud deixa claro que é apenas quando um conteúdo está à disposição da consciência que podemos conhecê-lo. Então, como se daria o conhecimento do que está no inconsciente? O autor nos dá a resposta: “É claro que o conhecemos [o conhecimento do inconsciente] apenas enquanto consciente, depois que experimentou uma *transposição* ou *tradução* em algo consciente” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 100-101, grifo nosso). O autor declara que este processo de transposição ou tradução de conteúdos inconscientes em conscientes é encontrado no trabalho psicanalítico, no qual o analisando, pelo superar de resistências converte um material outrora reprimido em material acessível à consciência¹⁷.

1.2.1 Justificativa da necessidade e legitimidade do inconsciente

A primeira seção do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) dedica a justificar a hipótese do inconsciente. Declara que “[...] a suposição do inconsciente é *necessária e legítima*, e que possuímos várias *provas* da existência do inconsciente” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 101, grifo do autor). Vejamos como o autor explicita a necessidade da hipótese do inconsciente.

A primeira argumentação elencada para a necessidade da suposição do inconsciente é a lacunaridade da consciência. Freud (1915c/2010, v. 12) aponta que as ações falhas, os sonhos, os sintomas e os atos obsessivos testificam as lacunas do consciente de modo que

¹⁷ O que nomeamos como vocação, base da escolha profissional, parece-nos uma espécie de tradução de conteúdos proscritos que pode ascender à consciência sob a forma de sub-rogado.

estes eventos necessitam, para seu esclarecimento, de outros atos que não podem ser acessados pela consciência. Assim, haveria de se buscar a explicação para tais ações em lugar distinto da consciência, ou seja, teríamos de considerar a existência de uma esfera psíquica que fugiria a qualidade de ser consciente (FREUD, 1912b/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12; 1940[1938]/1991, v. 23).

Todos esses atos conscientes [atos falhos, sonhos, sintomas, atos obsessivos] permanecem desconexos e incompreensíveis se insistimos na pretensão de que através da consciência experimentamos tudo o que nos sucede em matéria de atos psíquicos, mas se inscrevem numa coerência demonstrável se neles interpolamos os atos inconscientes inferidos. Um ganho em sentido e coerência é motivo plenamente justificado para irmos além da experiência imediata. [...] é uma *pretensão insustentável* exigir que tudo o que sucede na psique teria de se tornar conhecido também para a consciência (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 101-102, grifo do autor).

A justificativa da necessidade da interpolação de processos inconscientes para a compreensão de atos aparentemente incoerentes à consciência parece, ao autor, provocar um ganho em sentido para execução da referida ação. Poderíamos pensar, amparados nas teses do autor, que a consideração de atos incoerentes, inexplicáveis com os argumentos disponíveis apenas à consciência, seria um ponto nevrálgico para a declaração de igualdade entre psíquico e consciente. Vemos aqui a mudança de um paradigma. Se os processos psíquicos eram equiparados à consciência, Freud (1912b/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12; 1940[1938]/1991, v. 23) forja um novo campo de estudos, com novo objeto.

A consciência, como disse Freud inúmeras vezes, é lacunar, no sentido de que não contém todos os elementos para a explicação dos fenômenos que aí ocorrem: estes últimos, além de corresponderem a apenas uma parte do psíquico, apresentam-se como determinados por processos inconscientes e, muitas vezes – sobretudo no caso das manifestações psicopatológicas, mas não apenas nelas -, só podem ser compreendidos levando-se em conta essa determinação. Uma psicologia que lidasse apenas com a consciência não poderia, assim, explicar uma série de manifestações psíquicas, tais como os sintomas neuróticos, os sonhos e os atos falhos, pois a compreensão destes não poderia prescindir da referência ao inconsciente (CAROPRESO & SIMANKE, 2009, p. 107).

Outra argumentação freudiana a respeito da necessidade de inferir o inconsciente é a quantidade mínima de conteúdos disponíveis à consciência em dado momento. Isto implicaria em que parte do que seria conhecimento consciente teria de estar indisponível à consciência em determinado momento. Nas palavras de Freud (1915c/2010, v. 12, p. 102), “[...] a maior parte do que denominamos conhecimento consciente deve, de qualquer maneira, achar-se em estado de latência por longos períodos de tempo, ou seja, em um estado de inconsciência psíquica”. Deste modo, para se poder contradizer a existência do inconsciente, teríamos que

abdicar de todo o conhecimento, todos os conteúdos das lembranças que, é evidente, não estariam a disposição da consciência em parcelas consideráveis de tempo.

Uma ideia [*Vorstellung*] – ou qualquer outro elemento psíquico – pode estar agora *presente* na minha consciência e *desaparecer* no momento seguinte; pode novamente retornar, após um intervalo de tempo, e isso, como dizemos, a partir de lembranças, não em consequência de uma nova percepção sensorial. Para levar em conta esse fato, vimo-nos obrigados a supor que a ideia estava presente em nosso espírito também durante o intervalo, ainda que permanecesse latente na consciência (FREUD, 1912b/2010, v. 10, p. 257, grifo do autor).

Ao partir na noção de lembranças que podem ser resgatadas de um processo de latência ou, se se preferir, de esferas inconscientes, mais uma vez Freud alerta para as dificuldades da equiparação do consciente ao psíquico. Vai ficando cada vez mais delineado o porquê do autor declarar a necessidade de suposição do inconsciente, visto a impossibilidade, para Freud, de equivaler o psíquico ao consciente (FREUD, 1912b/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12; 1940[1938]/1991, v. 23).

[...] a identificação convencional entre o psíquico e o consciente é totalmente inadequada. Ela rompe as continuidades psíquicas, nos precipita nas insolúveis dificuldades do paralelismo psicofísico, fica aberta à crítica de superestimar sem fundamentação razoável o papel da consciência, e nos obriga a deixar o âmbito da pesquisa psicológica, sem nos trazer compensação de outros campos (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 103).

A contestação de que todos os processos psíquicos devem ser atrelados à consciência fica então evidenciada. E, se se tem estados psíquicos que se diferenciam dos conscientes pela ausência da consciência, Freud (1915c/2010, v. 12, p. 104) aponta que se deve “[...] tratá-los como objetos da investigação psicológica, em íntima relação com os atos anímicos conscientes”. Assim, Freud encerra as justificativas para a necessidade da suposição do inconsciente. A partir deste ponto, o autor discutirá a legitimidade de tal inferência.

Freud (1915c/2010, v. 12) passa a apresentar os motivos pelos quais a suposição de um inconsciente seja legítima. Declara que para adotar a hipótese do inconsciente à maneira de pensar habitual e tida por correta é mantida. Segundo a concepção do autor, a consciência proporcionaria o conhecimento dos estados psíquicos de cada indivíduo. Assim sendo, atribuir consciência a outro indivíduo seria uma analogia que seria baseada “[...] nas manifestações e atos que percebemos desse outro, para nos tornar compreensível o seu comportamento” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 104-105). Portanto, o autor conclui que trata-se de uma inferência supor que outro indivíduo possua uma consciência, isto porque não se pode apresentar certeza tal qual se possui da nossa própria consciência. O autor argumenta

que, partindo do declarado ‘método de inferência’¹⁸, se teria que atribuir a outro aquilo que não se reconhece em si mesmo em termos de vida psíquica. Isto conduziria a pensar numa consciência da qual nada se sabe, ou, uma consciência inconsciente. Mais que isso, se teria de pensar em uma segunda, terceira e quarta consciências, as quais nada sabem uma da outra. Outra argumentação é de que esses processos dos quais nada se sabe, que chamaremos, juntamente com Freud, de latentes, possuem características que contrariam o funcionamento da consciência. Conclui Freud (1915c/2010, v. 12, p. 107) que: “Assim teremos razão para modificar a inferência sobre nossa própria pessoa: ela não demonstra uma segunda consciência em nós, mas sim a existência de atos psíquicos privados de consciência”. Deste modo, o autor declara a suposição de processos psíquicos inconscientes.

Vemos que Freud (1915c/2010, v. 12) discute a suposição do inconsciente a partir da consideração de que a consciência é lacunar, ou seja, não contínua. Se considerarmos que o psíquico é constituído exclusivamente por processos conscientes teríamos de aceitar que haveria a interrupção do psiquismo em dados momentos. Tal não poderia ser a concepção psicanalítica, que mesmo no período do sono deslinda processos psíquicos atuantes, os quais não podem ser tidos como conscientes. Mais ainda, a ocorrência de atos que não podem ser explicados pela consciência, poderia indicar a existência de processos anímicos que escapariam à consciência. Fica legitimada a rejeição de Freud de que a consciência seja a totalidade do psíquico.

Na segunda seção do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) discute os sentidos empregados para o termo inconsciente bem como o ponto de vista topológico. No item a seguir trataremos dos sentidos de inconsciente e em item subsequente discutiremos a topologia.

1.2.2 Os sentidos do termo inconsciente

Freud (1915c/2010, v. 12, p. 108) principia a segunda seção do texto *O inconsciente* destacando que “[...] a inconsciência é apenas um traço distintivo do psíquico, que de modo

¹⁸ Na tradução de Paulo Cezar de Souza para as Obras Completas de Sigmund Freud, em nota de rodapé, destaca-se que o termo método de inferência pode ser vertido de maneiras distintas nas diversas traduções, visto admitir mais de uma versão. Citaremos as traduções encontradas pelo autor: *procedimiento deductivo*, *modo de razonamiento*, *tipo di inferenza*, *procédé d’inferénce*, *procédé de déduction*, *method of inference*, *processo of inference*.

algum basta para sua caracterização”. Isto implicaria em que apesar dos aspectos inconscientes serem altamente valorados para a psicanálise, de modo algum eles podem ser considerados a totalidade dos processos psíquicos. O que significa que os processos inconscientes não bastam para caracterizar o psíquico.

No texto *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente*, Freud (1912b/2010, v. 10) propõe uma distinção, em termos descritivos, e este é o primeiro sentido dado ao termo pelo autor, entre consciente e inconsciente. Nas palavras de Freud (1912b/2010, v. 10, p. 258),

Vamos, então, chamar de “consciente” à ideia que se acha presente em nossa consciência e da qual nos apercebemos, e admitir apenas este sentido para o termo “consciente”; já as ideias latentes, se tivermos motivo para supor que existem na psique – como no caso da memória –, serão designadas com o termo “inconsciente”.

Uma ideia inconsciente, então, é uma ideia que não notamos, mas cuja existência estamos dispostos a aceitar, com base em outros indícios e provas.

Resumindo, o sentido descritivo do termo inconsciente refere-se a uma ideia estar indisponível à consciência, seja possível torná-la consciente em dado momento ou não. Caropreso e Simanke (2009, p. 100, grifo dos autores) descrevem o sentido descritivo da seguinte maneira:

O termo inconsciente seria usado em *sentido descritivo* para designar um fato psíquico que, mesmo não estando presente na consciência ou não sendo percebido conscientemente, continue presente na vida mental; em outras palavras, continue existindo enquanto algo psíquico. [...] na ausência da consciência, as representações podem preservar a sua condição de fatos psíquicos.

Vemos que este sentido delimita a existência de representações independentemente delas serem, ou não, objetos da consciência. Isto significa que, os fatos psíquicos têm de ser considerados como estando para além da qualidade de se tornarem conscientes.

Um segundo sentido do termo, o sentido dinâmico, é apresentado no texto *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente*, publicado por Freud em 1912. Apesar do sentido dinâmico não ser nomeado na segunda seção do texto de 1915, ele encontra-se implícito na argumentação do autor. Neste sentido – o dinâmico – buscou-se compreender como uma ideia que não chegou a atingir a consciência em dado instante, pode produzir ação que, ao ser realizada, foi tomada como consciente.

Nesse *sentido dinâmico*, o termo inconsciente designaria pensamentos e representações que, apesar de intensidade e sua capacidade de ação eficiente, permaneceriam afastados da consciência, insuscetíveis de se tornarem conscientes (CAROPRESO & SIMANKE, 2009, p.101, grifo dos autores).

Nestes casos, a ideia subjacente ao ato não pôde atingir a consciência. Exemplos deste funcionamento podem ser obtidos da sugestão pós-hipnótica, dos sintomas histéricos bem como dos sintomas das demais neuroses, dos lapsos de linguagem, dos esquecimentos e dos

sonhos. Apresentar esta lista de exemplos da atuação do inconsciente indo de processos artificiais, como a sugestão pós-hipnótica, passando pela patologia ao discutir os sintomas, e atos corriqueiros em indivíduos considerados sãos, como os esquecimentos, as ações falhas e os sonhos, demarca a abrangência dos fenômenos inconscientes a diversas modalidades, bem como a distintas ‘classes’ de pessoas. O que fica evidenciado é uma universalidade de fenômenos nos quais uma ideia inconsciente tem a capacidade de produzir ação que é admitida na consciência, mesmo que os liames entre a ideia e o ato tenham sido rompidos (FREUD, 1912b/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12).

Parece-nos que a discussão a respeito do sentido dinâmico, ligando ideias e ações aparentemente desconexas entre si, abre as portas para a compreensão do terceiro sentido dado ao termo inconsciente em psicanálise.

No texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) amplia a distinção entre os processos inconscientes. Esta distinção principia a articulação que será processada como o sentido sistemático do termo inconsciente.

Por um lado, o inconsciente abrange atos que são apenas *latentes, temporariamente inconscientes*, mas que de resto *não se diferenciam* em nada dos conscientes, e, por outro lado, processos como os reprimidos, que, caso se tornassem conscientes, contrastariam da maneira mais crua com os restantes conscientes (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 108, grifo nosso).

Freud (1915c/2010, v. 12) começa a propor distinção entre processos latentes. Há aqueles capazes de atingir a consciência sem maiores empecilhos haja vista sua semelhança com os processos conscientes. Isto significa que apesar de estarem descritivamente inconscientes, estes atos são passíveis de atingirem a consciência. O autor contrasta a estes primeiros os conteúdos reprimidos que, se alcançarem a consciência, difeririam e, portanto, contrastariam com os demais conteúdos pertinentes a consciência. Interessante notar que o artigo metapsicológico imediatamente predecessor a este é *A repressão* e, ao esclarecer a distinção entre elementos latentes passíveis de alçarem consciência e aqueles soterrados pelo mecanismo de repressão, o Freud (1915b/2010, v. 12) utiliza-se dos elementos teóricos a eles pertinentes.

O ideal, para Freud (1915c/2010, v. 12), seria classificar os atos psíquicos em acordo com pulsões [instintos] e metas, sua composição e inclusão em sistemas e a posse de determinados atributos, e não no fato dos atos serem conscientes ou inconscientes¹⁹. Acontece que o autor declara que isto seria impraticável. Assim, não se poderia fugir da ambiguidade do

¹⁹ Seriam estas considerações um presságio para a elaboração de uma segunda teoria topológica do aparato anímico?

uso dos termos consciente e inconsciente, os quais poderiam ser utilizados ora num sentido descritivo, ora num sentido sistemático.

Deste modo, o autor apresenta o terceiro sentido do termo inconsciente. Entendido como um sistema, este teria de possuir características que o distinguíssem de outros sistemas. Podemos destacar, com Freud, que o funcionamento será diverso em cada sistema, ou em cada lugar psíquico.

Caropreso e Simanke (2009, p.101, grifo dos autores) assim esclarecem o desenvolvimento de um sentido sistemático para a noção de inconsciente.

A análise dos sonhos, sobretudo, teria mostrado que os processos mentais inconscientes e insuscetíveis de se tornarem conscientes seriam governados por leis diferentes daquelas que vigoram na consciência e estariam submetidos a outro regime de funcionamento mental, possuindo, portanto, propriedades diversas daquela da mente acessível à apreensão consciente. Isso exigiria que fossem considerados como pertencentes a uma categoria psíquica à parte – o que, na linguagem da tópica freudiana, significa considerá-los como ocorrendo numa outra região do aparelho psíquico. Essa constatação teria sido o que levou Freud a introduzir em sua teoria a hipótese de um *sistema* inconsciente e, com ela, um uso substantivo do conceito (*das Enbewusste*), com objetivo de estabelecer quais são as características peculiares aos processos psíquicos insuscetíveis de se tornarem conscientes, que fariam com que eles passassem a constituir um grupo psíquico distinto.

Dá-se, agora, amplitude à noção de inconsciente como uma espécie de estratificação no psiquismo, sendo o inconsciente o nível mais profundo do mesmo. Esboça-se, assim, uma topologia do psiquismo. Na seção subsequente buscaremos apresentar a compreensão freudiana da estratificação do psiquismo, ou seja, ao psiquismo que se processa em funcionamento de sistemas distintos entre si, mas, apesar da distinção, sistemas imbricados.

1.2.3 O ponto de vista topológico²⁰

Freud (1915c/2010, v. 12) deixa claro que não é possível prescindir da qualidade de ser consciente para estabelecer a diferenciação entre os sistemas que compõem o aparato anímico, visto que em tal diferenciação se baseia o ponto fundante das investigações psicanalíticas. É justamente na distinção entre algo que pode ou não atingir a consciência que se assenta a proposição de lugares psíquicos. O autor acata a sugestão de, ao referir-se ao

²⁰ Paulo Cezar de Souza (2010), em nota de rodapé, aponta que a tradução mais acertada para o termo alemão *Topik* seria topologia, e não o termo tópica por vezes utilizado.

sentido sistemático, nomear a consciência pela abreviatura *Cs* e a inconsciência pela abreviatura *Ics*.

Freud (1915c/2010, v. 12) passa a apresentar como se processaria a distinção entre os sistemas a partir da elucidação de como ocorreria um ato psíquico. Haveriam duas fases em relação ao estado de consciência e inconsciência, entre as quais ocorreria a censura. Na primeira fase do ato psíquico ele é inconsciente e é alocado no sistema *Ics*. Ao ser submetido ao exame da censura, pode ser que ele não esteja habilitado para a segunda fase, em outros termos, ele é rejeitado pela censura. Se isto ocorrer, o ato psíquico será reprimido e, portanto, permanecerá inconsciente. Mas, se ao ser submetido à censura ele for admitido para a entrada na segunda fase, poderá adentrar ao segundo sistema, o sistema *Cs*.

Aqui ainda mantém-se a distinção entre consciente e inconsciente, análoga ao sentido descritivo que discernia entre aquilo que estava disponível à consciência e aquilo que não estava disponível à consciência. Mas, novos esclarecimentos delinearão de maneira mais estrita o estado de um ato psíquico ser/estar inconsciente.

A segunda fase de um ato psíquico, como dissemos acima, é adentrar ao sistema *Cs*. Freud (1915c/2010, v. 12, p. 110) alerta que “[...] essa participação [no sistema *Cs*] não chega a determinar inequivocadamente a sua relação [do ato psíquico] com a consciência”. Adentrar ao segundo sistema – o *Cs* – não indica que um ato psíquico seja consciente, mas que ele é *capaz de consciência*²¹, o que significa que ele pode ser admitido como objeto da consciência sem maiores resistências, haja vista que já havia passado pelo crivo da censura. Por ser passível de consciência, Freud também chama o sistema *Cs* de *pré-consciente*. Se ocorrer uma nova interposição de censura entre o pré-consciente [capaz de consciência] e o consciente, faz-se justificado discriminar entre os sistemas *Pcs* e *Cs*. O autor afirma que o sistema *Pcs* possui as mesmas propriedades que o sistema *Cs* e que o papel crucial, rigoroso da censura se dá na fronteira do sistema *Ics* para o sistema *Cs*.

A diferença fundamental existente entre inconsciente e pré-consciente se definiria pelo fato de que, pela vontade, seria possível tornar imediatamente consciente algo presente no pré-consciente, enquanto tal não seria o caso no que se refere ao inconsciente (BIRMAN, 2003, p. 39).

À questão sobre a localização anatômica da topologia anímica, apesar de Freud (1915c/2010, v. 12, p. 112) considerar que as atividades psíquicas estejam mais vinculadas à função cerebral (do que a qualquer outro órgão), ele rejeita se referir à topologia como a localidades anatômicas, mas sim como a “regiões do aparelho psíquico”.

²¹ A expressão em itálico, *capaz de consciência*, foi mantida conforma grafada na tradução consultada. Nesta, após a expressão é indicado entre parênteses que a autoria da mesma pertence a J. Breuer.

A respeito dos registros das ideias constantes nos sistemas, Freud (1915c/2010, v. 12) aponta algumas dificuldades. Uma das possibilidades é de que ao ser transposta da primeira fase da ideia (*Ics*) para a segunda fase (*Cs*) um novo registro da ideia seria forjado nesta nova localidade. O autor afirma que esta hipótese é a mais grosseira e mais cômoda. A segunda hipótese seria de que ao transpor uma fase para a outra se daria uma mudança funcional. Freud pensa que apesar de ser uma hipótese menos plástica e mais difícil de manejar, esta seria a mais provável. A primeira suposição, de uma ideia existir em dois lugares (sistemas) simultaneamente, com a possibilidade de transitar de um lugar para outro, sem com isso perder seu primeiro registro (avançar do *Ics* para o *Cs*, sem, contudo, perder o registro no *Ics*), pode ser sustentado pelas impressões da prática psicanalítica. Freud (1915c/2010, v. 12, p. 113) assim descreve essa possibilidade na prática clínica:

Se comunicamos a um paciente uma ideia que ele reprimiu num dado momento e que descobrimos, num primeiro instante isso nada muda em seu estado psíquico. Principalmente, não suprime a repressão nem desfaz suas consequências, como talvez se esperasse do fato de a ideia antes inconsciente haver se tornado consciente. Pelo contrário, de início obteremos tão só uma nova rejeição da ideia reprimida. Mas agora o paciente tem de fato a mesma ideia em dupla forma, em lugares diferentes de seu aparelho psíquico: primeiro tem a lembrança consciente do traço auditivo da ideia, através da comunicação; e também traz consigo, como sabemos com certeza, a memória inconsciente do vivido, em sua forma anterior. Na realidade, a repressão não é suprimida enquanto a ideia consciente, após a superação das resistências, não entrou em ligação com o traço de memória inconsciente. Apenas tornando consciente esta última se alcança o êxito.

Freud (1915c/2010, v. 12) alerta que apesar da prática clínica parecer demonstrar que as ideias conscientes e inconscientes ocorreriam por registros distintos do mesmo teor, que seriam topologicamente separados, esta seria uma reflexão superficial e, quiçá, errônea²². Isto porque a lembrança do conteúdo de uma vivência reprimida e a comunicação feita ao paciente pelo analista são coisas de naturezas distintas, mesmo que possuam conteúdo de igual teor.

1.2.4 O mecanismo de Repressão: os afetos inconscientes, a topologia e a dinâmica da repressão

Na terceira seção do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) discute a noção de sentimentos inconscientes. Apresenta a dificuldade em tratar de algo que seja,

²² Posteriormente outra hipótese sobre como se daria os registros da ideia nos distintos sistemas será apresentada.

ordinariamente, da ordem da percepção, portanto algo vinculado à consciência, como estando/sendo inconsciente.

A primeira demarcação que Freud (1915c/2010, v. 12) destaca é que a pulsão, em si, não pode adentrar à esfera da consciência, apenas a ideia que representa a pulsão. Também no inconsciente, a pulsão é representada pela ideia a ela vinculada. Assim, quando se fala em um impulso inconsciente ou reprimido, está se querendo referir a um impulso, ou moção, cujo representante ideacional esteja inconsciente. Isto porque, se a pulsão, em si mesma, só pode ser inconsciente, e o que é passível de consciência é a ideia atrelada a tal pulsão, só se poderia referir à ideia como não tendo adentrado à consciência, portanto, inconsciente.

Quanto aos sentimentos, Freud (1915c/2010, v. 12, p. 115) afirma: “[...] é da natureza de um sentimento que ele seja sentido, isto é, que se torne conhecido da consciência”. Como então pensar em sentimentos como amor, raiva, ódio etc. como inconscientes? Apesar de parecer um paradoxo, o autor destaca que na prática psicanalítica estes termos são geralmente empregados querendo significar, afetos que não puderam ser recebidos como tais na consciência. O autor esclarece que é possível que

[...] um impulso afetivo ou emocional seja percebido, mas de forma equivocada. Ele é obrigado, devido a repressão de sua verdadeira representação, a unir-se com outra ideia, e passa a ser tido, pela consciência, como manifestação dessa última. Se restabelecemos o vínculo correto, chamamos o impulso afetivo original de “inconsciente”, embora seu afeto jamais tenha sido inconsciente, apenas sua ideia sucumbiu a repressão (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 116).

Isto significa que a descarga qualitativa do afeto pode produzir-se na consciência, mas a ideia à qual tal afeto estaria originalmente ligado sofreu um processo de repressão, sendo separado da consciência. Então, se o afeto pode emergir na consciência, sua causa precipitante – a ideia – não. Freud (1915c/2010, v. 12) aponta que tratar de afetos inconscientes estaria relacionado a quais os destinos da quantidade dos impulsos, moções pulsionais seriam decorrentes da repressão. Seriam três os destinos do afeto em consequência da repressão: 1) o afeto não sofre transformação, continuando como é, no todo ou em parte; 2) o afeto sofre transformação qualitativa em algo outro, geralmente em angústia; 3) o desenvolvimento do afeto é interrompido, ou seja, o afeto é suprimido. Este terceiro destino do afeto, a supressão de seu desenvolvimento, seria o objetivo da repressão. Quando a supressão do afeto não é obtido pelo mecanismo de repressão, pode-se dizer que seu objetivo não pode ser concluído.

Ao diferenciar ideia inconsciente e afeto inconsciente, Freud (1915c/2010, v. 12) declara que a primeira, após a repressão, continua a existir no *Ics*, enquanto que o segundo seria uma possibilidade que não chegou a se desenvolver. Mais amiúde, a diferenciação entre

elas está na questão de investimento e descarga. Nos termos do autor, “Toda diferença vem de que ideias são investimentos – de traços mnemônicos, no fundo -, enquanto os afetos e sentimentos correspondem a processos de descarga, cujas expressões finais são percebidas como sensações” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 117). Destarte, é possível a existência de ideias investidas no sistema *Ics*, mas não necessariamente se originarão sensações a partir destas, tudo dependerá do destino dado ao afeto correspondente a ideia.

Freud (1915c/2010, v. 12, p. 117), afirma que “[...] a repressão pode impedir que o impulso instintual se transforme em exteriorização de afeto”. Desta forma, podemos pensar que a repressão, além de apartar conteúdos da consciência, tem efeitos outros sobre este sistema. A repressão pode impedir o desenvolvimento do afeto bem como o desencadeamento da atividade muscular (que promove a ação), mesmo que seja o sistema *Cs* o responsável por controlar a motilidade e a afetividade. Freud dirá que quando o sistema *Cs* está de posse do controle da afetividade e da motilidade, então pode-se dizer que o estado psíquico do indivíduo é normal. Apesar de, dentro do que se chama normalidade, o sistema *Cs* ter um domínio mais firme da motilidade e da afetividade, Freud alerta que o que há, em geral, é uma luta entre os sistemas *Cs* e *Ics* pela governabilidade da afetividade, que há delimitações nas esferas de influência de cada sistema e que podem ocorrer misturas entre as forças operantes.

Na quarta seção de *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) continua a discutir o funcionamento do mecanismo de repressão. Em termos topológicos, o autor afirma que “[...] a repressão é, no essencial, um processo que se verifica em ideias na fronteira dos sistemas *Ics* e *Pcs* (*Cs*)” (p. 118-110, grifo no original). E em termos econômicos? Como se poderia pensar a repressão? Diz-nos o autor: “Deve se tratar de uma *retirada* de investimento [...]” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 119, grifo do autor). Se a ideia reprimida, portanto pertencente ao sistema *Ics*, é capaz de ação, supõe-se que ela deve ter preservado o investimento. Então, o que foi retirado? Freud discute a repressão propriamente dita, ou “pós-repressão”. Nesta, é retirado o investimento (pré)consciente (pertencente ao sistema *Pcs*) da ideia. Neste caso, podem ocorrer três situações: a ideia permanece não investida, ou seja, o investimento pré-consciente é retirado da ideia; ou receberá investimento do *Ics*, em substituição ao investimento pré-consciente; ou mantém o investimento *Ics* que possuía anteriormente. Freud alerta que por essa suposição, tem-se de considerar que não ocorreria um novo registro da ideia nos diferentes sistemas, mas que se procedera uma modificação no estado, no investimento da ideia.

O esclarecimento a respeito do domínio sobre o investimento da ideia, não dá pistas sobre a razão de não haver nova penetração da ideia no sistema *Pcs*. Outro processo deve estar na base da manutenção da ideia reprimida em esferas inconscientes.

Temos aqui necessidade, então, de outro processo, que no primeiro caso [da repressão propriamente dita] sustente a repressão, e no segundo [da repressão primordial] cuide da sua produção e continuidade, e só podemos enxergá-lo na suposição de um *contrainvestimento*, através do qual o sistema *Pcs* se proteja do assalto da ideia inconsciente (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 120, grifo do autor).

Portanto, não basta alijar a ideia do sistema *Pcs*, é necessário que uma força a mantenha nos domínios inconscientes. Vemos, então, um interjogo de investimentos *Ics* e contrainvestimentos *Pcs* para manter a ideia em estado de repressão. Assim, para a manutenção da repressão faz-se necessário gastos quantitativos permanentes dos dois sistemas em questão²³.

1.2.5 As características distintivas do sistema *Ics*

As distinções entre os sistemas *Ics* e *Pcs/Cs* é o mote de estudos da quinta seção do texto *O inconsciente*. Freud (1915c/2010, v. 12) aponta que os sistemas possuem características diversas. O autor descreve o *Ics* como forjado por representantes pulsionais que tem como meta a descarga quantitativa, o desembaraçar-se da quantidade para obtenção de satisfação²⁴, ou seja, é constituído por impulsos desiderativos.

O âmago do *Ics* consiste de representantes instintuais que querem descarregar seu investimento, de impulsos de desejo, portanto. Esses impulsos instintuais são coordenados entre si, coexistem sem influência mútua, não contradizem uns aos outros. Quando dois impulsos de desejo são ativados ao mesmo tempo, e suas metas nos parecem claramente incompatíveis, os dois impulsos não subtraem algo um do outro ou eliminam um ao outro, mas concorrem para a formação de um objetivo intermediário, um compromisso (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 126-127, grifo do autor).

Podem (co)existir diversas moções pulsionais atuando no *Ics*. Por antagônicas que possam ser, se consideradas pelos pressupostos lógicos do sistema *Cs*, estando em domínios do sistema *Ics* estas moções não se contraporão entre si. Buscarão uma conciliação que

²³ Freud continua a discussão do mecanismo da repressão apresentando-a nos espectros da histeria de angústia, da histeria de conversão e da neurose obsessiva. Não apresentaremos esta discussão por ela extrapolar os limites deste trabalho.

²⁴ Lembramos que a meta {*ziel*} da pulsão, conforme apresentado por Freud (1915c/2010, v. 12), é sempre a satisfação.

permita a descarga de ambas, um compromisso. Aqui vemos a primeira característica do sistema *Ics* apresentada por Freud (1915c/2010, v. 12), a ausência de contradição.

Uma segunda característica apresentada é a inexistência de negação, de dúvida, portanto, de graus de certeza. Essas características são pertencentes ao sistema *Pcs* e são estabelecidas pelo trabalho de censura, o qual, já dissemos, ocorre na fronteira entre *Ics* e *Pcs*. A negação seria, para Freud (1915c/2010, v. 12), um substituto da repressão.

Os conteúdos que compõem o *Ics*, que como afirmamos acima seriam impulsos de desejo, são mais ou menos fortemente investidos. Apesar de haver um investimento nestes conteúdos, tem-se de considerar que a mobilidade dos investimentos é característica dos processos inconscientes. Dois mecanismos responsáveis por essa mobilidade quantitativa são elencados: o deslocamento e a condensação. “Pelo processo de *deslocamento* uma ideia pode ceder a outra todo seu montante de investimento, pelo de *condensação* pode acolher todo o investimento de várias outras” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 127, grifo do autor). Este fluir de investimentos entre os conteúdos inconscientes, pressupõe a referida mobilidade quantitativa. Vê-se a atuação do processo psíquico primário, no qual ocorre a livre circulação de energia/ quantidade, podendo ser deslocada de uma ideia para outra ou condensada a quantidade proveniente de diversas ideias em uma outra. Em contraste com a energia livremente circulante característica do sistema *Ics*, no sistema *Pcs* vigora o processo psíquico secundário, no qual a energia é ligada, ou vinculada, e não pode circular livremente entre as distintas ideias/conteúdos que povoam este sistema.

Outra característica do sistema *Ics* é que seus processos são atemporais, o que significa que não há um ordenamento de eventos/conteúdos seguindo uma sequência cronológica. Se assim o são, a passagem do tempo não altera seus conteúdos. Isto porque a noção de tempo está relacionada ao sistema *Cs*²⁵, de modo que tudo que se refere ao *Ics* não pode desfrutar de tal noção (FREUD, 1915c/2010, v. 12).

A noção de realidade também não é considerada pelo sistema *Ics*. Os processos inconscientes são regidos pelo princípio do prazer, portanto, buscam sempre por descarga quantitativa objetivando a satisfação. A prova da realidade e o princípio de realidade são estabelecidos pelo sistema *Pcs* (FREUD, 1915c/2010, v. 12).

Vamos resumir: *ausência de contradição, processo primário* (mobilidade dos investimentos), *atemporalidade e substituição da realidade externa pela*

²⁵ Na página 128 do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010) atribui a ordenação temporal ao sistema *Cs*, já na página 130 a atribuição é feita ao sistema *Pcs*. No mesmo parágrafo da página 130 em que Freud declara que a ordenação temporal é tarefa do sistema *Pcs*, ele afirma que neste momento a designação *Pcs* e *Cs* estava sendo utilizada indiferentemente.

psíquica são as características que podemos esperar encontrar nos processos do sistema *Ics* (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 128, grifo do autor).

Destacamos anteriormente que o acesso direto aos processos inconscientes não é possível. Temos de nos utilizar de vias indiretas para alcançar estes processos. Freud (1915c/2010, v. 12) aponta como vias para acesso ao inconscientes o estudo dos sonhos e das neuroses.

Os processos inconscientes tornam-se cognoscíveis para nós apenas nas condições dos sonhos e das neuroses, ou seja, quando processos do mais elevado sistema *Pcs* são transpostos para um estágio de rebaixamento (regressão). Em si eles são incognoscíveis, e também incapazes de existência, porque ao sistema *Ics* se sobrepõe bastante cedo o *Pcs*, que se apoderou do acesso à consciência e à motilidade. A descarga do sistema *Ics* passa para a inervação somática, levando ao desenvolvimento do afeto, mas, como vimos, mesmo essa via de escoamento é contestada pelo *Pcs* (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 128, grifo do autor).

Parece-nos mais claro o que leva a impossibilidade de acesso aos processos inconscientes sem as formações do inconsciente que penetram a consciência. O funcionamento dos sistemas é tão distinto, cada sistema tem peculiaridades tais que não possibilitam que, pela via da consciência, os processos inconscientes sejam apreendidos. Se o funcionamento do *Pcs* se dá via processos secundários, que visam barrar o livre escoamento quantitativo entre as ideias, característico dos processos primários pelos quais funciona o *Ics*, é-nos evidente que só serão aceitos na consciência, conteúdos que passaram por uma transformação nos processos de investimento, de livre escoamento quantitativo em quantidade vinculada/ ligada. Se só pode ser-nos cognoscível aquilo que atinge a consciência, teremos de buscar acesso ao funcionamento inconsciente por meio de processos que regrediram dos níveis de funcionamento mais elevado (do sistema *Pcs*) para níveis inferiores (ou poderíamos dizer mais precisamente, mais arcaicos) de funcionamento: de processos secundários para primários. Assim, as neuroses e os sonhos, figuram como possibilidades de acesso a conteúdos que povoam o inconsciente.

1.2.6 Processos de comunicação entre os sistemas

Freud (1915c/2010, v. 12) apresenta algumas das compreensões equivocadas a respeito da atuação do *Ics*. Começa a delinear que o sistema *Ics* não é algo terminado, ou apenas um sistema rudimentar/primordial (no sentido de algo embrionário), mas um sistema atuante e nem sempre contraposto ao sistema *Pcs*. Diz o autor:

Seria errado imaginar que o *Ics* permanece em repouso enquanto o trabalho psíquico é realizado pelo *Pcs*, que o *Ics* é algo acabado, um órgão rudimentar, um resíduo do desenvolvimento. Ou supor que a comunicação entre os dois sistemas se restringe ao ato da repressão, em que o *Pcs* lança ao abismo do *Ics* tudo o que lhe parece perturbador. O *Ics* é, isto sim, algo vivo e capaz de desenvolvimento, e mantém um bom número de outras relações com o *Pcs*, entre elas a de cooperação (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 131, grifo do autor).

As maneiras pelas quais o sistema *Ics* estabelece comunicação com seu sistema vizinho – o *Pcs* – é o tema da sexta seção do texto *O inconsciente*. Freud (1915c/2010, v. 12) destaca os derivados do *Ics*, os quais influencia e são influenciados pelo sistema *Pcs*. Essa influência recíproca entre os sistemas *Ics* e *Pcs* acaba por frustrar as tentativas de separação nítida entre eles. Vejamos quais seriam os derivados do *Ics* aos quais Freud se refere.

Existem derivados do *Ics* que possuem características opostas. Se por um lado são organizados e isentos de contradição, se utilizam das complexificações angariadas ao funcionamento psíquico pelo sistema *Cs*. Em contrapartida, são inconscientes, mais ainda, são incapazes de tornar-se conscientes. Freud (1915c/2010, v. 12, p. 132) descreve estes derivados como sendo pertencentes “[...] qualitativamente ao sistema *Pcs*, mas factualmente ao *Ics*”. Com isto o autor aponta que é sua origem, a procedência do derivado que determina o destino do mesmo. Se em termos qualitativos eles teriam características de um funcionamento *Pcs*, sua origem no sistema *Ics* os mantém nestes domínios, ou seja, os mantém afastados, impedidos de entrada na consciência.

Um derivado que apresenta estas características seriam as fantasias, tanto de indivíduos considerados normais como de neuróticos, que surgem como estágios preliminares na formação de sonhos e de sintomas neuróticos. Estas fantasias possuem alto grau de organização, portanto características do sistema *Pcs*, mas permanecem reprimidas, sem acesso à consciência, então pertencentes a domínios *Ics* (FREUD, 1915c/2010, v. 12).

Outro derivado *Ics* que possuem alto grau de organização são as formações substitutivas. Estas diferem das fantasias discutidas acima por adentrarem à consciência. Freud (1915c/2010, v. 12, p. 133) esclarece que o motivo dessa possibilidade de chegar à consciência dê-se em razão de uma circunstância que seja favorável a obtenção da qualidade de consciência, como por exemplo, “[...] a união a um contrainvestimento do *Pcs*”.

Quais seriam as condições para que um conteúdo ascenda à consciência? Como pensar a questão da censura? Para tentarmos dar caminho a estes questionamentos, retomemos algumas características da consciência. Iniciemos com uma fala de Freud (1915c/2010, v. 12, p. 133, grifo do autor).

Para a consciência, a inteira soma dos processos psíquicos aparece como reino do pré-consciente. Uma parte enorme desse pré-consciente se origina do inconsciente, tem o caráter dos derivados deste e submete-se a uma censura antes de poder se tornar consciente. Uma outra parte do *Pcs* é capaz de consciência, sem censura.

Tentemos destrinchar um pouco a afirmação do autor. O sistema *Cs* só pode ter acesso ao seu imediato vizinho, o sistema *Pcs*. Assim, a totalidade do que pode ascender à consciência tem de, necessariamente, ser acessível ao *Pcs*. Mesmo os conteúdos que tiveram sua origem no sistema *Ics*, só podem ser acessados pela consciência após haverem sido permitidos pela censura que separa *Ics* e *Pcs* – como é o caso dos conteúdos reprimidos -, passando a ser, portanto, conteúdos pertencentes ao sistema *Pcs*. Este é o caso dos derivados do *Ics*, sobre os quais discorreremos acima. Mas existem partes do sistema *Pcs* que podem adentrar à consciência sem necessidade de passar por um critério de censura.

A censura existente entre *Ics* e *Pcs* já havia sido discutida por Freud (1915c/2010, v. 12). Nesta altura de seus achados, o autor pensa que seja preciso incluir uma complicação à questão da censura. “Agora nos parece plausível uma censura entre *Pcs* e *Cs*” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 133, grifo do autor). Destarte, acrescenta a suposição da existência de uma nova censura nos limiares de cada sistema, a qual permite ou impede a passagem de conteúdos de um sistema a outro. Isto significa que “[...] a cada progresso para um estágio mais elevado de organização psíquica, corresponde uma nova censura” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 133).

Freud (1915c/2010, v. 12) volta a apontar que a qualidade de ser consciente não pode ser o critério para a distinção entre os sistemas. Explica ele que mesmo aquilo que possui as propriedades do sistema *Pcs* nem sempre se torna consciente. Não é apenas o que está alijado da consciência pela repressão, mas também impulsos que governam o Eu mantêm-se fora do escopo consciente. Ainda, derivados do *Ics* como formações substitutivas e sintomas escapam à censura e adentram à consciência devido a distorções em seu conteúdo original (este sim, impossibilitado de adentrar à consciência em razão da repressão). Também formações do sistema *Pcs*, que poderiam adentrar à consciência sem maiores dificuldades permanecem inconscientes. Para o autor, a distinção mais significativas entre os sistemas não deve ser procurada entre o *Cs* e o *Pcs*, mas entre o *Pcs* e o *Ics*. Assim, aponta-se que nem sempre um conteúdo é aceito na consciência e que isso se deve a censuras que barram o adentrar as fronteiras do sistema subsequente. O autor esclarece nos seguintes termos:

Na fronteira do *Pcs*, o *ics*²⁶ é rechaçado pela censura, e derivados dele podem contornar essa censura, organizar-se superiormente, crescer no *Pcs* até atingir certa intensidade no investimento, mas depois de a haver ultrapassado, ao procurar se impor à consciência, são reconhecidos como derivados do *ics* e novamente reprimidos na nova fronteira de censura entre *Pcs* e *Cs*. Assim, a primeira censura funciona para o *Ics* mesmo; a última, para os derivados *ics* dele (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 135, grifo do autor).

Vemos que os conteúdos inconscientes são imediatamente rechaçados pela censura entre os sistemas *Pcs* e *Ics*. Os derivados inconscientes podem passar pela barreira imposta pela censura, mas não podem adentrar ao sistema *Cs* sem ultrapassarem por nova censura (a que se estabelece entre o *Cs* e o *Pcs*). Parece-nos que o acesso à consciência dependerá do investimento, ou ainda, do sobreinvestimento, que permita o rompimento da barreira da censura. Podemos ainda pensar que a depender das distorções sofridas pelo conteúdo original este poderá ser reconhecido, ou não, como um conteúdo pernicioso aos domínios conscientes. Em caso de ser reconhecido como um derivado do inconsciente, sofrerá novo processo de repressão e será lançado ao *Ics*.

Freud (1915c/2010, v. 12) declara que há comunicação do sistema *Ics* com outros sistemas. A comunicação entre os sistemas é ampla na origem da atividade pulsional. Parte dos processos pulsionais passa pelo sistema *Ics* como uma etapa preparatória para a ascensão ao sistema *Cs*. Outra parte dos processos pulsionais fica retida no *Ics*. Além de influências internas, como as pulsionais, o *Ics* também é atingido por demandas externas, pelas experiências provenientes da percepção externa. Em geral, os caminhos que conduzem da percepção ao *Ics* estão livres. Em compensação, os caminhos que partem do *Ics* em direção a processos psíquicos mais elevados são submetidos à repressão, ou seja, tem sua entrada ao sistema *Pcs* (e a possibilidade de entrada ao *Cs*) barrada.

Pode ocorrer a cooperação entre impulsos pré-conscientes e inconscientes, no sentido de o impulso inconsciente agir em acordo com uma das tendências dominantes. Numa situação como esta, a repressão é suspensa e a atividade que estava anteriormente reprimida é realizada como um reforço para a atividade pretendida pelo Eu. “O inconsciente torna-se conforme ao Eu...” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 137).

²⁶ No original consultado, esta abreviatura encontra-se em letras minúsculas. Pode ser uma abreviatura para aquilo que está descritivamente inconsciente, e não se tratar do sistema *Ics*.

1.2.7 As noções de representação de palavra e de representação de coisa: a distinção entre sistemas *Ics* e *Pcs*

Na última seção do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) aponta as afecções narcísicas como a possibilidade de compreensão para o *Ics*. Destas, apontou-se a esquizofrenia (ou *dementia praecox*, de Kraepelin) como uma afecção que se daria pela oposição Eu-objeto. A hipótese seria de que, após o processo de repressão, a libido retirada do objeto volta-se para o próprio Eu, restabelecendo-se um estado primitivo de narcisismo, no qual estaria demarcada uma ausência de objeto. As características de rejeição do mundo externo, sinais de sobreinvestimento do Eu, a completa apatia e, em termos de terapia, a inacessibilidade dos pacientes à ela, parecem ser condizentes com a hipótese da afecção.

Freud (1915c/2010, v. 12) chama a atenção para as mudanças na linguagem dos pacientes esquizofrênicos. Assim são descritas as modificações na linguagem:

Frequentemente o modo de expressão é objeto de um cuidado especial, torna-se “rebuscado”, “afetado”. As frases são formadas com uma peculiar ausência de organização que as torna ininteligíveis para nós, de maneira que consideramos absurdas as manifestações dos doentes. Com frequência, uma relação com órgãos do corpo ou inervações assume o primeiro plano no conteúdo dessas manifestações (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 140).

Esta forma de linguagem que parece alheia às regras de construção de fraseado estaria relacionada à rejeição do mundo externo, em virtude do sobreinvestimento no Eu? Como se daria o uso das palavras numa afecção que, em tese, romperia com o mundo externo, mundo este permeado pela comunicação verbal? Diz o autor que

Na esquizofrenia, as *palavras* são submetidas ao mesmo processo que forma as imagens oníricas a partir dos pensamentos oníricos latentes, que chamamos de *processo psíquico primário*. Elas são condensadas e transferem umas para as outras seus investimentos por inteiro, através do deslocamento. O processo pode ir tão longe que uma única palavra, tornada apta para isso mediante múltiplas relações, assume a representação de toda uma cadeia de pensamentos (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 142-143, grifo do autor).

Significa dizer que as palavras serão dotadas do mesmo modo de funcionamento do *Ics*. Assim, as palavras poderão ser investidas ou desinvestidas, por uma livre circulação quantitativa. A palavra (ou, poderíamos pensar, grupo de palavras ou frase) que se tornar investida poderá assumir o significado de uma cadeia de pensamentos. Desta maneira, a fala de um paciente esquizofrênico pode não fazer sentido para quem o escuta, mas tem um sentido dentro do quadro patológico, pois podemos pensar que sua fala guarda a história da doença. Por meio da distorção promovida pelos mecanismos de deslocamento e condensação, a palavra representará todo um contexto que, para o ouvinte, foi perdido. Assim, podemos

pensar o rompimento com o meio externo como uma regressão a modos de funcionamento mais arcaicos do psiquismo. Recua-se de um processo secundário que caracterizaria a fala de um indivíduo são, ou neurótico, para uma fala demarcada pelo processo primário.

Destes elementos sobre a linguagem nos esquizofrênicos, Freud (1915c/2010, v. 12) declara necessitar fazer uma modificação na hipótese sobre o abandono do investimento em objetos. Dirá o autor que “[...] o investimento nas representações verbais dos objetos é mantido” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 146). Assim, se o investimento na representação da ‘figura’ do objeto se desvanece, sua representação de palavra permanece investida.

Agora o que poderíamos chamar de representação consciente do objeto se decompõe para nós em *representação da palavra* e em *representação da coisa*, que consiste no investimento, se não das imagens mnemônicas diretas das coisas, ao menos de traços mnemônicos mais distantes e dela derivados (FREUD, 1915c/2010, v.12, p. 146, grifo do autor).

Conforme acompanhamos nas considerações de Freud (1915c/2010, v. 12), a representação de objeto que atinge a consciência seria um complexo formado por dois tipos distintos de representações: de palavra (ou verbal) e de coisa. Para ser aceita na consciência, os dois tipos de representação (palavra e coisa) teriam de estar atreladas, ou, melhor dizendo, investidas. Essa constatação põe em cheque a hipótese anteriormente formulada sobre a existência de distintos registros do conteúdo nos diferentes locais psíquicos (*Ics* e *Pcs/Cs*). Agora, Freud compreende que o que distingue a qual domínio pertence o conteúdo está relativo ao investimento nas representações de coisa e de representação de palavra. A conclusão a que o autor chega é:

[...] a representação consciente abrange a representação da coisa mais a da palavra correspondente, e a inconsciente é apenas a representação da coisa. O sistema *Ics* contém os investimentos de coisas dos objetos, os primeiros investimentos objetivos propriamente ditos; o sistema *Pcs* surge quando essa representação da coisa é sobreinvestida mediante a ligação com as representações verbais que lhe correspondem. São esses sobreinvestimentos, conjecturamos, que levam a uma alta organização psíquica e tornam possível a substituição do processo primário pelo processo secundário dominante no *Pcs*. Podemos então dizer precisamente o que a repressão, nas neuroses de transferência, recusa à representação rejeitada: a tradução em palavras que devem permanecer ligadas ao objeto. A representação não colocada em palavras ou o ato psíquico não sobreinvestido permanece então no inconsciente, como algo reprimido (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 146-147, grifo do autor).

Desta forma, o que permanece no inconsciente são as representações de coisa que não obtiveram a possibilidade de agregar à elas o investimento na representação verbal correspondente. Se as distintas formas de representação ficam apartadas, podemos pensar que o mecanismo de repressão está conseguindo cumprir sua função de manter o conteúdo afastado da consciência. O que não é permitido é a ‘tradução’ do conteúdo em palavras, pois

tal poderia vir a permitir a entrada do conteúdo na consciência. Para sermos mais exatos, a vinculação entre a representação de coisa e a representação de palavra não garante a entrada na consciência, mas sim a permissão de acesso ao sistema *Pcs*. Nos termos de Freud (1915c/2010, v. 12, p. 148, grifo do autor), “[...] a ligação com representações verbais ainda não coincide com o tornar-se consciente, e apenas fornece a possibilidade para isso, ou seja, que não caracteriza nenhum outro sistema senão o *Pcs*.”

Freud (1915c/2010, v. 12) encerra seu trabalho sobre o inconsciente declarando que se foi possível a identificação do inconsciente a partir das diferenças entre as representações inconscientes e pré-conscientes, então as demais pesquisas psicanalíticas tem de remeter a estas questões.

1.3 A PSICANÁLISE ENQUANTO METAPSICOLOGIA

Vimos na primeira seção deste capítulo uma dimensão distinta de sujeito, não mais centrado na razão, mas um sujeito descentralizado, marcado pelos modos de funcionamento de diversos sistemas, os quais não necessariamente estariam calcados em processos conscientes. Decorrente desse novo entendimento sobre o sujeito, um novo objeto de estudos teria de ser forjado para a psicanálise: o inconsciente. O acesso ao inconsciente seria mediado pelas formações do inconsciente que ascenderiam à consciência, apesar de toda a deformação sofrida pelo conteúdo no percurso desde o inconsciente, passando pela censura, pelo pré-consciente, até o acesso à consciência. Dito de uma maneira [talvez] mais poética, desde as profundezas, dos recônditos mais obscuros, até seu emergir à superfície mais iluminada da consciência.

Visto que ao se fundar um novo campo de pesquisas, com um novo objeto e uma nova visão sobre o sujeito, a construção de uma teoria do psiquismo que abarcasse um para além das psicologias clássicas²⁷, uma metapsicologia (lembrando que o termo *meta* quer dizer ‘além de’) carecia de empreendimento: uma psicologia profunda. Dizendo de modo ainda mais preciso, e para isso utilizando-nos dos termos de Birman (2003, p. 44, grifos nossos), “[...] com a metapsicologia a psicanálise pretende circunscrever os *processos subjacentes* ao eu e à consciência”. Assim, a busca por aquilo que se arrasta para trás do que é mais

²⁷ Birman (2003) aponta que nas ditas psicologias clássicas o psíquico era identificado à consciência. “A subjetividade estava fundada na consciência, e nela se inscrevia o eu” (BIRMAN, 2003, p. 21).

claramente conhecido, daquilo que aparece nas esferas conscientes e que temos acesso mais direto, é o empreendimento da psicanálise. O que espreitaria por detrás dos aspectos mais acessíveis do psiquismo? No início das especulações de Freud, o estudo sistemático dos sintomas²⁸ já havia levado à consideração de que teria de haver algo ‘para além’ do conhecimento imediato, do que está a disposição da consciência.

Então, se se tem um objeto novo e, decorrente deste, uma nova concepção de sujeito em vias de emergir, por meio de uma mudança de paradigma das ditas psicologias clássicas, compreende-se que cunhar um novo termo para designar esse campo de estudos fazia-se necessário.

Birman (2003, p. 44, grifo do autor) nos lembra que “[...] a psicanálise não é uma psicologia, mas uma metapsicologia”. O autor esclarece que, sendo uma metapsicologia, “[...] a leitura psicanalítica pretende ir *além* da psicologia”. Isto se dá em razão de que o campo de saber psicanalítico “[...] não se volta para a descrição das faculdades mentais, mas para a elucidação do sentido da experiência psíquica”.

A primeira referência ao termo metapsicologia encontra-se na carta de Freud a Wilhelm Fliess datada de 10 de março de 1898. Nesta epístola, Freud questiona a Fliess sobre o uso do termo, já esclarecendo o motivo da construção do neologismo: “A propósito, vou perguntar-lhe a sério se posso usar o nome de metapsicologia para minha psicologia que se estende para além da consciência” (FREUD, 1986, p. 302). Cabe pontuar que tal carta data de dois anos de antecedência da obra considerada inaugural da psicanálise, *A interpretação dos Sonhos*, de 1900.

Conforme atesta Honda (2010), as dificuldades no acesso ao inconsciente são marcantes nos primórdios da construção do edifício conceitual psicanalítico. Esse acesso só poderia ser obtido pela via consciente, ou seja, pelos conteúdos que chegam à consciência de modo deformado, os sintomas, sonhos e atos falhos, enfim, as formações do inconsciente. Para tanto, a elaboração de um arcabouço conceitual que pudesse dar alguma sistematização ao acesso à realidade psíquica inconsciente precisava ser forjado.

Se se considera a psicanálise uma nova disciplina científica, como defendia seu criador, a metapsicologia aparece como a trama conceitual constituída pelos conceitos e princípios básicos, sobre a qual se assenta não apenas a técnica terapêutica, mas o método investigativo dos fenômenos psíquicos em geral, onde quer que se apresentem (HONDA, 2010, p. 85).

²⁸ E, posteriormente, dos sonhos, das ações falhas, dos chistes, bem como de elementos dispersos na cultura, como as obras de arte, os mitos, as instituições.

Destarte, para efetuar-se a elucidação do sentido da experiência psíquica recorrer-se-ia à base conceitual fornecida pela metapsicologia que, segundo Freud (1915c/2010, v. 12), precisaria ser pensada como estando composta por três registros: o topológico, o dinâmico e o econômico.

Parece-nos apropriado distinguir com um nome especial o modo de ver as coisas que é a consumação da pesquisa psicanalítica. Proponho que seja denominada *metapsicológica* uma exposição na qual consigamos descrever um processo psíquico em suas relações *dinâmicas, topológicas e econômicas*. Diga-se de imediato que, no estado atual de nossos conhecimentos, conseguiremos fazê-lo apenas em alguns pontos isolados (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 120-121, grifo do autor).

Ao destacar que a metapsicologia seria a “consumação da pesquisa psicanalítica”, entendemos que a abrangência esperada para a elucidação dos processos psíquicos, a conclusão/finalização de uma pesquisa aos moldes psicanalíticos, só poderia se dar quando fosse possível balizar os eventos psíquicos a partir dos registros topológico, dinâmico e econômico. Mesmo considerando que a psicanálise ainda tinha muitos processos a elucidar, por ser uma ciência nascente, Freud (1915c/2010, v. 12) pondera que a busca por discutir da maneira mais abrangente possível os eventos psíquicos deve ser o norte das pesquisas.

Na obra *Além do princípio de prazer*, Freud (1920/2010, v. 14) enfatiza a importância da mais completa, possível, descrição dos eventos mentais. O autor principia o texto esclarecendo que, segundo a concepção psicanalítica, os processos psíquicos estão regulados pelo princípio de prazer, o que significa que uma tensão desprazível coloca em marcha processos que conduzem a uma diminuição da tensão geradora de desprazer, de modo a evitar o desprazer ou, quiçá, produzir prazer. O autor está, nitidamente, tratando de processos econômicos. Os outros dois aspectos, o topográfico e o dinâmico, serão apresentados como cruciais para tal empreendimento.

Se atentamos para esse curso, ao considerar os processos psíquicos que estudamos, introduzimos o ponto de vista econômico em nosso trabalho. Uma descrição que, junto ao fator topológico e ao dinâmico, procure levar em conta esse fator econômico, parece-nos ser a mais completa que hoje podemos imaginar, merecendo a designação de *metapsicológica* (FREUD, 1920/2010, v. 14 p. 162, grifo do autor).

Portanto, teria de haver uma definição de quais os ‘lugares’ psíquicos – o registro topológico – se desenrolaria a experiência psíquica. Também seria necessário compreender o pólo do conflito – o registro dinâmico – no qual as representações entrariam em antagonismo entre si. Por fim, no registro econômico caberia determinar os processos quantitativos em pauta, como se dariam os investimentos [econômicos] nas representações.

Freud (1926b/2014, v. 17) descreve as três perspectivas na obra *Psicanálise*. Segundo comentário em nota de rodapé de Paulo César de Souza (2014) ao texto freudiano, este material foi produzido por Freud como um verbete para três volumes complementares da *Encyclopaedia Britannica*, lançados em 1926 com fins de atualizar a 11ª edição da referida enciclopédia.

A perspectiva dinâmica seria relativa ao interjogo de forças que movem os processos psíquicos. Essas forças motrizes seriam, originalmente, da natureza de pulsões [instintos/*Triebe*]. Isto significa que tais forças possuem origem orgânica e, portanto, são caracterizadas pela capacidade somática de compulsão à repetição, e possuem representação psíquica sob a forma de ideias investidas/ ocupadas de afetos (FREUD, 1926b/2014, v. 17).

Numa perspectiva econômica, Freud (1926b/2014, v. 17) propõe que as representações psíquicas das pulsões são passíveis de investimentos por meio de quantidades de energia. A tendência do aparato anímico é a evitação do represamento quantitativo, o que engendraria desprazer, e a busca por manter o mais baixo possível a soma de excitações que ascendem ao psíquico. Desta forma, fica claro que os processos psíquicos seriam regulados pelo princípio de prazer (ou princípio de prazer-desprazer). Por este pressuposto, o acréscimo quantitativo estaria ligado ao desprazer e o decréscimo da excitação seria relativo ao prazer. Mas este princípio, mais originário do psiquismo, pelo contato com o meio exterior sofre modificação, de modo “[...] a postergar satisfações do prazer e tolerar por algum tempo sensações de desprazer” (FREUD, 1926b/2014, v. 17, p. 316). Esta modificação no funcionamento psíquico será denominado de princípio de realidade (FREUD, 1911/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12; 1923b/2010, v. 16; 1926b/2014, v. 17).

Para tratar de um ponto de vista topológico temos de considerar o desenvolvimento da psicanálise. Foram pensadas duas topologias no percurso de construção da psicanálise. Quando da obra *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) considerava que a topologia se daria em Inconsciente (*Ics*), Pré-consciente (*Pcs*) e Consciente (*Cs*). A partir de 1923, quando Freud publica a obra *O eu e o id*, uma nova concepção topológica se delineia. A partir deste momento das construções teóricas psicanalíticas, o aparelho psíquico passa a ser constituído por Isso, Eu e Supereu. Nos termos do autor,

Segundo nossas concepções atuais, o aparelho psíquico se divide em um *Id*, que é o portador dos impulsos instintuais, em um *Eu*, que constitui a parte mais superficial do *Id*, modificada por sua influência do mundo exterior, e um *Super-eu*, que, oriundo do *Id*, domina o *Eu* e representa as inibições instintuais características do ser humano (FREUD, 1926b/2014, v. 17, p. 316, grifo do autor).

Vemos, então, que durante a construção do saber psicanalítico, o qual Freud (1926b/2014, v. 17) considerava incompleto e em constante transformação, houve uma modificação na concepção topológica. Mas é preciso demarcar que essa modificação não significou um completo abandono da concepção anterior. Dito de outro modo, não se pode dizer que a segunda concepção topológica tenha suplantado a primeira concepção. O que se pode perceber é que houve uma amplificação da compreensão, na medida em que a distinção entre processos inconscientes e conscientes ainda se faz necessária. Assim, a qualidade de ser consciente ainda se faz presente na segunda topologia. Com relação a esta qualidade, distingue-se os processos do Isso, que seriam inteiramente inconscientes, dos processos conscientes que estariam a encargo da camada mais externa do Eu, pois esta seria responsável pela percepção do mundo exterior.

A leitura do psiquismo assim esboçada nas diferentes tópicas freudianas [a primeira constituída por *Ics*, *Pcs* e *Cs* e a segunda por Isso, Eu e Supereu] exigiu a constituição de um discurso teórico outro, que não seria nem o da psicologia clássica, nem o da neuropatologia. Para esse discurso Freud forjou o nome de *metapsicologia*. Esta se caracteriza pela utilização de três códigos de descrição dos fenômenos mentais, que seriam complementares: o *tópico* [topológico], o *dinâmico* e o *econômico*. Assim, qualquer experiência psíquica exigiria uma leitura que definisse em que lugares psíquicos estaria acontecendo, antes de mais nada. Vale dizer, em que registros psíquicos estaria aquela experiência ocorrendo e que modalidades de representação estariam em causa. Foi assim definida a dimensão tópica [topológica]. Em seguida, como os registros em pauta e as representações correspondentes estabeleceriam conflitos entre si, isso delinearía a dinâmica psíquica. Como as representações seriam sempre investidas, finalmente, a dimensão econômica da metapsicologia procurava definir quais seriam as intensidades [quantidades] em pauta. Uma descrição metapsicológica do psiquismo seria aquela que sempre se orientasse, enfim, por esta tripla exigência teórica (BIRMAN, 2009, p. 43, grifo do autor).

Parece-nos interessante destacar que Birman (2003) usa a expressão ‘exigência teórica’ para se referir à proposta metapsicológica de compreensão do psiquismo. Entendida deste modo, para a instituição de um saber psicanalítico, seria necessário que o fenômeno em questão, qualquer que seja ele, possa ser discutido dentro destas três perspectivas: topológica, dinâmica e econômica.

1.4 À GUIA DE CONCLUSÃO: QUE SUJEITO E QUE OBJETO PARA A PSICANÁLISE? ENTÃO, QUE SUJEITO E QUE SUBJETIVIDADE COMO PARÂMETRO PARA A CONFECÇÃO DESTE TRABALHO?

Do que depreendemos do acima exposto, ao inaugurar um novo campo de estudos faz-se necessário pensar como situar os termos e explicitar os conceitos que compõem a trama que sustenta essa nova disciplina. Se o que é relativo ao subjetivo diz respeito ao sujeito é necessário compreender quem é esse sujeito de quem estamos falando. Em psicanálise, o eu não pode ser considerado o âmago do sujeito, visto estar atrelado às demandas de três senhores. Portanto, temos de compreender que a subjetividade também é algo dividido e fugidio por não estar mais arraigada a diretamente à consciência. Isto implica em pensar uma subjetividade que estaria enlaçada a uma “[...] realidade inconsciente e dinâmica, impulsionada pelos desejos involuntários” (HONDA, 2010, p. 99), porque movida pelo aspecto pulsional, e inapreensível senão pelas formações psíquicas manifestas. Se a subjetividade teria tais particularidades, que dizer do sujeito? Nos termos de Honda (2010, p. 99-100), “[...] o sujeito pode ser concebido exatamente como aquilo que, sob os disfarces da fantasia e das demais formações psíquicas, escapa à nossa percepção consciente e, não obstante, determina nossa vida subjetiva”.

Dentro de tal perspectiva, como pensar a questão da vocação e da escolha profissional dentro de uma abordagem psicanalítica freudiana? Dito de outro modo, que processos psíquicos estariam subjacentes à vocação e como se manifestariam na escolha profissional? Nossa hipótese é que o que denominamos coloquialmente de vocação seria a expressão do chamamento do supereu para que o eu cumpra o que está demarcado em seu ideal do eu. Inicialmente, ancorados em Torres (2001), consideramos que seriam quatro os conceitos psicanalíticos centrais para a compreensão do processo de orientação profissional clínica, os quais inferimos estar também relacionados ao processo de subjetivação relativo à vocação. São eles: a noção de objeto, a noção de escolha [de objeto e da neurose], o processo de identificação e a noção de sobredeterminação. Adiantamos que cada um destes quatro conceitos liga-se a outros formando uma rede conceitual complexa. Isto implica que para a compreensão da forma como os processos psíquicos que conduzem ao que chamamos vocação e à eleição profissional/ ocupacional outros conceitos serão agregados. Dentre estes podemos citar as noções de idealização, identificação, complexo de Édipo, isso, eu, ideal do eu, supereu. Também nos aventuraremos em discussões psicanalíticas mais atuais, como a transmissão psíquica entre gerações, para darmos contornos às noções de vocação e de escolha profissional/ ocupacional.

A proposta de acesso ao tema de estudos será aquele demarcado pelo fundador da psicanálise, a investigação dos fenômenos psíquicos manifestos assentando-os em uma trama

conceitual – o aporte metapsicológico – que permita o deslindar dos processos psíquicos inconscientes que os engendram.

Após haver delimitado o objeto de estudo e o sujeito da psicanálise, de apontar o enquadramento teórico que circunscreve este campo do saber, o que entendemos como as bases para pensarmos nosso tema de estudo, discorreremos, a partir do próximo capítulo, sobre as questões relativas à vocação e escolha profissional/ ocupacional.

2 MECANISMOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO E ESCOLHA PROFISSIONAL

Neste capítulo pretendemos apresentar os conceitos psicanalíticos que formam o substrato conceitual de maneira a deslindar os processos intrapsíquicos que concorrem para a vocação e escolha profissional. Ater-nos-emos, a princípio, aos quatro conceitos demarcados por Torres (2001) como centrais para o processo de escolha profissional, que supomos também estarem imbricados na questão da vocação, quais sejam, a noção de objeto, a noção de escolha, o processo de identificação e a sobre-determinação. Após havermos discutido estes conceitos, apresentaremos as noções de ideal do Eu e Supereu e, por fim, articularemos os conceitos de maneira a apresentarmos uma compreensão dos mecanismos psíquicos envolvidos com a vocação. Anunciamos que algumas interpolações estão incluídas no assentamento teórico com vistas a manter em horizonte o foco de nosso estudo, a vocação.

Primeiramente trataremos a respeito do que se entende por *sobre-determinação* (ou ainda, *superdeterminação* ou *determinação múltipla*).

2.1 A QUESTÃO DA SOBREDETERMINAÇÃO

[...] apesar de Freud ter desenvolvido o problema da sobre-determinação mais a nível dos processos oníricos, ela se aplica a toda a formação do inconsciente e não apenas aos sonhos e aos sintomas (Garcia-Roza, 2009, p. 70).

Antes de discutirmos a sobre-determinação, entendemos que temos de esclarecer a noção de determinação psíquica. Isto porque nos parece pouco lógico apresentar a suposição da sobre-determinação, da determinação múltipla, se não partirmos da noção do que seria um processo psíquico determinado.

No verbete *Psicanálise*, Freud (1923a/2011, v. 15) explicita a hipótese do determinismo psíquico ao tratar da interpretação dos atos falhos e das ações casuais. Estas formações são entendidas como possuidoras de significado, o qual não é conhecido pela pessoa que o executa, mas que pode ser encontrado por meio da análise. O encontrar de um significado oculto à consciência foi possível em virtude de que a psicanálise destacou as ações supracitadas como rigorosamente determinadas, sendo manifestações de “[...] intenções suprimidas da pessoa ou consequência do choque de duas intenções, das quais uma era

inconsciente de forma duradoura ou temporária” (FREUD, 1923a/2011, p. 281, v. 15). A busca pela significação oculta destas ações falhas – ou seja, um processo de interpretação – conduz a descoberta de elementos/ conteúdos que se arrastam para além da consciência, portanto, a interpretação destes fenômenos pode ser um meio para desvelar o inconsciente. Assim, encontrando o conteúdo subjacente (parece-nos que seja mais apropriado pensar em conteúdos, haja vista a discussão posterior a respeito da sobredeterminação) aos atos em questão, chegaríamos aos elementos que determinaram a consecução da ação que se manifestou na consciência.

É desta maneira que Freud (1910b/2013, v. 9, p. 261) afirma a noção de determinismo como crucial para as teses psicanalíticas:

[...] o psicanalista se distingue pela rigorosa crença no determinismo da vida psíquica. Para ele não existe nada pequeno, nada arbitrário ou casual nas manifestações da psique. Ele sempre espera encontrar uma motivação suficiente, ali onde habitualmente não há essa expectativa [...]

O autor prossegue a apresentação acima destacando que os eventos originados em processos psíquicos, que já destacamos anteriormente que possuem raízes inconscientes, teriam mais de uma determinação. E, “[...] [o psicanalista] dispõe-se a achar uma *motivação múltipla* para um só efeito psíquico” (FREUD, 1910a/2013, v. 9, p. 261). Destarte, da crença no determinismo psíquico foi necessário considerar que não haveria um motivo único na causação dos atos falhos, dos sonhos e dos sintomas. É dentro deste panorama de construção teórica que Freud insere a noção de sobredeterminação. Freud (1898/2005, v. 3, p. 285, grifo do autor), na obra *Sobre el mecanismo psíquico de la desmemoria*, declara que: “La experiencia me ha enseñado a reclamar que para *cada resultado psíquico* se deba presentar su esclarecimiento pleno y aun su sobredeterminación [...]”. Desta afirmação podemos extrair que a sobredeterminação seria um processo característico dos produtos psíquicos em razão deles possuírem determinantes inconscientes. Garcia-Roza (2009, p. 69) reforça a tese freudiana afirmando que

A sobredeterminação não é uma característica apenas dos sonhos mas de qualquer formação do inconsciente. Estas nos remetem sempre a uma pluralidade de fatores determinantes, tornando impossível esgotarmos o sentido de um sonho ou de um sintoma numa única explicação.

Vejamos como Freud aponta para a sobredeterminação em algumas formações do inconsciente. Iniciaremos tratando da formação do sintoma neurótico.

É no âmbito das investigações sobre as neuroses que o uso do termo sobredeterminação é inaugurado na obra freudiana. Freud (1895/2005, v. 3, p. 131, grifo do autor), ao redigir o texto *A propósito de las críticas a la <<neuroses de angustia>>*, afirma:

“Por regla general, las neuroses están *sobredeterminadas*, o sea que en su etiología se conjugan varios factores.”

O problema relativo a sobredeterminação estava em vista para Freud desde a época do princípio dos estudos realizados sobre a histeria, quando afirmava a convergência de uma multiplicidade de fatores na gênese da neurose. Haveria duas ordens distintas de fatores: “[...] uma que se referia às predisposições constitucionais e outra que dizia respeito à pluralidade dos acontecimentos traumáticos” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 70). Com o avançar dos estudos, Freud vai cada vez mais inculcando preponderância teórica a variedade de fatores traumáticos.

Seria com o intuito de promover o esclarecimento a respeito da origem traumática da neurose, a qual deveria sua etiologia a não apenas um, mas a vários fatores desencadeantes combinados, podendo-se listar várias cenas com conteúdo traumático que concorrem para os sintomas, que o autor forja a noção de sobredeterminação (FREUD; BREUER, 1893-1895/2016, v. 2; FREUD, 1895/1995, 1894/2005, v. 3, 1896a/2005, v. 3, 1910b/2013, v. 9; TORRES, 2001).

Nos *Estudios sobre a Histeria*, Freud e Breuer (1893-1895/2016, v. 2) destacam que é uma convergência de vários fatores que desencadearia um sintoma histérico. Essa multiplicidade de fatores convergentes o autor designa de sobredeterminação. Declara ainda que o mesmo afeto pode ser engendrado por uma série de causas, e não apenas por um fator.

A conexão lógica corresponde não apenas a uma linha dobrada em ziguezague, mas antes um linha ramificada e, muito particularmente, a um sistema de linhas convergentes. Ela apresenta pontos nodais, nos quais dois ou mais fios se encontram para, a partir dali, prosseguirem unidos; e no núcleo desembocam, em regra, vários fios seguindo independentes uns dos outros ou ligados aqui e ali por caminhos laterais. Para dizê-lo em outras palavras, é bastante notável a frequência com que um sintoma é *multiplamente determinado, sobredeterminado* (FREUD; BREUER, 1893-1895/2016, v. 2, p. 406-407, grifo dos autores).

Em *La etiología de la histeria*, Freud (1896b/2005, v. 3) descreve como o conteúdo das cenas infantis contribuem para a constituição da sintomatologia de um quadro histérico. Mais ainda, o autor evoca a combinação de fatores para que um sintoma possa ser produzido. Esta é a argumentação do autor:

Suele suceder que la fuerza determinadora de las escenas infantiles se esconde tanto que inevitablemente se la descuidará en un análisis superficial. En esse caso, uno cree haber hallado la explicación de certo síntoma en el contenido de una de las escenas posteriores, y luego, en la trayectoria dela trabajo, choca con el mismo contenido en una de las escenas infantiles, de suerte que en definitiva se ve precisado a decirse que la escena debe su fuerza determinadora de síntomas a su concordancia con las escenas tempranas. No por eso supondré insignificantes las escenas posteriores; si mi tarea fuera elucidar ante ustedes las reglas de la formación de síntomas histéricos, tendría que reconocer como una de esas reglas la siguiente: se escoge como síntoma aquella representación cuyo realce es el efecto conjugado de varios

factores, que es evocada simultáneamente desde diversos lados; es lo que en otro lugar he intentado formular mediante esta tesis: *los síntomas histéricos son sobredeterminados* (FREUD, 1896b/2005, v. 3, p. 214, grifo do autor)

No texto *Cinco Lições de Psicanálise*, Freud (1910b/2013, v. 9) discute a noção de determinação psíquica. Esclarece que os sintomas histéricos originavam-se de resíduos, ou precipitados das cenas traumáticas que, banidas da consciência pelo mecanismo de repressão e estando nas esferas inconscientes, retornavam compondo o quadro sintomático do paciente. Em outros termos, os sintomas eram determinados pelas cenas traumáticas. Acrescenta ainda que não seria uma única cena traumática que estaria na origem da sintomatologia, mas que numerosas vivências traumáticas estariam na base da causação da patologia, ou seja, a base da sintomatologia possuía determinação múltipla ou, era sobredeterminada. Estes conteúdos da cena traumática formavam uma cadeia por estarem associados entre si. Estes encadeamentos eram possíveis em função dos traumas recorrentes terem conteúdos bastante similares podendo, portanto, serem associados.

Laplanche e Pontalis (1992) apontam para um segundo sentido do termo sobredeterminação. As formações inconscientes - das quais poderíamos destacar os sonhos, os atos falhos e os sintomas - ocorreriam por elementos inconscientes múltiplos e não por um conteúdo inconsciente único. Então, não se trataria apenas de causas múltiplas, como Freud descrevera inicialmente a respeito dos traumas, mas também de conteúdos inconscientes múltiplos que estariam na base das formações inconscientes.

[...] podemos compreender a *sobredeterminação* como um mecanismo capaz de remeter para uma formação do inconsciente uma variedade de fatores determinantes. Isso não quer dizer que esses fatores sejam de número infinito. Para Freud, um sintoma neurótico é chamado sobredeterminado porque é resultante de uma conjunção da predisposição constitucional e também dos inúmeros outros fatores que lhe são associados. O sintoma tem vestígios da interação das diversas significações as quais está relacionado (TORRES, 2001, p. 123, grifo dos autores).

Para discutirmos a multideterminação decorrente de elementos inconscientes diversos, tomaremos as considerações sobre a sobredeterminação apresentada em *A interpretação dos sonhos*, obra publicada em 1900.

Freud (1900/2004, v. 5) afirma que os sonhos podem ter mais de um sentido. Se compreendemos que uma formação do inconsciente tenha mais de um sentido, temos de pensar que isso se deveria a haverem diversos elementos na base de tal formação. Também temos de concluir que os elementos que aparecem no conteúdo dos sonhos o fazem em razão de possuírem “[...] los contatos más ricos con la mayoría de los pensamientos oníricos, y por tanto figuran *puntos nodales* donde se reúnen muchísimos de los pensamientos oníricos; han

sido recogidos, entonces, porque son *multívocos* con referencia a la interpretación del sueño” (FREUD, 1900/2004, v. 5, p. 291, grifo do autor). O autor esclarece que essa explicação poderia ser formulada de outra maneira. Por meio da sobredeterminação, cada elemento do conteúdo do sonho poderia estar representado no pensamento do sonho diversas vezes. Nos termos de Freud (1900/2004, v. 5, p. 292, grifo do autor),

[...] no sólo los elementos del sueño están determinados de manera *múltiple* por los pensamientos oníricos, sino que los pensamientos oníricos singulares están también subrogados en el sueño por varios elementos. De un elemento del sueño, la vía asociativa lleva a varios pensamientos oníricos, y de un pensamiento onírico, a varios elementos del sueño.

Garcia-Roza (2009, p. 69) esclarece a multiplicidade de fatores determinantes, ou poderíamos pensar em elementos constituintes, do sonho.

O sentido de um sonho nunca se esgota numa única interpretação, e isso porque todo sonho é sobredeterminado, isto é, um mesmo elemento do sonho manifesto pode nos remeter a séries de pensamentos latentes inteiramente diferentes. [...] A sobredeterminação atinge tanto o sonho considerado como um todo, como seus elementos considerados isoladamente, e isso acontece porque o sonho é construído a partir de uma massa de pensamentos oníricos na qual aqueles elementos que possuem articulações mais fortes e numerosas passam a formar o conteúdo onírico.

A sobredeterminação em atuação conjunta com o deslocamento e a condensação são os responsáveis pela diferença entre o conteúdo do sonho e os pensamentos subjacentes a ele, ou seja, é a interação entre eles que permite a construção do sonho. A sobredeterminação, supõe Freud (1900/2004, v. 5), estaria relacionada à escolha de quais elementos específicos entrarão como componentes do conteúdo do sonho. Por meio dela – da sobredeterminação – elementos com menor valoração psíquica penetram no conteúdo do sonho, em substituição aos elementos com alta valoração psíquica. O deslocamento tem como consequência que “[...] el contenido del sueño ya no presenta el mismo aspecto que el núcleo de los pensamientos oníricos, y que el sueño sólo devuelve {refleja} una desfiguración {dislocación} del deseo onírico del inconciente” (FREUD, 1900/2004, v. 5, p. 314). A condensação é um mecanismo que fusiona diversas ideias do pensamento inconsciente vertendo-as em uma única imagem no conteúdo que se manifesta à consciência (FREUD, 1900/2004, v. 5; LAPLANCHE; PONTALIS, 1992; ROUDINESCO; PLON, 1998). Na construção do conteúdo manifesto do sonho, os elementos mais nítidos seriam o ponto de partida de numerosas cadeias de ideias, ou seja, o maior número de determinantes. “Máxima intensidad muestran aquellos elementos del sueño para cuya formación se precisó del más vasto *trabajo de condensación*” (FREUD, 1900/2004, v. 5, p. 335, grifo do autor). Isto significa que os elementos de maior nitidez dos

sonhos estariam simbolizando distintas cadeias associativas de ideias, as quais estariam condensadas nesses mesmos elementos.

Roudinesco e Plon (1998, p. 718) declaram que “[...] a sobredeterminação é um efeito do trabalho de condensação”. O fusionamento de ideias num só elemento do sonho, resultante da condensação, só pode se dar em virtude das séries de pensamentos do sonho colidirem e fundirem-se neste elemento (FREUD, 1901/2004, v. 5). Este esclarecimento a respeito do fusionamento de elementos, lembra-nos a metáfora do sistema de linhas convergentes utilizada por Freud (1893-1895/2016, v. 2) para aclarar a formação dos sintomas histéricos, a qual citamos acima. Trata-se de elementos distintos que se imbricam para gerar seja o sonho, seja o sintoma.

A respeito da condensação no trabalho do sonho Freud (1901/2004, v. 5, p. 636, grifo do autor) afirma:

Buena parte de lo que hemos averiguado acerca de la condensación onírica se deja resumir en esta fórmula: Cada uno de los elementos del contenido del sueño está *sobredeterminado* por el material de los pensamientos oníricos; su genealogía no reconduce a un elemento único de los pensamientos oníricos, sino a una serie entera de ellos que en modo alguno tienen por fuerza que ser contiguos, sino que pueden pertenecer a las más diferentes regiones del tejido de pensamientos. El elemento onírico es, en el sentido cabal de la palabra, el *subrogado dentro del contenido del sueño* de todo ese material díspar.

Do que viemos discutindo a propósito da sobredeterminação, parece-nos ser possível extrapolá-la para além da formação de sintomas e do trabalho do sonho. Assim, as ações falhas e os chistes teriam sobredeterminações na base de seu engendramento. Freud (1898/2005, v. 3) faz uma ampliação das teses sobre os processos anímicos quando anuncia que todo produto psíquico tem origens sobredeterminadas.

Embasados nessa premissa, que é corroborada por Torres (2001), tomaremos a noção de vocação e a escolha profissional dela decorrente como um processo psíquico sobredeterminado. Com isso estamos querendo dizer que aquilo que experimentamos como um chamado para que algo seja realizado tem origens em diversas cadeias de conteúdos inconscientes. Estas séries colidiriam em um elemento, em um chamado à ação: a vocação.

No item subsequente discutiremos a noção de objeto em psicanálise. Entendemos que a compreensão desta noção seja fundamental para subsidiar, inclusive, a escolha de objeto que temos como um dos elementos que comporá a série de múltiplos determinantes da vocação.

2.2 CONSIDERAÇÕES METAPSICOLÓGICAS AO CONCEITO DE OBJETO EM FREUD

O termo objeto está em pauta desde o início dos estudos de quem se aventura a percorrer o solo fecundo da psicanálise. A simples tentativa de rememorar e localizar o termo objeto em psicanálise nos conduz diretamente às noções de objeto de amor, objeto hostil e escolha de objeto. Estes aspectos encontram-se relacionados à teoria pulsional, ao narcisismo e ao Édipo, o que nos indica que o termo está imbricado na trama conceitual de pontos cruciais da teoria psicanalítica. Desta maneira, consideramos a compreensão do conceito de objeto como central em psicanálise e que, inferimos apoiados em Torres (2001), poderemos extrapolar para aclarar a noção de vocação. Mas será que há um entendimento a respeito de a que tal conceito se refere? Mais ainda, haveria uma compreensão sobre os processos e os eventos que estão relacionados ao conceito? Estes são os aspectos que nos propomos a descortinar, para posteriormente podermos compreender a noção de objeto em relação à rede conceitual maior que o sustenta, a qual é um dos vieses possíveis que nos aproximarão de momentos constitutivos da subjetividade humana.

A respeito da conceituação de objeto na obra freudiana, Coelho Jr. (2001, p. 39) declara: “Assim como acontece com outras noções centrais do ponto de vista epistemológico, também com relação à noção de objeto Freud não chegou a estabelecer uma definição única e final em termos conceituais”. Nagera (1970) corrobora a compreensão de Coelho Jr. ao destacar que o termo objeto foi utilizado de maneiras diferentes na obra freudiana. Segundo o autor, haveriam dois grupos de contrastes que têm de estar em vista quando se propõe a compreender o sentido no qual o termo objeto é utilizado. O primeiro diz respeito ao contraste entre algo fora do corpo da criança, como o seio ou a mãe, e algo que faz parte da criança, uma parte de seu próprio corpo ou o corpo todo da criança. O segundo contraste estaria relacionado ao objeto das pulsões componentes em contraste com o objeto do Eu.

Coelho Jr. (2001) pensa dois modos de conceber a noção de objeto em Freud de uma maneira que nos parece correlata aos dois grupos de contrastes dispostos por Nagera (1970). Para Coelho Jr. o objeto aparece na obra freudiana ligado à noção de pulsão, por um lado, e ligado à atração e ao amor/ódio, por outro.

Ao tomarmos estas afirmações por verdadeiras, como podemos pensar a noção de objeto? Seriam as formas pelas quais Freud se utiliza do termo objeto antagônicas ou poderíamos pensar que são formulações complementares, levando em consideração a

emergência do objeto no aparato anímico? Começemos a dar contornos à noção de objeto com vistas a deslindar a concepção freudiana.

Seria possível pensarmos a noção de objeto como algo externo à criança ou a superfície total ou parcial do seu corpo? Parece-nos uma visão um pouco simplista que, pensamos, Nagera (1970) não tinha a intenção de transmitir. Esses elementos que figuram o meio da criança, como o seio materno e a mãe, têm de ser representados no aparato anímico para ser entendido enquanto um objeto. Não basta uma figura que se apresente no meio que circunscreve a criança, mas faz-se necessário representá-la intrapsiquicamente. Em outros termos, as figuras que povoam o em torno da criança tem de estar inscritas no aparato anímico sob a forma de representações. De modo análogo, não basta considerar uma parte do corpo da criança, mas sim a representação intrapsíquica deste setor corporal²⁹.

Coelho Jr. (2001, p. 39) segue esta mesma lógica de raciocínio ao afirmar: “Em geral, Freud se refere a objetos que são na realidade representações psíquicas. Assim, o movimento a que se refere a moção pulsional deve ser considerado um movimento interno ao psiquismo”. Isto significa dizer que o objeto tem de ser um elemento que foi demarcado no psiquismo. Então, como se processaria a inscrição do objeto no psiquismo? De partida, apontamos que um objeto é uma representação intrapsíquica forjada em momentos arcaicos do desenvolvimento infantil. Buscaremos apresentar os contornos conceituais de tal aquisição ao aparato anímico.

Podemos compreender como se dá a inscrição no aparato psíquico por meio das vivências de dor e de satisfação. Freud (1895/1995) descreve essas duas vivências a partir do modelo da fome. A primeira delas é a vivência de dor. Nesta, a necessidade da vida provoca um incremento quantitativo no aparelho psíquico que se presentifica para o bebê na qualidade de ser desprazível, a fome. Esse montante quantitativo que inunda o aparato urge por rebaixamento, o que apaziguará o desprazer. Há duas modalidades pelas quais esse incremento pode ser rebaixado. Pode ser que o aparelho se desvencilhe da quantidade na ausência do elemento que promoverá a saciação da necessidade, ou seja, alucinando a ingestão de alimento/leite. Isso concorrerá para a aniquilação do organismo. Deste modo, essa modalidade não pode ser usufruída indeterminadamente com risco de conduzir o bebê à morte. A segunda modalidade seria aquela adequada à manutenção da vida. O incremento quantitativo só poderia ser desbaratado quando da presença de um agente prestativo que

²⁹ É numa porção corporal representada no aparato anímico que num quadro de história de conversão a sintomatologia se manifesta. Fica-nos evidente que não é qualquer porção corporal que sucumbe ao sintoma, mas a parcela representada intrapsiquicamente como passível de investimento erótico.

promove a alimentação do bebê. A ingestão de alimento resulta em amainamento quantitativo. O apaziguamento de carência, que se dá de maneira abrupta, descarregando o montante quantitativo elimina o desprazer. A qualidade prazenteira toma o lugar do que outrora era sentido (qualificável) como desprazer. Essa descarga quantitativa abrupta que elimina o desprazer caracteriza a vivência de satisfação. Com a repetição das vivências de satisfação trilhamentos ficam demarcados no aparelho psíquico. Na emergência de novas demandas, buscar-se-á percorrer novamente esses caminhos já demarcados, ou ainda, facilitados, com vistas ao desvencilhar-se do desprazer. O elemento do meio externo que se apresenta para cumprir o cancelamento do carecimento será, pouco a pouco, registrado no aparelho psíquico. Quando um novo incremento quantitativo engendrar desprazer, a figura demarcada no aparelho por estar vinculada a vivência de satisfação será ansiada. Isto significa dizer que o registro intrapsíquico que foi forjado desta figura presente no meio será animada, investida no trilhamento, em busca de escoar a quantidade represada, de modo a angariar a satisfação.

Neste período das formulações freudianas estava em vigência o primeiro dualismo pulsional. Destarte, para delinear a noção de objeto em relação ao que já explicitamos sobre a inscrição no aparato psíquico e sua relação com a teoria pulsional, faremos um breve retrospecto desde a separação entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais. Continuaremos, assim, a tentar responder à questão que permeia esta seção do trabalho: o que é um objeto em psicanálise?

A primeira forma de satisfação erótica do ser humano ocorre quando da emergência do sexual apoiada na saciação³⁰ da necessidade de alimento; da pulsão de autoconservação desprege-se a pulsão sexual. A partir de tal separação, a satisfação sexual pode ser buscada independentemente da necessidade vital de alimento. É a recriação desta satisfação que o ser humano busca incessantemente. O objeto que foi codificado como uma representação psíquica referente à satisfação, que ensejou a ação específica que culminou por despertar a sexualidade, será o objeto ansiado (FREUD, 1895/1995, 1905/2003, v. 7, 1940/2004, v. 23).

Coelho Jr. (2001, p. 40) está em acordo com esta compreensão da inscrição do objeto no aparato anímico. Nos termos do autor,

Em sua primeira teoria das pulsões, Freud propõe que as pulsões sexuais se apoiam originalmente sobre as pulsões de autoconservação. Assim, as escolhas anaclíticas de objeto estariam se estabelecendo a partir do modelo de relação presente nos primeiros momentos de vida, em que a satisfação sexual se apoiaria sobre os objetos responsáveis pela conservação da vida, ou seja,

³⁰ Distinguimos entre saciação e satisfação. A saciação seria relativa a cessação da carência, portanto, oriunda das pulsões autopreservativas. A satisfação seria resultante a obtenção de prazer vinculada às pulsões sexuais. Essa distinção só pode ser destacada após o despregamento entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais.

principalmente sobre o seio materno. Daí outro uso do objeto na formulação teórica de Freud, aquele que estabelece que o seio materno é o primeiro objeto sexual.

Por este apontamento, embasado nas teses freudianas, o primeiro objeto a qual é endereçado investimento erótico é parcial. Não é a mãe em sua totalidade senão uma parcela dela, o seio nutrício. Mas não é a mãe o primeiro objeto de amor, o agente prestativo que oferece saciação e satisfação? Parece-nos que esta visão sobre um objeto parcial coaduna com momentos da vida da criança ainda pouco distintos entre eu e não-eu. Assim, a primeira diferenciação entre eu e não-eu se dá entre um eu e um objeto parcial – o seio materno. Mas este registo vai, paulatinamente, sendo complementado com a inscrição gradual deixada pelas repetições das vivências de satisfação. Temos então de considerar que o registro de objeto pode ser ampliado, complexificado. Partindo de uma inscrição parcial do agente prestativo, chega-se a uma inscrição de um objeto total: a mãe. Aqui vemos a influência da percepção para a constituição do objeto: por um lado ele é o elemento do meio externo, percebido via órgãos sensoriais como separado do eu, mas de outro lado é a representação internalizada deste elemento encontrado no meio.

A formulação sobre o vínculo entre percepção e objeto, presente sobretudo nos textos iniciais de Freud, apresenta o objeto como sendo por um lado um objeto externo e real, oferecendo ao sujeito – ou à consciência - o critério de realidade, e de outro lado como sendo um objeto psíquico e então trata-se fundamentalmente de representações (*Vorstellungen*) (COELHO JR., 2001, p. 45)

Vejamos com podemos compreender a inscrição do objeto no psiquismo pelas teses de um aparelho [neuro]psíquico apresentadas no *Projeto de uma Psicologia* (doravante designado de *Projeto*). Já descrevemos o modelo da fome e ancoramos nele as vivências de dor e de satisfação. Tratemos agora destas duas vivências sustentando-as no formato [neuro]psíquico proposto por Freud em 1895.

As vivências fundamentais, de dor e de satisfação, ocorrem nos primórdios da formação do aparato anímico e alicerçam bases que servirão de parâmetro para o funcionamento posterior do aparelho. Ambas as vivências visam à descarga da quantidade que inunda o aparato psíquico. Neste sentido, podem ser entendidas como um modo primário de funcionamento do sistema nervoso (FREUD, 1895/1995; GABBI JR., 1995).

A primeira vivência a engendrar-se no aparato anímico seria a de dor. Assim sendo, iniciaremos nossa discussão por ela. Primeiramente precisamos esclarecer o que seria entendido pelo termo dor. Segundo as proposições discutidas no *Projeto*, a dor é resultante de

um adentrar demasiado de Q^{31} no aparato anímico. Essa quantidade seria elevada o suficiente para transpor os dispositivos protetores dos órgãos dos sentidos, ou seja, seria de uma grandeza capaz de romper os sistemas de proteção contra Q disponíveis no aparato. Já esclarecemos que o incremento quantitativo, algo que se avoluma gradativamente, ao ultrapassar certa medida, é qualificável como desprazível para o aparelho. Aqui destacamos que a dor é algo além do desprazer, ela se dá pelo rompimento dos sistemas protetivos pela grandeza quantitativa que adentra a partir de ϕ . O sistema de neurônios ϕ é uma categoria de neurônios permeável, o que significa que nestes Q teria livre eliminação e eles não seriam alterados pela passagem desta em seu interior. Estes neurônios se conectariam com a periferia do corpo e através deles os estímulos externos adentrariam ao aparato anímico, portanto, seriam os responsáveis pela percepção. Tentemos desembaraçar essa questão seguindo a lógica apresentada por Freud (1895/1995) a respeito da vivência de dor. Outra categoria de neurônios seriam os ψ , os quais estabeleceriam barreiras impedindo o livre escoamento de quantidade entre os neurônios, sendo designados, portanto, como impermeáveis. Tal classe de neurônios estaria em conexão com o interior do organismo e seria responsável pelo sistema de memória, isto é, pelo caminho demarcado pela passagem de Q , que forma trilhamentos, os quais deixarão o trajeto de Q facilitado quando de novas circulações: o registro de uma vivência, seja ela de dor ou de satisfação. Para o autor, o sistema ψ está exposto a dois tipos de quantidades: as de origem endógena e as que chegam através de ϕ (oriundas do mundo externo). A dor adentra ao sistema ψ como uma Q de grandeza elevada que foi transferida pelo sistema ϕ . Ao chegar ao sistema ψ , um grande aumento de nível quantitativo inunda o aparelho até o sistema ω^{32} , o que causa a sensação dolorosa. “A *dor* é, dessa forma, caracterizada como irrupção de Q s enormes em ϕ e ψ , ou seja, de Q s de uma grandeza ainda maior do que os estímulos ϕ ” (FREUD, 1895/1995, p. 21). O fluxo quantitativo que penetra em ψ leva à ocupação de vários neurônios ψ . Isto produz a inclinação à eliminação, o que se dá em diversas direções. Constitui-se em ψ uma facilitação entre os caminhos privilegiados de eliminação e a imagem recordativa do objeto hostil – o objeto que produziu o estímulo que excitou a dor. Após esta facilitação estar demarcada no aparelho psíquico, ao haver uma

³¹ Quantidade de energia que, disponível no interior no neurônio, trafega de um a outro ou pode ter sua circulação barrada (FREUD, 1895/1995).

³² Os neurônios ω são responsáveis pela qualidade, quando excitados pela passagem de Q essa classe de neurônios promove as “sensações conscientes” (FREUD, 1895/1995, p. 23).

ocupação com origem endógena dos neurônios (em ψ) que compõem a imagem recordativa do objeto hostil, produz-se desprazer³³ no aparelho.

Na vivência de satisfação temos como distinção inicial da vivência de dor que as quantidades não são provenientes do exterior do corpo e não adentram de maneira abrupta e pontual. Os neurônios de ψ do núcleo são ocupados com Q endógenas, de fontes intra e intercelulares, que acedem continuamente. Isto promove a acumulação de quantidade em ψ que chega em ω como sensação de desprazer. O incremento quantitativo engendra a tentativa de livrar-se da acumulação geradora de desprazer. A princípio, o desembaraçar-se da quantidade é buscado pela ativação da via motora (o espernear, o grito/choro). Essa manobra apenas promove um rebaixamento e não a eliminação do excesso quantitativo em ψ do núcleo. Em razão das demandas constantes chegando a ψ do núcleo, brevemente novo estado de excesso quantitativo ocorrerá. O ser humano, no princípio da vida, não consegue desvencilhar-se do excesso quantitativo que inunda seu aparato anímico em razão de necessitar que o elemento adequado que cancelará a carência que engendrou a tensão seja obtido. Para que isto ocorra, faz-se premente que um elemento disponível no meio que cerca o bebê, o agente auxiliar, promova a ação específica que cancelará o incremento em ψ do núcleo. Após haver o cancelamento da ocupação em ψ , a sensação de desprazer via ω também cessará. Esta sequência de eventos é denominada por Freud (1895/1995) de vivência de satisfação. O agente prestativo que realizou a ação específica ficará registrado em ψ do manto sob a forma de uma ocupação neuronal correspondente à percepção de objeto – a representação de objeto.

Após atrelarmos as noções de pulsões sexuais e de autoconservação à noção de objeto, bem como retrocedermos às teses do *Projeto* relativas às vivências fundamentais, entendemos fazer-se necessário aclarar tal imbricação. Para tanto, retomaremos as teses a respeito da pulsão com vistas a subsidiar nossas discussões a respeito da noção de objeto na medida que é um dos elementos que a compõem. Assim sendo, cremos que nada mais compreensível e justificável que revisitarmos esse conceito de modo a ampliar o cabedal teórico que nos ajudará a pensar o objeto em psicanálise e, mais especificamente, como a noção de objeto se articula com nossa busca pela compreensão da vocação. No dizer do autor primordial da psicanálise no texto *Os instintos e seus destinos*,

[...] o “instinto” [pulsão] nos aparece como um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos

³³ Lembramos que o termo desprazer não é análogo a dor. Isto porque a dor é resultante de grandes quantidades que inundam o sistema ψ a partir de ϕ , portanto, dá-se mediante estímulo oriundo do meio externo.

do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo (FREUD, 1915a/2010, v. 12, p. 57).

Vejam os como podemos compreender essa definição. É a partir do interior do corpo que são originados estímulos pulsionais³⁴ que promovem um incremento de quantidade³⁵ de energia a qual necessita ser descarregada, pois, como destaca Freud (1895/1995, 1915a/2010, v. 12), o acréscimo de quantidade é sentido como desprazer e sua diminuição como prazeroso. Estamos falando do *princípio de constância*, segundo o qual, o sistema nervoso teria por função, desembaraçar-se dos acréscimos quantitativos com fins de trabalhar num nível mínimo necessário para a sobrevivência, o que o libertaria do desprazer. Nos termos freudianos, “[...] o sistema nervoso é um aparelho ao qual coube a função de eliminar os estímulos que lhe chegam, de reduzi-los ao mais baixo nível, um aparelho que, se fosse possível, gostaria de manter-se verdadeiramente livre de estímulos” (FREUD, 1915a/2010, v. 12, p. 55). Para que ocorra esse interjogo de incremento de quantidade e seu rebaixamento é preciso pensar que algum tipo de ação deve intervir. Partindo do suposto freudiano de que a pulsão é um incremento quantitativo originário do interior orgânico, uma ação de fuga torna-se ineficiente como meio para desembaraçar-se da quantidade que geraria desprazer. Outro método mais apropriado teria de ser empreendido. Agreguemos nova informação que Freud (1915a/2010, v. 12) nos fornece: além de ser um incremento a partir do interior corporal, sua força, sua incidência sobre o corporal, é constante.

O instinto, por sua vez, não atua jamais como uma *força momentânea de impacto*, mas sempre como uma força *constante*. Desde que não ataca de fora, mas do interior do corpo, nenhuma fuga pode servir contra ele. Uma denominação melhor para o estímulo instintual é “necessidade”; o que suprime essa necessidade é a “satisfação”. Ela pode ser alcançada por meio de uma modificação pertinente (adequada) da fonte interior de estímulo (FREUD, 1915a/2010, v. 12 p. 54, grifo do autor).

Já apresentamos sucintamente três das características/elementos que estão em conexão ao conceito de pulsão, quais sejam a força, ou impulso ou esforço³⁶ {Drang}, a meta {Ziel} e

³⁴ É necessário distinguir entre estímulo pulsional e estímulo fisiológico. Em primeiro lugar, ambos chegam ao aparato psíquico. O estímulo fisiológico provém desde fora, do exterior, “ele age como um impacto único” (FREUD, 1915a/2010, v. 12, p. 54), excitando o tecido vivo e, portanto, pode ser descarregado mediante uma única ação muscular que altere o meio externo (p. ex., a fuga do estímulo). Diferentemente, o estímulo pulsional adviria do interior do organismo e seria um estímulo para o psíquico; por ter uma estimulação constante não pode ser descarregada/cancelada por um mesmo tipo de ação; a fuga não serve como forma de cancelamento da estimulação visto que a mesma é interna e constante (FREUD, 1915a/2010, v. 12).

³⁵ Com o termo quantidade referimo-nos à catexia/investimento/ocupação {*bezetsun*}, tratada mais detidamente no *Projeto* (FREUD, 1895/1995), significando a energia engendrada das excitações somáticas (originadas desde o exterior ou do interior do corpo) e que alcança o aparato anímico.

³⁶ Interessante destacar que o termo utilizado na edição da Amorrortu é *esfuerzo*, o qual pode ser traduzido como “esforço; energia, vigor” (PEREIRA, 1996, p. 120). Também encontramos a noção de *esfuerzo* como uma noção de emprego de energia na definição apresentada ao termo no *Diccionario de la Lengua Española da Real*

a fonte {*Quelle*}. Falta-nos ainda elencar o quarto elemento, aquele que nos interesse de modo especial nesta seção: o objeto {*Objekt*}. Retomemos, com vistas a melhor compreensão, cada um destes aspectos componentes da pulsão.

De acordo com Freud (1915a/2010, v. 12) fonte da pulsão é orgânica. São os processos somáticos originados das carências que promovem uma estimulação que ascende ao psíquico e que é representada neste sob a forma do que denominamos pulsão³⁷.

O impulso de uma pulsão é o elemento propulsor, o que move uma pulsão. Este impulso é “[...] a soma de força ou a medida de trabalho que ele representa” (FREUD, 1915a/2010, v. 12, p. 57). É característico da pulsão, ou melhor, é a essência da pulsão o caráter impulsivo. É da natureza da pulsão o impelir à atividade.

A meta ou objetivo de uma pulsão é a satisfação. Só é possível obter satisfação quando ocorre a cessação da estimulação proveniente da fonte da pulsão. Apesar do objetivo a atingir ser a plena satisfação da demanda pulsional, não é apenas um único caminho que pode conduzir a sua obtenção. Isto significa dizer que uma pulsão “[...] pode ter várias metas próximas ou intermediárias, que são combinadas ou trocadas umas pelas outras” (FREUD, 1915a/2010, v. 12, p. 58). Portanto, não há uma linearidade na busca pela cessação da demanda pulsional, caminhos colaterais, ligações entre metas parciais que, somadas, angariam a deposição do quantum que urge por satisfação, podem ser percorridas no percurso. Ainda há a possibilidade dos processos psíquicos que percorrem os caminhos que levariam a satisfação

Academia Española (2001a, v. 1, p. 968): “(De *esforzar*) m. Empleo enérgico de la fuerza física contra algún impulso o resistencia. || 2. Empleo enérgico del vigor o actividad del ánimo para conseguir algo venciendo dificultades. || 3. Ánimo, vigor, brío, valor. || 4. Empleo de elementos costosos em la consecución de algún fin.”. A noção de força/esforço como energia, quantidade nos será útil para pensar a emergência da pulsão bem como o mecanismo de repressão. Paulo César de Souza verte o termo alemão *Drang* por impulso e, em nota de rodapé ao texto *Os instintos e seus destinos*, destaca que o termo também pode ter a significação de ímpeto.

³⁷ Neste trecho da discussão de Freud na obra *Os instintos e seus destinos* encontramos uma dificuldade de compreensão devido a diferenças de tradução. A tradução de Paulo César de Souza parece-nos equivocada. Vejamos: “Por *fonte* do instinto se compreende o processo somático num órgão ou parte do corpo, cujo estímulo é representado na psique pelo estímulo” (FREUD, 1915a/2010, v. 12, p. 59). No alemão lê-se: “Unter der Quelle des Triebes versteht man jenen somatischen Vorgang in einem Organ oder Körperteil, dessen Reiz im Seelenleben durch den Trieb repräsentiert” (FREUD, 1915/1949, v. 10, p.215). Na tradução de José Luis Etcheverry, para a Editora Amorrortu, lemos: “Por *fuelle* {*Quelle*} de la pulsión se entende aquel proceso somático, interior a un órgano o a una parte del cuerpo, cuyo estímulo es representado {*repräsentiert*} em la vida anímica por la pulsón” (FREUD, 1915/ 2003, v. 14, p. 118). Na tradução de Jayme Salomão para a Imago: “Por fonte [*Quelle*] de um instinto entendemos o processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por um instinto” (FREUD, 1915/1996, v. 14, p. 128). Como podemos perceber a partir das traduções de Salomão e Etcheverry, o que é representado na vida mental é a pulsão e não o estímulo que se originou no corpo. Temos de pensar numa espécie de tradução entre a necessidade desperta no órgão-fonte e o representante deste estímulo que chega ao aparato psíquico.

não serem tolerados³⁸, sendo então inibidos ou desviados de seu curso. Freud as denomina como pulsões ‘inibidas na meta’.

Se o percurso em direção ao objetivo de angariar satisfação pode ser desviado, outro elemento pode ser ainda mais mutável. O objeto da pulsão, aquele por meio do qual se atinge a meta “É o que mais varia no instinto, não estando originalmente ligado a ele, mas lhe sendo subordinado apenas devido à sua propriedade de tornar possível a satisfação” (FREUD, 1915a/2010, v. 12, p. 58). Para que se alcance a meta faz-se necessário a mediação de um objeto, seja ele um elemento estranho, externo³⁹ ao indivíduo ou parte de seu próprio corpo.

Considerando a teoria pulsional, Freud afirma que constitui-se como objeto da pulsão todo objeto no qual ou através do qual a pulsão consegue atingir seu alvo. O objeto não é fixo, nem previamente determinado, é o que há de mais contingente no conjunto de elementos e processos presentes nos atos pulsionais. O objeto é variável e indeterminado, mas é o que permite satisfação às pulsões. Os objetos pulsionais tendem a ser objetos parciais, como por exemplo partes do corpo. Não precisam ser objetos reais presentes, podem ser objetos fantasiados, o importante é que sejam objetos que garantam a satisfação. Nesse sentido, o objeto estará sempre a serviço dos movimentos das pulsões sexuais, tal como Freud as define em sua primeira teoria das pulsões (COELHO JR., 2001, p. 44).

Além de ser variável quanto ao objeto por meio do qual se pode satisfazer uma demanda pulsional, segundo Freud (1915a/2010, v. 12) também um mesmo objeto pode servir para a satisfação de mais de uma pulsão. O exemplo da fome que discutimos anteriormente serve bem a esta questão. O seio nutrício sacia a necessidade de ingestão de alimento, vinculada a pulsão de autopreservação, e concomitantemente, satisfaz a demanda erótica proveniente da pulsão sexual. Quando há uma ligação estrita entre um objeto e uma demanda pulsional, quando não se admite câmbio no objeto para angariar a satisfação de uma demanda, qualifica-se como uma fixação no referido objeto. Freud destaca que as fixações são particularmente presentes nos momentos iniciais do desenvolvimento pulsional. Podemos entender mais claramente essa proposição do autor se levarmos em consideração a teoria do apoio, segundo a qual arrimada na pulsão autoconservativa emerge a sexual, o que significa dizer que um mesmo objeto, ao possuir a capacidade de satisfazer às demandas de duas origens, demarca-se como sendo o único a ser ansiado quando da urgência. Isto promoveria uma facilitação, ou ainda, caminhos melhor facilitados, que conduziria a animar a representação deste complexo quando as demandas emergissem no aparato anímico.

³⁸ O mecanismo de repressão cumpre a tarefa de retirar da consciência aquilo que não poder ser tolerado e conduzir a que a meta original seja inibida ou que sejam buscados modos alternativos para obtenção de satisfação (FREUD, 1915b/2010, v. 12).

³⁹ Lembremos que já discutimos a questão do objeto que se apresenta externo ao indivíduo ter de estar representado psicologicamente.

Ao tomarmos a noção de objeto em relação a vocação, pensamos que o que aprendemos das repetições das vivências as quais deixam atrás de si rastros no aparato psíquico apontando para aquilo que pode promover satisfação. O objeto seria uma representação que ficaria demarcada no psiquismo como elemento que leva à obtenção de satisfação. Seria-nos então lícito pensar a vocação como algo que aponta para um objeto por meio do qual a satisfação pode ser angariada? Parece-nos que a profissão/ocupação para a qual a vocação aponta poderia ser entendido *como se fosse* um objeto mediante o qual uma parcela de satisfação poderia ser atingida. Sabemos que as demandas eróticas podem sofrer uma alteração em sua meta, pensamos que a vocação apontaria para uma satisfação angariada a partir de uma finalidade [aparentemente] destacada do sexual.

Para o momento, o que discutimos a respeito do objeto nos é suficiente na medida que ampliaremos a compreensão do mesmo quando, na seção subsequente, tratarmos da escolha de objeto. Na realidade, algumas considerações sobre a escolha de objeto já foram adiantadas nesta seção em virtude, inclusive, da dificuldade em desemaranhar a noção de objeto da noção de escolha de objeto, pois a emergência de uma representação de objeto no aparato psíquico conflui com a representação que será ‘escolhida’ para deposição dos investimentos libidinais. Desta maneira, alertamos que certa repetição da discussão será indispensável para esclarecermos, em especial, os momentos iniciais da escolha do objeto de amor.

2.3 CONSIDERAÇÕES METAPSICOLÓGICAS À NOÇÃO DE ESCOLHA EM PSICANÁLISE

O termo escolha comumente nos remete a uma disposição a eleger um elemento entre outros utilizando-se de critérios racionais. Esta visão não nos parece coerente com a proposição psicanalítica, em especial se tivermos em consideração as noções de inconsciente e de determinação psíquica, sobre as quais discorreremos no primeiro capítulo e na primeira seção deste capítulo respectivamente. Nesta seção buscaremos deslindar as possibilidades de compreensão da noção de escolha em um aporte psicanalítico.

Nosso entendimento a respeito da noção de escolha é corroborado pelos autores Laplanche e Pontalis (1992, p. 154), quando levantam um questionamento a respeito do uso do termo escolha em psicanálise assinalando que, para uma teoria na qual a sobredeterminação ocupa um papel central, o termo escolha poderia sugerir que “[...] seja

necessário um ato do sujeito para que os diferentes fatores históricos e constitucionais evidenciados pela psicanálise assumam o seu sentido e o seu valor motivante”.

Para delinear a referida noção nos remeteremos a duas vinculações da escolha no espectro psicanalítico: a escolha da neurose e a escolha de objeto. Nosso objetivo será o de aclarar se a noção de escolha está atrelada ou não a um processo consciente, no sentido de uma eleição racional para, posteriormente, ancorarmos a discussão da escolha profissional/ocupacional.

2.3.1 Considerações metapsicológicas à escolha de objeto

Após havermos explicitado o conceito de objeto, vejamos por que meandros o ser humano elege o objeto de amor. Já apresentamos, na seção na qual tratamos da noção de objeto, que este é uma representação intrapsíquica forjada a partir das repetições das vivências de satisfação. Isto significa dizer que um elemento do meio promove modificações na estrutura inicial do eu-isso ainda indiferenciado. Desde modo temos de considerar a íntima relação entre o desenvolvimento de um eu no aparato psíquico e a eleição dos objetos a investir.

No princípio da vida o eu enquanto uma unidade é inexistente, e podemos inferir juntamente com Freud (1923b/2011, v. 16), que o eu inicial seria fragmentado e frágil. Este eu inicial seria compatível com o que encontramos no período autoerótico, quando o bebê obtém satisfação a partir de seu próprio corpo. A etapa subsequente ao autoerotismo é o narcisismo, na qual o eu seria passível de investimento erótico. Assim, temos de pressupor a existência de uma unidade relativa ao eu para que se viabilize que ele seja tomado como objeto de amor pelas pulsões sexuais.

De acordo com Freud (1914/2010, v. 12), foi Paul Näcke quem utilizou o termo narcisismo pela primeira vez em 1899. O termo seria utilizado para designar “[...] a conduta em que o indivíduo trata o próprio corpo como se este fosse o de um objeto sexual, isto é, olha-o, toca nele e o acaricia com prazer sexual, até atingir plena satisfação com estes atos” (p. 14). Esta seria a descrição de um processo de perversão. Mas outras características da conduta narcisista podiam ser encontradas em outras pessoas sujeitas a distúrbios distintos deste, bem como em indivíduos sãos. Assim sendo, conjecturou-se que o emprego da libido tal qual fora encontrada nestes casos poderia estar relacionada a “[...] um lugar no

desenvolvimento sexual regular do ser humano” (p. 14). Significa dizer que o narcisismo seria um complemento libidinal da pulsão autoconservativa⁴⁰. A noção de um estágio de narcisismo primário e normal é esclarecida por Freud (1914/2010, v. 12) a partir dos estudos sobre a parafrenia (*dementia praecox* para Kraepelin, ou esquizofrenia para Bleuler). Duas características fundamentais estavam presentes em pacientes parafênicos: a megalomania e um desinteresse pelas pessoas e coisas do meio que as cerca. O abandono do interesse é explicado pela retirada dos investimentos libidinais dos objetos presentes no mundo externo e sua aplicação no eu. “A libido retirada do mundo externo foi dirigida ao Eu, de modo a surgir uma conduta que podemos chamar de narcisismo” (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 16). A megalomania decorrente desse estado de investimento no eu é então entendida como uma recriação de um estado anterior. “Isto nos leva a apreender o narcisismo que surge como retração dos investimentos objetais como secundário, edificado sobre um narcisismo primário que foi obscurecido por influências várias” (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 16). Atribui-se à megalomania traços do que também é encontrado nos processos psíquicos das crianças e dos povos primitivos⁴¹: superestimação do poder dos desejos e dos atos psíquicos, a onipotência de pensamentos, crença em palavras mágicas e magia. A partir destes estudos Freud (1914/2010, v. 12, p. 17) supõe que:

Formamos assim a ideia de um originário investimento libidinal do Eu, de que algo é depois cedido aos objetos, mas que persiste fundamentalmente, relacionando-se aos investimentos de objeto como o corpo de uma ameba aos pseudópodes que dele avançam.

Assim, duas classes de investimento da libido puderam ser depreendidas: a libido do eu e a libido do objeto. As energias psíquicas oriundas, respectivamente, das pulsões de autoconservação e sexuais que, inicialmente estariam unidas, só podem ser distinguidas quando do investimento em objetos.

Já destacamos que o eu inicial do bebê, ainda pouco diferenciado do isso, teria de ser atrelado a um período autoerótico. Assim também o estágio inicial da libido. Esclarece Freud (1914/2010, v. 12, p. 18-19):

[...] é uma suposição necessária, a de que uma unidade comparável ao Eu não existe desde o começo no indivíduo; o Eu tem que ser desenvolvido. Mas os instintos autoeróticos são primordiais; então deve haver algo que se acrescenta ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que se forme o narcisismo.

⁴⁰ Esta compreensão conduz a elaboração de uma nova concepção sobre as pulsões que culminará na proposição do segundo dualismo pulsional em 1920 (FREUD, 1920/2010, v. 14; 1930/2010, v. 18).

⁴¹ O tema da similaridade entre os processos psíquicos das crianças e dos povos primitivos é discutida na obra *Totem e Tabu*, publicada por Freud em 1913.

Ao levarmos em consideração que as pulsões primordiais são as autoconservativas (ou seja, do Eu) e delas emergem as pulsões sexuais (do objeto), a compreensão que haveria uma libido investida no Eu e uma libido que se investe em objetos seria uma continuidade da hipótese do primeiro dualismo pulsional. Por esta tese, a libido investiria inicialmente o Eu e, apenas posteriormente, investiria objetos. Então, nos questionamos, o que faria com que o investimento inicial no Eu fosse transferido para objetos? Freud (1914/2010, v. 12) nos dá uma pista quando afirma que o represamento da libido no Eu teria de ser sentida como desprazerosa. Se compreendemos que a elevação quantitativa, provocada pelo barramento que impede o escoar dessa energia, engendra desprazer no aparelho psíquico, temos de considerar que uma estase da libido conduzirá o aparelho a busca pelo desembaraçar-se dessa quantidade⁴². Então, a forma encontrada de lidar com a quantidade represada seria cedê-la a objetos.

[...] de onde vem mesmo a necessidade que tem a psique de ultrapassar as fronteiras do narcisismo e pôr a libido em objetos? A resposta derivada de nosso curso de pensamento seria, mais uma vez, que tal necessidade surge quando o investimento do Eu com libido superou uma determinada medida. Um forte egoísmo protege contra o adoecimento, mas afinal é preciso começar a amar, para não adoecer, e é inevitável adoecer, quando, devido à frustração, não se pode amar (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 29).

A seguir a um momento no qual o eu já é passível de investimento, uma nova etapa da constituição do Eu se institui, uma etapa na qual objetos originariamente externos a ele podem ser tomados como objetos, objetos aos quais a libido pode ser endereçada. Vejamos como isso se processa no aparelho psíquico.

Segundo Freud (1905/2003, v. 7, 1914/2010, v. 12), os primeiros objetos sexuais do indivíduo são provenientes das vivências de satisfação. As primeiras satisfações sexuais do bebê são vivenciadas atreladas às satisfações das funções vitais de preservação em razão das pulsões de autoconservação e das pulsões sexuais estarem inicialmente vinculadas. Assim, a satisfação das necessidades ordinárias para a sobrevivência do organismo e o prazer que é engendrado nessas atividades ocorrem simultaneamente. As duas pulsões se separam posteriormente, quando arrimada nas pulsões de autopreservação emergem as pulsões sexuais. Após apartadas as duas classes de pulsões, o agente auxiliar que exerce a função nutriz, de cuidado ou de proteção – a mãe ou quem quer que a substitua neste papel junto ao bebê – será tomado como o primeiro objeto de amor, o objeto a quem endereçar investimentos eróticos⁴³.

⁴² Lembremos que a busca pela satisfação e a evitação do desprazer regem o funcionamento do aparelho psíquico.

⁴³ Na seção sobre a noção de objeto esclarecemos como o agente prestativo se torna representado no aparato anímico.

Esse tipo de escolha de objeto se processa por apoio ou anáclise, ou seja, amparada nas pulsões de autoconservação o objeto que cumpre a função de manutenção da sobrevivência do bebê é elegido como aquele que promoverá, além de saciação da carência ordinária, a satisfação erótica. Destarte, a sexualidade emergiria arrimada nas funções vitais do indivíduo.

A repetição da presença da figura materna no campo perceptivo (visual, auditivo, olfativo, gustativo e tátil) da criança quando da prestação de cuidados relativos a alimentação, higiene e conforto junto a esta, promoveria contato, inclusive corporal, o que suscitaria a estimulação do bebê e a consequente elevação da quantidade de excitação. Desse modo, o agente prestativo se repete no campo perceptivo da criança quando em momentos de suas carências e promove a saciação e satisfação, sendo que a esta altura dos eventos essa figura que já está representada intrapsiquicamente se torna altamente valorizada pela criança. Ela é elegida como a representação que possui os atributos que conduzem a criança a endereçar-lhe seus investimentos libidinais, haja vista ela estar atrelada às repetições das vivências de satisfação experienciadas pelo bebê. A mãe é, então, tomada como o primeiro objeto externo ao qual o bebê depositará seus investimentos libidinais, em razão dela ser a figura que é encontrada no meio que circunscreve a criança e está em consonância com a representação no aparato anímico que media a obtenção de saciação e satisfação. Como destaca Freud (1905/2003, v. 7), encontrar um objeto é na verdade reencontrá-lo. Significa dizer que ao perceber uma figura no meio que a cerca, a criança comparará essa percepção à representação de objeto, havendo coincidência (mesmo que parcial) entre a figura do meio e a representação esta será tomada como o objeto: o reencontrar o objeto.

Os instintos sexuais apoiam-se de início na satisfação dos instintos do Eu, apenas mais tarde tornam-se independentes deles; mas esse apoio mostra-se ainda no fato de as pessoas encarregadas da nutrição, cuidado e proteção da criança tornarem-se os primeiros objetos sexuais, ou seja, a mãe ou quem a substitui. Junto a esse tipo e essa fonte de escolha de objeto, que podemos chamar de tipo *de apoio*, a pesquisa analítica nos deu a conhecer um outro, que não esperávamos encontrar (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 32, grifo no original).

Após termos apresentado a concepção freudiana a respeito da escolha de objeto aos moldes deixados pela vivência de satisfação, a escolha de objeto por apoio, poderemos discutir outra forma de eleição objetual. Conforme vimos na citação acima, Freud (1914/2010, v. 12) aponta para outra modalidade de escolha de objeto, a escolha narcísica de objeto. Neste tipo de escolha, o objeto erótico é elegido conforme o modelo da própria pessoa, a busca como modelo para a escolha do objeto incide sobre o Eu. O autor destaca que a escolha narcísica de objeto ocorre em especial em indivíduos que tenham sofrido alguma alteração no desenvolvimento previsto da libido, e cita como exemplos os perversos e os homossexuais. É

justamente a observação dessa modalidade de escolha de objeto que conduziu Freud a adotar a hipótese do narcisismo.

Freud (1914/2010, v. 12) discute, então, a inferência sobre a eleição do objeto de amor em duas possibilidades, das quais o indivíduo escolherá⁴⁴ uma. Estes dois caminhos se abrem balizados nos dois alvos de investimento erótico da criança: ele mesmo e sua mãe.

Deste modo, Freud (1914/2010, v. 12, p. 36) assim resume os dois caminhos da escolha objetal:

Uma pessoa ama:

- 1) Conforme o tipo narcísico:
 - a) o que ela mesma é (a si mesma),
 - b) o que ela mesma foi,
 - c) o que ela mesma gostaria de ser,
 - d) a pessoa que foi parte dela mesma.
- 2) Conforme o tipo “de apoio”
 - a) a mulher nutriz,
 - b) o homem protetor
 e a série de substitutos que deles derivaram.

Sobre as duas possibilidades de escolha de objeto libidinal, Freud (1914/2010, v. 12, p. 32-33) alerta: “Preferimos supor, isto sim, que para cada pessoa ficam abertos ambos os caminhos da escolha de objeto, sendo que um ou outro pode ter a preferência”. Isto significa dizer que a medida de obtenção de satisfação via objetos originais – o Eu e o outro – podem interferir na futura eleição do objeto a quem destinar investimentos.

Temos ainda que considerar outro evento momentoso no desenrolar da infância que terá influência na futura escolha de objeto. Nos referimos a conflitiva edípica. Com vistas a simplificação trataremos do Édipo no menino como modelo explicativo. Estamos cientes que Freud, no início de seus estudos, apresentou o Édipo no menino e na menina como análogos, mas que posteriormente a 1924 especificidades foram distinguidas.

O menino tem na mãe seu primeiro objeto de amor, já dissemos isso quando apresentamos a teoria do apoio. O pai é uma figura presente no meio que circunscreve o garoto e também é por ele valorizada no sentido de ser tomado como um modelo. O menino tem o pai como ideal, deseja ser como ele; isso indica uma identificação do menino com o pai. Até o momento em que o pai se torna um empecilho no acesso da criança à mãe, ele é uma figura também amada. Após o menino perceber no pai um atrapalho, a tonalidade dos endereçamentos será hostil. Desta forma, o amor à mãe conduzirá a uma manifestação de hostilidade ao pai. A hostilidade torna-se tão patente que o menino planeja desfazer-se do pai.

⁴⁴ A esta altura das discussões cremos que o leitor compreenderá o termo escolha como pautada em processos sobredeterminados.

Em fantasia, isso é significado como um intento de morte ao pai. O intuito de livrar-se da figura do pai com a finalidade de ter a mãe só para si esbarra em um temor. O menino teme que os intentos parricidas sejam punidos com a subtração de uma parte de sua anatomia que lhe é valorizada: o pênis. O temor da castração seria um dos elementos que levariam a criança a abandonar a conflitiva edipiana (FREUD, 1921/2010, v. 15; 1923b/2011, v. 16; 1924a/2011, v. 16).

Acabamos de descrever a conflitiva edipiana simples. Mas entendemos que, por tratar-se de um complexo, as coisas não podem ser assim simplificadas. Temos de considerar o Édipo invertido. Neste, como fica evidente pela designação, há uma inversão dos papéis das figuras de valência na qual ao pai são endereçados investimentos amorosos e à mãe se destina hostilidade.

Em verdade, atesta Freud (1923b/2011, v. 16; 1924a/2011, v. 16), os formatos simples e invertido conjugam-se, formando uma configuração complexa. É assim que o intento parricida conduz o menino à culpa, pois se por um lado o pai é uma figura odiada por interpor-se a obtenção de satisfação do menino junto à mãe, por outro lado ele também é uma figura amada, alvo de investimentos afetuosos. Mais que isso, Freud (1924a/2011, v. 16) informa-nos que independentemente da figura a ser eleita como objeto, o temor da castração se imporá ao menino: como castigo infligido pelo pai pelos intentos parricidas que visam obter exclusividade sobre a mãe e como prerrogativa para assumir a condição feminina e assumir o lugar da mãe junto ao pai. Como o menino poderia fugir deste destino funesto? A solução parece ser abdicar do amor a qualquer destas figuras. Acontece que Freud (1914/2010, v. 12) afirma que não se abre mão facilmente de uma satisfação outrora obtida. Significa dizer que o menino não abandonará facilmente esses objetos de investimento amoroso, mesmo sob o risco de perda de algo que lhe é valioso. Que opção haverá para o menino?

Se a satisfação amorosa no terreno do complexo de Édipo deve custar o pênis, tem de haver um conflito entre o interesse narcísico nessa parte do corpo e o investimento libidinal dos objetos parentais. Nesse conflito vence normalmente a primeira dessas forças; o Eu da criança se afasta do complexo de Édipo (FREUD, 1924a/2011, v. 16 p. 208).

Vemos, então, que o desfecho esperado no Édipo é que o menino abdique dos objetos de amor parentais. Embora não possa usufruir destes como objeto de amor, temos de compreender que o garoto não os abandonará, mas converterá esses objetos em patrimônio do Eu por meio do mecanismo de identificação. A identificação com as figuras parentais

promoverá uma partição no Eu que será denominada de Ideal do Eu (FREUD, 1923b/2011, v. 16).

Após o soterramento do Édipo a criança adentra ao período de latência apenas retomando o desenvolvimento psicosssexual com o advento da puberdade, na chamada fase genital (FREUD, 1905/2003, v. 7). A partir da escolha balizada, por um lado, pela teoria do apoio que se consuma no Édipo e, por outro, pelo investimento narcísico, a eleição definitiva para o objeto de amor poderá ser estabelecida. Deste modo, temos implicação da constituição de um Ideal do Eu para a eleição do objeto para amar.

A respeito da escolha da profissão podemos inferir algo análogo à escolha de objeto, que um elemento do meio se faz representar intrapsiquicamente e que essa representação é passível de investimento. Acontece que no caso da profissão/ ocupação não se pode supor um investimento diretamente erótico, mas um sub-rogado que abarca os investimentos e lhes dá um destino, uma possibilidade de satisfação. Assim, temos a profissão/ ocupação como um objeto.

Já havendo discutido a noção de escolha de objeto, passaremos a tratar da noção de escolha em psicanálise vinculada a outra questão, a escolha da neurose.

2.3.2 Considerações metapsicológicas à escolha da neurose

Se lançamos um cristal ao chão, ele se quebra, mas não arbitrariamente; ele se parte conforme suas linhas de separação, em fragmentos cuja delimitação, embora invisível, é predeterminada pela estrutura do cristal. Os doentes mentais são estruturas assim, fendidas e despedaçada. (FREUD, 1933/2010, v. 18, p. 194-195)

[...] na causação e no mecanismo de todas as formas possíveis de neurose, atuam sempre os mesmos fatores; o que ocorre é que cabe ora a um ora a outro a importância maior na formação do sintoma (FREUD, 1916-1917b/2014, v. 13, p. 505)

A psicanálise nos recomendou abandonar a infecunda oposição entre fatores externos e internos, destino e constituição, e nos ensinou a regularmente procurar a causa do adoecimento neurótico numa determinada situação psíquica, que pode se produzir por diferentes caminhos (FREUD, 1912a/2010, v. 10, p. 239).

No sentido de escolha da neurose, pode-se entender o termo escolha como um “[...] conjunto de processos pelos quais um sujeito se implica na formação de determinado tipo de psicose de preferência a outro” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, p. 153). No texto

Tipos de adoecimento neurótico, datado de 1912, Freud (1912a/2010, v. 10) aponta que haveria uma predisposição a desenvolver a neurose e esta predisposição teria de ser compreendida a partir dos caminhos trilhados pela libido em busca de satisfação. Indica também que seria algo de individual, pois estaria enlaçada à história de vida bem como a processos inatos relativos à constituição sexual. Nos termos do autor,

[...] a pesquisa psicanalítica nos possibilitou demonstrar que a predisposição neurótica se acha na história do desenvolvimento da libido, e referir os fatores nela atuantes e variedades inatas de constituição sexual e as influências do mundo externo vividas na tenra infância (FREUD, 1912a/2010, v. 10, p. 230).

No supracitado texto, Freud (1912a/2010, v. 10) dedica-se a elencar as modificações nas condições, ou ainda, quais os fatores que conduziriam a uma irrupção da neurose. Convém assinalar que o autor deixa claro que a neurose apenas irromperia “[...] nas pessoas com predisposição para isso” (p. 230). Seriam quatro os fatores que deflagrariam uma neurose: a frustração, a tentativa de adequar-se à realidade, a inibição do desenvolvimento e o aumento da quantidade de libido na economia psíquica. O que interessa para nossos fins destes fatores elencados relaciona-se às vicissitudes da libido. Em todos eles uma impossibilidade de haver-se com a descarga e/ou acumulação da quantidade está relacionada ao adoecimento.

No primeiro tipo de causação de neurose, a frustração, o indivíduo torna-se neurótico quando impossibilitado de satisfazer-se eroticamente com um objeto e não obtenha um substituto para ele. Seria um fator externo de causação da neurose, haja vista ser decorrente de uma perda do objeto, o qual precisa ser renunciado em prol de outro. Não havendo objeto com o qual descarregar a quantidade ocorrerá aumento de tensão psíquica e, não se estabelecendo novos caminhos para o escoamento dessa quantidade represada, engendra-se o adoecimento. Freud (1912a/2010, v. 10) afirma que não é a frustração em si que conduz à doença, mas a impossibilidade de eleger novo objeto em substituição ao que foi perdido. “O efeito imediato da frustração consiste em ativar fatores predisponentes até então inoperantes” (FREUD, 1912a/2010, v. 10, p. 231).

O segundo tipo de causação de neurose se refere a um esforço por encontrar uma forma de satisfação que seja acessível na realidade. Em outros termos, o indivíduo busca adequar-se à realidade e atingir as exigências impostas pelo meio como apropriadas à satisfação. O empreendimento é trocar uma satisfação por outra que seja aceitável no meio externo. O autor esclarece que neste caso “[...] existe de antemão o conflito entre o esforço de

permanecer como é e o de mudar conforme novos intuitos e novas exigências da realidade” (FREUD, 1912a/2010, v. 10, p. 233). Freud (1914/ 2003, v. 12; 1911/2010, v. 10) nos adverte que não se abandona de bom grado uma satisfação outrora alcançada. Assim, a substituição de uma satisfação por outra que seja aceitável é dificultada, na medida que tem-se de abdicar de uma satisfação que anteriormente foi angariada, portanto, garantida, em busca de uma satisfação que pode ou não ser obtida, ou seja, uma possibilidade duvidosa de obtenção de satisfação.

Ainda a este respeito, no texto *Formulações sobre os dois princípios sobre o funcionamento mental*, de 1911, Freud adverte que “[...] um elemento essencial da predisposição psíquica para a neurose é então fornecido pelo atraso em educar o instinto sexual na consideração da realidade, e também pelas condições que tornam possíveis esse atraso” (FREUD, 1911/2010, v. 10, p. 116). Desta forma, a busca continuará pela satisfação aos modos arcaicos de funcionamento em detrimento de modalidades mais adequadas com a realidade. Poderíamos dizer que o princípio de realidade não estaria se impondo aos desmandos do princípio de prazer, impedindo que uma satisfação viável, em acordo com as exigências da realidade material, concreta, possa ocorrer.

Estes dois tipos de causação de neurose são mais semelhantes do que podemos supor a partir de um olhar superficial, ou apenas descritivo do fenômeno neurótico. Ambos relacionam-se a uma impossibilidade de dar curso à quantidade represada. Vejamos como se dá tal processo.

Não obstante as diferenças bem claras dos dois tipos de adoecimento descritos, eles coincidem no essencial e podem ser reunidos facilmente numa unidade. O adoecimento por frustração pode também ser visto como incapacidade para adequação à realidade, no caso, isto é, em que a realidade frustra a satisfação da libido. O adoecimento nas condições do segundo tipo leva a um caso especial de frustração. Nisso, é verdade, nem toda espécie de satisfação é frustrada pela realidade, mas justamente a que o indivíduo declara ser a única possível para ele, e a frustração não parte diretamente do mundo externo, e sim primariamente de *determinadas tendências do Eu*; mas a frustração continua a ser o dado comum e abrangente. Em virtude do conflito que logo aparece no segundo tipo, as duas espécies de satisfação, a habitual e a desejada, são igualmente inibidas; chega-se ao *represamento da libido*, com as consequências dele advindas, tal como no primeiro caso. (FREUD, 1912a/2010, v. 10, p. 234-235, grifo nosso).

Isto implica que apesar de entendermos que a frustração é imposta pelo meio externo, tem de haver uma implicação do Eu no processo, ou seja, de fatores intrínsecos ao psiquismo. O meio só frustra a possibilidade de satisfação em razão do Eu não ‘aceitar’ a satisfação possível. Significa dizer que os trilhamentos psíquicos do circuito do desejo não podem ser

desimpedidos com os objetos disponíveis no meio. Deste modo, dá-se o represamento da libido, o qual promoverá acúmulo quantitativo e, portanto, aumento do desprazer.

O terceiro tipo de causação de neurose refere-se a uma inibição do desenvolvimento. Para Freud (1912a/2010, v. 10, p. 235) é o caso daqueles que adoecem quando “[...] ultrapassam os anos irresponsáveis da infância”. A predisposição destes indivíduos reside no fato de que a libido mantém suas fixações infantis e ocorre um esforço por superar tais fixações.

O último tipo elencado por Freud (1912a/2010, v. 10) refere-se a um aumento na quantidade de libido decorrente de processos biológicos regulares como a puberdade e a menopausa. O aumento de quantidade de libido na economia psíquica decorrente destes estados pode desequilibrar o funcionamento harmônico de represamento e descarga quantitativa que vigorava até então e criar as condições para a emergência da neurose.

No início da discussão sobre os fatores concorrentes para a causação das neuroses destacamos, apoiados em Freud (1912a/2010, v. 10), a importância da economia da libido. Parece-nos haver ficado marcado que nos quatro tipos de causação da neurose o substrato é individual. Há uma delimitação dos caminhos elegidos para satisfação e isto entra em confronto com impossibilidades diversas para tal. Destarte, ocorre que a impossibilidade, ou inviabilidade, da satisfação é o que empurraria o indivíduo ao adoecimento. Esta constatação estaria em consonância com a tese psicanalítica de que a origem das neuroses teria de ser remontada a um conflito entre o Eu e a libido, ou melhor, entre o Eu, com suas relações com o mundo externo e detentor do princípio de realidade, e as demandas de descarga de quantidade libidinal (FREUD, 1912a/2010, v. 10, 1915a/2010, v. 12, 1923b/2011, v. 16).

Na conferência 23, intitulada *Os caminhos da formação de sintomas*, Freud (1916-1917a/2014, v. 13, p. 476-477) esclarece a origem dos sintomas neuróticos⁴⁵ de modo a destacar os percursos de satisfação da libido em relação à formação dos sintomas.

Já sabemos que os sintomas neuróticos resultam de um conflito que surge em torno de uma nova maneira de satisfação da libido. As duas forças que divergiram tornam a se encontrar no sintoma, reconciliam-se, por assim dizer, mediante compromisso da formação do sintoma. Por isso o sintoma é tão resistente; ele é sustentado por ambos os lados. Sabemos também que uma parte do conflito é a libido insatisfeita, rechaçada pela realidade, que agora tem de buscar outros caminhos para sua satisfação. Se a libido se dispõe a aceitar outro objeto no lugar daquele que lhe foi recusado e, ainda assim, a realidade permanece irreduzível, então a libido será enfim obrigada a encetar o caminho da regressão e procurar satisfação em uma das organizações já superadas ou por um dos objetos anteriormente abandonados. Para o caminho

⁴⁵ Freud (1916-1917a/2014, v. 13) destaca que nesta conferência ele se refere aos sintomas neuróticos histéricos e que no caso da neurose obsessiva há outros aspectos a serem discutidos, mas que o fundamental a respeito da formação de sintomas se mantém.

da regressão a libido é atraída pela fixação que deixou para trás, nesses pontos de seu desenvolvimento.

Acontece que Freud (1916-1917a/2014, v. 13) aponta que o Eu pode entrar em desacordo com a regressão a formas mais arcaicas de satisfação libidinal e isto gerará conflito. Faz-se necessário compreender como o fator quantitativo promove a formação do sintoma. Vejamos. A libido que não pode escoar em virtude de haverem caminhos inaceitáveis pelo Eu tem de dar vazão para seguir a exigência do princípio de prazer. Se estes percursos encontram-se bloqueados, os demais caminhos que encontra são aqueles fixados, deixados atrás de si no curso do desenvolvimento, nos estágios anteriores da organização sexual. Assim, a forma da libido escoar é por vias regressivas, vias estas das quais o Eu havia se protegido mediante estabelecimento de repressões. “Nesse fluxo inverso, investindo essas posições reprimidas, a libido se subtrai ao Eu e suas leis” (FREUD, 1916-1917a/2014, v. 13, p. 477). Isto significa que a libido voltará a investir ideias que pertencem ao sistema inconsciente (em virtude da repressão outrora sofrida), estando, portanto, sujeitas aos processos inconscientes, particularmente aos mecanismos de deslocamento e condensação. O representante da libido no inconsciente tem de levar em consideração a atuação das defesas do Eu pré-consciente que obriga a uma expressão deformada do desejo que caracteriza a própria oposição. “Surge assim o sintoma, como derivado bastante desfigurado da realização de desejo inconsciente libidinal, uma ambiguidade engenhosamente escolhida, com dois significados mutuamente contraditórios” (FREUD, 1916-1917a/2014, v. 13, p. 478). O sintoma oferece uma possibilidade de descarga da quantidade libidinal, mesmo que sob as configurações de um compromisso, contornando a repressão, obtendo um substituto para a satisfação frustrada que aparece agora quase que irreconhecível e limitada (parcial).

Freud (1916-1917b/2014, v. 13, p. 512) destaca a relação entre o Eu e a libido nos seguintes termos:

Uma pessoa só adoece de neurose quando seu Eu perde a capacidade de acomodar de alguma maneira a libido. Quanto mais forte o Eu, mais fácil lhe será o cumprimento dessa tarefa; toda debilidade do Eu, qualquer que seja a causa, há de produzir o mesmo efeito que uma intensificação desmedida da demanda da libido e, assim, possibilitar o adoecimento neurótico.

Fica-nos evidente que os quatro tipos de causação de neurose podem ser remetidos à impossibilidade do Eu dar curso à libido. Havendo uma impossibilidade de desvencilhar-se da libido, o seu acréscimo no aparelho não poderá ser tolerado e uma forma substituta terá de ser aventada: a formação de sintomas. Declara Freud (1916-1917b/2014, v. 13, p. 512) que “[...] os sintomas da neurose são sustentados pela libido”. Destarte, ao discutir os aspectos relativos

aos caminhos encontrados pela libido para satisfação, destaca-se a importância do aspecto quantitativo para a formação de sintomas.

Desta maneira somos lembrados que não podemos desconsiderar o fator quantitativo em nenhuma reflexão sobre as causas da doença. Todos os outros fatores – frustração, fixação, inibição do desenvolvimento – ficam sem efeito, enquanto não tocam uma certa medida de libido e provocam um represamento libidinal de determinada altura. É certo que não podemos mensurar essa medida de libido que nos parece indispensável para um efeito patogênico; podemos postulá-la, depois que se apresentou a doença resultante. Apenas numa direção somos capazes de determiná-la mais precisamente; podemos supor que não é uma questão de quantidade absoluta, mas da *proporção entre o montante de libido atuante e a quantidade de libido com que o Eu individual pode lidar*, ou seja, manter sob tensão, sublimar ou aplicar diretamente. Por isso um aumento relativo da quantidade de libido pode ter os mesmos efeitos que um acréscimo absoluto. Um enfraquecimento do Eu por doença orgânica, ou por uma demanda especial de sua energia, será capaz de fazer surgirem neuroses que de outro modo permaneceriam latentes, apesar de toda *predisposição* (FREUD, 1912a/2010, v. 13, p. 237, grifo nosso).

Apresentando os percursos da formação dos sintomas na Conferência 23, Freud (1916-1917/2014a, v. 13, p. 497, grifo do autor) mais uma vez destaca a importância do fator econômico para a compreensão da neurose.

Os senhores certamente notaram que nestas últimas discussões introduzi um novo fator na estrutura do encadeamento etiológico, a saber: a quantidade, a grandeza das energias a serem consideradas. Esse fator precisamos levar em conta em toda parte. Uma análise puramente qualitativa das condições etiológicas não basta. Ou, para dizê-lo de outra maneira, uma concepção meramente *dinâmica* desses processos psíquicos é insuficiente; o ponto de vista *econômico* é igualmente necessário. Temos de afirmar que o conflito entre duas tendências não irrompe antes que certas intensidades de investimento sejam alcançadas, ainda que as condições ligadas ao conteúdo estejam presentes há muito tempo. Da mesma forma, o significado patogênico dos fatores constitucionais depende do quanto *mais* de um instinto parcial que de outro se acha na predisposição herdada; pode-se inclusive imaginar que as predisposições de todas as pessoas sejam qualitativamente iguais, diferenciando-se apenas por essas condições quantitativas. O fator quantitativo não é menos decisivo para a capacidade de resistência ao adoecimento neurótico. É questão de *qual montante* de libido não empregada uma pessoa é capaz de conservar em suspensão, e de *que fração* de sua libido ela é capaz de desviar do sexual para as metas da sublimação. A meta final da atividade psíquica, meta que pode ser descrita qualitativamente como busca da obtenção de prazer e evitação do desprazer, apresenta-se para a consideração econômica como tarefa de dominar grandezas de excitação (quantidades de estímulo) que atuam no aparelho psíquico e impedir seu represamento, que gera o desprazer.

No adiantar de seus estudos sobre o que determinaria a causação das neuroses, Freud (1926a/ 2014, v. 17), aponta para três fatores: o biológico, o filogenético e o puramente psicológico.

O fator biológico diz respeito ao desamparo e dependência da espécie humana. O bebê humano é lançado ao meio externo menos bem acabado que o de outras espécies animais, o

que promoveria uma intensificação da influência do mundo externo sobre ele e engendraria uma diferenciação inicial entre o eu e o isso. Em estado de desamparo no início da vida, os perigos oriundos do meio externo seriam mais prementes ao ser humano, o que aumentaria o valor atribuído ao objeto que poderia protegê-lo de tais vicissitudes. "Portanto, o fator biológico dá origem às primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado, que jamais abandona o ser humano" (FREUD, 1926a/2014, v. 17, p. 101).

O segundo fator destacado por Freud (1926a/2014, v. 17, p. 101) é o filogenético, fator este que o autor declara haver sido construído sobre uma base de inferência teórica a propósito do desenvolvimento da libido. O desenvolvimento libidinal do ser humano não seria uniforme principiando com o nascimento e atingindo a maturidade. Este desenvolvimento passaria por uma "eflorescência" desde o nascimento até por volta do quinto ano, quando ocorreria uma interrupção, sendo retomado o curso do desenvolvimento a partir da puberdade⁴⁶. Foi a partir da constatação da interrupção no desenvolvimento da libido individual que o autor supôs que algum fator importante no desenvolvimento da espécie tenha deixado um vestígio, algo como um "precipitado histórico" no desenvolvimento de cada indivíduo (FREUD, 1926a/2014, v. 17, p. 102). Este algo momentoso que teria demarcado a interrupção do desenvolvimento sexual é localizado na era glacial, segundo relatado na obra de 1923, *O eu e o id*. Nos termos do autor,

[...] relacionamos à interrupção do desenvolvimento da libido pelo período de latência e, assim, ao *começo em dois tempos* da vida sexual. Essa última característica, especialmente humana, ao que parece, tem uma hipótese psicanalítica segundo a qual é uma herança da evolução para a cultura imposta pela era glacial (FREUD, 1923b/ 2010, v. 16, p. 43-44, grifo do autor).

O elemento filogenético seria, para Freud (1926a/2014, v. 17), o fator etiológico mais direto das neuroses. Sua causação de neuroses estaria enlaçada à questão da maioria das demandas instintuais relativas à sexualidade infantil serem tratadas pelo Eu como perigos e, portanto, busca desviar dos mesmos (assim como o Eu trata inicialmente as exigências do meio externo). Deste modo, os impulsos sexuais característicos da puberdade e, em condições normais, egossintônicos, podem "[...] sucumbir à atração dos modelos infantis originais e acompanhá-los na repressão" (FREUD, 1926a/2014, v. 17, p. 102).

⁴⁶ Esclarecendo esta afirmação, pontuamos que desde os *Tres Ensayos de Teoría Sexual*, Freud (1905/2003, v.7) discutia as fases de desenvolvimento psicosexual pelas quais a criança progredia em direção à maturação. A primeira destas fases seria a oral, seguida pela anal e a fálica, no bojo da qual floresceria e seria derrotado o complexo de Édipo, ao que a criança passaria por um período de latência, na qual o desenvolvimento da libido ficaria estagnado para ser retomado mais tarde na fase genital. Não discutiremos estas fases de desenvolvimento psicosexual por não estar nos propósitos deste trabalho.

Freud (1916-1917a/2014, v. 17, p. 493) esclarece que as fantasias primordiais, quais sejam, a observação dos pais durante o ato sexual, a sedução por parte de um adulto e a ameaça de castração, seriam “patrimônio filogenético”. Estes acontecimentos seriam “[...] integrantes essenciais da neurose” (p. 492), independentemente se tenham ocorrido na realidade material ou se tenham sido experimentados pela via fantasística. Nas fantasias primordiais, “[...] o indivíduo vai além de suas vivências pessoais e recorre àquelas de tempos primordiais, onde suas próprias vivências se tenham mostrado muito rudimentares” (p. 493). A hipótese freudiana é de que o que atualmente é entendido como fantasia primordial foi realidade material nas eras primordiais da família humana⁴⁷.

O terceiro fator destacado por Freud (1926a/2014, v. 17, p. 102) é o psicológico. Este se constituiria em um defeito em nosso aparelho psíquico relativo à diferenciação em um Isso e um Eu. O autor esclarece que, em última instância, esse defeito estaria relacionado à influência que o mundo externo exerce sobre o aparato mental. Poderíamos compreender essa influência diferenciadora do aparelho psíquico exercida pelo meio externo se considerarmos que a princípio haveria um Isso no aparato psíquico e que o Eu seria um ganho à esse aparelho que se constituiria/ diferenciaria a partir do Isso pelo contato com o meio (FREUD, 1923b/2011, v. 16, 1940/2004, v. 23). Os perigos que ameaçariam o aparelho a partir de fora (do meio externo), suas imposições, conduziriam o Eu a resguardar-se contra certos impulsos instintuais oriundos do Isso, pois entrariam em desacordo com os ditames do meio externo. Desta maneira, as moções pulsionais do Isso passariam a ser tratadas como se fossem perigos iminentes ao Eu. Ocorre que não é possível esquivar-se dos impulsos que ameaçam a partir de dentro, do Isso, de maneira tão eficaz quanto daqueles que se originam na realidade externa. O Eu, por sua íntima ligação ao Isso (de quem se diferenciou),

Pode rechaçar o perigo instintual somente restringindo sua própria organização e admitindo a formação de sintomas em compensação por prejudicar o instinto. Renovando-se a pressão do instinto rechaçado, surgem para o Eu todas as dificuldades conhecidas como sofrimento neurótico (1926a/2014, v. 17, p. 103).

Parece-nos que a causação discutida em 1912, na obra *Tipos de adoecimento neurótico*, é complementada pelos supostos de *Inibição, sintoma e angústia*, de 1926. Podemos correlacionar a discussão das duas obras via desenvolvimento e barramento da liberação da libido, seja relacionada ao meio externo que frustra a possibilidade de escoamento quantitativo pela falta de objetos promovidos, seja por questões intrapsíquicas, pela impossibilidade de aceitação pelo Eu dos objetos disponíveis no meio. Mais ainda, as

⁴⁷ Ver Freud (1912-1913/2012, v. 11), seção O tabu do incesto.

demandas pulsionais serem vivenciadas pelo Eu como perigos relacionar-se-iam às dificuldades de encontrar objetos no meio e, pelo acúmulo que promoveriam no aparelho psíquico, seriam experimentadas qualitativamente como desprazer. Desta maneira, as possibilidades de incremento quantitativo derivadas das demandas pulsionais, às quais se estaria impossibilitado de dar vazão à libido, gerariam angústia, sendo, portanto, rechaçadas pelo Eu.

Das discussões já realizadas sobre o tema, fica evidenciado que, segundo as teses freudianas, haveria uma predisposição para a neurose. Freud (1913b/2010, v. 10) dedica um texto à elucidação da predisposição à neurose obsessiva. Muito do que o autor esclarece com relação à neurose obsessiva pode ser expandido para a compreensão das demais afecções neuróticas. Sigamos a lógica do autor.

Compreender porque uma pessoa tem uma determinada neurose e não outra, ou seja, a questão sobre como se processa a escolha da neurose, é o mote de estudos do texto *A predisposição à neurose obsessiva: contribuição ao problema da escolha da neurose*, publicado por Freud em 1913. O autor aponta que as causas da neurose seriam de dois tipos: relativas à constituição do indivíduo e relativas a contingências acidentais. A patologia seria desencadeada, via de regra, pela combinação dos dois fatores. Mas, destaca que a escolha da neurose só poderia ser compreendida à luz do primeiro dos fatores, ou seja, em acordo com a natureza predisposicional, o que implicaria que as vivências de efeito patogênico do indivíduo não teriam influência sobre a eleição da neurose. Se as causas acidentais não interferem na escolha da neurose, como podemos localizar os fatores predisposicionais? Diz-nos o autor:

Onde devemos buscar a origem dessas predisposições? Temos reparado que as funções psíquicas em questão – sobretudo a função sexual, mas também várias importantes funções do Eu – perfazem um longo e complicado desenvolvimento, até alcançarem o estado característico do adulto normal. Supomos que tais desenvolvimentos não ocorrem sempre de modo impecável, que a função total sofre uma alteração progressiva. Quando uma parte dela fica no estágio anterior, produz-se um “ponto de fixação”, ao qual *a função pode regredir, no caso de adoecimento por um distúrbio externo*. Logo, nossas predisposições são também *inibições* do desenvolvimento (FREUD, 1913b/2010, v. 10, p. 325-326, grifo nosso).

Freud (1913b/2010, v. 10) destaca que o sequenciamento, a sucessão em que se expõem as principais formas de psiconeuroses, quais sejam, a histeria, a neurose obsessiva e as parafrenias (a paranoia e a *dementiapræcox*), corresponderiam à um ordenamento temporal em que tais processos psicopatológicos apareceriam na vida dos indivíduos. Deste modo, Freud esclarece que a histeria já pode ser observada na primeira infância enquanto a neurose obsessiva na segunda infância (dos seis aos oito anos). As parafrenias se manifestariam apenas após a puberdade e durante a maturidade. O autor relata que estas

últimas formas patológicas foram as primeiras a serem investigadas a propósito dos processos predisponentes que estariam na base da escolha da neurose. As parafrenias teriam como características “[...] a mania de grandeza, o distanciamento do mundo dos objetos e a dificuldade de transferência” (1913b/2010, v. 10, p. 326-327). A conclusão a que chegou o autor é que o ponto nodal, a fixação que predispõe a tais psicopatologias, estaria em estágios de desenvolvimento da libido anteriores ao estabelecimento da escolha de objeto, o que significaria que teriam de ser buscados na fase autoerótica e no narcisismo. Isto implica em fixações e inibições do desenvolvimento da libido bastante arcaicas, oriundas dos períodos iniciais da vida.

A histeria e a neurose obsessiva remontariam a fixações de fases posteriores de desenvolvimento da libido. No caso na neurose obsessiva, Freud (1913b/2010, v. 10) enlaça tais fixações a um estágio posterior ao autoerotismo e ao narcisismo,

[...] um outro estágio antes da configuração final, o qual os instintos parciais já se reuniram para a escolha de objeto, o objeto já se coloca como outro ante a própria pessoa, mas *o primado das zonas genitais ainda não se instaurou*. Os instintos parciais que dominam essa organização *pré-genital* da vida sexual são os erótico-anais e os sádicos (FREUD, 1913b/2010, v. 10, p. 330, grifo do autor).

Para sermos mais exatos, a hipótese é de que a organização sexual sádico-anal, a qual contém o cerne da predisposição à neurose obsessiva, após estabelecida, não mais é superada. Isto implica em ancoragens nesta etapa do desenvolvimento libidinal. Ernest Jones (*apud* FREUD, 1913b/2010, v. 10) já apontava para os impulsos de ódio e o erotismo anal como exercendo papel decisivo na sintomatologia da neurose obsessiva.

Freud (1913b/2010, v. 10) declara que a oposição entre masculino e feminino é introduzido pela função reprodutora. Destarte, não pode estar presente no estágio de escolha de objeto pré-genital. No lugar da oposição masculino – feminino, no período pré-genital haveria a oposição entre tendências com meta ativa e tendências com meta passiva. A corrente ativa deriva da pulsão de apoderamento. A tendência passiva é gerida pelo erotismo anal.

Posteriormente as tendências com meta ativa e passiva se fundirão com a oposição entre os sexos. A tendência ativa encontrada a serviço da função sexual é chamada de sadismo. A tendência passiva deixa atrás de si, no homem, uma predisposição à homossexualidade. Temos também de considerar que desde *Tres Ensayos de Teoría Sexual*, Freud (1905/2003, v. 7) aponta para a noção de masoquismo, o qual seria o polo passivo ao que tange o sentir dor (FREUD, 1905/2003, v. 7, 1910b/2013, v. 9).

A respeito do caráter e sua relação com a neurose, Freud (1913b/2010, v. 10) declara que falta ao caráter o malogro da repressão e o retorno do reprimido.

Na formação do caráter, a repressão ou não atua ou atinge sem dificuldade a sua meta, substituir o reprimido por formações reativas e sublimações. Daí os processos da formação do caráter serem menos transparentes e acessíveis à análise do que os neuróticos (FREUD, 1913b/2010, v. 10, p. 333).

Por escapar ao malogro da repressão e utilizar-se de mecanismos do Eu mais eficientes, com a constituição do caráter o indivíduo escapa da necessidade de satisfação substitutiva que o sintoma proporciona. Freud (1913b/2010, v. 10) deixa marcado que os mecanismos de formação reativa e sublimação dão curso aos conteúdos e respectivos investimentos {*Besetzung*} que, em conflito com os ditames do meio, teriam produzido sintomas. Ou ainda, que nestes indivíduos, a repressão pode não ter atuado no banimento dos conteúdos aflitivos da consciência. Freud (1910b/2013, v. 9) esclarece que uma maneira de lidar com os conteúdos aflitivos é conduzi-los ao julgamento do Eu e promover a condenação dos mesmos. Deste modo, “[...] a *repressão* é substituída por uma *condenação* realizada com os melhores recursos⁴⁸” (FREUD, 1910b/2013, v. 9, p. 283, grifos do autor).

No caso de ocorrência da neurose obsessiva ocorre um processo de regressão ao estágio sádico-erótico-anal, fixação que havia deixado demarcada a predisposição, ou escolha, à tal forma de neurose.

Freud (1913b/2010, v. 10) aponta que faz-se necessário levar em consideração a atuação de outros instintos parciais na predisposição à neurose obsessiva. Destaca o impulso de saber {*Wissstrieb*}, o qual pareceria poder substituir o sadismo no mecanismo da neurose obsessiva. Em verdade, o autor esclarece que o impulso de saber seria “[...] um rebento sublimado, elevado ao plano intelectual, do instinto de apoderamento” (FREUD, 1913b/2010, v. 10, p. 335), o qual é a origem do sadismo.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à fase de desenvolvimento do Eu quando da fixação em relação ao desenvolvimento libidinal. Freud (1913b/2010, v. 10, p. 335) supõe que se daria “[...] uma aceleração temporal do desenvolvimento do eu ante o desenvolvimento libidinal [...]”, na qual as pulsões do Eu requereriam a escolha de objeto enquanto a função sexual ainda estaria na configuração sádico-anal, o que provocaria uma fixação neste estágio pré-genital. Assim, os neuróticos obsessivos erigiriam uma ‘supermoral’ de maneira a defender o seu objeto de amor da hostilidade subjacente, oriunda de aspectos sádicos.

⁴⁸ Ressaltamos que a afirmação acima está relacionada ao desfecho do trabalho psicanalítico (a análise), mas consideramos um recurso válido para esclarecer o motivo de, no caso do caráter, um conteúdo não sucumbir à repressão, tendo em vista que obteve um curso dado por ‘melhores recursos’, o que entendemos como a atuação de um Eu de posse de suas ‘melhores capacidades’, ou seja, de posse de suas funções superiores (tais quais descritas em *O Eu e o Id*, de 1923) e capacitado a dar curso apropriado aos montantes quantitativos. Outro desfecho possível da análise é a utilização ou o aproveitamento da energia provenientes dos impulsos infantis em processos sublimatórios. Também temos de considerar, com Freud (1910b/2013, v. 9, p. 285), que parte dos impulsos libidinais (mesmo os reprimidos) “[...] tem direito a uma satisfação direta e deve alcançá-la em vida”.

Após havermos discutido a proposta freudiana a propósito da neurose obsessiva, daremos breves apontamentos sobre a predisposição à histeria. Apesar de não haver um texto dedicado à isto, os trilhamentos deixados a respeito da neurose obsessiva permitem-nos visitarmos os trabalhos sobre a histeria a partir deste prisma.

A histeria, em contrapartida à neurose obsessiva, estaria relacionada à última fase de desenvolvimento libidinal, a qual se caracterizaria pelo primado dos genitais e pela função reprodutiva. Mas, o neurótico histérico não gozaria dessa última fase, essa conquista sucumbiria à repressão. Na sexualidade da menina, o clitóris como um órgão ‘macho’, erétil, se acha dominante no período fálico. No período da puberdade ocorre a última onda de desenvolvimento e na menina ela tem de abandonar essa sexualidade masculina (relativa ao clitóris) em prol da vagina ser elevada à condição de zona erógena dominante⁴⁹. Assim, na neurose histérica reativa-se a sexualidade masculina reprimida (com a dominância do clitóris como zona erógena) e instaura-se uma luta defensiva dos instintos em sintonia, em acordo com o Eu (FREUD, 1913b/2010, v. 10).

Dos subsídios que levantamos a partir da discussão sobre a eleição da neurose podemos abstrair elementos para pensar a escolha profissional/ ocupacional. Se para a instauração da neurose a questão se assenta na impossibilidade de dar curso ‘adequado’ à libido em relação ao meio que cerca o indivíduo, na escolha da atividade a realizar uma possibilidade de investimento se apresenta. Na medida que a escolha da profissão/ ocupação provê ao indivíduo um substituto para o investimento libidinal que o meio frustrou em razão das normas, o trabalho pode se colocar ante o adoecimento.

Na seção subsequente discutiremos o mecanismo de identificação. A próxima peça a considerar no intrincado *puzzle* que estamos montando para compreender como se constitui a vocação e a escolha profissional.

2.4 CONSIDERAÇÕES METAPSICOLÓGICAS AO CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO EM FREUD

Objetivamos, com a presente seção, explicitar o conceito de identificação na obra freudiana. Pretendemos acompanhar o pensamento do autor, como nos propõe Monzani

⁴⁹ Cabe lembrar que o clitóris, um órgão erétil, é relacionado aos processos ativos da fase fálica, portanto relativos à sexualidade masculina. Já a vagina, órgão oco e receptor, é relacionado à cloaca e, deste modo, relativo à meta passiva e à sexualidade feminina.

(1989) ao estudarmos a obra freudiana, desde os momentos iniciais até sua última elaboração teórica. Nosso interesse é seguir o desenrolar dos progressos no campo pertinente a este conceito com vistas não apenas a seus aspectos descritivos, mais que isto, tencionamos abarcar um horizonte para além destes aspectos. Buscamos, então, alguma sistematização metapsicológica – na medida que o texto freudiano nos permita e conforme nos propusemos nos demais conceitos discutidos neste trabalho – do conceito de identificação. Para atingirmos tal meta, partiremos de uma revisão cronológica do conceito [re]visitando os conceitos precursores deste, quais sejam, o mecanismo de identidade apresentado no *Projeto*, a incorporação oral ou canibalística discutida nos textos *Tres Ensayos de Teoría Sexual* e *Totem e Tabu*, a introjeção em *Luto e Melancolia* e finalmente delimitaremos os contornos do conceito de identificação conforme apresentado em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* e *O Eu e o Id*. Utilizar-nos-emos das teses referentes ao funcionamento do aparelho neuropsíquico inseridas no texto do *Projeto* com vistas à subsidiarmos nossa aproximação metapsicológica ao conceito. Destarte, deslindaremos o mecanismo segundo o qual o eu complexifica-se por meio da internalização do outro.

O conceito de identificação tem destaque na obra freudiana na medida em que é considerado como um processo formativo/estruturante do eu. É por intermédio deste mecanismo que o outro e, em última instância, o social passa a ser constituinte do psiquismo humano⁵⁰. Estamos tratando de um mecanismo inserido no contexto edípico (embora não exclusivamente já podendo ter colorações desde os estádios iniciais de desenvolvimento/estruturação psíquica), o qual pode ser considerado um dos pilares teóricos da psicanálise.

De maneira que objetivamos traçar o mecanismo da identificação tal qual apresentado por Freud, nos ateremos em especial aos seguintes textos: *Projeto de uma Psicologia* (1895/1995), *Tres Ensayos de Teoría Sexual* (1905/2003, v. 7), *Totem e Tabu* (1912-1913/2012, v. 11), *Introdução ao Narcisismo* (1914/2010, v. 12), *Luto e Melancolia* (1917[1915]/2010, v. 12), *Psicologia de Massas e Análise do Eu* (1921/2011, v. 15) e *O Eu e o Id* (1923b/2011, v. 16). Outros textos do autor serão consultados na medida de sirvam de esclarecimentos adicionais ao encontrado nos textos supracitados. Ainda utilizar-nos-emos de outros autores como comentadores do texto freudiano, entretanto nos absteremos de apresentar avanços e divergências teóricas obtidos pelos achados pós-freudianos.

⁵⁰Estes processos estão explicitados por Puertas (2010) e Puertas e Honda (2010).

Para darmos corpo a nosso intento, dividiremos esta seção em cinco partes. Na primeira parte apresentaremos o conceito de identidade no *Projeto*. Na segunda parte trataremos da incorporação oral em *Tres Ensayos de Teoría Sexual* e em *Totem e Tabu*. Na terceira seção apontaremos o conceito de identificação como uma aquisição ao patrimônio do eu, uma introjeção do outro, conforme esta começa a ser esboçada em *Introdução do Narcisismo* e *Luto e Melancolia*. Na quarta parte discorreremos sobre o conceito já em sua forma sistematizada e enlaçada ao Édipo de acordo com as obras *Psicologia de Massas e Análise do Eu* e *O Eu e o Id*. No quinto item apresentaremos uma possibilidade de atrelar o pensamento freudiano nos quatro momentos de sua obra (delimitados nas seções precedentes), com a meta de clarificar o conceito e dar-lhe contornos nitidamente metapsicológicos.

2.4.1 Pré-história do conceito: o mecanismo de identidade no *Projeto de uma Psicologia*

No *Projeto*, Freud (1895/1995) apresenta um modelo de aparelho que podemos considerar como neuropsíquico. O autor parte de estruturas materiais – os neurônios – para tentar dar conta de explicar os processos psíquicos. Os processos neuronais se dariam por circulação de quantidade (Q) de energia no interior dos neurônios, o que colocaria em marcha o aparato anímico. Faremos uma sucinta exposição do funcionamento desse aparelho com vistas a subsidiar a descrição do mecanismo de identidade.

Segundo as teses apresentadas no *Projeto*, haveria duas formas de funcionamento do aparelho psíquico: primário e secundário. Pelo funcionamento primário do sistema nervoso, a quantidade circularia ininterruptamente pelo aparelho psíquico, ocorrendo sua livre eliminação; não haveria acumulação ou ainda estancamento dessa quantidade. Mas Freud alerta que um organismo que funcione unicamente aos moldes primários seria uma ficção. Isto porque as necessidades endógenas do organismo tais como fome, sede, calor se impõem ao aparelho e far-se-á necessário que o sistema nervoso consiga lidar com esses carecimentos que não podem ser saciados por si mesmos até que uma intervenção do meio externo seja possível, em outros termos, até que ocorra uma ação específica de um agente externo prestativo que promova o cancelamento da excitação provocada pelo carecimento. O que aqui está implicado é a necessidade de barrar o escoamento da quantidade. Deste modo, em contrapartida ao funcionamento primário, torna-se imprescindível que um funcionamento

secundário erija-se no aparelho com vistas à manutenção da vida. Por funcionamento secundário entende-se a ocorrência de armazenamento de quantidade no neurônio.

O cancelamento de uma fonte interna de estímulos dependeria de uma atuação mais complexa sobre o mundo, como, por exemplo, aquela necessária para a obtenção de alimento, no caso da fome. Para que a estimulação endógena pudesse cessar, seria necessário o que Freud chama de uma “ação específica”, a qual, devido à sua complexidade, teria como condição certo acúmulo de quantidade no aparelho, impondo uma modificação de sua tendência fundamental originária: em vez de trabalhar para manter o nível interno de quantidade igual a zero [o princípio da inércia neuronal], a tendência dominante passaria a ser mantê-lo constante no nível mínimo necessário para a ação específica [o princípio da constância neuronal] (CAROPRESO; SIMANKE, 2009, p. 123-124).

Assim sendo, fica-nos destacado que o funcionamento primário concorre para a tendência à inércia no aparelho, pela busca por livre escoamento da quantidade, evitando que haja acumulação, mesmo que em nível mínimo. Já a tendência por manter um nível quantitativo mínimo ao funcionamento, tolerando-se a acumulação de certa quantidade no aparelho seria a característica, a marca da instalação de um funcionamento secundário. Vejamos como Freud (1895/1995) esclarece os modos de funcionamento primário e secundário aos moldes de um aparato neuropsíquico ou, em outros termos, utilizando-se de bases materiais.

Freud (1895/1995) concebe a existência de algumas classes de neurônios de acordo com sua função e localização. O sistema de neurônios ϕ seria considerado permeável, pois a quantidade teria livre eliminação e estes neurônios não seriam alterados pela passagem de quantidade em seu interior. Estes neurônios estariam em conexão com a periferia do corpo e através deles chegariam os estímulos externos, portanto, seriam responsáveis pela percepção. A outra classe de neurônios seria a dos neurônios ψ , os quais imporiam barreiras ao livre escoamento de quantidade entre os neurônios, sendo então denominados de impermeáveis. Este sistema de neurônios estaria em conexão com o interior do organismo e seria responsável pela memória, isto é, pelo caminho demarcado pela passagem de quantidade, formam-se trilhamentos que deixarão o trajeto da quantidade facilitado: o registro de uma vivência, de uma experiência.

Será o sistema de neurônios ψ , que tornou-se demarcado pelos trilhamentos oriundos das experiências vividas pelo organismo, que apresentará o modo de funcionamento secundário. Além disso, há de se considerar a existência de dois tipos de neurônios ψ : do núcleo e do manto. Os primeiros estariam constantemente ocupados com quantidade oriunda do interior do corpo, enquanto os segundos teriam ocupação variável, quantidade esta originada tanto de excitações provenientes do interior do corpo como do meio externo. Seria a

totalidade dessas ocupações em ψ - do núcleo e do manto - que Freud (1895/1995) designará de eu. Dir-nos-á o autor que “[...] se existir um eu, ele tem de inibir processos psíquicos primários” (FREUD, 1895/1995, p.37). Porque seria necessário barrar o livre escoamento da quantidade? Porque se se deixar o organismo funcionar na base do livre escoamento de quantidade isto concorrerá para seu aniquilamento. Faz-se necessário que o organismo aguarde até a saciação do carecimento que impõe-lhe um aumento de quantidade, uma excitação no aparelho psíquico, para que a quantidade seja escoada. Em termos mais claros, tomando o modelo da fome (o qual é privilegiado por Freud), é somente com a ingestão de alimento que o aparelho deve[ria] ter uma liberação no escoamento de quantidade. Isto implicaria na substituição de um processamento primário por um secundário, no qual a circulação de quantidade pode ser inibida e aguardar até o momento em que seja apropriado (a ingestão de alimento) para sua liberação. Para que esse mecanismo protetor/mantenedor da vida ocorra, as funções mais elevadas do eu precisam estar presentes; são elas: o julgar, o pensar o recordar e o reconhecer. É no interjogo dessas funções do eu que encontraremos o mecanismo de *identidade*.

É o mecanismo de inibição da livre circulação de quantidade, exercido pelo eu, “[...] que possibilita um critério de diferenciação entre percepção e recordação” (FREUD, 1895/1995, p.40, grifo do autor). Essa diferenciação é vital para a manutenção do organismo, isso em função de ser possível *perceber* a presença do agente prestativo com o alimento, que promoverá a ação específica e apaziguará a necessidade para, a partir deste dado – a percepção –, permitir o livre escoamento da quantidade. Se esta função não for acessada, o organismo pode acionar a liberação do fluxo de quantidade apenas com a recordação do agente prestativo. Entretanto, para que haja a descarga de quantidade, a percepção do agente prestativo tem de coincidir com a representação⁵¹, com o objeto de desejo – aquele que ficou demarcado intrapsiquicamente pelas sucessivas vivências de satisfação, por suprir a necessidade e, conseqüentemente, promover o rebaixamento do excesso de quantidade que provocava desprazer ao sistema. Se houver coincidência entre a representação intrapsíquica – a recordação do objeto - e a percepção da figura do agente prestativo, então podemos dizer que obteve-se uma *identidade*⁵². É pouco provável que sempre haja total coincidência entre recordação e percepção, mas pode ocorrer uma semelhança, uma identidade parcial. Em

⁵¹Esclarecemos que a representação do objeto de desejo é um complexo formado por diversos ‘ângulos’ do agente prestativo. A cada recriação da vivência de satisfação novos ângulos, novas informações que chegam ao aparato psíquico via percepção agregam-se ao complexo. Em outros termos, uma representação é um complexo em expansão/complexificação constante.

⁵² Os elementos aqui apresentados, apesar de aparentar certa distinção com o que já foi apontado sobre a noção de objeto e a escolha de objeto, estão em conformidade com a discussão já realizada e a ampliam.

presença de uma identidade parcial o aparelho não pode permitir a eliminação de quantidade; a identidade precisa ser buscada. A função do eu que serve para evidenciar uma semelhança entre a representação e uma percepção é chamada por Freud (1895/1995) de *julgar*. Após encontrar uma identidade parcial pelo julgar, inicia-se o processo de *pensar* que promove a identidade. Este processo ocorre do seguinte modo: uma representação é formada pelo complexo neuronal $a + b$ enquanto a percepção que chega ao aparato psíquico seria composta por $a + c$. Uma parte congruente – *neurônio a* – e uma parte incongruente – *neurônio b* para a recordação do objeto e *neurônio c* para a percepção - denota a existência de uma semelhança evidenciada pelo julgar. A eliminação não pode ser efetivada enquanto não haja identidade [total]. Um caminho que leva de c até b é encontrado pelo pensar, então b passa a estar ocupado. Encontrou-se, agora, uma identidade: $a + b$. Gabbi Jr. (1995, p. 146) nos esclarece o pensar nos seguintes termos: “Há dois processos envolvidos na transformação da semelhança em identidade. O primeiro envolve comparação entre os dois complexos, o perceptivo e o representativo; o segundo abarca o caminho neuronal que leva de c a b ”. Deste modo, o eu pode permitir o livre escoamento de quantidade, visto que está em presença do objeto de desejo, aquele que colocará em marcha o processo de saciação do carência.

2.4.2 A incorporação oral: entre a destruição e a assimilação do objeto

Laplanche e Pontalis (1992, p. 238) afirmam que a incorporação seria o

Processo pelo qual o sujeito, de um modo mais ou menos fantasístico, faz penetrar e conserva um objeto no interior do seu corpo. A incorporação constitui uma meta pulsional e um modo de relação de objeto característicos da fase oral; numa relação privilegiada com a atividade bucal e a ingestão de alimentos, pode igualmente ser vivida em relação com outras zonas erógenas e outras funções. Constitui o protótipo corporal da introjeção e da identificação.

Vejamos como Freud apresenta este conceito nos textos *Tres Ensayos de Teoría Sexual*⁵³, de 1905, e em *Totem e Tabu*, de 1913.

Na 6ª seção⁵⁴ do segundo ensaio sobre teoria sexual, denominado *Fases de desarrollo de la organización sexual*, Freud (1905/2003, v. 7) destaca o período oral, ou canibalístico, como a primeira etapa da organização pré-genital. Para o autor, a meta, o objetivo sexual

⁵³Cabe-nos ressaltar o alerta de James Strachey em Nota Introdutória à este texto, a respeito de apesar de haver sido escrito em 1905, teve inclusões e modificações feitas por Freud nas edições dos 20 anos que se seguiram.

⁵⁴Seção incluída por Freud na edição de 1915.

desta etapa é a incorporação do objeto. Dir-nos-á o autor que a incorporação do objeto será o protótipo da identificação. Em suas palavras, “[...] la meta sexual [do período oral] consiste em la *incorporación* del objeto, el paradigma de lo que más tarde, em calidad de *identificación*, desempeñará um papel psíquico tan importante” (FREUD, 1905/2003, v. 7, p. 180, grifo do autor). Discorramos sobre a forma como a incorporação oral do objeto se procede no bebê.

Quando do nascimento, um dos primeiros contatos com o meio externo e as figuras de seu em torno ocorre via processos relativos à alimentação. É pela boca (mucosa bucal) que parte do mundo chega até o bebê e é ingerido por ele. A nutrição que lhe chega pelo agente prestativo – a mãe ou seu substituto – proporciona saciação do carecimento bem como sensações prazerosas (pelo rebaixamento da quantidade de excitação, assunto tratado em seções anteriores). A característica erógena da região bucal emerge apoiada na nutrição e o objeto, a representação que se forma do agente prestativo, passa a ser almejado mesmo sem o carecimento, ou seja, na ausência da fome. Mais do que a ingestão do leite, busca-se incorporar o objeto como forma de atingir satisfação erótica. O objeto incorporado faz agora parte do próprio corpo do bebê e pode ser ativado via fantasia. Segundo Freud (1905/2003), o chupeteio, o sugar com leite, que se apresenta desvinculado de finalidades nutritivas, pode ser considerado “[...] como modelo de las exteriorizaciones sexuales infantiles [...]” (FREUD, 1905/2003, v. 7, p. 163). Destarte, a mucosa bucal, que ascendeu ao patamar de zona erógena privilegiada, é estimulada com vistas a obter satisfação. Freud assim descreve a meta sexual infantil:

La meta sexual de la pulsión infantil consiste em producir la satisfacción mediante la estimulación apropiada de la zona erógena que, de un modo u outro, se ha escogido. Para que se cree una necesidad de repetirla, esta satisfacción tiene que haberse vivenciado antes; y es lícito pensar que la naturaleza habrá tomado seguras medidas para que esa vivencia no quede librada al azar (FREUD, 1905/2003, v. 7, p. 167).

Como fica-nos patente, é a pulsão que, deflagrada pela repetição das mamadas, leva o bebê a eleger a boca como órgão privilegiado e, deste modo, a incorporação oral do objeto faz-se numa perspectiva erótica. Tendo incorporado o objeto, o bebê pode tomar a si mesmo, melhor dizendo, uma parte de sua anatomia, como fonte e, neste mesmo lugar, obter a meta de satisfação.

Do texto de 1905 façamos um salto histórico de 7-8 anos e adentremos aos pressupostos a respeito da incorporação do objeto tal qual apresentado em *Totem e Tabu*, publicado em 1913. Neste texto Freud (1912-1913/2012, v. 11) delineia uma construção

hipotética⁵⁵ – o pai da horda primeva - segundo a qual haveria um pai violento e ciumento que detinha o usufruto das fêmeas do clã e impedia o acesso dos filhos às mesmas. Quando atingiam certa idade, os filhos (machos) eram expulsos do clã. Os filhos que haviam sido expulsos pelo pai reúnem-se, retornam ao clã, matam e devoram este pai como forma de adquirirem parte da força e do poder que lhe pertencia – a refeição totêmica. Acontece que esse pai tão temido pelos filhos também era tido como modelo. Deste modo, cada filho identificava-se com o pai morto via incorporação oral de partes dele. Com o parricídio a horda é desfeita, em contrapartida os filhos carregam sem si fragmentos do pai. Após haverem satisfeito o ódio direcionado ao pai primevo, a afeição e a admiração assumem um plano privilegiado, o que evoca o remorso e o sentimento de culpa pela atrocidade praticada. “O [pai] morto tornou-se mais forte do que havia sido o vivo [...]” (FREUD, 1912-1913/2012, v. 11, p. 219). O acesso às fêmeas do clã, que com a morte do pai estaria liberado por não haver mais a figura restritora, não é usufruído pelos filhos, pois eles passam à autoimposição da lei paterna de restrição às mulheres do clã. Não mais é necessário que o pai primevo imponha a lei, pois esta foi internalizada quando da incorporação oral.

Vemos se delinear, tanto no caso do texto *Tres Ensayos de Teoría Sexual* como em *Totem e Tabu*, uma assimilação corpórea do outro. As características do objeto passam a fazer parte do corpo daquele que o haja ingerido/ incorporado oralmente, o que Laplanche e Pontalis (1992) já haviam apontado. Importante ressaltar que não é um outro qualquer que será incorporado, mas o objeto à quem se destina amor. Na seção seguinte trataremos de uma transposição conceitual do corporal para o psíquico.

2.4.3 Uma sombra recai sobre o eu: o mecanismo de introjeção do objeto no eu

Laplanche e Pontalis (1992) apontam que o termo introjeção foi forjado em 1909 por Sandor Frenzi no texto *Introjeção e Transferência* {*Introjektion und Übertragung*} e é utilizado em simetria ao termo projeção; se o segundo indica uma expulsão de uma parte de si para o exterior e, conseqüentemente, para o outro, por introjeção entende-se a apropriação do que vem do exterior e do outro. Conforme nos apresentam os autores, a introjeção foi inicialmente tratada por Freud a propósito da análise da melancolia que pode ser encontrada

⁵⁵ Mezan (2006) designa essa construção de mito científico.

no texto *Luto e Melancolia*, de 1917. Para os autores, tratar sobre o mecanismo de introjeção “[...] renovou a teoria freudiana da identificação” (Laplanche e Pontalis, 1992, p. 249). A introjeção tem um aporte no conceito de incorporação (que tratamos na seção anterior), mas não mais se delimita aos parâmetros corporais, podendo ser traduzida em fantasias que incidem sobre os objetos. Quer dizer, se a incorporação está balizada no corpóreo, a introjeção é marcadamente algo psíquico. No texto *Os instintos e seus destinos*, Freud (1915a/2010, v. 12) destaca o conceito de introjeção ao discutir a questão do prazer-desprazer⁵⁶. O objeto que se destina à satisfação da pulsão sexual é, a princípio, incorporado ao sujeito. Deste modo, tudo que pode ser entendido como fonte de prazer será introjetado a partir do meio externo e, analogamente, o que ocasionará desprazer será projetado em direção ao meio. Esses dois movimentos do aparelho psíquico, introjetar a possibilidade de obtenção de prazer e projetar o que virá a ocasionar desprazer é que constituem o eu-prazer purificado. Este eu-prazer visa à obtenção de satisfação. Freud (1915a/2010, v. 12) assim descreve a forma como o eu-prazer purificado lida com o meio externo: “O mundo exterior se lhe decompõe em uma parte de prazer que ele [o eu-prazer purificado] incorporou e em um resto que lhe é alheio” (p. 130). Deste modo, vemos uma premissa que nos será crucial para a compreensão do processo de identificação: internaliza-se (incorpora-se, introjeta-se, identifica-se com) o que gera prazer. Se entendemos que se ama (em termos psicanalíticos) aquilo que possui a capacidade de engendrar prazer, podemos dizer que aquilo que é amado e está presente no meio externo será passível de internalização.

Feito este adendo, retornemos à *Luto e Melancolia*. Apesar de não utilizar o termo introjeção, e sim identificação, no texto de 1917, Freud delineia os contornos de um mecanismo intrapsíquico que visa ‘capturar’ o outro, ou seja, ‘alojar’ os objetos psiquicamente como forma de não perdê-los para a realidade que se coloca frente ao indivíduo. É assim que o autor parte do modelo do luto para explicar a melancolia. A diferença entre estes dois estados não está no sofrimento ocasionado, mas numa perda concreta *versus* uma perda psíquica. Deixemos claro que não estamos dizendo que no luto não ocorre, também, uma perda psíquica, mas que o manejo do autor destaca esse diferencial entre estas duas formas de dor: uma é oriunda de uma perda real/concreta e a outra é desencadeada por uma perda que está para além do meio circundante do indivíduo. Percorramos a

⁵⁶Até este momento do desenvolvimento das teses psicanalíticas o desprazer era pensado como o sentimento resultante do acréscimo de quantidade no aparato psíquico e o prazer com a diminuição desse acúmulo. “[...] a sensação de desprazer está ligada ao aumento, e a sensação de prazer ao decréscimo do estímulo” (FREUD, 1915a/2010, v. 12, p. 56-57).

argumentação freudiana para dela extrairmos o que nos interessa sobre o mecanismo de introjeção.

Freud (1917[1915]/2010, v. 12, p. 171-172) esclarece que o luto é um processo normal na vida e destaca uma definição: “Via de regra, luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc”. Descreve também a melancolia nos seguintes termos:

A melancolia se caracteriza, em termos psíquicos, por um abatimento doloroso, uma cessação do interesse pelo mundo exterior, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e diminuição da autoestima, que se expressa em recriminações e ofensas à própria pessoa e pode chegar a uma delirante expectativa de punição (FREUD, 1917[1915]/2012, v. 12, p. 172-173).

O que Freud (1917[1915]/2012, v. 12) descreve a respeito da melancolia serve também para o luto, com exceção do que diz respeito ao rebaixamento do sentimento de si. O trabalho do luto, diz o autor, deve ser algo da ordem de constatação, via exame da realidade, de que o objeto não mais existe e o sofrimento reside no movimento de quitar a libido enlaçada ao objeto. Se o trabalho do luto puder ser realizado, em seu término haverá o cancelamento da libido outrora investida neste objeto e seu reinvestimento em outro objeto. Mas e quando não é possível que esse trabalho seja realizado a contento? Pode ocorrer a renúncia em desinvestir o objeto, pois como nos alerta mais uma vez o autor, “[...] o ser humano não gosta de abandonar uma posição libidinal” (FREUD, 1917[1915]/2012, v. 12, p. 173). Assim, não tendo condições de abandonar o objeto, desconsidera-se a realidade e retém-se o investimento libidinal sobre o objeto, pois este continua alojado no psíquico. O autor considera que este (o luto e seu trabalho) é um processo análogo à melancolia; no luto sabe-se quem foi perdido, em contrapartida a melancolia se caracterizaria por “[...] uma perda de objeto subtraída à consciência [...]” (FREUD, 1917[1915]/2012, v. 12, p. 175). Contrasta com o luto na medida em que na melancolia ocorre um rebaixamento, um empobrecimento do eu, o qual torna-se vitimado por autocríticas e denegrimientos, chegando a esperar castigo. Que mecanismo conduziria à tal quadro? Vejamos como o autor pronuncia-se a este respeito e reconstrói o processo da melancolia.

Havia uma escolha de objeto, uma ligação da libido a certa pessoa; por influência de uma *real ofensa ou decepção* vinda da pessoa amada, ocorreu um abalo nessa relação de objeto. O resultado não foi o normal – a libido ser retirada desse objeto e deslocada para um novo -, e sim outro, que parece requerer várias condições para se produzir. O investimento objetal demonstrou ser pouco resistente, foi cancelado, mas a libido livre não foi deslocada para outro objeto, e sim recuada para o Eu. Mas lá ela não encontrou uma utilização qualquer: serviu para estabelecer uma *identificação* do Eu com o objeto abandonado. Assim, a sombra do objeto caiu sobre o Eu,

e a partir de então este pôde ser julgado por uma instância especial como um objeto, o objeto abandonado. Desse modo a perda do objeto se transformou numa perda do Eu, e o conflito entre o Eu e a pessoa amada, numa cisão entre a crítica do Eu e o Eu modificado pela identificação (FREUD, 1917[1915]/2012, v. 12, p. 180-181, grifo do autor).

O que fica-nos patente é que a identificação com o objeto renunciado, perdido dá-se pela retirada do investimento libidinal desse objeto e seu reinvestimento no eu. Pode-se dizer que após esse processo o eu está identificado com o objeto, como uma sombra que recai sobre o eu. Segundo Ferreira (2000), o termo sombra tem as seguintes acepções: “1. Espaço sem luz, ou escurecido pela interpolação dum corpo opaco. 2. Reprodução, numa superfície mais clara, do contorno dum figura que se interpõe entre esta e o foco luminoso. 3. Lugar não batido pelo sol. 4. Escuridão, treva. 5. Mancha escura.” (p. 645). Vejamos como podemos fazer essa metáfora freudiana trabalhar. Pela acepção do termo sombra podemos pensar em uma imagem que guarda semelhança com o objeto original, com seus contornos, isto porque a sombra é algo projetado na medida que um foco luminoso incide sobre um objeto e faz a projeção de seus contornos sobre uma superfície. Assim sendo, a sombra trata-se de uma imagem e não do objeto real.

Já dissemos em seção anterior que a identificação (para sermos mais exatos, a incorporação) é uma etapa prévia à eleição de objeto que ocorre na fase oral ou canibalística. Deste modo, o que teríamos aqui descrito seria uma regressão de uma eleição de objeto para uma identificação com este (FREUD, 1905/2003, v. 7, 1917[1915]/2012, v. 12).

Chegamos a um ponto em nossa discussão que nos permite adentrar às últimas delimitações do conceito na obra freudiana e inseri-lo no âmbito do conflito edípico e da constituição do psiquismo.

2.4.4 Sistematização do conceito de identificação

Freud (1921/2011, v. 15, p. 60) inicia o capítulo VII de *Psicologia das Massas e Análise do Eu* anunciando: “A psicanálise conhece a identificação como a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa”. Amparados no que discurremos até este ponto, quando tratamos da incorporação e da introjeção, pensamos estar evidenciado o que o autor aponta neste comentário, mas tentemos clarificar ainda mais tal enunciado seguindo o rastro demarcado pelo autor no decurso do texto. O autor faz um recurso aos

períodos pré-edípico e edípico para compor o quadro no qual emerge o mecanismo identificatório no menino⁵⁷.

A identificação do menino com seu pai tem papel crucial na pré-história bem como no desenrolar da conflitiva edípica. O menino toma o pai por modelo a atingir, seu ideal, quer crescer e ser como ele. Concomitantemente à identificação com o pai, segue uma corrente erótica endereçada à mãe: o menino toma a mãe como seu objeto de amor. Para sermos mais exatos, o menino continua a investir na mãe como objeto de amor, pois desde o nascimento a mãe (ou quem quer que seja seu substituto) é eleita a depositária do investimento erótico do menino pela via do apoio. Neste momento as duas correntes de investimento seguem paralelamente sem maiores perturbações: o menino quer ter a mãe e ser como o pai. Até aqui não há conflito. A coloração hostil do Édipo só se apresentará quando o pai se tornar um obstáculo aos intentos eróticos do menino direcionados à mãe. Então a identificação mostrará sua face ambivalente: o interesse que o menino demonstrava pela figura paterna como um modelo a ser seguido transmuta-se em “[...] desejo de substituir o pai também junto à mãe” (FREUD, 1921/2011, v. 15, p. 61). O querer ser como o pai agrega-se ao querer possuir o que lhe é de direito: o acesso erótico à mãe. O aspecto ambivalente relativo ao mecanismo de identificação já foi destacado quando tratamos da incorporação oral, na qual o objeto almejado/amado é incorporado por meio da devoração e, desta forma, deixa de existir como tal, torna-se internalizado. Freud assinala que a identificação, por sua característica de ambivalência, pode expressar-se tanto como ternura ou como desejo de eliminação.

Pode ainda ocorrer que a identificação com o pai torne-se uma etapa precursora de uma ligação de objeto. Na verdade, como nos aponta Freud (1923b/2011, v. 16) no terceiro capítulo de *O Eu e o Id*, tal inversão de papéis faz parte da conflitiva edípica completa. O menino pode converter o desejo de ser como o pai para um desejo de ter o pai. A resolução da conflitiva ocorre quando as correntes eróticas sucumbem ao mecanismo de identificação. Os objetos de amor do menino (levando-se em consideração a configuração edípica completa, a mãe e o pai) são resignados/ renunciados. Mas essa renúncia não implica em uma perda, em um abandono desses objetos. Pela operação do mecanismo de identificação ao qual sucumbem os objetos resignados eles tornam-se patrimônio do eu e formam em seu bojo uma diferenciação: o ideal do eu. Desde modo, os objetos do meio são internalizados no aparato

⁵⁷Seguiremos Freud (1921/2011, v. 15) e discorreremos apenas sobre o Édipo masculino. Ressaltamos que por esta época e também no período referente à publicação de *O Eu e o Id*, de 1923, o autor considerava o Édipo masculino e feminino como análogos, fazendo-se as devidas inversões no tocante aos objetos de amor. Como anunciamos anteriormente, para os fins deste trabalho basta-nos recorreremos à descrição do período edípico no menino.

psíquico e passam a ser componentes de sua estrutura. Por meio de tal manobra intrapsíquica o objeto amado torna-se parte de sua estrutura; agora podemos dizer que o indivíduo tornou-se/transformou-se aos moldes daquilo que gostaria de possuir.

Sintetizemos, juntamente com Freud (1921/2011, v. 15), os aspectos descritivos essenciais a respeito do mecanismo de identificação: 1º) a identificação é a forma mais precoce de laço com um objeto; 2º) a identificação pode substituir uma ligação libidinal de objeto pela via da regressão, fazendo com que o objeto seja introjetado no eu; 3º) a identificação pode dar-se com aspectos parciais do objeto, não necessitando haver uma identificação com a totalidade do mesmo. Complementemos com o aspecto formativo do mecanismo de identificação destacado pelo autor em *O Eu e o Id*: pela via identificatória um objeto que precisa ser renunciado torna-se componente da estrutura do eu.

Nossa tarefa para a próxima seção será abordarmos o mecanismo de identificação pelo viés metapsicológico. A intenção será explicitar a maneira pela qual o psiquismo transmuta um objeto de amor em patrimônio do eu.

2.4.5 Perpassando e alinhavando os momentos do pensamento do autor: contornos de uma metapsicologia da identificação

Destacamos uma afirmação presente no texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu*: “[...] a identificação se empenha em configurar o próprio Eu à semelhança daquele tomado por ‘modelo’” (FREUD, 1921/2011, v. 15, p. 62). Para darmos suporte metapsicológico, na medida do possível, à esta afirmação recorreremos aos pressupostos relativos ao eu e suas funções apresentadas no *Projeto*, bem como os progressos apresentados em *O Eu e o Id* que servem-nos, inclusive, para corroborar os achados do texto de 1895. Desta forma, tentaremos fazer ambos os textos trabalharem no sentido de nos permitirem formular um quadro metapsicológico que sustente o mecanismo de identificação.

Quando discorreremos a respeito do processo de incorporação dissemos que as características do objeto eram internalizadas por meio da ingestão, da devoração e que este mecanismo por um lado destruía o objeto, mas por outro tornava-o parte integrante do indivíduo. Este mecanismo, protótipo da identificação, servir-nos-á de assentamento para esclarecermos o mecanismo intrapsíquico de internalização do outro. Tratemos então do início da vida da criança, período precoce localizado na fase oral. Freud (1923b/2011, v. 16,

p. 35) declara que neste momento inicial da vida “[...] na primitiva fase oral do indivíduo, investimento objetal e identificação provavelmente não se distinguem um do outro”. Essa afirmação coadunaria à outra feita dois anos antes pelo autor, no texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, na qual a identificação é considerada como a forma mais precoce, mais arcaica de laço afetivo. Vejamos como podemos destrinchar esse entrelaçamento. Freud (1923b/2011, v. 16) aponta que os investimentos de objeto partem do isso e que para o eu ainda débil (pouco diferenciado, pouco complexificado) do início da vida as aspirações eróticas relativas aos objetos são sentidas como necessidades pelo eu. Em *Esquema del Psicoanálisis*, Freud (1940/2004, v. 23) destaca que, no princípio da vida, eu-isso seria um todo indiferenciado, algo da ordem de um amálgama ou de uma ‘massa’ indissociável e indiferenciada. Isto implica que o incremento de quantidade que a urgência erótica impõe ao aparelho não é diferenciada de uma urgência de uma carência, de uma necessidade vital. Para o eu débil dessa etapa da vida, todo acréscimo de quantidade, que é sentido como desprazeroso, é entendido como uma urgência em livrar-se dessa quantidade e obter satisfação.

Coaduna com essa visão de entrelaçamento inicial entre eu-isso a teoria do apoio, segundo a qual é arrimando-se na necessidade vital, na saciação da fome, que o sexual emerge no aparelho psíquico. Da pulsão de autoconservação desprega-se a pulsão sexual. Esclareçamos este processo. Quando ocorre um carecimento de alimento este chega ao aparato psíquico sob a forma de um incremento de quantidade, o que é sentido como desprazer. A tendência do aparelho é a de livrar-se de todo incremento de quantidade, pois este rebaixamento é sentido como prazeroso. Ao atrelar a mamada e a conseqüente queda na magnitude de quantidade presente no aparelho esta é sentida como algo prazeroso, mais que a saciação da necessidade, uma satisfação. Brevemente essa satisfação, esse *plus* que emergiu a partir da saciação, será buscada quando houver um incremento de quantidade no aparelho, quer esteja relacionado à um carecimento da ordem do vital ou não.

Parece-nos justificável levantar o seguinte questionamento: que relação teria a teoria do apoio com o mecanismo de identificação que nos propomos a deslindar neste texto? Tudo, pensamos nós. Ao tratarmos da teoria do apoio não estamos apenas considerando incremento e rebaixamento de quantidade no aparato anímico da criança. Mais que isso, estamos tratando da ação específica e seu agente que se erige no aparelho como uma representação de objeto, do objeto almejado. Em suma, estamos nos referindo ao primeiro laço afetivo, ao primeiro objeto sexual, o qual Freud (1921/2011, v. 15) destaca ser indistinguível de uma identificação.

Na seção precedente discutimos que o investimento em objetos sexuais podem ser substituídos por identificações. Esse é o caso do conflito edípico e sua resolução. O que não dissemos na seção anterior é que esse câmbio se processa por uma imposição que é colocada para o menino a partir de fora, a partir do meio social no qual ele está inserido e que tem por representantes máximos os pais, ou seja, as mesmas figuras que compõem a triangulação edipiana. Assim sendo, a mudança na forma de investimento endereçado a estas figuras é uma necessidade. Dir-nos-á Freud (1923b/2011, v. 16, 1924a/2011, v. 16, 1928/2014, v. 17) que a manutenção do investimento libidinal em figuras parentais cobraria da criança um preço alto demais, um golpe em seu narcisismo por requerer uma parte privilegiada de sua anatomia: a castração. Desta maneira, com vistas a preservação narcísica, o menino utiliza-se de uma manobra intrapsíquica: o eu toma posse da representação intrapsíquica de objeto tornando-a uma complexificação em sua estrutura.

Se um tal objeto sexual deve ou tem de ser abandonado, não é raro sobrevir uma alteração do Eu, que é preciso descrever como estabelecimento do objeto no Eu [...] Talvez, com essa introjeção que é uma espécie de regressão ao mecanismo da fase oral, o Eu facilite ou permita o abandono do objeto. Talvez essa identificação seja absolutamente a condição sob a qual o Eu abandona seus objetos. [...] o caráter do Eu é um precipitado dos investimentos objetais abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto (FREUD, 1923b/2011, v. 16, p. 36).

Freud (1923b/2011, v. 16) destaca outra possibilidade de se pensar a passagem de uma eleição de objeto para uma alteração no eu. Considera que esse mecanismo seria uma maneira pela qual o eu busca exercer domínio sobre o isso bem como aprofundar seus vínculos com ele [com o isso]. O que podemos entender dessa colocação de Freud é que quando o eu se apossa do complexo representativo de objeto e o faz parte integrante de sua constituição, ele está usurpando domínios do isso. Estamos considerando que a representação de objeto é, inicialmente, território do isso ou, ainda, território do eu-isso indiferenciado dos estágios precoces da vida. Deste modo, entendemos que sob o processo de identificação a libido objetual pode ser convertida em libido do eu, ou libido narcisista. Chegamos a uma questão capital no que concerne à economia psíquica: a que tipo de investimento estamos nos referindo quando falamos em mecanismos identificatórios? Vejamos o que o autor nos apresenta. “A transformação da libido objetual em libido narcísica, que então ocorre, evidentemente acarreta um abandono das metas sexuais, uma dessexualização, ou seja, uma espécie de sublimação” (FREUD, 1923b/2011, v. 16, p. 37). O que nos propõe o autor é que, pelo mecanismo de identificação, algo que a princípio era da ordem de um investimento sexual num objeto de amor converte-se em investimento dessexualizado (FREUD, 1923b/2011, v. 16, 1924a/2011, v. 16). Como é possível compreender tal tese? Parece-nos

frutífero retrocedermos às premissas do *Projeto* para darmos curso à essa linha de pensamento freudiano.

No texto de 1895, Freud nos apresenta duas formas distintas de circulação de quantidade no aparelho psíquico: uma energia livre e outra ‘ligada’. A energia livre teria circulação liberada pelo aparato e seria característica dos processos primários. Em contrapartida, a energia ligada teria sua circulação barrada, ou ainda, restringida e seria característica dos processos secundários. Esses processos secundários estariam a cargo do eu, seria ele quem inibiria o livre escoamento de quantidade pelo aparato, com vistas a impedir um funcionamento primário em momento inoportuno, o qual seria danoso, pois concorreria para o aniquilamento da vida. Atualizando essa informação, em termos de segunda topologia, poderíamos dizer que o modo de funcionamento do isso seria o livre escoamento de quantidade, aos moldes dos processos primários. Caberia ao eu a função de ligar a quantidade e promover o funcionamento secundário no aparelho. Então, ao converter energia livre em energia ligada, de funcionamento primário em funcionamento secundário, o eu arregimentaria território a seus domínios que anteriormente eram pertencentes ao isso.

Pensemos no mecanismo de identificação, o que ocorre com os investimentos nesse caso? Inicialmente temos um investimento da ordem do sexual direcionado ao objeto de amor. Estando a cargo do isso, a quantidade investida na representação de objeto tem livre circulação, é, portanto, da ordem do sexual na medida que está diretamente relacionada à satisfação. Acontece que essa representação é tomada/usurpada pelo eu, que tem um funcionamento secundário. Ao apossar-se da representação de objeto resignando-a ao seu patrimônio, o eu lhe emprestará seu modelo de investimento: o livre escoamento de quantidade, a satisfação, será barrada. Em termos de aparato anímico, uma dessexualização pode ser entendida como o estancamento no fluxo de quantidade. Deste modo, compreendemos que uma representação de objeto pode ser transformada em uma complexificação na estrutura do eu quando ela se tornar passível de funcionamento secundário.

Voltemos ao que havíamos tratado na primeira seção deste tópico: a identidade. Esse mecanismo dá conta de esclarecer a maneira pela qual o eu ‘encontra’, ou mais apropriadamente, ‘reencontra’ a representação de objeto. Dissemos que é pela busca de identidade entre uma representação intrapsíquica e uma informação perceptiva advinda de uma figura que adentra o meio externo circundante ao indivíduo que o eu expande seus domínios no aparelho psíquico. Também destacamos que o modelo de investimentos do eu é o de barrar o livre escoamento da quantidade. Isto implica em inferirmos que a quantidade

ficará, de algum modo, acumulada nos neurônios que formam a representação de objeto quando o eu trilhar por essa via em busca de conseguir estabelecer identidade entre representação e figura presente no meio. Tal processo de aquisição constante forma, pouco a pouco, uma estrutura cada vez mais complexificada no interior do aparelho: o eu. Por esse mecanismo também lançamos luz sobre como, em condições ideais, a criança passa de um eu débil, pouco diferenciado, no início da vida, para um eu cada vez mais estruturado/complexificado em virtude de abarcar cada vez maiores domínios no decorrer de sua existência.

Ao apresentar o mecanismo de identificação como uma sorte de sublimação, Freud (1923b/2011, v. 16) está destacando que os objetos de amor, com suas metas sexuais, podem ser tomadas pelo patrimônio do eu e ter o livre curso de sua quantidade capturada. Sendo um dos destinos possíveis para a pulsão, a sublimação pode ser compreendida como uma possibilidade de redirecionamento do investimento sexual. Assim, a identificação coloca-se como uma maneira que o aparelho tem de resignar a representação de objeto e dar um curso diverso de investimento – dessexualizado - a objetos que estão impedidos ao acesso da criança.

2.4.6 Apontamentos finais à noção de identificação e sua articulação com a vocação

Em todo o percurso que fizemos nas subseções acima, perseguindo a elaboração conceitual do mecanismo de identificação (e, porque não dizer, da noção de objeto e de escolha objetal) explicitamos uma afirmação de Laplanche (1998, p. 323) que cabe-nos agora destacar: “Não há identificação com o rival”. A identificação ocorre como forma de constituição do eu no qual o objeto de amor é trazido para o interior do aparelho psíquico, tornando-se elemento componente desse aparato. “Pode-se dizer que só se introjeta o que se ama de uma certa maneira (mesmo que também se lhe tenha ódio)” (LAPLANCHE, 1998, p. 325). O objetivo dessa manobra intrapsíquica é a manutenção do objeto, o não abandono de uma posição satisfatória outrora alcançada, como nos alerta Freud (1914/2010, v. 12). Como destaca o autor,

Se o Eu assume os traços do objeto [via mecanismos identificatórios], como que se oferece ele próprio ao Id como objeto de amor, procura compensá-lo de sua perda, dizendo: “Veja, você pode amar a mim também, eu sou tão semelhante ao objeto” (FREUD, 1923b/2011, v. 16, p. 37).

Essa manobra de internalizar o objeto permite ao aparelho dar conta de seus investimentos, permite que os objetos primordiais sejam mantidos, mesmo que a custa da dessexualização, de estarem submetidos ao modo de funcionamento secundário.

O processamento psíquico que permite a internalização do(s) objeto(s) no eu, a identificação, que modifica/ complexifica e constitui essa instância, provê ainda substituto viável para o(s) objeto(s). Significa dizer que ao apoderar-se do(s) objeto(s), o eu converte a forma de livre circulação quantitativa para o represamento e retém a(s) representação(ões) em seu poderio, o que permite a manutenção do(s) objeto(s) sob moldes distintos. Apoderando-se do(s) objeto(s), as características do mesmo passarão a compor o repertório do eu. Assim, elementos do social que essa figura privilegia também serão incorporados, dentre eles, supomos, elementos relativos à esfera do trabalho. Então, aquilo que o(s) objeto(s) trazem como articulação com possibilidades de obtenção de satisfação, angariada a partir de atividades aparentemente alijadas do sexual serão incorporadas pelo indivíduo.

Na seção subsequente ampliaremos essa compreensão ao tratarmos sobre a constituição do ideal do eu e do supereu.

2.5 AS NOÇÕES DE IDEAL DO EU E SUPEREU

Nas seções em que tratamos da escolha de objeto e da identificação apresentamos que a derrocada do complexo de Édipo deixa atrás e si uma partição na estrutura do eu: o ideal do eu. Dissemos ainda que essa estrutura estaria implicada na futura eleição dos objetos de amor. Neste momento das discussões buscaremos dar os contornos do ideal do eu⁵⁸ e do supereu, levando em consideração que o segundo é uma ampliação a partir da constituição inicial do Ideal do Eu. Para aclararmos as duas noções, certo retrospecto a respeito da origem de ambos será inevitável.

A primeira aparição da noção de ideal do eu na escrita freudiana ocorre na terceira seção da obra *Introdução ao Narcisismo*, publicada em 1914. Neste momento das formulações freudianas, se destaca que o ideal do eu, após erigido, serve como parâmetro pelo

⁵⁸ A noção de ideal do eu foi tratada de maneira pormenorizada por Puertas (2010). No presente trabalho não temos intenção de discutir exaustivamente a noção de ideal do eu, mas alicerçarmos conceitualmente nossa compreensão a respeito da vocação e da escolha profissional que, pensamos, estar relacionada a referida partição do eu. Assim, remetemos o leitor interessado no referido conceito a leitura da supracitada dissertação e dos textos freudianos utilizados para a confecção da mesma.

qual se mede o eu atual. Acontece que essa gradação no eu tem raízes no narcisismo e, desta forma, não está pautado em aspectos realísticos, possíveis, do eu.

A esse ideal do Eu dirige-se então o amor a si mesmo, que o Eu real desfrutou na infância. O narcisismo aparece deslocado para esse novo Eu ideal, que como o infantil se acha de posse de toda preciosa perfeição. Aqui, como sempre no âmbito da libido, o indivíduo se revelou incapaz de renunciar à satisfação que uma vez foi desfrutada. Ele não quer se privar da perfeição narcisista de sua infância, e se não pôde mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo despertado, procura readquiri-la na forma nova do ideal do Eu. *O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal* (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 40, grifo nosso).

Vemos que Freud (1914/2010, v. 12) coloca os aspectos idealizados da infância como sucumbindo ao confronto com a realidade que, pouco a pouco, vai se impondo a criança. Mas a perfeição infantil era fonte de satisfação e, deste modo, não poderia ser facilmente abdicada. A construção de um ideal do eu é uma manobra psíquica que preserva a valoração narcísica da criança. Aquilo que se coloca ante o eu como modelo a ser atingido, nada mais é que a perfeição que a criança julgava possuir. Quando tratamos da noção de objeto e de escolha de objeto esclarecemos que o eu do bebê, ainda pouco complexificado e parcamente distinguível do isso senão pelo modo de funcionamento secundário, se constitui a partir das figuras tomadas do meio. Que no princípio da vida não pode ser claramente distinto entre uma escolha de objeto e uma identificação, em razão das fronteiras entre eu e isso estarem ainda pouco delimitadas. Isto implica que o amor gozado pelo eu do bebê era transponível para os objetos de amor, portanto, a grandiosidade das figuras que o cercavam era reflexo da grandiosidade do eu.

Temos, então, que um investimento originário no eu é cedido a objetos. Mas o eu não fica esvaziado de investimentos. Segundo, Freud (1914/2010, v. 12, 1923b/2011, v. 16) ocorre uma transposição dos investimentos narcísicos sobre um ideal forjado no eu, o qual é o depositário da perfeição da infância. Em razão da educação recebida pela criança durante seu desenvolvimento e, a partir de tal educação, o despertar de seu juízo próprio que ocorre pelo confronto com a realidade que passa a impor-se a criança, não é mais possível que ela mantenha a perfeição que acreditava onipotentemente possuir. A busca por conquistar a perfeição perdida promove que se erija um ideal no eu. É a esse ideal que o investimento amoroso agora se direciona. Por ser incapaz de renunciar a uma satisfação outrora alcançada, em uma manobra psíquica, o eu forja uma maneira de manter sua perfeição da infância por meio do erigir um ideal do eu.

Entendamos o processo. A idealização incide sobre o objeto que, neste caso, é o eu da criança. Segundo a grandiosidade que é atribuída pelo processamento da idealização, este será

portador de todas as perfeições, entendidas como todas as possibilidades de obtenção de satisfação por meio do objeto idealizado. Deste modo, o ideal forjado no eu será tomado como portador da perfeição infantil, da grandiosidade que então supunha possuir e, portanto, será supervalorizado. Isto implica que, após constituir-se um ideal no eu as exigências para a obtenção de satisfação serão aumentadas, pois o eu será impelido a alcançar este ideal que foi narcisicamente forjado. Com vistas a garantir que esse ideal seja buscado e atingido, uma instância terá de vigiar e impelir o eu para o cumprimento do que está depositado em seu ideal. Na obra *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914/2010, v. 12) designa essa instância para quem a tutela do ideal do eu foi confiada de consciência moral⁵⁹.

O desenvolvimento do Eu consiste num distanciamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo. Tal distanciamento ocorre através do deslocamento da libido para um ideal do Eu imposto de fora, e a satisfação, através do cumprimento desse ideal.

Ao mesmo tempo, o Eu enviou os investimentos libidinais de objeto. Ele se empobrece em favor desses investimentos, tal como do ideal do Eu, e novamente se enriquece mediante as satisfações ligadas a objetos, assim como pelo cumprimento do ideal (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 48).

O desenvolvimento/complexificação do eu implica em maior contato e tráfego pelo meio que cerca a criança. Isto imporá um afastamento da onipotência infantil. Também estará relacionado a imposições de limitações à busca pela satisfação, pois cada vez mais estas terão de estar em acordo com a realidade concreta. Deste modo, após estar erigido e servir para medir as ações a serem praticadas pelo eu vemos o ideal do eu enlaçado a um mecanismo que imporá limitações a consecução de diversas demandas que chegam ao eu. Declara Freud (1914/2010, v. 12, p. 40) que “[...] a formação do ideal seria a condição para a repressão”. Dito de maneira mais exata, “[...] a formação de ideal aumenta as exigências do Eu e é o que mais favorece a repressão” (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 41). As exigências em relação ao Eu são ampliadas em razão de as figuras que foram internalizadas mediante identificação no soterramento do Édipo serem figuras grandiosas. São estas figuras idealizadas, que compõem o escopo do ideal do eu, que servirão de modelo para medir o eu. Isto, parece-nos evidente, aumentará a exigência imposta ao eu para a obtenção de satisfação. Portanto, temos de entender que a constituição desta gradação no eu é um requisito para que as demandas pulsionais sejam vislumbradas a partir dos ditames originados do meio que foram internalizados e, sendo incompatíveis, elas sucumbam a repressão.

Na obra *Psicologia das massas e análise do Eu*, Freud (1921/2011, v. 15) retoma a discussão sobre o ideal do eu declarando-o como uma gradação no interior do eu. Mas, nesta

⁵⁹ A noção de consciência moral será desenvolvida e, em 1923 na obra *O eu e o id*, receberá a designação de supereu (Super-eu, na tradução de Paulo César de Souza).

obra a descrição do ideal do eu toma um rumo um pouco diverso daquele apresentado em 1914. O autor assim descreve: “[...] o ideal do Eu compreende a soma de todas as restrições a que o Eu deve obedecer” (FREUD, 1921/2011, v. 15, p. 96). Neste momento das formulações, parece-nos que o ideal do eu toma feições aproximadas daquilo que virá a ser nomeado de supereu em 1923. Esse entendimento é corroborado no seguinte trecho da obra *A dissecação da personalidade psíquica*, a 31ª das Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise:

Em 1921 busquei aplicar a distinção entre Eu e Super-eu ao estudo da psicologia das massas. Cheguei a uma fórmula assim: uma massa psicológica é uma junção de indivíduos que introduziram a mesma pessoa em seu Super-eu e, com base nesse elemento em comum, identificaram-se uns com os outros em seu Eu (FREUD, 1933/2010, v. 18, p. 206).

No texto de 1921 é afirmado por Freud que para a constituição do grupo os indivíduos introduziram no ideal do eu a figura do líder. Vemos aqui uma aproximação entre as noções de ideal do eu e supereu. Essa aproximação será ainda mais contundente na obra de 1923, *O Eu e o Id*, que intitula a terceira seção como *O Eu e o Super-eu (Ideal do Eu)*. Essa apresentação parece indicar uma equiparação entre os conceitos. A confirmação dessa equalização pode ser lida nos seguintes termos: “[...] uma gradação no Eu, uma diferenciação em seu interior que pode ser chamada de ‘ideal do Eu’ ou *Super-eu*” (FREUD, 1923b/2011, v. 16, p. 34). Percorreremos a compreensão freudiana nesta obra para, posteriormente, visualizarmos os enlaçamentos entre as duas noções.

Em seções anteriores apresentamos a conflitiva edípica bem como o mecanismo de identificação que promove alterações na estrutura do eu. Dissemos como, no desmantelamento do complexo de Édipo, as figuras parentais são resignadas por meio do mecanismo de identificação e que esse processo promove uma partição no eu: o ideal do eu, também chamado neste período das formulações freudianas de supereu.

Freud (1923b/2011, v. 16) declara que o ideal do eu é forjado a partir de identificações. Nos termos do autor,

[...] serão gerais e duradouros os efeitos das identificações iniciais, sucedidas na idade mais tenra. Isso nos leva de volta à origem do ideal do Eu, pois por trás dele se esconde a primeira e mais significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da pré-história pessoal (FREUD, 1923b/2011, v. 16, p. 38-39).

Alguns elementos dessa passagem nos chamam atenção. Primeiramente, cabe destacar que, segundo Freud (1921/2011, v. 15, 1923b/2011, v. 16), as identificações que ocorrem em momentos iniciais do desenvolvimento do psiquismo promovem alterações duradouras na estrutura do eu. Lembremos que o mecanismo de identificação, o assemelhar de um eu a outro

eu (ao menos com parcelas desse outro eu), é constitutivo do aparelho psíquico. É por intermédio dele que o eu se complexifica. Em segundo lugar, a gradação que se estabelece no eu, o ideal do Eu, é forjado assentado em identificações com figuras arcaicas. O pai é apontado como a figura modelar segundo a qual o eu se modifica/complexifica. Freud (1923b/2011, v. 16, p. 39) amplia essa compreensão quando afirma, em nota de rodapé, que “Seria talvez mais prudente dizer ‘com os pais’, pois pai e mãe não são avaliados de forma diversa, antes do conhecimento seguro da diferença entre os sexos, da falta do pênis”. Segundo Freud (1923b/2011, v. 16, 1925/2011, v. 16), essa diferenciação entre os sexos só é feita pela criança por volta do período fálico, quando a ênfase no interesse narcísico recai sobre essa parcela do organismo. Assim, esse reconhecimento se dá antes de se estabelecer a conflitiva edipiana. Assim, entendemos que o “pai da pré-história pessoal” a que Freud (1923b/2011, v. 16, p. 38) se refere é essa figura tomada como modelo em períodos anteriores a se estabelecer o conflito. Deste modo, as figuras parentais são amplamente valoradas sendo então passíveis de terem duas formas distintas de investimento. Um investimento de ordem diretamente erótica, ou seja, as figuras podem ser tomadas como representações de objeto, ou serem passíveis de investimentos com meta inibida, portanto dessexualizados, sendo alvos de identificação, promovendo alteração duradoura na estrutura do Eu.

Conforme vimos na seção na qual discutimos o complexo de Édipo, só é permitida à criança uma satisfação modelada pelas normas sociais, das quais as figuras parentais são representantes. Assim, a obtenção de satisfação com seu objeto primeiro – a mãe ou seu substituto – será barrada pela proibição social do incesto. A impossibilidade de saciação e satisfação⁶⁰ das demandas internas no exato momento de sua irrupção, em outros termos, a necessidade de postergar a saciação/satisfação, impele a criança a um ganho estrutural: o desenvolvimento do eu no aparato psíquico. Essa estrutura tem por função mediar entre as demandas internas e externas. Por sua capacidade de transformar, converter energia livre (sexual) em ligada (dessexualizada), o eu permite que elementos sejam associativamente ligados à forma primeira de satisfação. Desta maneira, é o *trabalho do eu* que permite o ingresso do indivíduo no círculo do socialmente aceitável, no mundo em que vigora a lei da interdição. Interdição esta realizada dentro da estrutura triangular do Édipo. O desejo pelo objeto primeiro tem de ser banida da consciência por colocar em risco a integridade da criança. Os anseios da criança têm de sucumbir à repressão, sendo banidos do campo da

⁶⁰ Lembremos que distinguimos entre os termos saciação e satisfação. O primeiro está relacionado às necessidades vitais de nutrição, à pulsão de autoconservação. A satisfação está relacionada à satisfação erótica, ao a mais que emergiu da necessidade, à pulsão sexual.

consciência, mas continuando redivivos e atuantes nos domínios inconscientes. Tais processos ocorrem na tramitação edípica, na qual o investimento erótico da criança nos objetos parentais sucumbe ao domínio do eu via processos identificatórios.

Destarte, na derrocada do complexo de Édipo deve resultar uma identificação com o pai e uma identificação com a mãe. A identificação com o pai, mantém a mãe como objeto de amor, oriunda do complexo de Édipo positivo simples, bem como substitui o pai tomado como objeto do complexo de Édipo invertido. A identificação com a mãe mantém o pai como objeto de amor do complexo de Édipo invertido e substitui a mãe tomada como objeto. É a confluência dessas duas identificações na dissolução da conflitiva edípica que erige o ideal do eu.

Podemos supor, então, que o resultado mais comum da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo é um precipitado no Eu, consistindo no estabelecimento dessas duas identificações, de algum modo ajustadas uma à outra. Essa alteração no Eu conserva sua oposição especial, surgindo ante o conteúdo restante do Eu como ideal do Eu ou Super-eu.

Mas o Super-eu não é simplesmente um resíduo das primeiras escolhas objetais do id; possui igualmente o sentido de uma enérgica formação reativa a este (FREUD, 1923b/2011, v. 16, p. 42).

Então, se por um lado a emergência do ideal do eu/ supereu modifica a estrutura do Eu aos moldes da figura parental, mediante a qual exige-se que o eu se assemelhe à ele, impondo o ditame de que deve-se ser como o pai, por outro lado estabelece a proibição de sê-lo e, portanto, destaca que o menino não tem todas as prerrogativas desse pai. Simplificando, o que energicamente se impõe ao menino é que ele tem de abandonar a mãe como objeto de amor, ou seja, assimilar para si a proibição do incesto.

‘[...] o ideal do Eu ou Super-eu, [é] o representante de nossa relação com os pais. Quando pequenos nós conhecemos, admiramos, tememos estes seres elevados; depois os acolhemos dentro de nós’.

O ideal do Eu é, portanto, herdeiro do complexo de Édipo e, desse modo, expressão dos mais poderosos impulsos e dos mais importantes destinos libidinais do Id. Estabelecendo-o, o Eu assenhorou-se do complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, submeteu-se ao Id. Enquanto o Eu é essencialmente representante do mundo exterior, da realidade, o Super-eu o confronta como advogado do mundo interior, do Id. Conflitos entre Eu e ideal refletirão em última instância – agora estamos preparados para isso – a oposição entre real e psíquico, mundo exterior e mundo interior (FREUD, 1923b/2011, v. 16, p. 45).

Ao acolher as figuras parentais da triangulação edípica sob a forma de identificações, que fundam o ideal do eu, os impulsos eróticos são domados, resignados numa partição do eu. O eu pode agora se oferecer ao isso como objeto, como passível de investimento, pois foi alterado a partir das representações de objeto anteriormente pertencentes aos domínios do isso e que agora foram por ele - pelo eu - tomados. Por ser um sub-rogado das representações de

objeto, o ideal do eu/ supereu está vinculado ao isso. O anseio pelo pai é substituído pelo ideal.

Na 31ª das Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise, intitulada *A dissecação da personalidade psíquica*, Freud (1933/2010, v. 18) parece retornar a antiga distinção entre o ideal do eu e a consciência moral, o que viria a ser o supereu. O autor aponta para a existência de uma instância que observa o restante do eu e afirma que a partir do que se pode depreender do “[...] teor do delírio de ser observado já leva a crer que a observação é apenas um preparativo para o julgamento e a punição” (FREUD, 1933/2010, v. 18, p. 195-196) uma função que deve ser atribuída a essa instância é a consciência moral {*Gewissen*}⁶¹. Esta consciência moral estaria separada do eu e se contraporaria à ele⁶².

Interessante revermos que, segundo as teses freudianas em 1914, a concepção de uma consciência moral já estava formulada tomando como ponto de estudo também o delírio de ser notado, ou de ser observado. Neste momento das formulações a consciência moral se apresentava distinta do ideal do eu. Aliás, era ela que tinha por função vigiar o Eu para que cumprisse o que estava no ideal.

Não seria de admirar se encontrássemos uma instância psíquica especial, que cumprisse a tarefa de assegurar a satisfação narcísica a partir do ideal do Eu e que, com esse propósito, observasse continuamente o Eu atual, medindo-o pelo ideal. Havendo uma tal instância, será impossível para nós descobri-la; poderemos apenas identificá-la e constatar que o que chamamos de nossa consciência moral tem essas características. (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 41-42).

Vemos que, em 1933, Freud declara encontrar a instância psíquica especial, que em 1914 ele considerava impossível descobrir, que teria tal função de observação do eu. Nas palavras do autor,

[...] a instância especial que começo a distinguir no Eu é a consciência [moral], mas é mais prudente conservar essa instância como algo independente e supor que a consciência seja uma de suas funções, e a auto-observação, indispensável como pressuposto para a atividade judicativa da consciência, seja outra. E, como é próprio do reconhecimento de uma existência distinta dar à coisa um nome próprio, passarei a designar essa instância do Eu como o ‘Super-eu’ (FREUD, 1933/2010, v. 18, p. 196).

A consciência não estaria internalizada desde o início da vida. Isso é verificado no bebê que busca o prazer de seus impulsos sem inibições internas, que precisa ser refreado pelos cuidadores que povoam seu meio externo. É assim que a autoridade parental ocupa

⁶¹ Em nota acrescida pelo tradutor Paulo César de Souza, é informado que o termo alemão utilizado é *Gewissen*, que significa consciência moral, então quando lemos na tradução o termo consciência temos de ter este significado em mente para não confundir com a noção de um estado de consciência.

⁶² Interessante revermos que segundo as teses freudianas em 1914 a concepção de uma consciência moral já estava formulada e ela era distinta do ideal do eu.

primeiramente esse papel de barrar a consecução das demandas pulsionais irrefreadas do bebê. “A influência dos pais governa a criança concedendo-lhe provas de amor e ameaças de castigo, que atestam a perda do amor e são temidas por si mesmos” (FREUD, 1933/2010, v. 18, p. 199). Enquanto a criança não tiver internalizado os ditames das figuras parentais ela será governada, dirigida por essa autoridade externa. Mas o Supereu tomará o lugar das figuras externas por meio da internalização da legislação oriunda dos pais. Assim, “[...] o obstáculo externo é internalizado, em que o Super-eu toma o lugar da instância parental e então observa, dirige e ameaça o Eu, exatamente como os pais faziam com a criança” (FREUD, 1933/2010, v. 18, p. 199). O Supereu não é apenas um sucessor da autoridade da parental, mas seu herdeiro⁶³.

A internalização da autoridade parental se dá pelo processo de identificação. A identificação é “[...] o assemelhamento de um Eu a outro, em que o primeiro Eu se comporta como o outro em determinados aspectos, imita-o, de certo modo o assimila” (FREUD, 1933/2010, v. 18, p. 200). No caso do Supereu, ele é uma forma de identificação bem-sucedida com a figura parental decorrente da conflitiva edípiana.

O fato decisivo para essa concepção [de que a instauração do Supereu seja um processo de identificação bem-sucedida com a instância parental] é que essa nova criação de uma instância superior no Eu se acha intimamente ligada ao destino do complexo de Édipo, de modo que o Super-eu aparece como herdeiro dessa ligação afetiva tão importante na infância. Entendemos que com a cessação do complexo de Édipo a criança teve de renunciar aos intensos investimentos de objeto que fez nos pais e como compensação por essa perda de objeto são bastante fortalecidas as identificações com os pais que provavelmente existiam há muito no seu Eu (FREUD, 1933/2010, v. 18, p. 201).

Já havíamos destacado que a identificação pode ser um sucedâneo de uma escolha de objeto. Com a impossibilidade de manter as figuras parentais como objetos de amor em razão da proibição proveniente do meio a essa prática, uma manobra psíquica mantém as figuras sob a forma de identificação, promovendo uma partição no eu. Além das figuras parentais resignadas, que formam o “âmago do supereu”⁶⁴ (FREUD, 1924a/2011, v. 16, p. 208), outras influências são agregadas ao escopo dessa superestrutura. Os pais da infância da época da conflitiva edípica eram figuras grandiosas, formidáveis, que eram hipervalorizadas pela criança. Com o passar do tempo e o conseqüente desenvolvimento do indivíduo, essas figuras perdem parte dessa grandiosidade e abrem espaço para que outras figuras sejam valorizadas. “No curso do desenvolvimento, o Super-eu acolhe também as influências das pessoas que

⁶³ Como já é afirmado no texto de 1923.

⁶⁴ Conforme a concepção apresentada por Puertas (2010), o âmago ou núcleo do supereu seria constituído pelo ideal do Eu.

tomaram o lugar dos pais, ou seja, de educadores, mestres, modelos ideais. Em geral distancia-se crescentemente dos pais originais, tornando-se mais impessoal...” (FREUD, 1933/2010, v. 18, p. 202).

Ainda há outra função importante do supereu, além das funções de observar, julgar e punir já apresentadas. Freud (1933/2010, v. 18, p. 203) assim descreve essa função:

Ele [o Supereu] é também o portador do ideal do Eu, pelo qual o Eu se mede, o qual busca igualar, e cuja demanda por uma perfeição cada vez maior ele se empenha em satisfazer. Sem dúvida, esse ideal do Eu é o precipitado da velha ideia que a criança tinha dos pais, a expressão da admiração de quem os considerava perfeitos.

Interessante indicar que aqui se promove uma distinção do que havia sido apresentado em 1923 e uma retomada das premissas de 1914. Se em 1923 o ideal do eu e supereu eram entendidos como termos equivalentes, nesta declaração citada acima, de 1933, o supereu passa a ser o portador, o veículo⁶⁵ do ideal do eu. Entendendo que portador é aquele que carrega um elemento, temos que o supereu leva em seu bojo, em seu âmago, uma subestrutura forjada a partir das figuras parentais grandiosas e dotadas de perfeição. Vejamos os termos em que Freud (1914/2011, v. 12, p. 42-43) se utiliza para tratar da constituição do ideal do eu e sua relação com a consciência moral.

[...] a incitação para formar o ideal do Eu, cuja tutela foi confiada à consciência moral, partiu da influência crítica dos pais intermediada pela voz, aos quais se juntaram no curso do tempo os educadores, os instrutores e, como uma hoste inumerável e indefinível, todas as demais pessoas do meio (o próximo, a opinião pública). [...] A instituição da consciência moral foi, no fundo, uma corporificação inicialmente da crítica dos pais, depois da crítica da sociedade, processo que é repetido quando nasce uma tendência à repressão a partir de uma proibição ou um obstáculo primeiramente externo.

Conforme nos parece explicitado, nas duas citações freudianas, uma de 1933 e outra de 1914, para a formação do supereu (primeiramente designada por uma de suas funções, a consciência moral) não basta considerar a influência inicial dos pais, mas sim toda a legião de figuras de autoridade análogas que se justapõe às primitivas figuras parentais.

Sintetizando, é a partir da instauração de uma instância especial no eu, que terá por funções a auto-observação, a consciência moral e a manutenção do ideal, que o indivíduo estará apto a seguir os ditames do meio que o cerca. Não mais seguirá esses ditames culturais pela imposição externa, mas os terá internalizado e doravante tráfegará pelo meio social como portador dos requisitos para viver em sociedade e, mais ainda, para transmitir, como um legado, esses ditames às gerações futuras.

⁶⁵ Termo utilizado na tradução da Jayme Salomão para a Imago (FREUD, 1933/1996, v. 22).

O chamamento à ação que nomeamos vocação parece-nos estar imbricada com a instituição de um ideal no eu e do supereu. Se o ideal do eu baliza o que poderá engendrar satisfação por sua origem nos objetos primeiros de amor, o supereu imporá ao eu sua consecução. Inferimos que a profissão/ ocupação que o indivíduo é chamado a realizar seja indício de que por meio dela alguma sorte de satisfação possa ser angariada. Assim, exercer a profissão/ ocupação à qual se está vocacionado seria o equivalente a alcançar uma parcela do que propõe o ideal do eu, o que será tomado pelo supereu como equivalência entre o que está no ideal e o eu.

Na próxima seção faremos a articulação entre todos os conceitos que foram discutidos neste capítulo com vistas a sistematizar nossa compreensão a respeito da vocação.

2.6 VOCAÇÃO: LEGADO E/OU ESCOLHA?

Nossa vida é a busca de um ideal jamais totalmente realizado, mas sempre presente (Soares-Lucchiari, 1997, p. 91).

Para nós será importante, não há dúvida, reconhecer ainda em outros campos indícios dessa instância crítica observadora, elevada a consciência introspectiva (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 43)

Após percorrermos um longo percurso delimitando os conceitos psicanalíticos que entendemos estar relacionados à noção de escolha profissional, nesta seção buscaremos dar os contornos do que compreendemos ser a noção de vocação. Mais que isso, buscaremos atrelar vocação e escolha profissional. Não temos a intenção de apresentar as duas questões como equivalentes, mas como estando imbricadas em razão de pensarmos que toda escolha provém de um ‘chamado’. Interessa-nos discutir a origem e as motivações intrapsíquicas deste chamado.

Assim como Torres (2001), não pensamos a noção de vocação como um dom, como uma dádiva mística, que basta ser descoberta para que o indivíduo seja alocado ‘no lugar certo’⁶⁶. A autora considera que “[...] uma vocação é a resultante de várias determinantes de ordem interna (consciente e inconsciente) e social, que é desenvolvida ou construída ao longo da existência e formação do sujeito humano” (TORRES, 2001, p. 16-17). Neste trabalho

⁶⁶ Os primórdios da Orientação Profissional está vinculado a esta forma de tratar a escolha, colocar o ‘homem certo no lugar certo’ e, para isso, técnicas de psicologia aplicada, relativas à mensuração das capacidades e aptidões de cada indivíduo eram utilizadas (TORRES, 2001).

entendemos que os determinantes sociais têm de ser levados em consideração juntamente com os determinantes internos, pois, como discorreremos quando tratamos das noções de ideal do eu e de supereu, os ditames sociais são internalizados e tornam-se parte constitutiva do psiquismo.

Deste modo, entendemos que a vocação é a expressão consciente de elementos que ascendem desde as esferas inconscientes e se presentificam sob a forma de um chamado a realizar algo. Portanto, nesta seção buscaremos descortinar os determinantes inconscientes da vocação. Com estas questões em horizonte, retomaremos as noções apresentadas neste capítulo e as discutiremos em relação à vocação.

A compreensão de que os processamentos psíquicos são determinados faz parte do arcabouço conceitual da psicanálise. Diz-nos Torres (2001, p. 31, grifo nosso):

Para a psicanálise, o determinismo psíquico está relacionado ao fato de que nas manifestações psíquicas *não há nada que seja insignificante, casual ou arbitrário*, mas que estão determinadas por um conteúdo ideativo nele atuante. Por conteúdo ideativo, compreendemos o *conjunto de representações inscritas no psiquismo, ao longo da história de vida* de um sujeito humano.

Se, como afirma a autora, nenhuma manifestação psíquica pode fugir à determinação, então temos que assumir que o mesmo ocorre com a vocação⁶⁷. Ao entendermos que a vocação, o chamamento para que o indivíduo efetue alguma atividade profissional, é determinada psiquicamente por processos inconscientes, colocaremos num plano mais modesto os aspectos conscientes⁶⁸ que conduzem a escolha da profissão a seguir.

Temos ainda que destacar que quando apontamos para uma determinação psíquica, que pode passar a impressão errônea a alguns de que pensamos numa linearidade ponto a ponto entre causa inconsciente e efeito consciente, trata-se de um processo de sobredeterminação. Significa dizer que uma série de conteúdos ideacionais justapõem-se para configurar as determinações inconscientes. Especificamente falando da escolha, seja ela de objeto, da neurose ou da profissão a seguir, ela é sobredeterminada. Torres (2001) destaca que a sobredeterminação é responsável pela diversidade de elementos oriundos das mais distintas naturezas e diferentes procedências que estão relacionados quando se trata de tomar uma

⁶⁷ Esta também é a compreensão de Torres (2001).

⁶⁸ Não negamos que aspectos conscientes estejam relacionados à escolha profissional, mas entendemos que estes aspectos terão de estar atrelados/ associados para que uma escolha profissional seja efetuada. Entendemos ainda que, em razão das contingências do mercado de trabalho, é possível que um indivíduo trabalhe em um emprego para o qual não foi ‘chamado’.

decisão. Ao esclarecer que elementos estariam imbricados na escolha daqueles que passam por um processo de orientação profissional/vocacional⁶⁹ clínica, Torres (2001, p. 125) elenca:

Podemos rememorar, dizendo que provêm: a) das construções psíquicas conscientes e inconscientes; b) das interferências dos entes queridos ou tidos como modelos de adultos, através dos processos identificatórios; c) das aprendizagens alcançadas durante a vida cultural; d) das experiências inter, intra e transpessoais, vivenciadas e acumuladas; e) da maneira como o orientado aprendeu a fazer seus investimentos objetivos ao longo de sua existência; f) da situação profissional e mercadológica vigente; g) da realidade social em geral, que funciona sempre como uma referência que marca; e tantos outros aspectos que, por sorte, estão diretamente relacionados com o orientado.

Muitos dos elementos determinantes da escolha profissional destacados por Torres (2001) parecem, a primeira vista, relativos a processos conscientes que estariam direcionando a escolha. Entendemos, dentro de um enfoque psicanalítico freudiano da noção de sobredeterminação, e esta nos parece também ser a compreensão da autora, que os elementos aparentemente conscientes, dito de maneira mais precisa, os elementos que se presentificam na esfera consciente, teriam raízes em processos inconscientes. Então, haveria uma ressonância entre os conteúdos inconscientes e os elementos conscientes, sejam eles do espectro individual ou social, apontados pela autora. Não estamos desconsiderando que hajam elementos determinantes que cheguem até o indivíduo pela via consciente, mas entendemos que se faz necessário processamentos inconscientes que vinculem-se à eles para que os elementos que confrontam o indivíduo desde a realidade concreta assumam a contingência de determinar a escolha. Somente desta forma podemos entender que, para a autora, “O caráter sobredeterminado da escolha nos assinala para a complexidade da decisão profissional, na medida em que está baseada num conjunto de determinantes de diversas naturezas e especificidades” (TORRES, 2001, p. 125).

Dentre os conteúdos que estariam relacionados a vocação elencamos a inscrição do objeto na aparelho psíquico. O que a noção de objeto teria a ver com a vocação? Torres (1998; 2001) aponta que a profissão pode ser concebida como um objeto⁷⁰. Isto se daria na medida que, para ser desempenhada, uma atividade profissional exige um processamento psíquico. As implicações seriam que para se exercer uma profissão são necessários

⁶⁹ A autora usa os termos orientação profissional e orientação vocacional como sinônimos.

⁷⁰ Não estamos nos referindo a noção de ‘carreiras como objeto’ adotada por Bohoslavsky (1998). O autor entende que a relação do indivíduo com a carreira é a que se estabelece com o objeto externo a ser reparado. “[...] a carreira que se escolhe seria a depositária exterior do objeto interno, que pede para ser reparado. E a relação – o vínculo – com a carreira (objeto externo) estará determinada pela modalidade de reparação implícita na relação com o objeto interno danificado” (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 53-55). Levenfus (1997, p. 185) esclarece que, nesse sentido, as carreiras “[...] podem caracterizar-se como objetos que acompanham, protegem, perseguem, destroem, reparam, retêm, etc., independente do que a carreira ou profissão seja ‘na realidade’”.

investimentos na mesma; investimento libidinal por meio do qual a meta de obtenção de satisfação pode ser atingida.

Para pensarmos a profissão como um objeto, temos de vinculá-la a uma representação de objeto forjada desde os primórdios da existência do indivíduo, via vivências de satisfação. Se as vivências de satisfação deixam trilhamentos atrás de si, dentre os quais um complexo representativo de objeto, que serão percorridos quando uma urgência se estabelece, ao dizermos que a profissão pode ser entendida como um objeto estamos supondo que a atividade eleita tornou-se uma representação intrapsíquica pela qual uma satisfação pode ser angariada. Significa dizer que a representação de objeto, sendo uma representação ‘aberta’, no sentido de que elementos podem ser a ela agregados no decorrer da vida, foi complexificada a partir de aspectos relativos a profissão a ser ocupada. Mais ainda, se o objeto é o elemento da pulsão por meio do qual a satisfação pode ser alcançada, conceber a atividade laboral como um objeto significa que a profissão eleita teria a capacidade de promover a mediação que conduzirá a satisfação. Disso depreendemos que se cada indivíduo elege seu objeto a partir do agente prestativo que promoveu a satisfação, então cada indivíduo terá, na vida adulta, profissões específicas que lhe promoverão possibilidade de satisfação. Lembremos que estamos falando de trilhamentos intrapsíquicos que deixaram demarcados os caminhos a serem percorridos em busca da satisfação.

Como deve ter ficado explicitado acima, não se trata de qualquer profissão a seguir. Faz-se necessário pensar numa eleição, uma escolha a qual já acentuamos ser sobredeterminada.

A partir do que compreendemos sobre a escolha da neurose vejamos como podemos vinculá-la a questão da vocação. Primeiramente, a escolha da neurose não é arbitrária, não se dá a partir de uma série de possibilidades disponíveis, mas ocorre partindo de demarcações deixadas no funcionamento psíquico, como na metáfora do cristal que se quebra segundo as linhas de separação em sua estrutura (FREUD, 1933/2010, v. 18).

Uma declaração de Freud (1912a/2010, v. 10) que precisa estar em horizonte ao tratarmos da escolha da neurose para darmos subsídios teóricos ao tema da vocação é a questão da sanidade e da patologia. Afirma-nos o autor a respeito dos indivíduos que padecem de qualquer das formas psicopatológicas e dos que são considerados normais: “*não há diferença qualitativa* entre as condições da saúde e as da neurose, de que os indivíduos são têm de pelejar com as mesmas tarefas de subjugação da libido, apenas saindo-se melhor nelas” (FREUD, 1912a/2010, v. 10, p. 238, grifo nosso). Em termos semelhantes, o autor destaca um ano mais tarde, que

A psicanálise também mostra que *não há diferença fundamental*, mas apenas de *grau*, entre a vida psíquica das pessoas normais, dos neuróticos e dos psicóticos. Uma pessoa normal tem de passar pelas mesmas repressões e lidar com as mesmas formações substitutivas; a diferença é que a solução dos conflitos se realiza mais facilmente e com melhores resultados. Assim, o método psicanalítico de investigação pode ser aplicado igualmente à explicação de fenômenos psíquicos normais e possibilitou descobrir a íntima relação entre produtos patológicos e processos psíquicos da vida normal, como os sonhos, os pequenos lapsos cotidianos, e fenômenos valiosos como os chistes, os mitos e as obras de arte (FREUD, 1913a/2010, v. 10, p. 273-274, grifo nosso).

Essa afirmação freudiana nos conduz a pensar que todos os processos da vida, sejam eles normais ou patológicos, são relativos aos caminhos percorridos pela libido em busca de formas de satisfação. Isto nos permite inferir que os caminhos que conduzem ao chamamento para exercer uma ocupação devem ser uma das muitas formas encontradas pelo psiquismo para dar vazão aos montantes quantitativos que acedem ao psíquico e que urgem por descarga. Assim, eleger uma profissão significaria que por meio dela uma descarga quantitativa pode ser angariada.

Talvez, e essa é a nossa tese neste trabalho, a vocação conduza a uma escolha profissional por meio da qual uma descarga do excesso quantitativo que sobrecarrega o aparato anímico seja viável. Mais que isso, a vocação indicaria qual o melhor caminho, a melhor escolha profissional, que permitirá uma descarga quantitativa de maior magnitude. Para darmos alguns esclarecimentos sobre qual escolha profissional seria demarcada com maiores chances que descarga quantitativa, vejamos como a escolha de objeto está relacionada a este quesito.

Entendemos que a escolha de objeto, discutida em seção anterior, clarifica algumas questões a respeito da escolha profissional. Vimos que a escolha de objeto é realizada a partir de modelos arcaicos que se tornam representados no psiquismo. É assim que as figuras parentais são os objetos eleitos para amar. De maneira análoga, inferimos que a eleição da ocupação também tem de ser realizada a partir de vinculações a estes primeiros objetos de amor, que servirão de modelos para a escolha definitiva de objeto que ocorrerá a partir da puberdade. Interessante demarcar que, via de regra, é também na adolescência que a escolha profissional deve ser realizada. Dois elementos fundamentais para a vida do indivíduo estão aqui elencados: amor e trabalho⁷¹.

As duas figuras – pai e mãe - que se alternam na conflitiva edipiana e que tem de ser abandonadas como requisito para que o indivíduo aceda aos ditames culturais, formam uma

⁷¹ Freud (1930/2010, v. 18) destaca que o indivíduo necessita amar e trabalhar para obter satisfações significativas a partir do meio que o cerca. Entendemos com isto que temos duas vias de acesso a objetos, e a formas de obtenção de satisfação a partir deles, uma desinibida e outra inibida em seus fins.

partição no psiquismo, ou seja, são estruturantes do psiquismo do indivíduo mediante mecanismo de identificação. É como um sub-rogado das figuras parentais que as identificações estabelecidas com elas constituem um ideal do eu no aparato anímico. Essas figuras de valência, idealizadas, que passam a compor o arsenal psíquico estarão vinculadas àquilo que o indivíduo buscará como meios de obtenção de satisfação. Entendemos que os valores veiculados por essas figuras passam a ser determinantes das escolhas futuras. Isso seria válido também a respeito da ocupação a ser eleita.

Para nós, várias das identificações feitas no decorrer da vida de uma criança e de um adolescente são relevantes para que somado a outros fatores, auxiliem na determinação da escolha de uma carreira ou profissão. [...] É através da identificação que reconhecem os diversos tipos de exercícios profissionais, assim como aprendem sobre o desempenho deles. E ninguém melhor para mostrar-lhes isso, senão as pessoas em quem confiam, amam ou que de alguma forma são admiradas (TORRES, 2001, p. 119-120).

Ideia análoga a de Torres (2001) é anteriormente apresentada por Bohoslavsky (1998, p. 32-33, grifo do autor) nos seguintes termos:

As relações, gratificantes ou frustradoras, com pessoas que desempenham papéis sociais – parentes, amigos, outros -, com as quais a criança se identifica, consciente ou inconscientemente, tendem a pautar o tipo de relação com o mundo adulto, em termos de ocupações. As ocupações são consideradas *sempre* em relação às pessoas que as exercem. Portanto, as ocupações que fazem parte do espaço psicológico da pessoa jamais gozam de neutralidade afetiva. O “eu queria ser...” das crianças é sempre um “eu queria ser como fulano, que possui estas ou aquelas virtudes e que estabeleceu esta ou aquela relação comigo”. Assim como o ideal do ego se estabelece sobre as bases de identificações com adultos significativos, o ideal do ego, em termos ocupacionais, se estabelecerá em termos de relações, carregadas afetivamente, com pessoas que desempenham papéis ocupacionais.

Lembremos que Freud (1914/2010, v. 12, 1923b/2011, v. 16, 1933/2010, v. 18) destaca que as identificações mais arcaicas e que, após o soterramento do Édipo, formam o ideal do eu, são passíveis de serem agregadas por outras figuras ou influências, por exemplo, a educação, a religião, a literatura, entre outros. Significa dizer que após haver sido estabelecido um ideal no eu, outras influências serão polarizadas por estarem em sincronia com os ditames das figuras de autoridade originais internalizadas. Freud (1914/2010, v. 12) aponta para a legião de elementos que se agregam ao ideal do eu. Nas palavras do autor,

[...] a incitação a formar o ideal do Eu, cuja tutela foi confiada à consciência moral, partiu da influência crítica dos pais *intermediada pela voz*, aos quais se juntaram no curso do tempo os educadores, instrutores e, como hoste inumerável e indefinível, todas as demais pessoas do meio (o próximo, a opinião pública). [...] A instituição da consciência moral foi, no fundo, uma *corporificação* inicialmente da *crítica* dos pais, depois da crítica da sociedade... (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 42-43, grifo nosso).

Ao tratar de processos patológicos, Freud (1914/2010, v. 12, p. 43) declara que nestes “As vozes e a multidão indefinida são trazidas à luz [...]” Como dissemos anteriormente,

patologia e normalidade são questão de grau, então podemos supor que as vozes da consciência moral/ instância psíquica especial/ supereu podem ser ouvidas em situações outras que não a patologia. Ancorados nessa premissa, entendemos que essa estrutura maior, que denominamos supereu, terá ampla influência na vocação a seguir. Mais especificamente, pensamos que o que se presentifica como vocação seria decorrente das vozes do supereu que chamariam o eu para que cumprisse o que está inscrito em seu ideal. Assim, se a vocação é um chamado, começamos a localizar dentre as instâncias psíquicas quem chama: o supereu. A questão agora é discutir: chama a quem e para fazer o quê?

Apresentamos na seção destinada às noções de ideal do eu e supereu que a consciência moral, uma das funções do supereu, é quem observa, incita e julga o eu para que cumpra o que está em seu ideal. Também declaramos que outra função do supereu é manter o que está no ideal do eu, que seria o âmago, o núcleo do supereu. Então, fica-nos explicitado quem é chamado pelo supereu: o eu. Em termos de vocação, o supereu convoca o eu para que ele, via mediação com o meio externo, cumpra o que está inscrito em seu ideal (FREUD, 1914/2010, v. 12, 1924a/2011, v. 16, 1933/2010, v. 18).

Ocorre satisfação quando é possível para o eu atingir, mesmo que parcialmente, o que está inscrito no ideal do eu. Assim, promove-se uma autoestimação, um incremento na valoração do eu quando lhe é possível cumprir o que está balizado em seu ideal (FREUD, 1914/2010, v. 12, 1933/2010, v. 18; HORNSTEIN, 1989).

O amor-próprio nos aparece de imediato como expressão da grandeza do Eu [...] Tudo o que se tem ou que se alcançou, todo resíduo do primitivo sentimento de onipotência que a experiência confirmou, ajuda a aumentar o amor-próprio [...] temos de reconhecer para o amor-próprio uma dependência bem íntima da libido narcisista (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 45).

Conforme o excerto acima, fica-nos evidente que, para Freud (1914/2010, v. 12), a autoestima do eu está relacionada a libido narcisista, ao investimento de quantidade no eu, e que esta é expressa sob a forma de sentimento de grandiosidade, de onipotência. Essa alta valoração dada ao eu carece ser confirmada pela experiência, ou seja, pelo cumprimento no meio exterior do que está demarcado pelo ideal. Pensamos que, se aquilo que o eu é chamado a alcançar pode se expressar sob a forma de vocação, cumprir tal chamado significaria atingir o que está balizado no ideal, portanto sendo experimentado pelo eu como satisfatório, como amor-próprio.

O desenvolvimento do Eu consiste num distanciamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo. Tal distanciamento ocorre através do deslocamento da libido para um ideal do Eu imposto de fora, e a satisfação, através do cumprimento desse ideal. Ao mesmo tempo, o Eu enviou os investimentos libidinais de objeto. Ele se empobrece em favor desses investimentos, tal como do ideal do Eu, e

novamente se enriquece mediante as satisfações ligadas a objetos, assim como pelo cumprimento do ideal.

Uma parte do amor-próprio é primária, resto do narcisismo infantil; outra parte se origina da onipotência confirmada pela experiência (do cumprimento do ideal do Eu); uma terceira, da satisfação da libido objetal (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 48).

Vemos na vocação um dos meios pelos quais o supereu impele o eu para que cumpra o que está em seu ideal. Se ao afastar-se do narcisismo primário há a busca por reaver a satisfação obtida a partir do investimento do eu, alcançar o que está no ideal pode servir como um substituto para o investimento primário no eu, visto que ali estão inscritas as figuras grandiosas por meio das quais o eu obtinha satisfação em momentos precoces de seu desenvolvimento. Cabe lembrar que, segundo Freud (1933/2010, v. 18), o supereu, sendo o portador/veículo do ideal do eu, conduz o eu para que ele se meça e busque igualar-se ao que está inscrito nesse ideal, induzindo a “[...] demanda por uma perfeição que ele [o eu] se empenha em satisfazer” (p. 203). Como esse processo se dará? Ocorre um deslocamento da libido para esse ideal que modificou a estrutura do eu e mediante a qual o eu pode se oferecer ao isso como passível de investimento libidinal se tão somente ele for tomado como similar ao ideal. Se o eu se empobrece pela destinação da libido aos objetos e mesmo pelo investimento nos objetos resignados que constituem o ideal do eu, ao cumprir o que está no ideal o eu pode então se oferecer ao isso, pois ele equiparou-se ao ideal, sendo mais específica, ele equiparou-se à grandiosidade das figuras inscritas no ideal. Inferimos que ao atender ao chamado do supereu e promover a escolha da profissão ancorada na vocação, o eu estaria cumprindo o que está demarcado (mesmo que parcialmente, já apontamos isso) no ideal. Então, a experiência de realizar a escolha da profissão e atuar nela confirmará a onipotência do eu, que poderá ser novamente engrandecido e apreciar a estimação de maneira análoga à qual obtinha nos primórdios da vida.

Ao fazer esse atrelamento entre aquilo que o eu é chamado a executar e a vocação, começa a ser explicitada a afirmação de Freud (1930/2010, v. 18, p. 36) em uma nota de rodapé à segunda seção da obra *O mal-estar na civilização* a respeito da escolha profissional.

A atividade profissional traz particular satisfação quando é escolhida livremente, isto é, quando permite tornar úteis, através da sublimação, pendores existentes, impulsos instintuais subsistentes ou constitucionalmente reforçados.

Como fica evidenciado na citação, Freud (1930/2010, v. 18) já apontava para o trabalho como uma das possibilidades de utilização da libido. É patente que o autor não está falando em uma satisfação direta, da libido bruta, erótica, mas em uma forma de utilização da libido com seus fins originais inibidos. É por meio de uma libido inibida em seus fins que a

vocação pode ser expressa na esfera do trabalho. Estando a vocação demarcada pelo ideal do eu, ela terá marcante função para o aspecto social, de vinculação do indivíduo com o meio que o cerca. A respeito do ideal do eu, Freud (1914/2010, v. 12, p. 50) declara que “Além do seu lado individual, ele tem o social, é também o ideal comum de uma família, uma classe, uma nação”.

Soares-Lucchiari (1997) destaca a idealização da profissão feita pelos jovens. “Ele [o jovem] se imagina numa profissão perfeita, ideal, que vai responder a todas as suas aspirações e sobre a qual ele pode projetar seus sonhos” (p. 87). Então, a profissão será tomada como um objeto, que pode ser idealizado. Significa dizer que a profissão estará representada no psiquismo de modo que possa ser investida ao ponto de atingir alta valoração, o que equivale dizer que será engrandecida, exaltada até atingir um grau de perfeição. Essa perfeição indica que por intermédio do objeto engrandecido a satisfação das demandas pode ser atingida. Para a autora, “[...] as profissões são representadas principalmente em função do desejo (aquilo que ele gostaria de ser) e não em função da realidade (aquilo que a profissão é realmente), o que parece mostrar bem a existência do processo de idealização” (p. 87). Vemos uma diferenciação entre o que a profissão de maneira concreta pode oferecer e aquilo que é buscado pelo indivíduo quando escolhe. A escolha será orientada para aquilo que se projetará no futuro no sentido daquilo que o indivíduo buscará ser, àquilo que ele buscará equiparar-se, por estar inscrito no ideal do eu, com vistas a obtenção de satisfação.

A profissão escolhida e muitas vezes idealizada aparece como objeto de identificação, a manifestação consciente desta imagem interiorizada e manifesta por intermédio desta escolha. A introjecção dos ideais torna-se a projeção do ideal do ego pela passagem obrigatória da identificação. A identificação a pessoas amadas, escolhidas, pode tornar possível a identificação de si mesmo numa profissão idealizada (SOARES-LUCCHIARI, 1997, p. 90-91).

Vemos um interjogo entre aspectos internos e externos, internalização e projeção, elementos inconscientes e conscientes relativos a escolha da profissão. Entendemos que a escolha profissional/ ocupacional realizada é uma projeção de aspectos inscritos no ideal, é um encontrar no meio externo uma reverberação daquilo que foi internalizado em momentos precoces de constituição do psiquismo, mas não apenas nestes momentos haja vista que o psiquismo continua a se constituir durante toda a vida, inclusive a partir de elementos externos calcados no social que apresentam alterações serão incorporadas ao psiquismo. É nesse sentido que podemos reiterar quanto a escolha da profissão o que Freud (1905/2003, v. 7) afirmou quanto ao objeto de amor, que quando se encontra um objeto na realidade o que se dá é um reencontro. Encontrar uma profissão seria um reencontro com as representações

inscritas no ideal. Um câmbio entre aspectos internos e externos, que se interpenetram para constituir um escoadouro possível para a libido.

Os aspectos externos, relativos ao meio social, foram elucidados em sua imbricação com a constituição psíquica. Parte integrante do meio social no qual o indivíduo está imerso é constituída pelo trabalho. A noção de que elementos psíquicos são transmitidos de geração a geração e dentre estes estariam processos relativos à vocação será o tema de nosso próximo capítulo.

3 A TRANSMISSÃO PSÍQUICA GERACIONAL DA VOCAÇÃO

[...] em todo vínculo intersubjetivo, o inconsciente inscreve-se e se manifesta, muitas vezes, em múltiplos registros e, em várias línguas, de cada indivíduo e do próprio vínculo. O corolário desta hipótese é que o inconsciente de cada indivíduo leva a marca, na sua estrutura e nos seus conteúdos, do inconsciente de um outro, e mais precisamente, de mais de um outro (KAËS, 1998, p. 14).

Conforme apontamos no primeiro capítulo, a noção de vocação, tangenciada pelo viés psicanalítico, tem de ser compreendida dentro da esfera de processos inconscientes, com as características ali destacadas. Também tem de estar ancorada nos mecanismos e processos intrapsíquicos discutidos no segundo capítulo, os quais apontam para a interferência do meio externo e, conseqüentemente, daqueles que o povoam. Isto nos leva a considerar as figuras mais próximas do indivíduo que pensamos, apoiados nas teses psicanalíticas, têm papel constituinte de seu psiquismo. Assim, nossa proposta para este terceiro capítulo é discutir a forma pela qual o meio no qual o indivíduo adentra na vida se forja e como ele interfere na constituição do seu psiquismo. A partir desses apontamentos teceremos nossa hipótese a respeito das implicações da questão da transmissão geracional do psiquismo também na esfera da vocação.

Gomes e Zanetti (2009) destacam que o campo de estudos com o qual Freud se deparou o conduziu a teorias sobre o aparelho psíquico individual, de modo que seus estudos iniciais baseiam-se em estruturas, processos e construções relacionadas à constituição subjetiva do indivíduo. “No entanto, na medida em que evolui em sua teoria, [Freud] começa a abordar pontos cujos desdobramentos o levaram para além da estrutura psíquica individual, ou seja, para uma intersubjetividade constitutiva” (p. 94). É desta maneira que o(s) outro(s) passa a assumir uma dimensão cada vez mais marcada como determinante para a constituição psíquica. Assim, assentados nos conceitos freudianos, continuadores da psicanálise passaram a aprofundar-se na temática dos grupos e sua influência na formação subjetiva. Dentro desta perspectiva, autores como Kaës, Eiguer, Berenstein, dentre outros serão vislumbrados com vistas a descortinar os meandros pelos quais a transmissão do psiquismo entre gerações se processa.

Pensar a transmissão psíquica implica atrelar a precedência do indivíduo por mais de um outro, ou ainda, a origem em mais de um outro, portanto relações intergeracionais. Kaës (2001a, p. 12) sugere que a perspectiva obtida a partir de *Introdução do Narcisismo* (FREUD, 1914/2010, v. 12) faz-se “[...] do sujeito singular o elo, o servidor e o beneficiário e o herdeiro

da cadeia intersubjetiva de que procede”. Deste modo, teríamos de considerar o sujeito do Inconsciente como estando vinculado a uma herança, a qual constitui-se no sujeito em seu aspecto singular bem como dos conjuntos (talvez seria válido pensar em grupos) que ele, por um lado, compõe/ constitui e que, por outro lado, ele é em parte constituído. O autor alerta que “[...] o que está em jogo na questão da transmissão é a formação do inconsciente e dos efeitos de subjetividade que, produzidos na intersubjetividade, dela derivam” (KAËS, 2001a, p. 12).

A proposição de Kaës (2001a) é que para que o sujeito do grupo se constitua como sujeito do inconsciente deve-se apresentar duas determinações convergentes: 1) o funcionamento característico do inconsciente no espaço intrapsíquico; 2) o trabalho psíquico decorrente de sua ligação com o intersubjetivo, o qual se dá em razão à sua subordinação aos conjuntos de pertença dos quais o sujeito procede, como família, os mais diversos grupos, instituições e massas. O autor supõe que nestes conjuntos formações do inconsciente sejam transmitidos pelas cadeias geracionais, sejam passadas e ou contemporâneas. Mais ainda, o autor declara que

[...] é cabível supor hoje em dia que uma parte da função recalcante se apoie em certas modalidades da transmissão psíquica, por exemplo, segundo as modalidades fixadas pelas alianças, pactos e contratos inconscientes; daí decorrem traços particulares às organizações neuróticas, *borderline* ou psicóticas; também o processo de encriptação, a formação do Superego e das funções do Ideal seguem essa determinação intersubjetiva (KAËS, 2001a, p. 13).

Como fica-nos patente, o indivíduo nasce em um meio que já está organizado em conjuntos. Após o nascimento paulatinamente ele será inserido nos mais distintos agrupamentos, independente de sua escolha, ou seja, ele estará subordinado ao(s) grupo(s) e, portanto, a uma construção intersubjetiva que o constituirá como humano. A pré-história de cada indivíduo está marcada (e talvez possamos arriscar dizer, determinada/sobredeterminada) pelos anseios daqueles que o antecederam. Então ele adentra ao mundo mediatizado pela intersubjetividade.

[...] a questão da precedência do outro e de mais de um outro – de alguns outros – no destino do indivíduo persiste como uma espécie de desafio à compreensão da vida psíquica a partir dos únicos limites daquilo que a determina de maneira interna: a questão do sujeito define-se, cada vez mais necessariamente, no espaço intersubjetivo, e mais precisamente, no espaço e no tempo da geração, do familiar e do grupal, ali onde, exatamente [...] “o Eu pode vir a ser” ou, tem dificuldade de constituir-se (KAËS, 1998, p. 05-06).

A subordinação ao grupo funda-se na inelutável rocha da realidade intersubjetiva como condição de existência do sujeito humano. O que é inelutável é que somos postos no mundo por mais de um outro, por mais de um sexo, e que nossa pré-história faz de cada um de nós, bem antes de nascermos, o sujeito de um conjunto intersubjetivo, cujos sujeitos nos têm e

nos mantêm como servidores e herdeiros de seus “sonhos de desejos insatisfeitos”, de seus recalcamientos e de suas renúncias, na malha de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias (KAËS, 2001a, p. 13).

Freud (1914/2010, v. 12) descreve a forma como os pais vivenciam e projetam no futuro de suas crias parcelas de seus desejos frustrados. Eles terão melhores oportunidades que os pais tiveram, não padecerão das dificuldades e mazelas da vida, como dor, doença e sofrimento. Entendemos que a onipotência infantil trancafiada, alijada da consciência desses pais pelos ditames do princípio da realidade, agora ascende do submundo psíquico a esferas superiores, mas ejetada de si e depositada naquele que é uma parte de si mesmo: o filho. Neste estão depositadas mais do que esperanças por ele, o que implicaria pensar a alteridade, mas esperanças de obter tardiamente a satisfação do que fora frustrado nos pais por intermédio dele. A este respeito Kaës (2001a, p. 13-14) pondera que o sujeito do grupo se constitui pelo “[...] efeito do desejo daqueles que – como a mãe, em primeiro lugar – também se fazem porta-vozes do desejo, do interdito, das representações do conjunto”.

Mas, se a princípio o indivíduo está inserido em um grupo mais estrito como o da família, não se pode perder de vista que aqueles que trafegam no meio familiar já carregam o germe da intersubjetividade, já estão inseridos em diversos conjuntos. Isso significa que transmitirão aquilo que herdaram de gerações passadas e dos mais distintos grupos de pertença. Assim, a coletividade mais ampla que os constituiu será a base da constituição do indivíduo *nascendi*, bem como de suas gerações posteriores. Dentre os elementos transmitidos estão regras e valores que compõem a trama social, que marca e mantém a civilização. É deste modo que o grupo familiar torna-se o porta-voz e transmissor da cultura. Dito de forma mais específica, torna-se o meio que viabiliza ao indivíduo as aquisições psíquicas que lhe permitirão trafegar pela cultura/social. Vemos então, um indivíduo que é forjado a partir não apenas do processamento psíquico de uns poucos que circulam em seu meio mais próximo em razão do psiquismo destes também ter sido constituído a partir de uma legião de outros psíquicos.

Se a princípio o indivíduo está restrito ao núcleo familiar, o que vimos que não impede que elementos da subjetividade de estrangeiros a este grupo sejam componentes de seu psiquismo, dentro em breve ele será inserido nos mais diversos grupos. Kaës (2001a, p. 14) entende que

[...] o sujeito do grupo não é sujeito de um único grupo: coexistem nele vários espaços psíquicos intersubjetivos, cujas formações e processos lhe são transmitidos por via psíquica e que ele herda de diversas maneiras: por apoio, identificação, incorporação, com suas exigências próprias e suas coerções de recalcamiento, contraditórios ou convergentes. É por intermédio desses

grupos que são transmitidas e remanejadas as formações do ideal, as referências identificatórias, os enunciados míticos e ideológicos, os mecanismos de defesa, uma parte da função recalcante, os ritos.

Se a premissa de que o indivíduo tem sua constituição psíquica ancorada não apenas nas figuras mais próximas, mas em uma legião de outras figuras que de alguma maneira comporão o intrincado conjunto de fatores favorecerão sua constituição enquanto humano, temos de verificar nas teses psicanalíticas a forma pela qual esta transmissão seria processada.

3.1 APONTAMENTOS CALCADOS NA TEORIZAÇÃO FREUDIANA QUE PERMITEM PENSAR A TRANSMISSÃO PSÍQUICA ENTRE GERAÇÕES

René Kaës (2001b) declara que o descortinamento do determinismo psíquico abriu às portas a discussão, controversa, a respeito da transmissão psíquica. O autor aponta que transmissão da psique ou produção intersubjetiva da psique talvez sejam designações mais exatas. Apesar de não haver uma afirmação freudiana direta de que a construção do psiquismo seja assentada em uma pluralidade de figuras do passado do indivíduo, pode-se depreender e hipotetizar essa possibilidade a partir da construção do edifício da psicanálise.

Antes de adentrarmos na discussão a respeito do que se entende por transmissão psíquica, acompanharemos as considerações de Kaës (2001b) sobre a noção de transmissão que pode ser concebida a partir da obra freudiana. Alertamos que apesar de nossa proposta ser a ancoragem freudiana para subsidiar as discussões, Kaës apresenta uma leitura freudo-lacaniana, assim, mesmo quando o autor afirma recorrer aos escritos de Freud ainda encontramos o viés da escola de psicanálise francesa. Deste modo, para acompanharmos a compreensão do autor, invariavelmente esbarraremos em proposições marcadamente lacanianas. Posteriormente, em nossas discussões nos restringiremos a pensarmos essas questões a partir da letra freudiana.

Segundo Kaës (2001b), podem ser encontrados quatro termos distintos nos escritos freudianos que designam a transmissão. São eles: 1) *die Übertragung*, que qualifica o fato de transmitir (*übertragen*) ou a transmissibilidade (*die Übertragbarkeit*); é o termo utilizado para transferência, e ainda para translação, tradução e comunicação por contágio. Além dessas designações, o termo é utilizado por Freud para os “[...] processos de transmissão de pensamento, de telepatia, de indução, os fenômenos de contágio e de imitação em funcionamento nas multidões, as modalidades das prescrições do tabu” (p. 28). Por estar

vinculado à questão da aquisição e da transmissão por via psíquica, o termo é utilizado no debate sobre a hereditariedade e a etiologia da neurose. 2) *die Vererbung* é relativo ao que é transmitido via hereditariedade ou herança. 3) *die Erwerbung* seria a aquisição como resultado da transmissão. 4) *die Erbllichkeit* é utilizado para designar hereditariedade ou herança.

A questão da transmissão que pode ser depreendida a partir da obra de Freud, afirma Kaës (2001b), abre quatro campos de pesquisa: a transmissão intrapsíquica, a transmissão intersubjetiva, a transmissão transpsíquica e a formação do Eu.

Para o autor, a transmissão intrapsíquica teria como referência para sua compreensão a obra *A interpretação dos sonhos*. Nesta se buscaria responder a questão: o que se transmite quando da “[...] passagem da vigília para o sono, do Inconsciente para o Pré-consciente, do pré-consciente para o consciente, dos pensamentos latentes para o relato manifesto, das associações para a representação-meta inconsciente, e como se dão essas passagens, sobretudo graças aos pensamentos intermediários” (KAËS, 2001b, p. 30)? Haveriam formações intermediárias que estabeleceriam por um lado uma ponte, mas por outro separaria as formações intrapsíquicas. “Sonho, processo associativo, representação, essas formações são os vetores da transmissão interna da realidade psíquica” (KAËS, 2001b, p. 30). O autor ainda aponta que essas formações intrapsíquicas conduzem Freud a ter como foco de importância o ponto de vista econômico.

A realidade intersubjetiva é aquela que está relacionada às “[...] localizações correlativas dos sujeitos em suas relações imaginárias, simbólicas e reais” (KAËS, 2001b, p. 30) e tem como espaço originário o grupo familiar, o qual precede o indivíduo e se estrutura a partir de uma lei constitutiva, no qual os elementos que o constituem estabelecem relações entre si. Os principais objetos da transmissão intersubjetiva são as formações intersubjetivas primárias, o espaço e os vínculos que formam a realidade psíquica do conjunto intersubjetivo e o complexo de Édipo. As formações intersubjetivas primárias garantem a viabilidade do espaço e dos vínculos intersubjetivos, em especial os apoios recíprocos entre elementos, os investimentos narcísicos e as exigências de separação. O espaço e os vínculos que formam a realidade psíquica do conjunto intersubjetivo é aonde são enunciados os interditos fundamentais e as disposições significantes utilizadas na atividade de representação por cada sujeito bem como na comunicação entre sujeitos. Neste também se constituem os objetos e os laços de identificação e, portanto, as estruturas básicas do Eu e do Supereu. O Édipo organiza as relações de desejo e de interdito entre sujeitos, reconstruindo a diferença entre os sexos e as gerações e as identificações correspondentes.

Já a transmissão transpsíquica “[...] supõe a existência de um espaço de retomada transformadora da transmissão [...] supõe a abolição dos limites e do espaço subjetivos” (KAËS, 2001b, p. 31). Dá-se uma transmissão ‘através’ dos sujeitos, sem a obstacularização do objeto, dando-se apenas as exigências do narcisismo. A realidade transpsíquica é a que se processa nos funcionamentos psíquicos forjados nos estados de multidão ou de massa.

Conforme declara Kaës (2001b), a formação do Eu é uma questão que perpassa as demais discussões sobre a transmissão. Sendo uma instância fronteiriça, de bordas, e por sua função de intermediação, o Eu será solicitado nos processos relativos a transmissão psíquica.

O pensamento freudiano a respeito da transmissão sofre influência de três modelos: o da degenerescência, o modelo médico-social da epidemia e da imunidade, e o do contágio mental (KAËS, 2001b).

O tópico da degenerescência aponta para uma “[...] transformação dos caracteres adquiridos e de sua transmissão, como alternativa à teoria da geração espontânea” (KAËS, 2001b, p. 32). Essa foi a compreensão de Buffon na obra *História natural do homem*, publicada em 1749. Um século se passa e, entre 1848 e 1914, Morel postula como base da psiquiatria moderna o conceito de degenerescência o qual é herdado do modelo de Buffon. A teoria sustenta a transmissão recessiva de uma tara. Essas premissas ainda foram válidas por longo tempo após sua postulação na psiquiatria clássica, em criminologia e, mesmo que de forma metafórica, em algumas pesquisas psicanalíticas sobre a psicose. Segundo Morel (*apud* KAËS, 2001b, p. 33),

[...] a alienação mental deve-se a causas tóxicas e morais que, inicialmente exógenas, afetarão uma linhagem a partir de uma certa geração. Cada geração seguinte vai testemunhar um agravamento da patologia, desde as manifestações leves até deficiências profundas; essas se tornarão incompatíveis com a procriação, interrompendo portanto naturalmente tanto o curso da doença como o curso da linhagem⁷².

Morel (*apud* KAËS, 2001b) pesquisa os signos degenerativos que embasam a noção de tara, a qual é transmitida e se agrava de geração em geração, aonde as doenças [mentais] surgem em razão da degenerescência da raça. O delírio seria uma das últimas fases da degenerescência.

Estaria a psicanálise seguindo a mesma linha de pensamento?

⁷² A questão da degenerescência pode ser usada como metáfora para pensar a escolha profissional transmitida de geração a geração. Nas famílias nas quais a profissão é ‘transmitida’ de pai a filho(a), estas formam um encadeamento em que supõe-se um ideal a ser mantido. O elo (filho) que não segue o *script* previsto é como se estivesse degenerando a linhagem profissional familiar, como que se deteriorassem o que foi conquistado nas gerações antecessoras. Em caminho inverso, a busca por ascensão via carreira pode miticamente estar assentada na busca por eliminar a degeneração na qual a família estava inserida, erradicar o germe da desvalia e reestabelecer o modelo ideal almejado.

Apesar da força de ruptura introduzida pela psicanálise nas teorias da psicose e do delírio, capaz de recolocar a questão da transmissão sobre bases totalmente diferentes das da degenerescência, o modelo da degenerescência é suficientemente forte em nossas representações para que oriente o questionamento sobre a transmissão intergeracional: não houve quem dissesse, fundamentando-se numa representação linear do determinismo, que era preciso “três gerações para fazer uma psicose”? (KAËS, 2001b, p. 34).

Os supostos de Buffon e Morel conduziram a desvios racistas e a uma causalidade irreversível. Mas também abriram as portas a formulação da transmissão que está assentada sobre o outro, não um outro qualquer, mas um estranho, estrangeiro, perigoso. “O interesse deles pela transmissão sustenta-se na relação com um objeto perigoso: o que se transmite é um negativo destruidor (da razão, da ordem social civilizada)”⁷³ (KAËS, 2001b, p. 34).

O segundo modelo que influenciou o pensamento de Freud é o epidemiológico ou modelo médico da transmissão. Este modelo vincula-se à descoberta de que as doenças podem ser transmissíveis (doenças infecciosas). É pela penetração de um agente infectante no organismo que a transmissão acontece. Tendo essa concepção em vista, este seria um modelo médico-social, pois o social é o vetor da transmissão. Também faz-se necessário considerar que o corpo era tomado como representação da sociedade. A descoberta de que o agente de transmissão patogênica só pode subsistir enquanto espécie ao passar de um organismo doente para outro, portanto, a noção de que era algo de contagioso que se propaga entre indivíduos dispostos num determinado meio social, o que conduzia a pensar o processo de transmissão como transindividual. “A questão da transmissão [por seu registro transindividual] coloca com mais acuidade a do destino do indivíduo singular na cadeia da geração, enquanto membro ou elo dessa cadeia” (KAËS, 2001b, p. 35).

A cura, neste contexto, corresponderia à imunidade em relação ao agente patógeno. O que sustenta o conceito de imunidade é a noção da existência de uma barreira de proteção contra a infecção, contra o agente patógeno. Essa ideia terá proposições análogas em outras esferas. Kaës (2001b, p. 35) assim as exemplifica e aponta para suas implicações:

[...] cada vez que um indivíduo, um grupo ou uma sociedade forem considerados necessitados de proteção contra a transmissão de um objeto que poderia colocá-los em perigo: más influências, mentalidades ou culturas “estrangeiras” à norma. Propõe-se então a noção da necessidade de garantir imunidade psíquica, social ou cultural contra o outro e o que ele transmite. Para além da analogia, a validade desse conceito biopsicossocial tem basicamente como medida o temor da contaminação por um objeto de transmissão persecutório.

Mais uma vez vemos o outro como um ser perigoso, alguém que pode transmitir a doença só que, diferente do modelo da degenerescência, não se faz necessário a

⁷³ Talvez assemelhado ao outro que transmite o tabu.

consanguinidade, o transgeracional, basta a proximidade física para que a transmissão seja processada.

Os dois modelos acima pontuados parecem-nos subsidiar a compreensão freudiana apresentada em *Psicologia de Massas e a Análise do Eu* que a transmissão pode dar-se a partir de um terceiro modelo, o do contágio mental e da psicologia das multidões, proposto por Le Bon em *Psicologia das Massas*, de 1895.

Kaës (2001b) aponta as teses de Le Bon para o estudo dos grandes agrupamentos humanos, dentro de um viés sociológico, segundo as quais destacavam-se como características das massas a impulsividade, o rebaixamento do pensamento crítico, a ampliação dos sentimentos, enfim processamentos inconscientes que também podem ser observados nas crianças e nos [ditos] selvagens. Levanta-se a necessidade de ‘eleger-se’⁷⁴ um chefe para nortear o funcionamento da multidão. As multidões são sugestionáveis e crédulas, portanto o contágio faz-se sentir/possuir seus membros. A sensação de invencibilidade conduz a atos que o indivíduo sozinho não praticaria. Kaës entende que o pensamento deste autor - do contágio mental - estava fundamentado no pensamento médico do século XIX, portanto tendo arraigado em suas origens a noção de epidemia.

Diz-nos Kaës (2001b, p. 38):

Percebe-se aqui com mais clareza a linha que liga Le Bon a Buffon e a Morel e, um pouco mais tarde, a Levy-Bruhl e a Blondel⁷⁵: todos fazem do apelo à razão, tratado como verdadeiro para-excitações, o escudo protetor contra o desregramento profundo, catastrófico, que caracteriza a transmissão, sejam quais forem seus objetos específicos. Ela ameaça e produz seres ou sociedades débeis: daí a força de convicção que ganha a analogia entre o selvagem, a criança e a mulher não-dominada⁷⁶.

Mas todas essas noções e todas essas analogias servem essencialmente para dizer o que, na multidão e no indivíduo imaturo, degenera e regride rumo ao primitivo: neles a pulsão não está controlada; ela se liga e se desliga com uma instabilidade notável, perigosa, porque contagiosa. Sem mediação, o contágio se dissemina em fluxo irrefreável.

Vimos até aqui como estes três modelos podem ser articulados e, deste ponto em diante, pontuaremos como se encontram articulados ao pensamento freudiano que fundamenta a noção de transmissão. Alguns aspectos destes modelos teriam sido incorporados ao

⁷⁴ Apresentamos o termo entre aspas por entendermos que tal eleição não se deva a processos unicamente racionais. Pelo contrário, tomando as teses freudianas de 1921, pensamos tal escolha processada por elementos inconscientes e, por que não dizer, sobredeterminada.

⁷⁵ Em razão dessa discussão não ser crucial para nossa proposta de estudo não nos aprofundaremos/buscaremos as teses destes dois autores.

⁷⁶ Victor Hugo cria a metáfora de que “[...] a multidão é uma ‘mulher bêbada’ ” (*apud* KAËS, 2001b, p. 37). O próprio Kaës (2001b, p. 37) aponta como metaforização dos entendimentos de Le Bon que “A multidão é mulher, e ei-la histérica”. Ambas metáforas apontam para uma mulher desprovida de sua capacidade crítica e, portanto, sujeita às intempéries de seus afetos indomados.

pensamento freudiano a propósito da transmissão: a transmissão fluídica, a temporalidade, o traço e as para-excitações (KAËS, 2001b).

Inicialmente pensou-se a transmissão como um processo de escoamento, assim como ocorre com os fluidos (sangue, eletricidade, ondas, etc), sendo que o essencial nesta compreensão é o fluxo, o qual se dá na “[...] continuidade do tempo e do espaço, através de vetores que transportam (*übertragen*) os objetos da transmissão” (KAËS, 2001b, p. 39). Os próprios vetores podem ser fluidos como, por exemplo, o ar (transmissão acústica e bacteriológica). De forma semelhante, a noção de energia psíquica pode ser entendida como um fluxo que é transmitido, seja por irradiação, vibração, etc. Kaës supõe que esses modelos baseiem a compreensão freudiana, recebida de Breuer, dos estados livre e ligado da energia psíquica. O estado livre refere-se a mobilidade de deslocamentos que possibilita a transmissão das representações e o trabalho do pensamento. A teoria fluídica também fundamenta a compreensão freudiana de transmissão hipnótica e de sugestão.

Com relação à temporalidade, entende-se que a transmissão é um processo que ocorre na duração de tempo, mesmo que não seja linear, podendo ser circular, com brechas ou intermitente. Desde modo, “[...] o tempo pode ser percorrido em diversos sentidos” (KAËS, 2001b, p. 41). Além do mais, a temporalidade relativa a transmissão psíquica não seria fluídica, mas se conservaria por meio de traços. Assim, é possível retornar à informação contida nesses traços. O traço se oporia ao que é fluido, ao que escoar. Para Kaës, Freud proporá uma relação entre o fluido e o traço a partir da noção de pulsão. Esta, a pulsão, teria de ser entendida enquanto energia e o afeto a ela relativo enquanto informação.

A memória do afeto e da representação será um traço que poderá seguir um destino no inconsciente; ele se manterá vivo, apesar do recalçamento, fora da consciência do sujeito. O que se transmite é o afeto e o representante da pulsão (KAËS, 2001b, p. 41).

Esta concepção de traço é um assentamento para se pensar a transmissão sobre a qual algo tem de ficar retido no inconsciente. Só determinará componentes transmissíveis se houver um rastro deixado atrás de si. Implica que a fluidez não pode caracterizar marcos, ou traços no aparelho psíquico. A noção de energia livre não basta para esclarecer o trilhamento deixado no psiquismo pelas diversas e repetidas vivências e comunicações que chegam ao indivíduo⁷⁷.

⁷⁷ Estas questões foram discutidas de maneira mais ampla nos dois capítulos antecessores quando tratamos das características do sistema inconsciente e das vivências de dor e satisfação que deixam atrás de si trilhamentos, caminhos demarcados pelo escoamento quantitativo bem como a representação de objeto pelo qual a satisfação pode ser angustiada.

Os modelos de transmissão acima apresentados implica a possibilidade, senão a necessidade, de pensar em barreiras de proteção contra o que vem a ser transmitido – a barreira imunológica, a barreira de resistência à agressão, à excitação, à estimulação, à infecção. Segundo Kaës (2001b), essa noção de que se pode estabelecer uma barreira contra estes elementos conduziu Freud a forjar os conceitos de pára-excitações e barreiras de contato. Estes conceitos referem-se a uma função de filtragem e articulação entre o dentro e o fora, o interno e o externo ao aparato psíquico. Desta forma, “[...] a transmissão não se dá sem uma regulação” (p. 42). Assim, haveriam dispositivos psíquicos que promoveriam a intervenção da transmissão, mas é possível que ocorram transmissões sem intervenção, como nas multidões.

3.1.1 Dificuldades sobre a questão da transmissão psíquica em Freud

Kaës (2001b) afirma que por meio de obras como *Totem e Tabu*, Freud buscou fazer da psicanálise uma ciência de origens, objetivando esclarecer a emergência dos processamentos psíquicos bem como a etiologia das psicopatologias. Manteve suas teses filogenéticas, mesmo que assentadas em hipóteses.

A propósito da hereditariedade, Freud entende que ela não é o único elemento a ser destacado para esclarecer a escolha da patologia (neurose), mas que outras influências têm de ser consideradas como estando na base da construção de uma neurose/sintomatologia. A partir de 1898, tinha como evidente que a sexualidade estaria na base da etiologia das neuroses. Assim, os acontecimentos da primeira infância, de cunho eminentemente sexual, são colocados em primeiro plano na análise. Temos, então, dois polos a pensar: a ordem do inato e a ordem do adquirido. Ou, nos termos de *Totem e Tabu*, patrimônio e herança arcaica por um lado e história pessoal por outro (KAËS, 2001b).

Em *Totem e Tabu*, Freud distingue entre a transmissão por identificação aos modelos parentais e a transmissão genérica, constituída por traços mnemônicos das relações com as gerações anteriores. O primeiro processo refere-se à história, o segundo à pré-história do indivíduo (KAËS, 1998, p. 07).

Faz-se necessário ressaltar que apesar de geralmente pensarmos no Isso quando falamos da origem da vida do indivíduo, nesses momentos primordiais Isso e Eu são indissociáveis, da camada mais externa do Isso desprega-se o Eu, pelo contato do indivíduo

com o meio externo. Temos então de considerar que os aspectos inatos e adquiridos estão completamente imbricados no início da vida e somente paulatinamente vão efetuando uma separação mais nítida. Mesmo assim, o Eu sempre terá vinculações com o Isso e buscará angariar formas possíveis de lhe propiciar a satisfação demandada (FREUD, 1923b/2011, v. 16, 1933/2010, v. 18, 1940[1938]/ 2004, v. 23).

A questão da degenerescência hereditária, tese defendida por P. Janet, segundo a qual decorrente desta haveria um encolhimento anormal do campo da consciência que conduziria à negligência de percepções, à degradação egóica e à formação de estados segundos (de alteração da consciência), predisporia à histeria. Em contraposição a esta tese, Freud aponta a transmissão psíquica, dando “[...] continuidade às teorias oriundas do darwinismo, com a ênfase na herança cultural, ou seja, nas transmissões de transferência e, dado moderno, na epigênese⁷⁸. Na análise do caso Dora, Freud demarca a importância de atentar para as relações familiares do neurótico, as quais são relativas aos aspectos sociais e humanos que cercam o doente. Para Kaës (2001), a análise de Dora ilustra a tese da transmissão por via psíquica das neuroses, de modo que a transferência (que será retomada no tratamento) é fundamental para pensar a transmissão. “O sujeito Dora se constitui no ponto nodal dos conflitos sexuais inconscientes na cadeia da geração e na trama do grupo em que esses sintomas se atualizam” (p. 47).

Na obra *A Moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno*, publicada em 1908, a influência da moral na gênese e desenvolvimento de afecções psiconeuróticas é demonstrada por Freud, vinculando tal influência a impressões infantis. Ao tratar dos casais, o autor atesta que geralmente a potência normal masculina está comprometida bem como é frequente a frigidez na mulher em razão da abstinência anterior ao casamento. As formas substitutas à satisfação sexual direta, impostas pelos ditames sociais, seriam a base da causação da insatisfação no casamento, bem como produziriam neuroses. E esses padecimentos não afetariam apenas os cônjuges, mas seriam transmitidos aos filhos. Freud (1908/2015, v. 8, p. 386-387, grifo nosso) assim esclarece como essa transmissão ocorre:

Já argumentei que nessas condições [a redução da vida e felicidade conjugal] a doença nervosa é a saída mais óbvia; quero acrescentar de que maneira um casamento assim repercute nos filhos – poucos, ou um só – que dele resultam. À primeira vista, parece haver uma transmissão hereditária, que, a um exame mais apurado, dá lugar ao *efeito de poderosas impressões infantis*. A mulher neurótica, não satisfeita pelo marido, é uma mãe excessivamente terna e ansiosa, que *transfere* para o filho sua necessidade de amor e nele desperta a precocidade sexual. O desacordo entre os pais estimula a vida afetiva da criança, faz com que sinta amor, ódio e ciúme numa idade tenra. A educação

⁷⁸ “**epigênese** s.f. (1926) HIST. BIO 1 teoria segundo a qual o embrião se desenvolve a partir de um zigoto amorfo ou indiferenciado; epigenesia, epigenia [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 782).

severa, que não tolera nenhuma atividade sexual precocemente despertada, proporciona o poder repressor, e esse conflito, nessa idade, traz tudo o que é necessário para causar a doença nervosa que persiste por toda a vida.

O que vemos é uma imposição originária do meio externo, do social, que provoca alteração na forma de lidar com as demandas pulsionais. Se deixadas seguir seu curso poderiam ter um desfecho menos nocivo, inclusive porque os filhos gerados nessas condições familiares serão criados para também tolher suas demandas e um ciclo é estabelecido para manter tais demandas libidinais sob controle. O custo desse funcionamento é a doença, que entendemos ter um componente de transmissão entre os membros do núcleo familiar.

Sobre a discussão freudiana a respeito da influência da moral sexual civilizada para a causação da neurose, Kaës (2001, p. 48, grifos nosso) conclui: “Para Freud, a sedução traumática precoce inscreve-se com uma determinação causal na moral sexual civilizada, mas ela passa pelo processo psíquico: é assim que *a doença neurótica dos pais é transmitida aos filhos*”. Entendemos que cada vez mais as portas estão sendo abertas para pensar-se a transmissão psíquica entre gerações a partir das concepções freudianas. A discussão sobre a hereditariedade carrega em si questões sobre a imbricação entre as gerações antecessoras e a formação do psiquismo.

Kaës (2001) destaca que a obra *Totem e Tabu* aponta para a noção de transmissão: primeiramente do tabu e posteriormente a continuidade da vida psíquica de geração a geração.

O tabu é um código de conduta social que remonta a período histórico anterior aos deuses e, portanto, às religiões. O termo tabu é antitético, possui significado de sagrado, consagrado, mas também impuro, perigoso, o que implica uma ambivalência em relação aos elementos-tabu, provocando veneração e/ou horror. O tabu pode ser transmitido diretamente ao indivíduo por meio do contato com algo do qual emana um ‘poder misterioso’ ou ainda via intermediário, de um indivíduo com prerrogativas especiais, como um chefe ou sacerdote, que tem acesso direto aos objetos/coisas tabu. Além disso, aquele que está tabu pode transmiti-lo a outros por meio de contágio. O tabu é contagioso! Freud (1912-1913/2012, v. 11) relaciona a questão do tabu com as proibições típicas da neurose obsessiva.

[...] não faz sentido perguntar aos selvagens pelo verdadeiro motivo de suas proibições, pela gênese do tabu. De acordo com nossa premissa, eles são incapazes de informar algo acerca disso pois tal motivo lhes é “inconsciente”. Mas podemos reconstruir a história do tabu segundo o modelo das proibições obsessivas. Os tabus seriam proibições antiquíssimas, impostas uma vez a uma geração de homens primitivos, ou seja, **neles inculcadas violentamente pela geração anterior**. Tais proibições recaíram sobre atividades para as quais havia um forte pendor. Elas então foram **mantidas de geração em geração**, talvez simplesmente devido à tradição, levada pela autoridade dos pais e da sociedade. Mas talvez já tenham se “organizado”, dentro das organizações posteriores, como **parte do patrimônio psíquico herdado**.

Quem pode decidir, no caso em questão, quanto à existência ou não de tais “ideias inatas”, e se elas determinaram a fixação do tabu, sozinhas ou juntamente com a educação? Mas uma coisa certamente resultou da permanência do tabu: o desejo original de fazer o proibido continua a existir nos povos em que há o tabu. Eles têm, em relação a tais proibições, uma *atitude ambivalente*; nada gostariam mais de fazer, em seu inconsciente, do que infringi-las, mas também têm receio disso; receiam justamente porque querem, e o temor é mais forte que o desejo. No entanto, o desejo é inconsciente em cada indivíduo desse povo, tal como no neurótico (FREUD, 1912-1913/2012, v. 11, p. 60-61, grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso).

Vemos aqui a transmissão intergeracional (quicá transgeracional) das proibições, portanto das normas sociais. Mais que isso, forja-se um patrimônio herdado que fará parte de esferas psíquicas das gerações futuras. Dá-se a passagem do tabu como uma proibição inicialmente externa que torna-se internalizada, compondo o patrimônio inconsciente, por serem transmitidas aos indivíduos pelas autoridades paterna e social.

A tese defendida em *Totem e Tabu*, de uma hereditariedade psicofilogenética, que trata da persistência no inconsciente do desejo de transgredir o tabu, é retomada em *O Eu e o Id*, quando Freud (1923b/2011, v. 16) reforça sua compreensão de um inconsciente hereditário que, para além do aspecto biológico, constitui-se pela via da transmissão das aquisições da humanidade. É assim que a proposição de um funcionamento psíquico advindo do coletivo pode esclarecer as massas, quando os processos psíquicos individuais ‘desaparecem’ imersos nos processamentos que conduzem a psique no grupo.

Kaës (2001b) destaca que a transmissão direta pela via da tradição não é suficiente para esclarecer a continuidade da vida psíquica, que a hereditariedade é quem manteria as disposições psíquicas iniciais que deverão ser estimuladas por acontecimentos da vida individual para tornarem-se eficazes. A noção de epigênese, segundo a qual “[...] o recém-nascido vem ao mundo com funcionamentos e estruturas potenciais que se atualizam pela interação *intersubjetiva* com o meio” (p. 55, grifo do autor), encontra aqui ancoragem. Então, não basta possuir o germe, as estruturas potenciais transmitidas pela via da hereditariedade psíquica, para que a transmissão seja efetiva faz-se necessário apropriar-se da aquisição, tomar posse da herança que lhe foi legada. *Was du ererbt von deinen Vätern hast, Erwirb es, um es zu besitzen*. [O que herdaste de teus pais, conquista-o, para que o possuas.] (GOETHE *apud* FREUD, 1912-1913/2012, v. 11, p. 240-241).

Pela discussão apresentada em *Totem e Tabu*, o que é transmitido é a culpa pelo crime do parricídio originário, o assassinato do pai primevo. Nos termos de Rehbein e Chatelard (2013, p. 568): “No princípio, foi o ato, nas gerações seguintes, a inibição e a culpa, como

heranças de disposições psíquicas”. Mesmo que o evento original tenha se perdido nas eras idas, seu traço ficou inscrito no inconsciente e vem sendo transmitido de geração a geração.

A mais forte repressão tem que deixar espaço para impulsos substitutivos deformados e as reações que deles resultam. Mas então podemos supor que nenhuma geração é capaz de esconder eventos psíquicos relevantes daquela que a sucede. Pois a psicanálise nos ensina que *cada qual possui, em sua atividade mental inconsciente, um aparelho que lhe permite interpretar as reações das outras pessoas*, isto é, desfazer as deformações que o outro realizou na expressão de seus sentimentos. Por essa via de compreensão inconsciente de todos os costumes, cerimônias e estatutos deixados pela relação original com o pai primevo, *também as gerações posteriores podem ter assumido essa herança afetiva* (FREUD, 1912-1913/2012, v. 11, p. 241, grifo nosso).

Kaës (2001b) afirma que Freud funda a noção da formação do inconsciente na transmissão do recalçamento [repressão]. Nada pode ser totalmente abolido e retorna, mesmo que em gerações posteriores. Interessante pensar a partir desta proposição a noção de vocação, no sentido de algo que se coloca frente ao indivíduo, que o chama para a execução de uma ação, mas uma ação que traz a marca da culpa. Seria por isso que um dos aspectos do trabalho soa-lhe como uma maldição? Uma forma de purgar a culpa compartilhada por gerações? Se tomamos por assentamento as discussões sobre o pai primevo e a constituição da sociedade propostas por Freud (1912-1913/2012, v. 11) em *Totem e Tabu*, vemos que o sustentáculo das relações fraternas é a culpa, a culpa pelo parricídio. É esse momento fundante proposto por Freud que baliza a imposição da lei que conduz à constituição do social. Se é a culpa que sustenta as relações fraternas/ sociais algum modo de escape destas tem de ser empreendido com vistas a evitar a desagregação social e/ ou o adoecimento. Ao compreendermos o trabalho como elemento destacado de manutenção da sociedade haja vista a alta valoração à ele atribuído, bem como um recurso eleito pelo indivíduo via processos identificatórios, ele – o trabalho - pode prestar-se como uma via por meio da qual o indivíduo se equivale ao ente parental, bem como toda a cadeia de antepassados destes, e purga uma parcela da culpa que vem sendo compartilhada de geração a geração. Vemos então no trabalho uma possibilidade de utilização dos elementos ambivalentes relativos à identificação: por uma lado um aspecto construtivo e criativo e, por outro, um aspecto relacionado à culpa por ser um membro de uma sociedade fundada no parricídio e mantida pelos laços da culpa. Se é o trabalho que sustenta a malha social e, portanto, não se pode abdicar dele em razão da necessidade que o ser humano tem dos avanços obtidos por meio dele, este não deixa de veicular aspectos destrutivos que possuem a culpa como substrato. Então, talvez seja mais coerente apontar que estes aspectos não seriam díspares, mas imbricados, e que isto estaria na base dos processamentos psíquicos antitéticos relativos ao trabalho.

Fica cada vez mais patente que são processos bastante arcaicos que estariam na origem da transmissão. Como Freud (1914/2010, v. 12) aponta, o próprio investimento no Eu, o narcisismo, carrega em si uma dupla orientação: uma exigência do indivíduo que necessita desse investimento para suporte da vida mas, por outro lado, como estando imerso em uma cadeia de outros indivíduo que o precederam e outros ainda que virão a fazer parte de seu universo psíquico de representações. “O indivíduo tem de fato uma dupla existência, como fim em si mesmo e como *elo de uma corrente*, à qual serve contra – ou, de todo modo, sem – a sua vontade” (FREUD, 1914/2010, v. 12, p. 20, grifo nosso). A este respeito vemos o grupo familiar em que o indivíduo se insere quando do nascimento. Os investimentos feitos pelos pais na criança estão banhados em elementos narcísicos, assim como o investimento da criança nos pais. Vejamos como Freud (1914/2010, v. 12, p. 36-37) esclarece os investimentos dos pais nos filhos:

Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo há muito abandonado. Como todos sabem, a nítida marca da superestimação, que já na escolha de objeto apreciamos como estigma narcísico, domina essa relação afetiva. Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos, algo que se relaciona, aliás, com a negação da sexualidade infantil. [...] As coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que reconhecemos como dominantes na vida. Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmago da Criação. *His Majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos. [...] O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetal revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora.

A criança nasce inserida em um contexto no qual os investimentos dos pais já estão sobredeterminados sobre ela, não o ser em si, mas um remanejamento do narcisismo dos pais. Assim, o filho não é senão a projeção do investimento originário do Eu de seus pais. O que se lhe transmite é um investimento que lhe demarca seu passado e direciona seu futuro.

De modo semelhante, o investimento da criança em seus primeiros objetos de amor – os entes parentais – é, originalmente, destinado ao Eu. Só posteriormente a uma inscrição de representação de objeto é que torna-se possível o investimento em elementos que outrora foram extra-Eu. Mais ainda, se no princípio da vida não há uma separação nítida entre Eu e Isso, é passível de se supor que ocorre uma parca diferenciação do investimento direcionado ao Eu e o investimento direcionado a representação que vem sendo forjada paulatinamente nas vivências de satisfação.

Posteriormente a essa modalidade narcísica de transmissão, do investimento no Eu e no outro enquanto objetos, cabe pensar agora a transmissão que se processa na malha de identificações constitutivas do Eu. Segundo Kaës (2001b, p. 59), “A rede das identificações constitui um outro modelo da transmissão psíquica [...]”. Essa rede de identificações pode ser depreendida do texto freudiano conforme apresentaremos a seguir.

A propósito do ‘sonho da açougueira’ destaca-se a identificação histórica, aonde a sonhadora coloca-se no lugar da amiga e se identifica com ela, produzindo então um sintoma. Assim, ocorre uma transmissão intersubjetiva na qual o indivíduo/sujeito se identifica com o desejo ou com o sintoma de outro. “O que se transmite de um a outro é um traço inconsciente comum [...]” (KAËS, 2001b, p. 59). As fantasias inconscientes⁷⁹ que guardam semelhança com as de outros indivíduos podem servir de elo, ou ainda de substrato para o estabelecimento de uma identificação.

No capítulo VII de *Psicologia de Massas*, destinado à discussão da identificação, Freud (1921/2011, v. 15) retoma a premissa desenvolvida em *Totem e Tabu*, de que o que se transmite entre os irmãos a partir do parricídio é o elo que os une, uma ação que tem como consequência a culpa. Se o interdito mantido pelo pai primevo previa o não acesso às fêmeas e este era transmitido entre os irmãos, após a morte do pai nova interdição ganha força: a proibição do parricídio. Em gerações subsequentes essa interdição assume uma nova forma que guarda associativamente o ditame inicial: a proibição de matar o totem, que é o representante do pai original. A transmissão dos ditames se processa a partir de desejos compartilhados pelos componentes do grupo, se dá pelo desejo de um(uns) pelo objeto do outro.

Ainda neste capítulo Freud (1921/2011, v. 15) retoma a constituição do sintoma neurótico a partir da ‘comunidade dos sintomas’ entre Dora e o pai. “Nas condições próprias à formação do sintoma e à supremacia dos mecanismos do inconsciente, a escolha objetal se torna identificação apropriando-se das qualidades do objeto. O sintoma permite recuperar por identificação o vínculo com a pessoa amada” (KAËS, 2001b, p. 60). Entendemos que a identificação de Dora com a sintomatologia do pai implica em um laço o qual se processou pela via da transmissão psíquica.

Parece-nos que algo análogo possa ocorrer em famílias que ‘elegem’ a mesma profissão a seguir. Algum elemento comum é transmitido nessas gerações que conduzem à ‘escolha’ da mesma profissão. Inferimos que seria o vínculo com o objeto de amor que é

⁷⁹ Podemos inferir que as fantasias originárias, comuns aos indivíduos podem contribuir para consecução de uma identificação nestes moldes.

resguardado por meio da identificação que se expressa sob a forma de eleição da mesma profissão que possuía/ exercia o objeto.

Freud (1921/2011, v. 15) amplia a compreensão sobre a identificação destacando que esta não ocorre apenas quando enlaçada ao objeto de amor, mas também pode ocorrer apoiada no desejo de outro, na relação objetual de outro, daquele que foi copiado. A pessoa que foi copiada, nos diz Kaës (2001b, p. 60), “[...] se torna o suporte de uma transmissão intersubjetiva”. Essa transmissão intersubjetiva, que ocorre entre dois Eus, pode afetar um grupo se outros indivíduos tiverem a mesma disposição, uma aliança inconsciente, e procederem o mecanismo identificatório.

Kaës (2001b) destaca os elementos intermediários da transmissão que podem ser apreendidos a partir das teses freudianas. Seriam três momentos na obra freudiana que dariam suporte a noção de intermediário: 1) a discussão sobre o para-excitações e a vesícula viva; 2) o modelo do sonho como via de acesso ao inconsciente; e 3) o modelo da grupalidade intrapsíquica e intersubjetiva a partir da formulação da segunda topologia. Interessa-nos pensar sobre o terceiro destes momentos, no qual se pode associar as formações intermediárias ao Eu.

Em *O Eu e o Id* e em *A dissecação da personalidade psíquica* Freud (1923b/2010, v. 16, 1933/2010, v. 18) demarca o Eu como um mediador entre o meio interno e o externo, como uma delimitação de superfícies, sendo, portanto, fronteiro. O Eu busca conciliar e viabilizar exigências contraditórias. Ele está articulado, como um vassalo, a exigências de três frentes distintas: o meio externo, o Isso e o Supereu. O trabalho do Eu guarda semelhança ao que foi apresentado em *Totem e Tabu*, por não ser viável ao indivíduo comum ter acesso sem sucumbir ao poder misterioso, este é intermediado pelo ministro ou pelo sacerdote, com vistas a preservar a integridade do organismo/aparelho psíquico.

Se tomarmos a relação entre o Eu e o Supereu teremos um aporte para pensar a grupalidade na medida que esta relação pode ser compreendida quando são referidas/remetidas ao grupo familiar, haja vista que o Supereu é o herdeiro da relação da criança com o(s) pai(s). Como Kaës (2001b, p. 66) aponta, “[...] uma parte importante da problemática da transmissão e da formação intermediária coincide com a da construção do Ego”. Conforme apresentamos no capítulo 2, é justamente o meio intrafamiliar (mas não apenas) que contribui para a constituição das instâncias Eu e Supereu, bem como do Ideal do Eu, as quais têm papel decisivo no tráfego do indivíduo pelo social. Trafego este que encontra-se subsidiado por elementos da transmissão psíquica geracional. Destarte, para discutir a noção de transmissão faz-se necessário compreender a forma pela qual a família é

constituída, assentando essa construção nos elementos psíquicos de cada um dos componentes desta família.

3.2 COMO SE CONSTITUI UMA FAMÍLIA OU, QUE ELEMENTOS PSÍQUICOS ESTÃO IMBRICADOS NA CONSTITUIÇÃO FAMILIAR

A família tem como tarefa fazer nascer os indivíduos para a vida psíquica, perpetuando a espécie. Para que um recém-nascido construa seu psiquismo, para que ele organize seu mundo interior, é vital que possa apoiar-se no funcionamento psíquico das pessoas que constituem seu primeiro ambiente, isto é, seus pais, sua família (irmãos e irmãs, avós...) (ANDRÉ-FUSTIER; AUBERTEL, 1998, p.138)

No capítulo dois tratamos exaustivamente da escolha de objeto, conduzindo-a aos aspectos mais arcaicos dessa escolha, portanto, a escolha anaclítica, narcísica e a conflitiva edipiana. Acontece que tratamos como esses processos ocorrem idealmente em um indivíduo. Para pensarmos na constituição da família teremos de entrecruzar, inicialmente, dois indivíduos – um casal -, tendo em vista que estes possuem suas constituições psíquicas (conforme discutido no capítulo 2) e que, para poderem estabelecer-se enquanto tal, seus processamentos psíquicos necessitarão encontrar certa ressonância, ou seja, possuírem elementos tais que reverberem um no outro.

Autores como Berenstein (1988) e Eiguer (1985; 1998) consideram família um agrupamento que está além dos laços consanguíneos, mas enfatizam a relação, ou ainda o conjunto de relações, entre seus integrantes. Para estes autores elementos inconscientes estariam na base da constituição familiar.

De acordo com Berenstein (1988), as famílias têm funcionamentos que possuem significações que não estão disponíveis no campo da consciência dos componentes do grupo, mas que regulam e dão sentido às relações entre eles. Assim, “[...] todo grupo familiar contém formações estruturadas cuja significação é inconsciente” (p. 62). Apesar disso, estas significações podem ser incluídas no campo da consciência⁸⁰.

Eiguer (1985) esclarece a composição da família destacando que seus membros apresentam modalidades de funcionamento psíquico distintas de seu funcionamento individual e que o fator individual, mesmo que intervenha na constituição familiar, não pode

⁸⁰ O autor se refere a possibilidade de fazer emergir na consciência elementos inconscientes por meio do trabalho de terapia familiar.

explicar a dinâmica que o grupo assume. Para Berenstein (1988), a estrutura do grupo familiar é forjada a partir de uma determinação histórica, a qual também é inconsciente. Normas, por vezes, são a maneira do grupo explicitar aspectos de sua estrutura inconsciente, de modo que continuam válidas mesmo que sua origem seja desconhecida dos membros do grupo familiar. São mantidos através do tempo e se expressam por meio de símbolos, mitos familiares e fantasias que compõem a cultura familiar.

[...] a transmissão psíquica entre gerações veicula, igualmente, o modelo de parentesco, o mesmo que ordena atrações e rejeições, prescrições e proscricões, que distribui o lugar de cada um dos membros da família. Ele está na origem da transmissão dos mitos, dos ideais. Ele modula os projetos de vida, como também intervém na organização do superego individual (EIGUER, 1998, p. 24).

Significa que elementos para além do núcleo familiar direto – pai, mãe, filho(s) – promove a constituição psíquica de cada um de seus membros, bem como o norteamento e organização familiar. A determinação histórica que seria relativa aos membros ancestrais da família contribui grandemente para a organização da família atual. Eiguer (1985) infere que um funcionamento inconsciente compartilhado deve estar atuando, e este implica a referência a objetos de familiares antecessores - como os avós – de modo a promover um conluio fantasmático que ocorre em resposta às angústias relativas à incerteza, a perda, a penetração e a castração. Mesmo levando em consideração o partilhamento fantasmático entre os componentes do grupo familiar, cabe recordar que

[...] as instâncias do id, ego e superego e os objetos internos, verdadeiro grupo inconsciente dos sujeitos, tendem a recriar um jogo interativo com o meio, e isto sem nenhuma intervenção consciente dos sujeitos. O ser humano, ser inacabado por excelência, não pode se bastar por si só, ele procura o outro (EIGUER, 1985, p. 25).

Destarte, partindo do exposto pelo autor, temos de pensar um entrecruzamento de processos psíquicos individuais, que primariamente foram forjados a partir do encontro com o outro, com os processos de uma multidão de outros e esses ‘encontros’ promoveriam a singularidade/identidade de cada grupo familiar. O que precisamos elucidar é como a constituição psíquica individual se processa a partir de uma rede de outros indivíduos, interligados entre si, conduzindo a uma formação com especificidades.

Essa compreensão é delineada por Eiguer (1985) partindo de organizadores inconscientes que constituiriam e sustentariam a formação familiar. A noção de organizador do grupo familiar é proposta por Eiguer como definindo uma formação coletiva para a qual contribuem os psiquismos individuais de cada membro, que é constituído por representações psíquicas específicas bem como por elementos comuns de emoções.

Do ponto de vista econômico, o organizador familiar reativa antigos investimentos, redistribuindo suas cargas pulsionais. Do ponto de vista tópico, o organizador permite a aparição (frequentemente, a reaparição) das instâncias coletivas como, por exemplo, o objeto-grupo familiar. Em outras palavras, a família tornar-se-á, por causa do organizador, um grupo constituído por *indivíduos que possuem uma representação inconsciente deste grupo, no interior de seu próprio aparelho psíquico*, “uma ficção eficaz e transicional” (EIGUER, 1985, p. 29, grifo nosso).

Segundo Eiguer (1985), existem três organizadores da vida familiar inconsciente: a escolha de objeto, o Eu familiar e os fantasmas partilhados. Trataremos de cada um deles.

O primeiro organizador inconsciente é a escolha de objeto, a eleição do parceiro amoroso, que será pautada no Édipo de cada um destes parceiros. Em razão de já havermos discutido amplamente como se processa a conflitiva edípica no segundo capítulo, nos ateremos às decorrências de tal tramitação que são relativas à família em constituição.

Para Eiguer (1985), os objetos parentais internalizados constituirão o núcleo do inconsciente familiar. É a partir do investimento nos primeiros objetos que a tramitação edípica ocorrida no seio familiar prepara o indivíduo para abandonar os objetos incestuosos e ir em busca de um vínculo com figuras lícitas (claramente ancorado em modelos deixados como traços das figuras parentais, portanto, sobredeterminado) e, a partir desta união, formar uma nova família.

[...] a escolha do parceiro não se faz completamente ao acaso. O inconsciente individual é, de algum modo, utilizado. Esta escolha terá valor semelhante ao das *formações de compromisso inconscientes*, como o sintoma ou o lapsus. Comportará um alívio econômico e agirá frequentemente como um mecanismo defensivo. Podemos estimar, então, a importância desta escolha para a consolidação e a organização inconsciente do casal, os dois parceiros **entrecruzam objetos inconscientes**; a relação sentimental se alimenta desta descoberta de um parceiro que, como escreve S. Freud (1905), é uma **redescoberta** e ao mesmo tempo um resultado do amor infantil (EIGUER, 1985, p. 31, grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso).

Entendemos a escolha do parceiro apontada como mecanismo defensivo por se colocar frente à escolha de objeto(s) original(is) que, por ser incestuosa, põe em risco o indivíduo confrontando-o com a ameaça de castração, como punição pelo desejo ilícito ali evidenciado. Assim, o Édipo permite uma saída para o conflito que exige o indivíduo da castração e é socialmente aceitável: a exogamia⁸¹, o investimento em outro(s) objeto(s) que guarda(m) semelhança com os originais. Esse câmbio entre objetos arcaicos e possíveis/ concretizáveis conduz a estabilização do laço que une o casal. Mais ainda, os objetos inconscientes de cada

⁸¹ Em *Totem e Tabu*, Freud (1912-1913/2011, v. 11) discorre sobre a exogamia como decorrente de estabelecimento de leis anti-incesto nos clãs e retrocede essas normatizações sociais à lei do pai primevo que proibia e impunha a exclusão ou a morte aos filhos que ameaçassem concretizar o incesto. Após o soterramento do Édipo, vemos um movimento psíquico semelhante, no qual a busca por objetos viáveis é estabelecida.

um se entrecruza forjando uma dimensão organizadora ancorada em “[...] *um mundo objetal partilhado*” (EIGUER, 1985, p. 32, grifos no original).

O filho, por estar identificado com o pai, terá atitudes semelhantes à ele na relação com a mãe, em sua relação com seu novo objeto de amor. Haverá três representações a serem consideradas em relação ao filho que são destacadas por Eiguer (1985): 1) a representação da mãe que será associada à parceira; 2) a representação do pai, que é base da identificação do filho; 3) a representação do vínculo estabelecido entre pai e mãe. De maneira análoga, a filha apresentará atitudes semelhantes às que sua mãe dirigia ao pai quando em seu relacionamento com seu par e, portanto, apresentará as representações de modo similar às do menino, mas invertidas. Esta seria a modalidade de escolha objetal edípica, calcada na resolução do período edipiano e própria das estruturas neuróticas e ‘normais’.

Na escolha de objeto anaclítica o indivíduo regressivamente busca o apoio que obtinha nas figuras originárias, e está pautada em períodos anteriores ao Édipo. Também temos de considerar que a escolha pode ser narcísica, na qual se busca um objeto que se assemelhe ao que se é, ao que outrora se foi, ao que almejaria ser e à pessoa que foi uma parte de si próprio (EIGUER, 1985; FREUD, 1914/2010, v. 12).

Como podemos perceber, a escolha do parceiro se processa de maneira a manter elementos fantasísticos, pois ancora-se em modelos idealizados, os objetos originários. Deste modo, é sensato supor que ocorrerão defasagens entre o novo objeto eleito e os arcaicos. Esta discrepância pode gerar conflitos no casal.

A escolha de objeto sexual, lembremo-lo, ao mobilizar os inconscientes individuais, dá nascimento ao inconsciente do casal e, em seguida, ao da família. A ressonância do objeto interior inconsciente do sujeito com o parceiro fundaria uma dupla ligação Ego-objeto inconsciente (relações objetais entrecruzadas que fundam o mundo de objetos inconscientes partilhados) (EIGUER, 1985, p. 34).

É nesta configuração de um mundo de objetos internos partilhados que temos de entender o nascimento de um filho, portanto a transição entre o compartilhamento entre o casal e a constituição/ instituição de mais um elemento neste já intrincado jogo de representações inconscientes. Apontamos na primeira seção deste capítulo a forma como os pais lidam com a criança, com a projeção de seu narcisismo sobre ele. Fica-nos evidente que não são apenas os objetos inconscientes individuais que serão projetados no filho, mas todo o mundo interno partilhado do casal fará parte da recém formada família. Isto implica a transmissão psíquica de elementos pertinentes à geração precedente, aos avós.

Com estas questões em vista, adentramos a discussão do segundo organizador inconsciente: o Eu familiar. Este é “[...] *definido como o investimento perceptual de cada*

membro da família, que lhe permite reconhecê-la como sua, numa continuidade têmporo-espacial” (EIGUER, 1985, p. 38, grifos no original). Esse reconhecimento está relacionado ao sentimento de pertencer a este e não a outro grupo familiar qualquer. A pertença está também relacionada a situação de filiação e a referência ao passado, inclusive de gerações anteriores. Pensamos que a questão da filiação justapõe-se ao que já discutimos sobre a projeção dos pais nos filhos, quando um investimento narcisista dos pais contribui para a constituição narcísica do filho. Esses elos entre pais e filhos, e os pais dos pais – os avós – e os netos constitui uma malha, uma trama de pertencimento calcada em investimentos.

Neste sentido apontamos para o objeto transgeracional, que se trata “[...] de um ancestral, um avô (antepassado) ou um outro parente direto ou colateral de gerações anteriores, que suscita fantasias, provoca identificações, intervém na constituição de instâncias psíquicas em um ou vários membros da família” (EIGUER, 1998, p. 26). Estes serão inscritos no inconsciente do filho e balizarão os ditames, os projetos de vida, a cultura, os padrões morais etc., juntamente com os pais por estarem representados intrapsiquicamente nas figuras parentais. Estas inscrições dão sentido de continuidade familiar, de legado e, portanto, de pertença.

O sentimento de pertença permite ao indivíduo integrar seu eu aos demais componentes do grupo, remetendo-o(s) e remetendo-se a uma determinada origem. Um passado comum é reconhecido, levando em consideração semelhanças físicas, padrões de moral e ideologias morais compartilhadas, religião, gostos culturais e, por que não dizer, a vocação/ profissão a seguir, dando uma continuidade no tempo e no espaço do que é eleito como ocupação norteadora e provedora de subsistência da família. Talvez os aspectos inconscientes que atravessam as empresas familiares sejam desta ordem.

Segundo Eigner (1985), o local de habitação da família favorece um investimento num *habitat* que traz marcas do coletivo, do compartilhado, deixando traços do inconsciente do indivíduo. Essas marcas vão do espacial ao temporal, pois testemunha a passagem do tempo. Berenstein (1988) vai mais além, chegando a atrelar a casa à representação simbólica de cada membro da família, sendo que a disposição do local de habitação pode dar indícios de como o grupo familiar se organiza inconscientemente.

O sentimento de pertença e o *habitat* constituem-se a partir de uma base comum que é o passado, mas temos de considerar, juntamente com Eigner (1985), o tempo futuro, que é projetado pelo Ideal do Eu. Já tratamos no capítulo 2 sobre o Ideal do Eu individual. Eigner propõe que haja uma Ideal do Eu familiar, no qual se supõe a existência de um encontro ou conluio entre os ideais de cada membro do grupo familiar.

*O ideal do ego familiar seria, em nossa opinião, uma representação da perfectibilidade do grupo em relação a seu próprio destino: quer dizer, um projeto de progresso social, cultural, educacional ou “habitacional” para a família. É também um projeto familiar relativo ao alcance das realizações dos filhos na idade adulta, projetos referentes ao tipo de casamento ou de **realizações profissionais** por exemplo. O grupo pode estabelecer “missões a cumprir”, ideais a atingir. Frequentemente, é o líder (paterno, na família tradicional) o portador desse ideal do ego familiar, seu agente, sua garantia e seu representante perante os outros.*

O líder vela por sua realização, pela manutenção do archote (EIGUER, 1985, p. 42, grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso).

Os ideais veiculados por cada família e que deve ser cumprido por cada membro, teria raízes inconscientes demarcadas, pois, temos de lembrar o que já afirmamos no capítulo 2, se constitui pela idealização das figuras parentais. Isto implica que o que está posto como ideal teria de ser pensado como sobreposições de ideais que vem sendo veiculados/ transmitidos desde gerações passadas, as quais seriam também idealizadas. O ideal dos avós constitui o ideal dos pais, e a partir deste se constitui o ideal dos filhos e assim sucessivamente. Vemos elementos de transmissão psíquica entre gerações de maneira bastante marcada no Ideal do Eu familiar, o que veicula processos idealizados, portanto pouco realizáveis, como meta a atingir. Essa projeção no futuro de cada membro da família parece-nos estar diretamente enlaçada ao que nos propomos a estudar. Seria este um dos fatores essenciais para pensar a questão da vocação e escolha profissional arrimada em processos de transmissão do psiquismo entre as gerações? Mais ainda, haveria uma idealização das realizações profissionais almejadas para os filhos? Seria esta inviabilidade de concretização do que está inscrito no ideal em choque com o possível que promove uma parcela dos dissabores provocados na esfera do trabalho?

Como terceiro organizador familiar inconsciente, Eiguer (1985) destaca a interfantasmática.

O fantasma individual é um elemento de ligação entre representações inconscientes, pré-conscientes e conscientes, um modo de traduzir a presença de elementos reprimidos, dando-lhes uma dimensão transformada, fantasiosa e, por isso mesmo, melhor aceita pelo Eu. O fantasma também tem uma dimensão universal e filogenética, que o ser humano carrega a partir das e passando pelas eras, sendo portadores de fantasmas originários, quais sejam, intra-uterino, de cena primitiva, de castração e de sedução. Tendo apontado estes rudimentos, que foram tratados anteriormente, podemos delinear a noção de interfantasmática familiar. Eiguer (1985, p. 43-44, grifo do autor) assim define a interfantasmática:

[...] podemos considerar a atividade interfantasmática da família como *ponto de encontro* dos fantasmas individuais de cada membro, fantasmas próximos por seu conteúdo. Desejos convergentes, jogo combinatório que é mais que uma adição pura e simples, esta interfantasmática inconsciente inspira a atividade fantasmática *consciente*, isto é: a criação de um espaço transicional

de intercâmbios, de humor, de criatividade desabrochante, de relatos referentes à própria história de cada um e dos ancestrais.

Vemos na interfantasmática um entroncamento, uma confluência de elementos, de fantasmas/fantasia individuais e coletivas [familiares]. Se aspectos filogenéticos forjam um substrato no qual fantasias originárias são elementos constituintes do individual, também podemos, de modo análogo, entender que fantasmas que povoam a família, de geração a geração, são patrimônios de cada membro individualmente e que confluem de maneira a promover um funcionamento interfantasmático, no qual todos orbitam com suas próprias demandas. Destarte, um interjogo de elementos fantasmáticos entra em cena para construir não apenas o indivíduo, mas cada um dos componentes da família e, extensivamente, a relação entre seus membros.

O momento fundante, a matriz para a constituição da interfantasmática seria a ressonância de fantasmas entre os parceiros que formarão o casal. Eiguer (1985) declara que a idealização do parceiro, o homem e/ou a mulher, promove o abandono de todo aspecto desagradável em relação à ele. A formação do casal denega o fantasma de castração e, conseqüentemente, sua ameaça é apagada, provendo a ambos um sentimento de completude. A fantasia de sedução faz-se presente no vínculo amoroso. Mas, como toda ilusão está fadada a desmoronar, a desilusão logo invade a relação e “[...] põe à prova a solidez do vínculo sentimental” (p. 45). Havendo a subsistência da relação do casal, a família pode ser constituída de modo a permitir a coesão dos vínculos conjugal e familiar e a promover a autonomia da família nuclear de suas famílias de origem (de cada um dos cônjuges).

Inferimos que essa completude fantasiada pelo casal é buscada e, quiçá, mantida pelo empreendimento de um filho. Ora, se os aspectos narcísicos e onipotentes dos pais são projetados no(s) filho(s), a subsistência desses elementos pertencentes originalmente nos pais – o casal – será perpassado ao(s) filho(s) que perpetuarão a fantasia de completude. O(s) filho(s) carregam uma parcela de cada um desses pais, é(são) a prova cabal da completude e da onipotência parental.

Sendo que o(s) filho(s) mantém os processos narcísicos dos pais e, portanto, idealizados que lhes são transmitidos no seio familiar, parece-nos lícito supor que a vocação é um destes elementos de projeção no futuro, também idealizados, que se promovem de maneira interfantasmática. O projeto relativo a atividade profissional pode ser um dos elos que sustenta a família enquanto um grupo estável, por carregar o ideal do Eu familiar.

3.3 A TRANSMISSÃO GERACIONAL DA VOCAÇÃO OU, COMO A INSERÇÃO EM UMA FAMÍLIA EVOCA A EMERGÊNCIA DA VOCAÇÃO

Nas duas primeiras sessões deste capítulo tratamos de apresentar os assentamentos teóricos que nos permitiram inferir uma transmissão do psiquismo entre gerações e, mais especificamente, apontarmos que a família é foro privilegiado para promover tal transmissão. Agora, buscaremos articular esse cabedal à vocação. Nossa proposta é compreender um chamamento a exercer determinada atividade profissional/ocupacional em detrimento de outra(s) como possuindo aspectos constituintes da transmissão do psiquismo entre gerações. Nosso objetivo é descortinar como a família é fator determinante na vocação.

Rotta e Hashimoto (2005a, p. 56) declaram:

A família é o primeiro espaço ocupado pelo indivíduo em seu processo de constituição, o que implica no estabelecimento de vínculos e desenvolvimento em busca do cumprimento de uma missão. É o local onde os indivíduos depositam seus desejos e formam-se as primeiras vinculações afetivas.

Já apresentamos as articulações entre a constituição do psiquismo, o qual tem na família um papel fundante, e a vocação. Dissemos que a vocação seria um chamamento do Supereu para que o indivíduo realize uma atividade que poderia ser passível de satisfação, mesmo que parcial e paliativa. Visualizamos aqui um atravessamento do outro, da(s) entidade(s) parental(is), como base para forjar a vocação por meio do mecanismo identificatório que compartimenta o Eu de modo a galgar uma nova instância, o Supereu. Apontamos também que às ‘vozes’ dos pais se somam uma série de outras figuras de autoridade que o indivíduo toma como modelos no decorrer da vida. Neste sentido, estamos tratando de figuras que atravessam o indivíduo no tempo presente.

Após tratarmos da questão da transmissão do psiquismo entre gerações, chegamos a conclusão que, em termos de família, não são apenas os pais que terão influência na constituição do Supereu, visto que, como destaca Freud (1933/2010, v. 18), o supereu é formado a partir do Supereu dos pais. Se fizermos digressões a partir dessa afirmação, teremos que assumir que se o Supereu do indivíduo é forjado a partir do Supereu de seus pais, e o supereu destes a partir do Supereu de seus pais, então teremos um processo de constituição psíquica que se arrasta para trás na genealogia, uma formação que leva em conta o tempo passado. Temos um espectro que pode ser percorrido indo desde a origem da constituição psíquica do indivíduo e retrocedendo a seus antepassados de modo que eles, de algum modo,

também são elementos constitutivos do psiquismo deste indivíduo. Eiguer (1998, p. 24) afirma que

[...] a transmissão psíquica entre gerações veicula, igualmente, o modelo de parentesco, o mesmo que ordena atrações e rejeições, prescrições e proscricões, que distribui o lugar de cada um dos membros da família. Ele está na origem da transmissão dos mitos, dos ideais. Ele modula os projetos de vida, como também intervém na organização do superego individual.

Estamos numa modalidade de pensar a constituição psíquica, acompanhando as contribuições de Berenstein (1988), Eiguer (1985; 1998) e Kaës (1998; 2001a, 2001b), como indo além da triangulação pai, pai e criança. Reforça essa ideia de uma constituição psíquica que se arrasta ao passado dos ancestrais, à genealogia, a noção apresentada por Eiguer (1985) de que o ideal do Eu teria seu aspecto individual, mas também familiar. Lembrando o que dissemos no capítulo 2, que o ideal do Eu seria uma subestrutura do Superego, que o carrega em seu bojo, fica-nos evidenciado que a transmissão dos ideais se dá dos pais aos filhos e dos avós, aos pais e então aos filhos, e retrocedendo essa genealogia até a mesma perder-se na história, mesmo que mítica, conhecida pela família em questão.

É dentro desses parâmetros que elementos perpassariam dos pais aos filhos, mais ainda, por meio dos pais a influência dos avós bem como de gerações anteriores também se faria presente e todos estes participariam da constituição psíquica do indivíduo. A implicação disto para pensar a vocação é decisiva, pois agora não basta pensarmos os determinantes imediatos, mas também traços do social cada vez mais insinuantes nesse quesito. Pois agora não são apenas os pais os influenciadores da vocação, mas uma legião de figuras que ficaram como que anônimas nesse passado ancestral, mas que continuam a exercer impactos na constituição da vocação. Deste modo, os processos inconscientes que permeiam a vocação se tornam ainda mais contundentes.

Berenstein (1988), Eiguer (1985; 1998) e Kaës (1998, 2001a, 2001b) concordam que os casais se unem a partir de elementos inconscientes e os filhos destes casais carregam tal germe em seu bojo/seio. Inclusive, podemos apontar, com Hashimoto (2005) que a angústia vivenciada em relação ao trabalho perpassa de pais a filhos. Diz o autor: “Nesse processo de construção da vida profissional, a angústia vivenciada pelos pais em relação ao trabalho tem um papel fundamental, principalmente porque a criança também vivencia o sofrimento como se fosse dela” (p. 79). Significa dizer a que a vivência de angústia dos pais referente ao trabalho, ou até a escolha da profissão/ocupação repercutirá, ressoará no filho. Levando em consideração as teses sobre transgeracionalidade, talvez seria mais exato considerar que as vivências de angústia e demais elementos inconscientes relativos à profissão/ocupação de

várias gerações influenciarão na forma que o filho encarará a escolha profissional/ocupacional e o trabalho.

Elementos inconscientes, como vimos nas seções anteriores deste capítulo, são transmitidos dos pais aos filhos e dos avós aos netos. A propósito da transmissão da profissão/ocupação podemos pensar nos aspectos de relativos ao tempo, ao passado, presente e futuro. Se as noções de pertença e do *habitat* estão relacionados ao passado, o ideal do Eu abre às portas ao tempo futuro, aos projetos que podem ou não serem concretizados. Alguns breves relatos podem nos auxiliar a compreender essa intrincada configuração.

Neto⁸², 42 anos, casado, advogado com 20 anos de profissão, sócio em um escritório familiar de advocacia, sendo neto e filho de advogados, procura psicoterapia pois não entende o que pode estar acontecendo com ele: no alto de seus 20 anos de profissão começa a acreditar que a escolheu erradamente. Ao recordar o momento da escolha do curso de graduação a empreender destaca que não foi influenciado a cursar direito, que os pais lhe disseram para cursar o que quisesse. Apesar da fala dos familiares apontarem para uma abertura na escolha a ser feita por Neto, ele escolhe o curso de direito alegando que o avô e o pai são advogados e sua irmã mais nova pretende cursar direito. Assim, que outra eleição profissional ele poderia fazer?

A noção de pertencimento discutida por Eiguer (1985) parece ter influenciado essa tomada de decisão. Mesmo que os familiares não verbalizem qual a profissão deve ser eleita, essa escolha circula pelos cantos mais sombrios da família. Como que se o não-dito tivesse uma proeminência, como que se ‘falasse mais alto’, sobrepondo-se ao que é verbalizado. Assim, a única profissão de *status* e, portanto, lícita a ser elegida é a advocacia. Tal escolha favorece a “[...] sensação de proximidade particular, de ser considerado e tratado aí de modo diferente do que ocorre nos outros grupos que não a família; a recordação de um passado comum, uma genealogia comum; um tipo de intercomunicação conhecida e identificada” (p. 38). Na família de Neto todos, à exceção da mãe são/serão advogados. É de conhecimento de todos, e essa história é contada e recontada, que o bisavô, oriundo do trabalho no campo, enviou a duras penas o filho mais velho estudar na cidade, tornou-o ‘doutor’. Esse legado precisava ser mantido pela família com vistas a prover a unicidade familiar e, deste modo, o pertencimento dos membros da família. Em outros termos, o nome da família vinculado ao da profissão de advogado, um mito familiar que tem de ser preservado sob o risco de aniquilamento da identidade da família. O investimento no amor familiar acaba por se

⁸² Nome fictício. Indica a posição ocupada na família.

expressar na eleição da profissão, naquilo que Neto foi chamado a fazer. Tal investimento em si e na família favorece que se integre o eu individual e a identidade de cada membro que compõe a família, “[...] a marca tranquilizadora que o remete a uma certa origem” (p. 39). Essas alianças que se estabelecem de maneira inconsciente podem impedir o desmembramento familiar, o que importaria um luto ao qual seria difícil a família subsistir.

O escritório familiar também favoreceria a manutenção da integridade do grupo pela via de um *habitat* comum. Se os casamentos levaram a constituição de novas habitações, agora separadas do núcleo familiar originário, a ocupação de um mesmo escritório de advocacia, mantém a configuração da família. Neto cresceu tendo acesso ao escritório onde o pai e o avô trabalhavam. O local foi adquirido e construído pelo avô. Neste escritório as salas eram dispostas, a partir da entrada, começando pela maior sala, que era ocupada por seu avô, que apesar de não defender mais casos, ainda detinha a melhor sala da edificação. Nesta sala avô, pai e filho se reuniam para discutir o direcionamento dos casos. Na sequência estava a sala do pai, não tão grande, mas de igual modo imponente. Neto recorria a esta sala quando tinha questões que não sabia como solucionar, buscando auxílio do pai e da biblioteca deste que constava na sala. A sala de Neto ficava no final do corredor, uma sala pequena e modesta que, como ele dizia, estava em construção (mobiliário, decoração, aquisição de livros para compor uma biblioteca própria). Na verdade, ele não tinha qualquer intenção de decorar a sala a seu modo, pois em breve o avô se aposentaria e haveria uma migração entre as salas: o pai assumiria a sala que fora do avô e ele se mudaria para a sala que fora do pai. Vemos aqui, conforme aponta Eiguer (1985), o investimento em um local geográfico que contenha os membros da família, uma representação que é partilhada, que é a base do reconhecimento deste grupo e que alivia o temor de desmembramento familiar. Berenstein (1988) destaca a casa como uma tradução da representação simbólica de seus membros, dos papéis, das alianças. A disposição do escritório compartilhado parece-nos ser uma representação semelhante, como que se a disposição do mesmo seguisse uma lógica, uma hierarquia geracional indo do mais velho (o avô) ao mais novo (Neto).

Como destacamos, as noções de pertença e *habitat* remetem ao tempo passado. Implicam na manutenção das gerações e da estabilidade familiar que é ancorada pelos antepassados. Já o ideal do Eu familiar refere-se ao tempo futuro, aos projetos familiares compartilhados. Segundo Eiguer (1985, p. 42, grifos no original), o ideal do Eu familiar seria “[...] *uma representação de perfectibilidade do grupo em relação a seu próprio destino* [...] um projeto familiar relativo ao alcance das realizações dos filhos na idade adulta”. No caso de Neto, o projeto familiar quanto à escolha profissional já se apresenta demarcado desde seu

bisavô: o filho será advogado. Vindo do trabalho na lavoura, o estudo e a concretização de uma formação em direito coloca-se como possibilidade de ascensão social, a nível cultural e econômico. Como alerta Hashimoto (2005, p. 80),

[...] as situações vivenciadas pela família no momento da escolha da profissão, foram importantes para a definição do trajeto a ser percorrido pelos filhos. Não estamos nos referindo ao resultado, mas à condição que mobilizou os filhos à busca de um ideal, aquele definido também pelos pais.

Desta maneira, eleger a advocacia significa manter o projeto de perfeição previsto para a família, membro por membro. Já em *Introdução do Narcisismo* Freud (1914/2010) aponta para o projeto de família quando destaca que o filho deve cumprir os sonhos/desejos dos pais. Desejos estes que não são além de uma projeção dos próprios pais nos filhos, almejando neles sua perfeição infantil outrora perdida.

Para Introduzir o Narcisismo [texto de Freud (1914/2010)] coloca o assento nos investimentos e nos discursos de antecipação, isto é, sobre as designações de lugares e de predisposição significantes no processo de transmissão: o *infante* é o depositário, o servidor e o herdeiro dos sonhos e dos desejos não realizados dos pais; ele é quem dará lugar e sentido a estas predisposições que o precedem, que o violentam, mas que são as condições de sua concepção propriamente psíquica (KAËS, 1998, p. 07, grifos no original).

Neto, assumindo a carreira de advogado, mantém a ilusão de perfeição da família, mesmo que à custa de dúvidas posteriores se esta era a melhor profissão para si. Tais dúvidas aparecem em período no qual as relações familiares estão desestabilizadas por disputas entre avô e pai quanto ao direcionamento do escritório de advocacia após a aposentadoria do avô. O esmorecimento da condução da carreira parece-nos implicar um distanciamento entre os membros da família, uma fantasia de alteração na ordem dos investimentos que era mantida estável até então.

Visualizamos esta questão a partir da ótica progressiva, dos pais estabelecendo projetos aos filhos. Seria possível pensar uma ordem inversa, dos filhos em direção aos pais nos quais estes são tidos como modelos de perfeição? Este é o caminho que apontamos para a noção de vocação no capítulo 2. Aqui, poderíamos agregar mais uma consideração que parece-nos pertinente a Neto que pode nos lançar alguma luz sobre as dúvidas quanto à profissão. Em *O romance familiar do neurótico*, Freud (1909/2015) discorre sobre as fantasias da criança em relação a ser filho de outros pais, com características engrandecidas: a criança supõe que é filho de nobres, de famílias mais abastadas. Essa forma depreciativa de encarar os pais quando a criança se vê confrontada com a frustração que a realidade lhe impõe nada mais é que um retorno à idealização que a criança outrora lhes endereçava, quando eles eram dotados de toda a perfeição. Supomos que as dúvidas quanto à profissão, que antes era

tida como dotada de plenos poderes satisfatórios, reflete a busca pela perfeição perdida da figura parental, visto a instabilidade que a família estava vivenciando. Se ele – o pai e, por contiguidade o avô - não é perfeito, a profissão assumida por ele também não deve ser.

Interessante apontar que após as intrigas relativas ao escritório cederem e os rumos a serem tomados posteriormente à aposentadoria do avô terem sido decididos conjuntamente, as dúvidas quanto à escolha da advocacia já não se apresentavam. Só se vislumbrava o caminho a seguir: o projeto, o ideal familiar fora mantido.

Diametralmente oposta a história de vida de Neto, Ághata⁸³, 16 anos, solteira, abandonada pelos pais quando tinha 5 anos de idade, cursando a 8ª série do ensino fundamental, relata não saber que profissão/ocupação gostaria de seguir. Diz ter a oportunidade de participar de cursos profissionalizantes e encaminhamento ao mercado de trabalho via projeto Jovem Aprendiz, mas não tem vontade de fazer nenhum dos cursos propostos/necessários. Acredita que não saberá fazer o trabalho que lhe será indicado, mesmo depois de fazer curso. Diz que tudo parece sem sentido no tocante a uma profissão/ocupação. Chega a conclusão de que se sua mãe e seu pai eram drogados, se ele eram coletores de recicláveis e se seu pai roubava para sustentar o vício, ela iria acabar cumprindo a mesma sina, coletando recicláveis num ‘lixão’. Assegurava que não sabia fazer nada e tinha como certa a afirmação da avó de que ela era ‘burra’ como os pais e, portanto, não servia para nada, era ‘um lixo’. Entendia que essa era a razão da avó não ter aceitado ficar com a guarda dela após a morte dos pais. Isso significava para ela que a razão de viver em abrigos para menores era relacionada à sua inutilidade. Supunha que não fora adotada por ser imprestável e que ninguém iria querer um filho nessas condições.

Neste caso a noção de pertença a um grupo familiar e, principalmente, a vinculação a um *habitat* era bastante comprometido. Não havia um projeto de ascensão relacionado à ela, os pais não projetaram um futuro promissor para Ághata. Supomos que, em razão do vício dos pais, os investimentos afetuosos direcionados à ela tenham sido parcos, ela não era senão um empecilho ao modo de vida [modo de obtenção de satisfação] dos pais. Assim, tudo que ela conseguia visualizar em seu futuro era o ‘lixão’, a representação da vida dos pais que lhe fora transmitida por sua avó. Uma projeção sombria para uma garota inteligente e articulada. Inferimos que as únicas ligações que ela conseguiu sustentar dessa família é a pertença por meio

⁸³ Nome fictício. Esse nome foi utilizado para identificar a pessoa em questão por ser aquele que ela escolheria para si se pudesse. O nome foi retirado do filme *Minority Report – A nova lei*, na qual a personagem é um *precog* (paranormal), alguém que sonha com fatos aterradores, crimes e assassinatos, que ocorrerão no futuro. Dentre os sonhos que a aterrorizam está a morte da mãe. Interessante apontar que é exatamente o que ela supõe em relação ao próprio futuro, eventos catastróficos.

da ocupação dos pais e, atrelado à ela, o local onde os pais obtinham seu sustento: o montouro de lixo. As linhas que unem passado e presente coincidiam no lixo, características com as quais ela se definia.

Se a vinculação com o passado estava assentada em elementos depreciativos, a projeção no futuro não apresentava desfecho melhor. Talvez a impossibilidade de idealização das figuras parentais impedisse que Ághata construísse um projeto de vida para além da crueza e sofrimento relatados pela avó sobre o passado. Tudo que ela podia fazer era assumir seu lugar numa saga que tratava de miséria e solidão.

Parece-nos que nestes dois casos o projeto de vida da família já estava a disposição e vem sendo escrita desde antes do nascimento dos filhos, cabe à eles apenas inserir-se no *contínuum* familiar. Neto vem de uma família abastada, com um escritório de advocacia de muitos anos, que foi iniciado pelo avô. Cresceu frequentando o escritório e sabendo que um dia tudo aquilo seria dele, que ele manteria o ‘nome’/profissão da família. Com uma vivência completamente distinta desta, Ághata, após a morte dos pais e a rejeição da guarda pela avó, viveu em abrigos desde os 6 anos de idade. Apesar da discrepância entre os dois indivíduos, algo parece-nos soar como similar: a tentativa de manter o pertencimento com a família, por meio da manutenção da profissão e do escritório no caso de Neto, e por meio da aceitação de que não consegue fazer nada diferente da ocupação dos pais, o trabalho como ‘catador de lixo’ [coletor de recicláveis]. No caso de Ághata, ela até se identifica aos pais com o objeto com o qual eles trabalhavam quando destaca que será um lixo igual aos pais. A tentativa de manter-se membro de uma coesão familiar, dando seguimento ao projeto que, mesmo sem ser explicitamente declarado, está em voga destaca-se na vivência destes dois indivíduos. Um pertencimento que só pode ser mantido sob a forma de legado. Uma parte maldita da herança, para usar os termos de Eiguer (1998). Aquilo que foi transmitido pela via da fala, mas ainda mais aquilo que foi transmitido prescindindo desta. Daquilo que não pode ser dito e mesmo assim, ou ainda, especialmente por esta razão, deixou atrás de si marcas indelévels mas fundadoras na constituição do psiquismo.

Para a família, o vínculo da transmissão psíquica entre gerações veicula um legado organizador, uma herança benéfica, reparadora, ao lado da qual mora uma parte maldita com a qual o indivíduo tentará coexistir ou lutar. Parte mal-dita nos diferentes sentidos do termo: portadora de maldição e de fatalidade, parte vergonhosa, fardo pesado e de obstrução. “Mal-dita” parece-me mais pertinente que “não-dita”. Palavra mal enunciada, desgarrada, ruidosa (EIGUER, 1998, p. 40).

Ora, aquilo que não pode ser pronunciado, ou aquilo que foi pronunciado de maneira atravessada pelo relato mítico familiar, assume um papel de determinante na condução dos

projetos de vida, o que inclui a profissão/ocupação a eleger. Vemos, nestes dois casos, de maneira mais ruidosa aspectos do ‘mal-dito’, mesmo que aspectos ‘bem-ditos’, organizadores, possam estar mesclados e encobertos pelo relato do sofrimento atrelado à profissão/ocupação.

Se a eleição da profissão/ ocupação designa uma noção de pertencimento à família, de unidade e harmonia no grupo familiar, como podemos pensar escolhas que não estão diretamente enlaçadas à profissão dos antecessores familiares? Parece-nos haver duas saídas possíveis: numa a eleição do filho não é admissível e noutra ela é preferível.

No primeiro caso, o indivíduo que elege uma profissão desatrelada àquela que é da escolha que consta no projeto familiar estaria fadado ao ostracismo. Quando Freud (1921/2010, v. 15) discute o narcisismo das pequenas diferenças esclarece que ele se vale dos aspectos hostis que não devem ser endereçados àqueles de seu próprio grupo. Ao eleger uma profissão/ocupação distinta do que fora previsto pela família, esse membro quebra a continuidade e o agrupamento familiar, rompe com o projeto do grupo, ficando então sujeito à hostilidade. É de conhecimento geral as desavenças e dificuldades que podem ser aventadas nos momentos de decisão pela carreira a seguir pelo filho. Hashimoto (2005), Teixeira e Hashimoto (2005a; 2005b) e Torres (2001) bem destacam estes momentos como relativos a uma crise que envolve toda a família. A escolha pode significar uma ruptura em um núcleo familiar que apresenta fragilidades, no qual o reconhecimento do outro e a identidade familiar não toleram a alteridade. Só é passível de investimento aquele que se constituiu assemelhando um Eu a outro Eu (FREUD, 1923b/2011, v. 16), e essa semelhança é visualizada a partir do cumprimento do ideal do Eu familiar referente à escolha profissional/ocupacional.

Mas a eleição de uma profissão distinta dos familiares pode significar um progresso almejado pelos pais e, portanto, uma realização no filho dos desejos dos pais, da idealização da qual eles são portadores. Lembremos que o ideal do Eu familiar refere-se a uma representação de perfectibilidade do grupo, o que significa dizer que ele estará enlaçado a “[...] um projeto de progresso social, cultural, educacional ou ‘habitacional’ para a família” (EIGUER, 1985, p. 42). O avô de Neto parece haver cumprido esse projeto familiar quando ascende profissional e socialmente pela via da advocacia e, a partir dele, o projeto familiar de que os filhos serão advogados fica estabelecido, um ideal familiar é forjado.

De modo semelhante, Tobias⁸⁴, cerca de 55 anos, pintor [de paredes], proveniente de uma família vinculada em termos de ocupação à construção civil. A mãe e a irmã eram empregadas domésticas e o pai e dois irmãos eram serventes de pedreiro. Ele assobiava e

⁸⁴ Nome fictício.

cantarolava o dia todo enquanto trabalhava e dizia gostar muito do seu trabalho. Em uma sociedade que valoriza uma profissão que exige curso superior, com local de trabalho que tem de ser ‘limpo’ e que remunere com altas somas ao final do mês, parece-nos improvável alguém gostar de uma profissão que vai contra esses imperativos sociais. Mas Tobias parecia contradizer essa lógica. Esse apreço pela ocupação ficou-nos mais clara quando a atrelamos à noção de ideal do Eu familiar. Tobias dizia ser o orgulho de seus pais, ele alcançara um nível muito mais alto do que eles haviam previsto para ele: os irmãos eram serventes de pedreiro e ele, galgara um andar acima no serviço da construção civil, uma especialização do trabalho, era pintor. Vemos uma família que investe no filho como aquele que alcançou ou até superou o projeto de vida esperado para ele pela família. Ele proveu a família com a realização do ideal familiar. A satisfação angariada pelo trabalho, mesmo que parcial e paliativa, para Tobias, estava assegurada.

Do que discutimos neste capítulo, fica-nos a marca da inscrição no inconsciente das figuras ancestrais, mediante transmissão psíquica entre gerações. Esses traços produzem registros que afetarão a escolha profissional/ocupacional por meio da constituição do Supereu e do ideal do Eu, individual e familiar. A profissão/ocupação eleita pode servir de suporte para que os vínculos entre os membros do grupo familiar sejam mantidos estáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propusemos a descortinar os mecanismos que subjazem ao que nomeamos vocação e à escolha profissional/ ocupacional. Para tanto nos ancoramos nas teses psicanalíticas freudianas.

Esclarecemos a escolha do tema como decorrente da atuação em clínica, na qual elementos relacionados à escolha da profissão/ ocupação ou à atividade exercida eram foco constante de elucubrações, inquietações e sofrimento de diversos pacientes. Assim, compreender os meandros intrapsíquicos que estavam imbricados com a área do trabalho se fazia premente. A busca por subsídios teóricos para sustentar a atuação clínica junto a esses casos apontou para a necessidade de mais estudos sobre o tema. Deste modo, lançamo-nos nesta empreitada que, consideramos, bastante produtiva e elucidativa.

Primeiramente circunscrevemos nosso campo de estudo, a psicanálise, apontando seu objeto – o inconsciente – e decorrente deste funcionamento a descentralização do sujeito. Esse olhar, em nossa concepção, desbancou a hipótese de uma escolha pautada exclusivamente em elementos conscientes, como por exemplo profissões/ ocupações emergentes, demandas de mercado, retorno financeiro e afins. Ao destacarmos o funcionamento inconsciente e a constituição da subjetividade como algo fugidio, compartilhado por instâncias em processo dinâmico, a complexidade de pensar o humano ficava cada vez mais demarcado. É neste contexto teórico que nos dispusemos a pensar a tramitação de constituintes que forjam o psiquismo e, destarte, estarão na base da vocação e da escolha profissional/ ocupacional.

Autores como Bohoslavsky (1998), Levenfus (1998), Soares-Lucchiari (1998), Torres (2001) e Abreu Filho (2006) foram o ponto de partida da pesquisa. A partir de delineamentos básicos destes autores retrocedemos às teses de Sigmund Freud com uma proposta de compreensão mais aprofundada, portanto metapsicológica, dos constituintes psíquicos imbricados na vocação. Assim, percorremos as noções de sobredeterminação, objeto, escolha de objeto e da neurose, identificação, ideal do eu e supereu com vistas a estabelecermos firmemente o processamento psíquico que engendra o chamado à ação. Chegamos à conclusão que o eu é chamado à ação pelo supereu que, balizado por aquilo que se encontra no ideal do eu, impelirá o eu a eleger e desenvolver determinada profissão/ ocupação em detrimento de outras. Portanto, a eleição não é fortuita, mas pautada em elementos sobredeterminados relativos aos objetos de amor e à identificação do indivíduo. Apontamos

que este é um modo distintivo de olhar para a noção de vocação e, destarte, nossa contribuição aos estudos sobre o tema.

Este olhar para os processos de eleição da profissão/ ocupação sustentados pela ancoragem psicanalítica freudiana abriu-nos outras possibilidades de, para além da discussão calcada na concepção edipiana, na qual pai, mãe e filho formam uma triangulação aparentemente apartada de tudo o mais, nos aventurarmos a questões familiares mais amplas como promovendo interferências na constituição do psiquismo. É assim que a questão da transmissão psíquica entre gerações entra em discussão. Autores como Berenstein (1988), Eiguer (1985; 1998) e Kaës (1998; 2001a, 2001b) forneceram os assentamentos para pensar como a transmissão se processa passando dos pais aos filhos, e destes aos seus filhos, de geração em geração, sendo que a constituição de um indivíduo arrasta em si uma infinidade de antepassados, dos quais ele tem notícia e daqueles que perderam sua influência imediata, mas que por influenciamento dos ancestrais ainda se mantém. Neste sentido, entendemos que a transmissão psíquica geracional subjaz à noção de vocação, que aquilo que se traduz desde as demandas inconscientes por obtenção de satisfação e que se manifesta sob a forma de um chamado à ação por meio de determinada profissão/ ocupação tem profundas raízes no passado ancestral de cada indivíduo. Em outros termos, pensar a vocação conduz-nos a mergulhar na genealogia e na obscuridade que se perde nas eras idas. A imbricação entre vocação e a transmissão psíquica entre gerações é outro aspecto a destacar como distintivo do trabalho que realizamos.

A questão da transmissão psíquica geracional evoca novas possibilidades de pensar a vocação e escolha profissional/ ocupacional. Por exemplo, com as novas configurações familiares nas quais os avós e bisavós participam ativamente na criação e educação dos netos, por vezes ocupando uma parcela dessa educação que anteriormente seria papel de um ou ambos os genitores, que peculiaridades da construção do psiquismo poderiam estar presentes? Estas novas configurações modificariam a constituição do psiquismo no sentido de que os avós assumiriam os papéis parentais ou ampliariam a influência da transmissão psíquica entre gerações? Se muito da transmissão psíquica entre gerações ocorre via não-ditos ou mal-ditos, como prefere Eiguer (1998), a vivência tão próxima dessas figuras teria interferência ampliada, na medida que divulgaria ou veicularia maior quantidade de mitos familiares, ou ampliaria a disseminação dos ideais familiares?

Outra questão é referente às novas profissões/ ocupações. Se na contemporaneidade a especialização do trabalho se coloca como necessidade em razão do amplo desenvolvimento tecnológico, como pensar a transmissão psíquica geracional como sendo determinante para a

vocação e, conseqüentemente, a escolha profissional? As bases do ideal familiar seriam impactadas pelas novas profissões? Se isso ocorre, como se daria tal processo na constituição da vocação? Seria este um dos elementos que conduziria ao sofrimento no trabalho? Se entendemos que se a escolha profissional não puder estar apoiada na vocação ela prejudicará a obtenção de sublimação (portanto, angariar uma parcela de satisfação) nesta esfera e propiciará o desenvolvimento de sofrimento, como a velocidade com a qual as áreas profissionais/ocupacionais são aprimoradas ou até descartadas pelo avanço desenfreado da tecnologia seria lícito inferir que há interferência a ponto do sofrimento provocado pelo trabalho ser mais proeminente neste período histórico, social e econômico?

Como vemos, esta pesquisa suscita mais questões do que fechamentos. Pensamos, claro, que a pesquisa visa a elaboração de conclusões, mas sabemos que um campo do saber para ter *status* de ciência precisa tolerar e subsistir à prova da realidade e do tempo, da historicidade. Com modificações de paradigmas faz-se necessário rever hipóteses e assentá-las em novas descobertas e, se necessário, proceder reformulações. Nossa pretensão foi apresentar um viés de pesquisa, uma faceta de aproximação do tema da vocação. Estamos cientes que muitos outros elementos têm de ser considerados, pois pensamos o ser humano como uma complexidade, portanto sujeito, ou sujeitado, a variáveis para além de sua constituição psíquica. Pensamos, então, em fatores relativos ao período histórico, social e econômico vigente.

Neste sentido, não podemos ser ingênuos ao ponto de decretarmos que a eleição da profissão se dá apenas pelos processos inconscientes, como bem alerta Torres (2001). Nem todos têm a possibilidade de encaixar-se no mercado de trabalho para exercer aquilo a que foram vocacionados. Muitos necessitam atuar no labor que conseguem com vistas a subsistência pessoal e familiar. A sobrevivência se interpõe colocando em confronto *Eros* e *Ananke*, o que promove satisfação *versus* a necessidade. Se lembrarmos que a necessidade de sobrevivência (a autopreservação) é mais premente que as demandas sexuais e, portanto, não pode ser relegada a segundo plano a ponto de não sucumbir a repressão, entenderemos que, entre aquilo que o indivíduo gostaria de realizar e aquilo que ele precisa realizar para sobreviver, ele na maioria das vezes optará pela segurança, pela preservação de si e dos seus. Freud (1930/2010, v. 18) nos alerta que para vivermos em sociedade e talvez seja mais contundente dizer que não é apenas questão de viver, mas de subsistir na intrincada malha social na qual estamos inseridos, tem-se de abrir mão de uma parcela de felicidade, de satisfação, em troca de um quinhão de segurança. Essa segurança tem, então, de ser entendida como aquela que viabiliza a sobrevivência.

Fica-nos evidente que a profissão/ ocupação exercida, mais que uma possibilidade de satisfação conduz à possibilidade de saciação. Se a satisfação fica relegada a um plano inferior ao da sobrevivência, a afirmação freudiana de que é impossível ser feliz na vida em sociedade ganha uma dimensão perturbadora na esfera do trabalho. Se não é possível realizar a vocação, aquilo que promoveria satisfação, mesmo que parcial e imperfeita, o que sobra ao indivíduo senão o sofrimento relativo ao trabalho?

Vemos no que está disposto na sociedade elementos que inviabilizam a eleição da atividade laboral segundo a 'livre escolha', a qual é apontada por Freud (1930/2010) como propiciadora de satisfação. Mas, teríamos de pensar que apenas a profissão/ ocupação é produtora dessa satisfação? Em caso afirmativo, temos de assumir uma legião de indivíduos fadados a apenas obter sustento e sofrimento pela via do trabalho. Seria lícito supor que alguma das atividades componentes da profissão/ ocupação poderia ser impulsora de satisfação? Essa parece-nos ser uma saída viável para aqueles que pela impossibilidade de eleger a profissão adentrou ao mercado de trabalho para exercer uma atividade para a qual, ao menos, tinha qualificação. Parece-nos lícito pensar que alguma(s) das atividades do trabalho promova satisfação.

De modo inverso, também temos que pensar que nem toda a atividade executada por aqueles que escolheram a profissão a seguir proporcionarão satisfação. Existem elementos da tarefa que propiciarão enfado, cansaço e, por que não dizer, sofrimento ao trabalhador.

Então quando afirmamos que a vocação é um chamamento do supereu para que o eu execute determinada ação em detrimento de outras com vistas à obtenção de satisfação, a escolha profissional é apenas um dos caminhos viáveis para tal execução. O que dizer dos hobbies, das atividades paralelas à atividade laboral senão que elas também são vias de obtenção de satisfação? Também nos parece justo supor que a vocação esteja imbricada na eleição destas atividades. Deste modo, mais do que uma via de escape para a libido que não pode ser satisfeita por meio da profissão/ ocupação, essa pode ser uma aliada, conjugada à ela de modo a propiciar um montante de satisfação que impeça que o indivíduo adoça.

Pellegrino (1987) aponta que o indivíduo precisa constituir dois pactos: o edípico e o social. O primeiro deles, a renúncia ao prazer a partir das figuras parentais, abre ao indivíduo o acesso a outros indivíduos que povoam seu entorno social, assim ele ingressa e pode trafegar pela cultura. Já no pacto social, acrescido à renúncia aos impulsos sexuais, uma estrutura em torno do trabalho se estabelece. Não basta abdicar dos objetos de amor primeiros e obter substitutos para o impulso sexual, agora exige-se a renúncia das demandas eróticas e

sua conversão em força de trabalho, uma utilização da libido inibida em seus fins, a qual sustentará a malha social e a tornará viável.

Se pensarmos o trabalho como aquele elemento construído pelo humano em sua confrontação com as fontes de sofrimento humano, contra as forças superiores da natureza e contra a caducidade do corpo, entendemos que o sentido do trabalho terá aspecto dúplice, antitético: construção mas também destruição, valoração e vilipêndio, enfim, satisfação e, ou à custa de, sofrimento.

Como pudemos compreender a partir desse trabalho a vocação está posta, é uma possibilidade de angariar satisfação. Mas, será que ela é viável para todos? Não nos parece, já dissemos isso. Destarte, na maioria das vezes ou do tempo dispendido nessa atividade, temos no trabalho aquilo que provoca apenas renúncias. O trabalho é envilecido, quando o que lhe ocorre é uma decorrência dos ditames culturais. Uma fala de Pellegrino (1987, p. 202-203, grifos do autor) é bastante contundente. Diz o autor:

Se o pacto social é iníquo e avilta o trabalho, *ele vai aviltar e tornar iníqua a renúncia pulsional por ele próprio exigida*. O amor ao trabalho só é possível na medida em que os direitos do trabalhador sejam minimamente respeitados [e entendemos a eleição da profissão/ocupação balizada pela vocação como um destes direitos]. Se isso não ocorre, *há uma ruptura do pacto social*. O trabalho torna-se sem sentido, aviltante e humilhante, tanto quanto o sacrifício e a renúncia que, em seu nome, me disponho a fazer. Rompo, aí, com a sociedade, e esta ruptura terá, inevitavelmente, profundas repercussões intrapsíquicas, que irão sacudir, sob a forma de um abalo sísmico, os fundamentos do pacto primordial com o Pai Simbólico – e com a Lei da Cultura.

Mas se o que está disposto como sustentáculo do social avilta trabalho e trabalhador, empobrecendo uma via de angariar satisfação, outras formas precisam emergir. Atividades componentes de um trabalho podem ser produtoras de satisfação, bem como formas distintas de consecução da atividade podem ser criadas, concebidas pelo trabalhador. Essas saídas ao ostracismo imposto ao trabalho como via de satisfação podem ser pensadas e quiçá implementadas como forma de engendrar satisfação ou ao menos como enfrentamento da situação posta. Se não podemos visualizar, neste estado de coisas, uma saída coletiva, talvez saídas individuais possam ser conseguidas. Como nos aponta Freud (1930/2010) ao tratar sobre a felicidade, cada um tem de buscar por si a maneira pela qual será salvo. Cremos que na esfera do trabalho essa lógica se torna questão de viver amplamente ou, se não viabilizada, apenas manter sua existência, sobreviver. Nossos ensejos são que a conclusão a que chega Pellegrino (1987), citada acima, tenha um desfecho diverso, mesmo que via soluções individuais.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU FILHO, Antonio Geraldo de. **Escolha profissional: consciente ou inconsciente?** São Paulo: Vetor, 2006.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Coleção Primeiros Passos, 171. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ANDRÉ-FUSTIER, Francine; AUBERTEL, F. A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento. In EIGUER, A.; CAROL, A.; ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F.; COCCONE, A.; KAËS, R. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. Tradução de Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998. p. 129-179.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Psicanálise e o pensamento científico: entre o fisicalismo e/ou a contraciência em diferentes modos de subjetividade**. *Psicol. USP* [online]. 2001, vol. 12, n. 1, pp. 89-119. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 27/01/2014.

BERENSTEIN, Isidoro. **Família e doença mental**. Tradução de Adriana Friedmann. São Paulo: Escuta, 1988.

BIRMAN, Joel. **Freud & a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação Vocacional: a estratégia clínica**. Tradução de José Maria Valeije Bojart. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. MTE – Ministério do Trabalho, CBO, profissão e ocupação. Disponível em: <http://www.faq.inf.br/trabalho-profissao/mte-ministerio-do-trabalho-cbo-profissao-e-ocupacao/>. Acessado em 26 de julho de 2016.

CAROPRESO, Fátima; SIMANKE, Richard Theisen. A relação entre a consciência e a representação na metapsicologia: as múltiplas dimensões de um problema. In: MURTA, Claudia Pereira; BOCCA, Francisco Verardi; SIMANKE, Richard Theisen. **Psicanálise em Perspectiva**. Curitiba: Editora CVR, 2009. p. 121-154.

COELHO JR., Nelson Ernesto. **A noção de objeto na psicanálise freudiana**. Rio de Janeiro: Ágora, v. IV nº 2, jul/dez 2001, p. 37-49.

DEJOURS, Jacques Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, Jacques Christophe. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: Chanlat, J-F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 2012. v. 1, p. 149-173

DEJOURS, Christophe. ABDOUCHELI, Elisabeth. e JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. Tradução de Maria Irene Stocco Betiol *et all.* São Paulo: Atlas, 2009.

EIGUER, Alberto. **Um divã para a família: do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica**. Tradução de Leda Mariza Vieira Fischer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

EIGUER, Alberto. A parte maldita da herança. In EIGUER, A.; CAROL, A.; ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F.; COCCONE, A.; KAËS, R. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. Tradução de Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998. p. 21-84.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)**. 5ª ed. São Paulo: Educ: Escuta, 2002.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio. **Matrizes do pensamento psicológico**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia: uma (nova) introdução**. 3ª ed. São Paulo: EDUC, 2008.

FREUD, Sigmund. Triebe und Tribschicksale. In: _____. **Gesammelte Werke**. London: Imago Publishing Co., 1949. v. 10, p. 210-232. (Originalmente publicado em 1915).

FREUD, Sigmund. **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess, 1887-1904.** J. Masson, Editor. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

FREUD, Sigmund. Algunas lecciones elementales sobre psicoanálisis. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 2ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 23, p. 279-288. (Originalmente publicado em 1940)

FREUD, Sigmund. Psicopatología de la vida cotidiana. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 2ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 6. (Originalmente publicado em 1901)

FREUD, Sigmund. El chiste y su relación con lo inconciente. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 2ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 8. (Originalmente publicado em 1905).

FREUD, Sigmund. Bosquejos de la ‘Comunicación preliminar’ de 1893. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 4ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. v. 1. p. 179-190. (Originalmente publicado em 1893).

FREUD, Sigmund. **Projeto de uma psicologia.** Tradução de Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Imago, 1995. (Originalmente publicado em 1895).

FREUD, Sigmund. A dissecção da personalidade psíquica. In: _____. Edição *Standard* das **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII, p. 63-84. (Originalmente publicado em 1933)

FREUD, Sigmund. Tres Ensayos de Teoría Sexual. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. v. 7, p. 109-224. (Originalmente publicado em 1905)

FREUD, Sigmund. Pulsiones y Destinos de Pulsión. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. v. 14. p. 105-134. (Originalmente publicado em 1915)

FREUD, Sigmund. La interpretación de los sueños. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. v. 4. (Originalmente publicado em 1900)

FREUD, Sigmund. La interpretación de los sueños. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. v. 5. (Originalmente publicado em 1900)

FREUD, Sigmund. Sobre el sueño. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. v. 5. p. 613-667. (Originalmente publicado em 1901)

FREUD, Sigmund. Esquema del Psicoanálisis. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Ed. 7ª reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. v. 23, p. 135-209. (Originalmente publicado em 1940).

FREUD, Sigmund. Las neuropsicosis de defensa (Ensayo de una teoría psicológica de la histeria adquirida, de muchas fobias y representaciones obsesivas, y de ciertas psicosis alucinatorias) . In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 41-68. (Originalmente publicado em 1894).

FREUD, Sigmund. A propósito de las críticas a la <<neurosis de angustia>>. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 117-138. (Originalmente publicado em 1895).

FREUD, Sigmund. Nuevas puntualizaciones sobre las neuropsicosis de defensa. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 157-184. (Originalmente publicado em 1896a).

FREUD, Sigmund. La etiología de la histeria. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 185-218. (Originalmente publicado em 1896b).

FREUD, Sigmund. Sobre el mecanismo psíquico de la desmemoria. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 277-289. (Originalmente publicado em 1898).

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 108-121. (Originalmente publicado em 1911).

FREUD, Sigmund. Tipos de adoecimento neurótico. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 229-239. (Originalmente publicado em 1912a).

FREUD, Sigmund. Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 255-276. (Originalmente publicado em 1912b).

FREUD, Sigmund. Princípios básicos da psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 268-276. (Originalmente publicado em 1913a).

FREUD, Sigmund. A predisposição à neurose obsessiva. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 324-338. (Originalmente publicado em 1913b).

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 13-50. (Originalmente publicado em 1914).

FREUD, Sigmund. Os instintos e seus destinos. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 51-81. (Originalmente publicado em 1915a).

FREUD, Sigmund. A repressão. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 82-98. (Originalmente publicado em 1915b).

FREUD, Sigmund. O inconsciente. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 99-150. (Originalmente publicado em 1915c).

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 170-194. (Originalmente publicado em 1917[1915]).

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14, p. 161-239. (Originalmente publicado em 1920).

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18, p. 13-123. (Originalmente publicado em 1930).

FREUD, Sigmund. A dissecção da personalidade psíquica. Em Novas conferências Introdutórias à Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18, p. 192-223. (Originalmente publicado em 1933).

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15, p. 13-113. (Originalmente publicado em 1921).

FREUD, Sigmund. Psicanálise e Teoria da libido. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15, p. 273-308. (Originalmente publicado em 1923a).

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 13-74. (Originalmente publicado em 1923b).

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 203-213. (Originalmente publicado em 1924a).

FREUD, Sigmund. Resumo da Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 222-251. (Originalmente publicado em 1924b).

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 283-299. (Originalmente publicado em 1925).

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 11, p. 283-299. (Originalmente publicado em 1912-1913).

FREUD, Sigmund. Uma recordação de infância e Leonardo da Vinci. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 9, p. 113-219. (Originalmente publicado em 1910a).

FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 9, p. 220-286. (Originalmente publicado em 1910b).

FREUD, Sigmund. Os caminhos da formação de sintomas. Em Conferências Introdutórias à Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Sergio Tellaroli; Revisão da tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 13, p. 475-499. (Originalmente publicado em 1916-1917a).

FREUD, Sigmund. O estado neurótico comum. Em Conferências Introdutórias à Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Sergio Tellaroli; Revisão da tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 13, p. 500-518. (Originalmente publicado em 1916-1917b).

FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17, p. 13-123. (Originalmente publicado em 1926a).

FREUD, Sigmund. Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17, p. 311-321. (Originalmente publicado em 1926b).

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17, p. 231-301. (Originalmente publicado em 1927).

FREUD, Sigmund. Dostoiévski e o parricídio. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17, p. 337-364. (Originalmente publicado em 1928).

FREUD, Sigmund. A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 8, p. 359-389. (Originalmente publicado em 1908).

FREUD, Sigmund. O romance familiar do neurótico. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 8, p. 419-424. (Originalmente publicado em 1909).

FREUD, Sigmund; BREUER, Josef. Estudos sobre a histeria. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Laura Barreto e revisão da tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 2. (Originalmente publicado em 1893-1895).
GABBI JR., Osmir Faria. Notas críticas sobre Entwurf Einer Psychologie. In: FREUD, Sigmund. **Projeto de uma psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1995. P. 103-225.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 24ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GOMES, Isabel Cristina; ZANETTI, Sandra Aparecida S. Transmissão psíquica transgeracional e construção de subjetividade: relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular. **Psicologia USP**, São Paulo, 20(1), p. 93-108, janeiro/março, 2009.

HASHIMOTO, Francisco. **Vivência de perdas de uma empresa familiar**. Tese (Livredocência). Faculdade de Ciências e Letras de Assis/ UNESP. Assis, 2005.

HONDA, Helio. Subjetividade e Metapsicologia: a constituição conceitual da realidade psíquica. In: TOMANIK, Eduardo Augusto; CANIATO, Angela Maria Pires; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (org.). **A constituição do Sujeito e a Historicidade**. Campinas: Editora Alínea, 2009. p. 63-104.

HORNSTEIN, Luis. **Introdução à Psicanálise**. Tradução de Maria Angela Santa Cruz. São Paulo: Escuta, 1989.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KAËS, René. Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In EIGUER, A.; CAROL, A.; ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F.; COCCONE, A.; KAËS, R. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. Tradução de Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998. p. 05-19.

KAËS, René. O sujeito da herança. In: KAËS, R.; FAIMBERG, H.; ENRIQUEZ, M.; BARANES, J. J. **A transmissão da vida psíquica entre gerações**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001a. p. 09-25.

KAËS, René. Introdução ao conceito de transmissão psíquica no pensamento de Freud. In: KAËS, R.; FAIMBERG, H.; ENRIQUEZ, M.; BARANES, J. J. **A transmissão da vida psíquica entre gerações**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001b. p. 27-69.

LAPLANCHE, Jean. A angústia moral. In: _____. **Problemáticas I: A angústia**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 237-345.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEVENFUS, Rosane Schotgues. Introdução. In: _____. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 17-18.

MEZAN, Renato. **Freud, pensador da cultura**. 7 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

NAGERA, Humberto (org). **Conceitos psicanalíticos básicos de metapsicologia, conflitos, ansiedade e outros temas**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1970. v. IV.

PAIM, Rose Maria. **A escolha profissional sob um olhar psicanalítico**. s/d. Disponível em <http://www.iacat.com/revista/recreart/recreart07/seccion6/6.ESCOLHA%20PROFISSIONAL%20SOB%20OLHAR%20PSICANAL%20C3%8DTICO.pdf>. Acessado em 01/03/2011.

PELLEGRINO, Hélio. Pacto edípico e pacto social. In: PY, Luiz Alberto *et al.* **Grupo sobre grupo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 195-205.

PEREIRA, H. **Michaelis**: pequeno dicionário espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.

PLASTINO, Carlos Alberto. O quinto rombo: a psicanálise. In: SOUZA, Boaventura de Souza. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: 'Um Discurso sobre as Ciências' revisitado. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 429-456.

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira. **Emergência e constituição do Ideal do Eu em Freud**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em http://www.ppi.uem.br/Dissert/PPI-UEM_2010_KellyPuertas.pdf.

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira; HONDA, Helio. A inscrição do social no psiquismo. In: **I Jornada de Práticas Clínicas no Campo Social**. Universidade Estadual de Maringá, 2010. Disponível em http://www.ppi.uem.br/camposocial/eventos/i_jornada/066.pdf.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 22ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 2001a. Tomo I.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 22ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 2001b. Tomo II.

REHBEIN, Mauro Pioli; CHATELARD, Daniela Scheinkman. Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. **Fractal**, Ver. Psicol. v. 25, n.3, p. 563-584, Set./Dez. 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SOARES-LUCCHIARI, Dulce Helena. O ideal do ego e o projeto de futuro profissional dos adolescentes. In: _____. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 79-96.

SOUZA, Paulo César. Esta edição. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 09-12.

SZAJDENFISZ, Bela Malvina. **O adolescente e suas escolhas**: contribuições da psicanálise para a escolha profissional. 2008. Dissertação de Mestrado, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; LASSANCE, Maria Célia Pacheco; SILVA, Bárbara Maria Barbosa; BARDAGI, Marúcia Patta. Produção científica em Orientação Profissional: uma análise da Revista Brasileira de Orientação Profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 8 n.2, p. 25-40, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n2/v8n2a04.pdf>>. Acessado em 29/07/2015.

TEIXEIRA, Marco Antônio Rotta; HASHIMOTO, Francisco. A clínica de orientação profissional: relações entre adolescência, família e escolha da profissão. In: VALENTE, Maria Luiza de Castro; WAIDEMAN, Marlene Castro (organizadoras). **E a família, como vai?** Assis: FLAC-Assis-UESP-Publicações, 2005a. p. 49-69.

TEIXEIRA, Marco Antônio Rotta; HASHIMOTO, Francisco. Família e escolha profissional: a questão espacial, temporal e o significado dos nomes. **Pulsional: Revista de Psicanálise**. Ano XVIII, n. 182, junho/ 2005b. p. 63-73.

TORRES, Maria Luiza Camargos. **Orientação Profissional Clínica**: uma interlocução com conceitos psicanalíticos. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TORRES, Maria Luiza Camargos. **O processo clínico de Orientação Profissional**. Revista ABOP [online]. Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 29-37, 1998. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rabop/v2n2/v2n2a03.pdf> >. Acessado em 07/08/2015.